

Património Esquecido do Ribatejo

Reabilitação do Palácio de Pina Manique

Joana Margarida Ferreira Henriques

(Licenciada)

Projeto Final de Mestrado para a obtenção do Grau de Mestre em
Arquitetura, na especialização em Interiores e Reabilitação do Edificado

Orientação Científica:

Professora Doutora Bárbara Lhansol da Costa Massapina Vaz

Professora Doutora Luísa Maria da Conceição dos Reis Paulo

Júri:

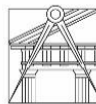
Presidente: Professor Doutor Nuno Miguel Gomes Arenga da Cruz Reis

Vogal: Professora Doutora Luísa Maria da Conceição dos Reis Paulo

Vogal: Professor Doutor João Nuno de Carvalho Pernão

Documento Definitivo

Lisboa, FA ULisboa, Julho, 2024



Património Esquecido do Ribatejo

Reabilitação do Palácio de Pina Manique

Joana Margarida Ferreira Henriques

(Licenciada)

Projeto Final de Mestrado para a obtenção do Grau de Mestre em
Arquitetura, na especialização em Interiores e Reabilitação do Edificado

Orientação Científica:

Professora Doutora Bárbara Lhansol da Costa Massapina Vaz

Professora Doutora Luísa Maria da Conceição dos Reis Paulo

Júri:

Presidente: Professor Doutor Nuno Miguel Gomes Arenga da Cruz Reis

Vogal: Professora Doutora Luísa Maria da Conceição dos Reis Paulo

Vogal: Professor Doutor João Nuno de Carvalho Pernão

Documento Definitivo

Lisboa, FA ULisboa, Julho, 2024

Resumo

Após a morte de Diogo Inácio de Pina Manique, a vila que recebeu o seu nome continua, até hoje, um sonho por realizar. Apesar de estar parada no tempo, a população mantém-se orgulhosa da sua história e do legado que herdou.

A presente tese foca-se a reabilitação do Palácio de Pina Manique, situado em meio rural, de forma a explorar a possibilidade deste ser utilizado pelas pessoas que o observam. O projeto propõe a implementação de um Centro de Dia para a população idosa, tendo vertentes para os mais jovens e para os curiosos que o palácio atrai. Além do Centro de Dia, o edifício inclui um centro interpretativo, uma biblioteca, videoteca e sala multimédia, aberta à população.

Este programa advém na necessidade de habitar a ruína, preservando o património existente e assegurando a sua sustentabilidade financeira para garantir a sua manutenção contínua.

O projeto também prevê a criação de dois novos corpos que abrigam funções que o Palácio, na sua estrutura atual, não permite. Há então a procura de um equilíbrio entre o passado e o presente, de forma a garantir que as novas intervenções não se sobreponham ao existente, mantendo a sua identidade o máximo possível.

Palavras-chave:

Palácio de Pina Manique, reabilitação arquitetónica, património em ruína e centro de dia

Abstract

After the death of Diogo Inácio de Pina Manique, the village that was named after him remains, to this day, an unfulfilled dream. Although time has stood still, the population remains proud of its history and the legacy it inherited.

This thesis focuses on the rehabilitation of the Palácio de Pina Manique, located in a rural area, exploring the possibility of it being used by the people who visit it. The project proposes the implementation of a Day Centre for the elderly population, with spaces also dedicated to younger people and the curious visitors that the palace attracts. In addition to the Day Centre, the building includes an interpretive centre, a library, a video library, and a multimedia room open to the public.

This program stems from the need to inhabit the ruin, preserving the existing heritage and ensuring its financial sustainability to guarantee its continuous maintenance.

The project also foresees the creation of two new structures to accommodate functions that the Palace, in its current state, cannot support. The aim is to strike a balance between the past and the present, ensuring that the new interventions do not overshadow the existing structure, preserving its identity as much as possible.

Keywords:

Pina Manique Palace; Architectural Rehabilitation; Heritage in Ruins; Day Center

Agradecimentos

Às minhas orientadoras, Bárbara Massapina Vaz e Luísa Reis Paulo, pelo conhecimento transmitido e pela paciente orientação.

À minha família por todo o apoio, compreensão e encorajamento.

Ao Presidente da Junta de Freguesia de Manique do Intendente, Sr. José Avelino Correia, ao Sr. Nuno Nobre e a todo o pessoal do Museu Municipal Sebastião Mateus Arenque, ao Arquiteto Paulo Natário e ao Engenheiro Aquilino Raimundo pela total disponibilidade e fornecimento de informação sobre a vila e o Palácio. À Dra. Maria João Canilho e à Dra. Lara Félix, por me permitirem visitar o Centro de Dia do Centro Social Paroquial de Azambuja, bem como a todos os funcionários que me ajudaram na recolha de informação.

A todos os habitantes de Manique, que se mostraram sempre disponíveis para ajudar.

E por último, aos professores, amigos e colegas da Faculdade de Arquitetura, sem eles este percurso académico não seria o mesmo.

A todos, um sincero obrigada.

Índice Geral

Resumo.....	I
Abstract	III
Agradecimentos.....	V
Índice de Figuras.....	IX
1 Introdução	1
1.1 Justificação do Tema.....	3
1.2 Objetivos.....	4
1.3 Questões de Partida.....	5
1.4 Metodologia.....	6
1.5 Estrutura do Documento	7
2 Sobre o Lugar	9
2.1 História e Desenvolvimento da Freguesia	11
2.1.1 Origens	11
2.1.2 Diogo Inácio de Pina Manique.....	13
2.1.3 Inserção Geográfica e Evolução	15
2.1.4 Estudo de Reconstituição da Vila	19
2.1.5 Análise da População	23
2.2 O Palácio de Pina Manique.....	25
2.2.1 Origens	25
2.2.2 Arquitetura e Tipologia	27
2.2.3 Materialidade.....	30
2.2.4 Evolução e Marcos Importantes.....	32
2.2.5 Teoria de Valor.....	37
3 Enquadramento Teórico	43
3.1 Princípios e Práticas da Intervenção no Património	45
3.2 Edificar na Ruína	48
3.3 Instituições Dedicadas à Terceira Idade	50
3.4 Centro de Dia	52
3.5 Envelhecimento Ativo e Isolamento Social em Meios Rurais.....	53
4 Casos de Referência	55
4.1 Colégio da Trindade.....	57
4.2 Termas Romanas de S. Pedro do Sul	59
4.3 Centro de Dia para Idosos de Maca.....	61
4.4 Centro Social Paroquial de Azambuja	63

5	Proposta	67
5.1	Programa	69
5.2	Proposta Urbana.....	73
5.3	Proposta	75
5.3.1	Novas Construções	75
5.3.2	Reabilitação do Palácio	80
6	Considerações Finais	89

Índice de Figuras

Figura 1 - Carta Régia de D. Maria I. (Fonte: Cedido por Nuno Nobre, 2023)	12
Figura 2 - Diogo Pina Manique. (Fonte: Biblioteca de Fundo Antigo da UC, s/d).....	13
Figura 3 - Esquema de localização de Manique do Intendente: 1-Portugal; 2- Conselho de Azambuja; 3- Palácio de Pina Manique (Fonte: Google Maps, editado pela autora)	15
Figura 4 - Cartografia de 1790, com principais vias assinaladas (Fonte: Biblioteca de Fundo Antigo da UC, editada pela autora).....	16
Figura 5 - Cartografia de 1812, com as principais vias assinaladas (Fonte: Biblioteca de Fundo Antigo da UC, editada pela autora).....	16
Figura 6 – Cartografia de 1860 a 1865 (Fonte: Biblioteca Nacional Digital, editada pela autora).....	16
Figura 7 – Cartografia de 2014 (Fonte: Centro de Informação Geo espacial do Exército, editada pela autora).....	16
Figura 9 - Cartografia de montagem de cartas militares (Fonte: Cedida por Aquilino Raimundo, editada pela autora).	17
Figura 9 - Fotografia aérea da vila de Manique 2023 (Fonte: Google Maps, editada pela autora).....	17
Figura 10 – Composição fotográfica dos elementos arquitetónicos importantes da vila de Manique; 1 – Palácio de Pina Manique; 2 – Praça dos Imperadores; 3 – Paúl; 4 – Ponte D. Mania I e Aqueduto (Fonte: Google Maps, fotografias da autora).	18
Figura 11 - Possíveis linhas Guia do Traçado de Manique do Intendente (Fonte: Produzido por Cátia Marques, Manique do Intendente: Uma Vila Iluminista, tese de mestrado).	19
Figura 12 - Primeira hipótese do Traçado Urbano de Manique do Intendente. (Fonte: Produzido por Cátia Marques, Manique do Intendente: Uma Vila Iluminista, tese de mestrado)	21
Figura 13 - Segunda hipótese do Traçado Urbano de Manique do Intendente. (Fonte: Produzido por Cátia Marques, Manique do Intendente: Uma Vila Iluminista, tese de mestrado)	21
Figura 14 - Evolução Populacional de Manique do Intendente (Fonte: Censos, criada pela autora).....	23
Figura 15 - Comparação de Faixas Etárias de Manique (Fonte: Censos, criada pela autora).....	23
Figura 16 – Fotografia de alguns dos residentes da Manique do Intendente (Fonte: autora).	24
Figura 17 - Fachada Principal do Palácio (Fonte: SIPA).....	26
Figura 18 - Desenho Elaborado sobre a Fachada Principal do Palácio (Fonte: SIPA).	26
Figura 19 - Braço dos Pinas. (Fonte: Aquilino Raimundo, editada pela autora).....	27
Figura 20 – Fotografia do coro-alto com acesso à torre sineira (Fonte: autora).....	28
Figura 21 - Reconstituição do Palácio por Cátia Marques (Fonte: A Vila Iluminista de Manique do Intendente: um outro olhar).	29
Figura 22 - Reconstituição do Palácio (Fonte: cedido por Aquilino Raimundo).....	29
Figura 23 - Paredes de alvenaria ordinária (Fonte: autora).	30
Figura 24 - Cantarias ornamentais de pedra calcária (Fonte: autora).....	31
Figura 25 - Arcos de descarga, na zona das janelas, portas e nos tectos abobadados (Fonte: autora).....	31

Figura 26 – Esquema temporal das transformações do Palácio: 1- Fachada do Palácio; 2- Ruína; 3- Zona do altar (Fonte: SIPA, esquema da planta feito pela autora).	33
Figura 27 - Esquema temporal das transformações do Palácio: 1- Fachada oeste; 2/3- Início da construção do centro de dia; 4- Porta em arco na fachada principal; 5- Ruína da ala oeste (Fonte: SIPA, esquema da planta feito pela autora).	34
Figura 28 - Esquema temporal das transformações do Palácio: 1/4- Construção do centro de dia; 2/3- Fachada principal do Palácio; 5- Vista lateral da construção do centro de dia (Fonte: SIPA, esquema da planta feito pela autora).	35
Figura 29 - Esquema temporal das transformações do Palácio: 1- Fachada principal do Palácio; 2- Fachada oeste; 3- Vista do Palácio com parque infantil; 4- Ruína da ala oeste; 5- Zona do altar (Fonte: SIPA, esquema da planta feito pela autora).	36
Figura 30 - Esquema da teoria de valor, planta do piso 0: Vermelho- Valor elevado; Cor de Laranja- Valor médio; Amarelo- Sem valor; Cinzento- Não visitado (Fonte: autora).	38
Figura 31 - Esquema da teoria de valor, planta do piso 1: Vermelho- Valor elevado; Cor de Laranja- Valor médio; Amarelo- Sem valor; Cinzento- Não visitado (Fonte: autora).	39
Figura 32 - Esquema da teoria de valor, planta da cobertura: Vermelho- Valor elevado; Cor de Laranja- Valor médio; Amarelo- Sem valor; Cinzento- Não visitado (Fonte: autora).	39
Figura 33 – Composição fotográfica sobre elementos de valor elevado da fachada do Palácio: 1/4- Fachada principal; 2/3- Zona de entrada para a Igreja com cantarias trabalhados (Fonte: autora).	40
Figura 34 - Composição fotográfica sobre elementos de valor elevado da Igreja: 1/2- Igreja; 3- Pormenor de elemento decorativo em pedra; 4- Vista dos frescos; 5- Pavimento de pedra calcária (Fonte: autora).	41
Figura 35 - Composição fotográfica sobre elementos de valor elevado da zona da ruína na ala central oeste: 1/2- Zona correspondente à entrada principal e escadaria; 3- Janelas com cantarias de pedra; 4- Elementos decorativos (Fonte: autora).	42
Figura 36 - Crescimento da procura das instituições de Apoio ao Idoso e comparação etária dos utilizadores de Centros de Dia (Fonte: Carta Social 2022).	51
Figura 37 - Crescimento da procura das instituições de Apoio ao Idoso e comparação etária dos utilizadores de Centros de Dia (Fonte: Carta Social 2022).	53
Figura 38 - Reabilitação da Igreja (Fonte: ngphoto).	58
Figura 39 - Reabilitação do piso superior e elementos preservados (Fonte: ngphoto).	58
Figura 40 - Fachada das Termas, a coexistência de diferentes tempos (Fonte: Arquitetura ao Centro).	60
Figura 41 - Integração de estruturas metálicas e reversíveis (Fonte: Arquitetura ao Centro).	60
Figura 42 - Zona de entrada do centro de dia (Fonte: Side-fx).	62
Figura 43 - Relação interior/externo (Fonte: Side-fx).	62
Figura 44 - Esquema de áreas de ocupação do centro de dia (Fonte: Side-fx).	62
Figura 45 - Zona de entrada do Centro de Dia (Fonte: autora).	63
Figura 46 – Preparação do círculo para aula de atividade física (Fonte: autora).	64
Figura 47 - Esquema de zonas do Centro de Dia (Fonte: autora).	65
Figura 48 - Composição fotográfico de zonas: 1- Corredor de entrada; 2- Zona da cafetaria; 3/4- Sala de convívio; 5- Sala de fisioterapia; 6- Lavandaria e arrumos; 7- Cantina; 8- Marquise destinada às atividades artísticas (Fonte: autora).	66
Figura 49 - Esquema de usos atual do Palácio (Fonte: autora).	71
Figura 50 - Esquema de usos propostos (Fonte: autora).	72
Figura 51 - Esquema da proposta urbana (Fonte: autora).	74

Figura 52 - Esquema dos novos volumes propostos (Fonte: autora).....	75
Figura 53 - Compartimentação interna e valências do centro interpretativo (Fonte: autora).	76
Figura 54 - Corte longitudinal do centro interpretativo para mostrar a estrutura e paredes (Fonte: autora).....	76
Figura 55 - Esquema de flexibilidade das salas polivalentes e expositivas (Fonte: autora).77	
Figura 56 - Esquema de flexibilidade das salas polivalentes e expositivas (Fonte: autora).78	
Figura 57 - Áreas da cafetaria/cantina (Fonte: autora).	79
Figura 58 - Acrescento de um degrau em relação ao piso térreo original (Fonte: autora). 80	
Figura 59 - Planta de demolições, piso 0 (Fonte: autora).	81
Figura 60 - Fotografia de uma das salas dos serviços da junta de freguesia. Reaproveitamento do pavimento – valor de utilidade (Fonte: autora).	82
Figura 61 - Paleta de cores adotada, para projeto, dos frescos da igreja (Fonte: autora). 82	
Figura 62 - Desenhos do corrimão e lambrim utilizados no projeto (Fonte: autora).....	83
Figura 63 – Desenho das novas portas, adotadas para os vãos existentes com as cores e materialidade adotadas (Fonte: autora).....	84
Figura 64 - Representação das comunicações diretas ao pátio e adaptação de hortas em altura (Fonte: autora).	84
Figura 65 - Vestígios das antigas comunicações verticais que são utilizadas no projeto para o mesmo propósito. 1- Escadaria principal permanece; 2- antigas escadas de serviços convertidas no espaço para o monta-cargas (Fonte: autora).....	85
Figura 66 - Desenho esquemático da escadaria principal do Centro de Dia (Fonte: autora).	85
Figura 67 - Esquemas de flexibilidade dos quartos para sala de oficina (Fonte: autora). ..	86
Figura 68 - Desenhos esquemáticos da estrutura usada na proposta (Fonte: autora).....	87

1 Introdução

1.1 Justificação do Tema

Frequentemente, tendemos a olhar para o nosso país apenas como um reflexo da sua capital e das grandes cidades, esquecendo-nos de que existe um vasto território no interior, igualmente rico em património e história. Estas regiões, com o seu património edificado que outrora desempenharam papéis cruciais em eventos históricos, encontram-se hoje quase ao abandono e isoladas, com uma população maioritariamente idosa. Embora ainda haja jovens nestas áreas, a falta de oportunidades leva-os a deixar as suas terras ou a usá-las como dormitório.

Já a população idosa, que se vê “presa” a estas regiões, vive desamparada, rodeada por uma paisagem cada vez mais deserta e desprovida de recursos. Com o passar das décadas e a diminuição da população ativa, o património existente nestas regiões inevitavelmente perde o seu propósito. A falta de utilização e de apoio financeiro contribui para a sua degradação, e, inevitavelmente, a memória coletiva sobre estes locais desvanece-se.

Neste contexto, a reabilitação do Palácio de Pina Manique, em Manique do Intendente, é um tema relevante e atual. Trata-se de um património erudito, abandonado em meio rural onde a maioria da população é idosa. Este edificado, para além das suas características únicas, tem um enorme valor histórico e de memória para a comunidade local, quer para a região e o país.

Além destes aspetos, existe também um interesse pessoal em desenvolver um projeto responsável nestes territórios, devido ao facto de ser habitante de uma vila que enfrenta estas condições. Por isso, considera-se essencial dar a conhecer o património esquecido no interior de Portugal, com o intuito de melhorar a compreensão e o interesse por estes locais.

1.2 Objetivos

A presente tese tem como objetivo principal a reabilitação do Palácio de Pina Manique, situado em Manique do Intendente, pertencente ao concelho de Azambuja. Com este projeto pretende-se entender como se pode intervir na ruína e habitá-la. Procura-se através da preservação do máximo de características presentes na ruína a valorização do património contruído existente bem como a salvaguarda da memória coletiva. Toda a intervenção tem em conta um pensamento de respeito para com o valor intrínseco do edifício, olhando para o seu legado histórico, material e imaterial, promovendo a coexistência entre uma intervenção de caris contemporâneo.

Para tal a definição do programa de Centro Dia e a introdução de diferentes valências proporciona oportunidades às diferentes faixas etárias. Por um lado, permite aos jovens terem um espaço para estar após o horário escolar e, por outro, proporciona à população idosa a oportunidade de conviver entre si e com os mais novos. Com este projeto acredita-se que haja a possibilidade de garantir a sustentabilidade financeira e a contínua preservação do conjunto edificado.

Posto isto pode-se concluir que os grandes objetivos do projeto são:

- A reabilitação do Palácio de Pina Manique que se encontra em estado de ruína;
- A valorização o património existente;
- A preservação a memória coletiva;
- Reabilitar e habitar a ruína;
- Responder às necessidades da população, através de um programa intergeracional;
- Acoplar novas valências;
- Intervir com contemporaneidade.

1.3 Questões de Partida

Ao longo dos séculos, têm sido feitas inúmeras perguntas sobre como vivemos os edifícios e de que forma devemos preservá-los. Estas questões tornam-se ainda mais importantes quando falamos de edifícios com valor histórico, artístico ou de memória. No entanto, no meio rural, onde muitos desses edifícios permanecem parados no tempo, muitos deles em ruínas, essas perguntas ganham ainda mais relevância. Nessas áreas, a população encontra-se isolada e, muitas vezes, sem acesso a serviços que atendam às suas necessidades. É nesse contexto que surgem as seguintes questões:

- Como preservar e respeitar a identidade da preexistência?
- Como intervir de forma contemporâneo de modo a que esta não se sobreponha à existente?
- Como integrar o palácio na paisagem urbana circundante (pela cor, pela volumetria, pela forma)?
- É possível que o(s) novo(s) programa(s) servirem as diferentes faixas etárias?
- Pode o novo programa prevenir o abandono do edifício?

1.4 Metodologia

O processo de trabalho desenvolveu-se em duas fases: a teórica, de pesquisa, e a fase projetual, onde foram elaboradas algumas ideias. Estas duas fases ocorreram simultaneamente, complementando-se mutuamente.

A primeira fase, de carácter teórico, centrou-se na recolha de informações históricas, demográficas e territoriais sobre o local, bem como na consulta de bibliografia, que ajudou a fundamentar os conceitos estudados e a sustentar o entendimento do projeto. A recolha de dados teóricos baseou-se em artigos, livros, teses e cartografia existente, tanto em formato físico como digital. Além disso, foi feita uma análise do edifício através de observação no local, levantamento métrico e fotográfico. O contacto com a população residente e a autarquia também foi fundamental para o desenvolvimento do projeto.

Para complementar os conceitos abordados, foram selecionados casos de referência, que serviram de apoio para justificar algumas opções projetuais.

Após a fase teórica, iniciou-se uma análise detalhada do edifício e do local de intervenção, o que permitiu definir o que deveria ser preservado, demolido ou construído. Esta definição foi baseada numa avaliação crítica do estado de conservação e numa análise de valores, de acordo com os conhecimentos adquiridos no quarto ano. Esta fase marcou a transição entre a componente teórica e a prática.

Na fase prática, com base nas análises anteriores, foi elaborado um programa que contribuiu para o desenvolvimento e a utilização do espaço. Foram trabalhados aspetos essenciais, como a revitalização e inclusão do espaço circundante ao edifício e da população que dele usufrui, bem como a necessidade de criar um programa que respondesse às constantes necessidades de conservação do edifício existente, tendo em vista a sustentabilidade ambiental e económica.

Este projeto foi desenvolvido com visitas ao local, levantamentos fotográficos, esboços rápidos e desenhos técnicos (produzidos pela autora), tanto manualmente como em programas bidimensionais e tridimensionais, além de maquetes experimentais feitas à mão.

Após a conclusão de todo o processo necessário para a elaboração e concretização do projeto, foi verificado se o mesmo respondia aos objetivos e questões iniciais, finalizando com as considerações finais. Por fim, foram elaborados os painéis de apresentação e feita a revisão do documento final.

1.5 Estrutura do Documento

O presente documento inicia-se com os agradecimentos, resumo, abstract e índices, seguindo-se o processo de trabalho, que está dividido em seis capítulos:

Capítulo 1 – Introdução

Neste capítulo, é apresentado o tema de trabalho proposto, com uma breve justificação, os objetivos do projeto e as questões associadas. Por fim, descreve-se a metodologia adotada para a realização do trabalho.

Capítulo 2 – Sobre o Lugar

Este capítulo divide-se em dois temas. No primeiro, faz-se uma análise e reconhecimento histórico da freguesia e do seu desenvolvimento. Inclui-se uma breve introdução sobre a vila, as suas origens, o fundador, a localização e uma análise da população, ajudando a compreender o programa proposto. No segundo tema, faz-se uma análise e reconhecimento do objeto de estudo.

Abordam-se as origens do Palácio, a sua arquitetura e tipologia, os materiais existentes, a sua evolução e as transformações ao longo do tempo. Finaliza-se com uma teoria de valor, onde se exploram os diferentes níveis de importância dos elementos do edifício, permitindo compreender o que deve ser mantido ou demolido.

Capítulo 3 – Enquadramento teórico

Este capítulo aborda os conhecimentos teóricos relevantes para o desenvolvimento das temáticas do trabalho. São discutidos os princípios e práticas de intervenção no património, como construir sobre ruínas, as instituições dedicadas à terceira idade, os centros de dia, o envelhecimento ativo e o isolamento social em meios rurais.

Capítulo 4 – Casos de referência

Aqui são apresentados e analisados diversos projetos arquitetónicos que servem como referência para a elaboração da proposta. Estes enquadram-se nos parâmetros programáticos e na escolha linguística projetual, assim como na forma de intervir, preservando ao máximo o valor intrínseco da preexistência.

Capítulo 5 – Proposta

Este capítulo inicia a componente prática do projeto, onde se consolidam todas as competências e análises realizadas anteriormente. Define-se o melhor programa para o edifício e a forma de intervenção. O capítulo divide-se em três partes: o programa, a proposta urbana, que requalifica o espaço envolvente, e a proposta arquitetónica, que aborda a reabilitação do palácio e as novas construções anexas.

Capítulo 6 – Considerações finais

Após o desenvolvimento dos capítulos anteriores, é feita uma reflexão final sobre o projeto e a sua adequação relativamente aos objetivos inicialmente propostos.

No final do documento, encontram-se as referências bibliográficas e os anexos com a documentação e o processo de trabalho do projeto.

2 Sobre o Lugar

2.1 História e Desenvolvimento da Freguesia

2.1.1 Origens

Manique nem sempre assim se denominou. Foi, outrora, Alcoentrinho (nome proveniente da sua proximidade à vila de Alcoentre) e localizava-se nas terras de S. Pedro da Arrifana, nome originário dos arrifes (camada de terreno em que surgem pequenos cabeços de rocha subjacente acima da superfície do solo) que ali se formavam naturalmente. No entanto, para se poder compreender melhor as origens desta aldeia, há que remontar ao período Paleolítico de quando constam os primeiros vestígios de seres a povoar estas terras. Pensa-se que o Homem só pisou estes domínios períodos mais tarde e que permaneceu graças à localização, configuração topográfica e clima, pois o conjunto permitiu a criação de condições necessárias à sobrevivência. Ainda hoje existem vestígios desta época graças às escavações feitas nas grutas e castros existentes nestas áreas. Foices, lanças, lâminas, mós simples e cerâmicas foram alguns dos objetos encontrados e, cuja exposição, se pode ver no Museu Sebastião Mateus Arenque, na Azambuja.

Com o passar dos séculos e invasões de povos protoceltas e românicos, a vida e os costumes destas gentes foram-se modificando (Soledade, 1979). Mais tarde, com a ocupação árabe que perdura durante cinco séculos, o povo da Arrifana e os seus costumes foram forçados a abandonar os seus costumes e a adotar os do povo invasor, deixando-se o legado da indústria cerealífera e das cerâmicas, encontradas nuns silos nas imediações de Manique (Soledade, 1979).

É na conquista de D. Afonso Henriques, em 1147, que as terras da Azambuja e os seus arredores entram para o Reino de Portugal e em 1200, no reinado de D. Sancho I, são presenteadas ao seu primeiro senhor D. Chile Gil Rolim como recompensa pelos seus serviços à coroa portuguesa. Nesta altura dá-se o despovoamento e reflorestação destes domínios para fins de caça, ficando assim por quase três dinastias. Só quando D. João V sobe ao poder é que foram desbravadas e arrançadas para o desenvolvimento agrícola do país, contando com o mesmo plano no reinado de D. José I, com Marquês de Pombal como seu ministro, obrigando à existência da lei do corte e limpeza de terrenos (Soledade, 1979).

Por volta desta altura S. Pedro da Arrifana já contava com 181 fogos e pertencia ao Patriarcado do Distrito Administrativo de Lisboa, sendo descrito da seguinte forma:

“Tem esta freguesia, em 1758, cinco lugares, a saber: Arrifana, que é a cabeça; Alcoentrinho, Póvoa, Vila Nova e Massuça e cada um destes lugares tem seu juíz da vintena” (Soledade, 1979).

Durante essa regência, a localidade foi novamente dividida, com o intuito de aumentar o número de foros e, assim, criar mais áreas de cultivo, atraindo consequentemente mais população. Em 11 de julho de 1791, durante o reinado de D. Maria I, Alcoentrinho foi entregue ao Desembargador do Paço, D. Diogo Inácio de Pina Manique, mais conhecido como Intendente Geral da Polícia, em reconhecimento pelos serviços prestados à coroa portuguesa. Foi então, no final do século XVIII, que a vila passou a chamar-se Manique do Intendente, como se pode verificar na carta da Chancelaria Régia de D. Maria I, no livro 39, fólhos 209 (Figura 1), documento completo no Anexo I:

“(…) Hei por bem em consideração do referido e para que de futuro conste da particular estimação que faço do ditto Desembargador Diogo Ignacio de Pina Manique e de quanto me são agradaveis os seus serviços, fazer lhe muito e honrado da maneira seguinte: Ordeno que a ditto Povoação se denomine daqui em diante Manique do Intendente. Que seja Senhorio do Sollar para elle e para todos os seus descendentes sucessores da sua Caza intittulandosse e todos Senhores de Manique. Que sejam limites do Sollar e Senhoria da Freguesia em que está a ditto Povoação. Que esta seja criada Villa, servindo lhe de termo a Freguesia.

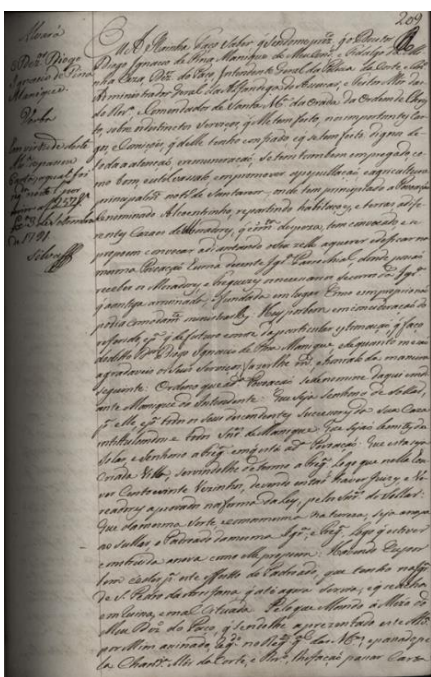


Figura 1 - Carta Régia de D. Maria I. (Fonte: Cedido por Nuno Nobre, 2023)

Logo que nella houver cento e vinte cezinhos, devendo então haver Juizes e Vereadores aprovados na forma da Ley, pelos Senhores do Sollar: (...) Lisboa, 11 de Julho de 1791 anos.

Rainha // Luis de Vasconcelos e Sousa Presidente // Por Decreto de sua Magestade do primeiro de Julho de 1791 José Federico Ludovice a fez escrever e ficou escrita em Lisboa a 23 de Julho de 1791 assina Gerónimo Correia de Moura”

É então que aqui que Manique se encontra ligada a um dos homens mais influentes e controverso da história portuguesa.

2.1.2 Diogo Inácio de Pina Manique

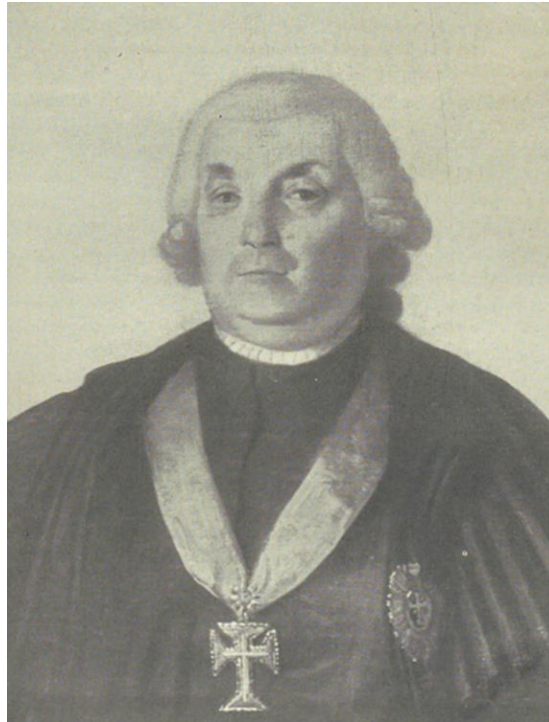


Figura 2 - Diogo Pina Manique. (Fonte: Biblioteca de Fundo Antigo da UC, s/d).

Nascido a 3 de outubro de 1733, Pina Manique (Figura 2) ingressou na Ordem de Cristo em 1756, formou-se em Leis pela Universidade de Coimbra e faleceu em 1805.

Homem de personalidade forte e confiante nas suas capacidades, iniciou a carreira como Juiz do Crime do Bairro do Castelo de São Jorge, durante os reinados de D. José I e D. Maria I. Foi neste cargo que demonstrou o seu talento e competência para lidar com questões criminais e administrativas. Após este início de carreira, muitos outros cargos se seguiram, tendo chegado a ser o braço direito do Marquês de Pombal, que o nomeou Superintendente Geral dos Contrabandos e Descaminhos.

Manique era conhecido como um homem oportunista e com um “espírito pouco propenso a clemência” (Soledade, 1979, p.18).

“Lisboa tem um Intendente de Polícia que se tornou tão famoso pelos seus abusos de autoridade como temido pelos seus furores. O nome Pina Manique suscitava um terror geral. Mal o ousam pronunciar: Não se aborda o Intendente senão tremendo; sentimo-nos como que expulsos por uma mão invisível. O medo da sua severidade, sempre excessiva, sempre irrefletida, precipitada e impõe-se até ao mais corajoso. O seu aspecto não é mais tranquilizador: uma expressão fria, um

olhar sinistro, uma figura sombria, rude, intratável, hostil, inspiram um novo terror.” (Saraiva,2008).

Manique sobreviveu à queda do governo em 1777, após a morte de D. José I, e foi nomeado Intendente Geral da Polícia e do Reino. Foi em 1781, no reinado de D. Maria I, que o Intendente revelou o seu lado controverso, dando início à obra pela qual ainda hoje é lembrado: a Casa Pia de Lisboa.

Conservador e defensor da monarquia, com fortes ligações à Igreja, perseguiu aqueles que apoiavam ou espalhavam as ideias francesas. No entanto, demonstrou um espírito inovador e revolucionário ao promover iniciativas de carácter social, desde a agricultura ao comércio e à indústria.

“Para o ensino das artes fabris mandou vir hábeis mestres da Itália e outros países e teares e outros engenhos dos mais aperfeiçoados que então havia.

De Inglaterra veio por sua ordem Makbay, insigne mestre de lonas e brins, para ensinar o seu fabrico na Casa Pia, onde se formavam alunos mestres, que Pina Manique depois distribuía por diferentes povoações do Reino. O primeiro lugar que possuiu uma fábrica formada por estes novos mestres foi a vila de Manique do Intendente” (Carvalho,1939, p.49).

Pina Manique foi, então, o homem que abriu portas às artes, à educação, introduziu terapia ocupacional nas prisões, criou os primeiros cemitérios públicos, instalou iluminação nas ruas de Lisboa e ainda repovoou o interior de Portugal (Tavares, 1990, p.1).

Mais tarde, com a Revolução Francesa de 1789, surgiram dissabores para o Intendente, quando tentou denunciar as fraudes cometidas pelo General Lannes. Napoleão interveio, resultando na demissão de Manique e no seu afastamento da capital. A destituição e a humilhação a que foi sujeito levaram-no à morte em 1805, deixando a vila de Manique do Intendente estagnada no tempo.

“Enfim, admirado por uns, detestado por outros, desconhecido de muitos, Pina Manique é, apesar disso, um nome incontornável da história do serviço social do nosso país” (Saraiva, 2008).

2.1.3 Inserção Geográfica e Evolução

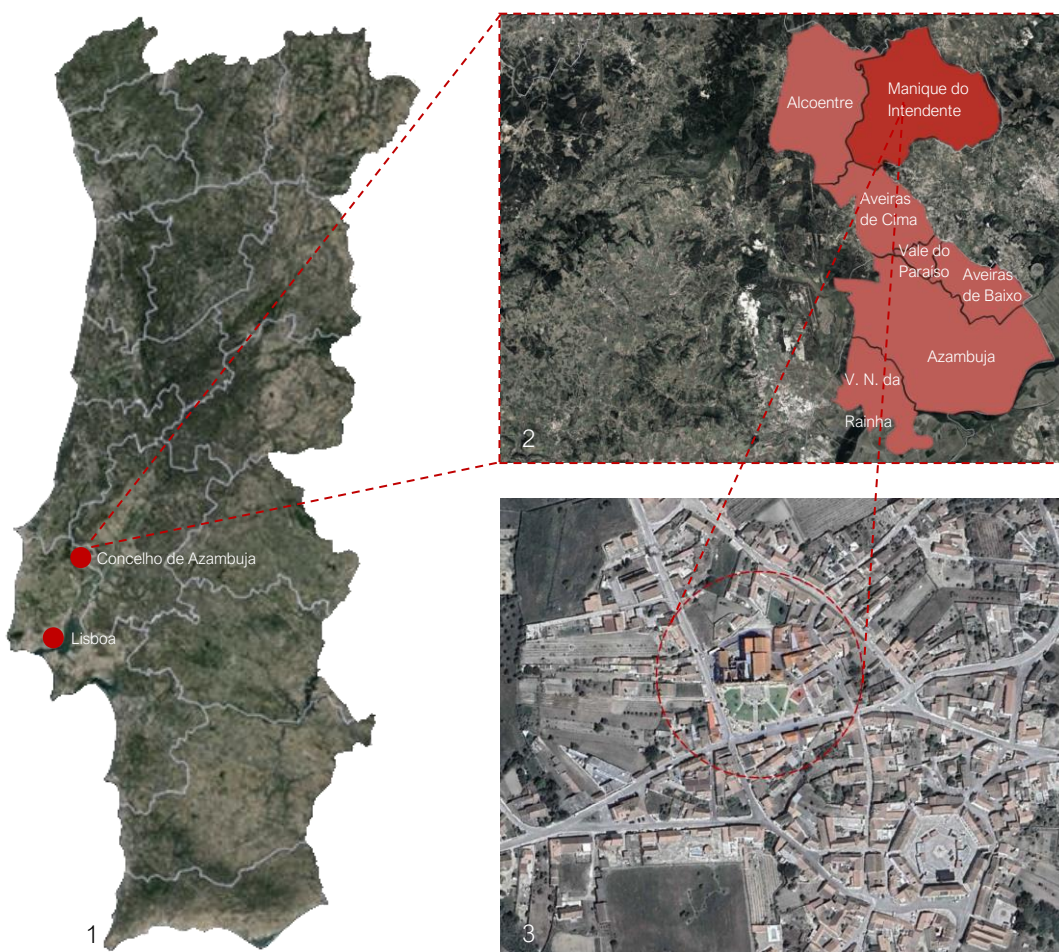


Figura 3 - Esquema de localização de Manique do Intendente: 1-Portugal; 2- Concelho de Azambuja; 3- Palácio de Pina Manique (Fonte: Google Maps, editado pela autora)

Atualmente, Manique do Intendente é a sede da união de freguesias que inclui Vila Nova de S. Pedro e Maçussa. Estas pertencem ao concelho de Azambuja, no distrito de Lisboa, a 60 km da cidade (Figura 3). Geograficamente, Manique fica num vale de pente suave, inclinado em direção à Ribeira do Judeu (ou Almoster), que passa a sul da vila e liga-se à reserva natural do Paúl. Estas águas vêm do sistema hidrográfico do rio Tejo (Marques, 2004).

As cartas militares que se seguem permitem reconstituir as principais vias de acesso à vila, ajudando-nos a entender o seu isolamento. Nas cartas de 1790 a 1812 (Figura 4 e Figura 5), vemos as rotas principais que ligavam Lisboa ao norte, passando por Santarém. A estrada mais importante saía de Lisboa e dividia-se em duas: uma seguia pela margem do Tejo, ligando Azambuja e Cartaxo a Santarém; a outra atravessava o interior, passando por Alenquer, Alcoentre e Alcoentrinho, até chegar a Santarém.



Figura 4 - Cartografia de 1790, com principais vias assinaladas (Fonte: Biblioteca de Fundo Antigo da UC, editada pela autora).

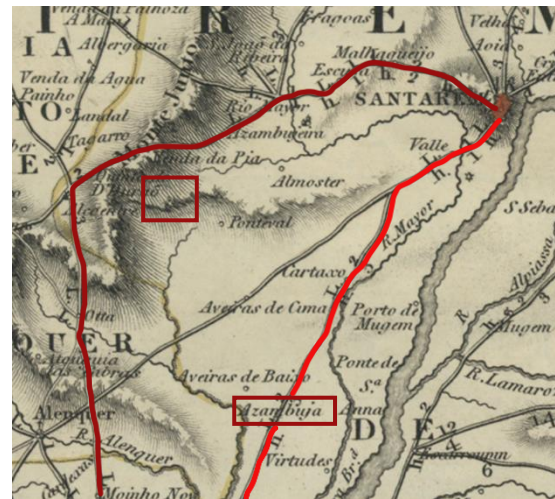


Figura 5 - Cartografia de 1812, com as principais vias assinaladas (Fonte: Biblioteca de Fundo Antigo da UC, editada pela autora).

- Via de ligação que parte de Lisboa para a Alenquer e Alcoentre, passando por Alcoentrinho, até Santarém.
- Via de ligação direta de Lisboa, para Azambuja, em direção ao Cartaxo até Santarém.

Com o passar do tempo, como se observa nas cartografias de 1860/65 (Figura 6) e 2014 (Figura 7), as rotas principais foram alteradas. Foram construídas estradas que ligam Alenquer diretamente às Caldas da Rainha, desviando o percurso que antes passava por Alcoentre e Manique do Intendente, criando uma ligação direta a Azambuja. Por outro lado, a estrada que ligava a Santarém perdeu importância e acabou por cair em desuso. Na carta de 2014, vê-se claramente a grande mudança nas vias de acesso surgiu por causa da construção de IC's (Itinerários Complementares) e Autoestradas.

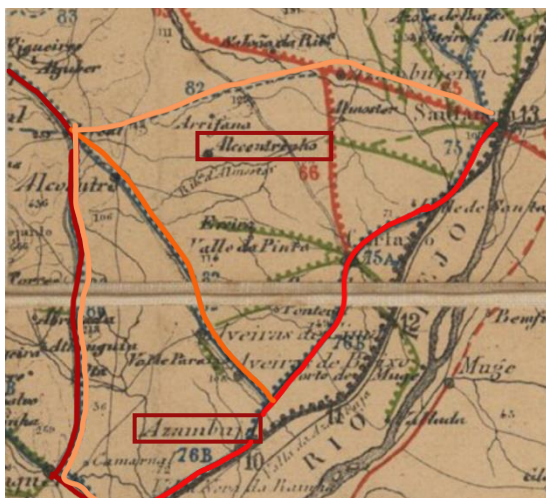


Figura 6 – Cartografia de 1860 a 1865 (Fonte: Biblioteca Nacional Digital, editada pela autora).

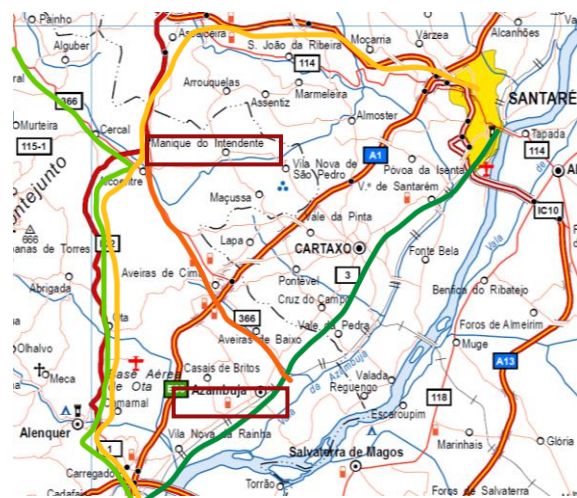






Figura 7 – Cartografia de 2014 (Fonte: Centro de Informação Geo espacial do Exército, editada pela autora).

-  Via de ligação vinda de Lisboa para a Alenquer, deixando de passar em Alcoentre, em direção às Caldas da Rainha.
-  Via de ligação direta de Lisboa, para Azambuja, em direção ao Cartaxo até Santarém.
-  Antiga via que ligava Alenquer, Alcoentre, Manique e Santarém
-  Nova estrada de união de Manique a Azambuja.

A vila, situada na encosta de um vale de Salgueiro, atravessada pela Ribeira de Almoester e visível a partir dos altos dos Carvalhos e da Pedreira, foi descrita por Arnaldo Soledade (1979) como semelhante às "linhas de um pé de galinha", devido ao seu traçado irregular e poligonal. Ainda hoje, os caminhos principais fazem parte do traçado da vila, embora algumas habitações tenham desaparecido (Figura 9 e Figura 9).



Figura 9 - Cartografia de montagem de cartas militares (Fonte: Cedida por Aquilino Raimundo, editada pela autora).



Figura 9 - Fotografia aérea da vila de Manique 2023 (Fonte: Google Maps, editada pela autora).

Pouco se sabe sobre o novo desenho da vila e o plano elaborado pelo Intendente, devido à falta de registos documentais que esclareçam o traçado que se pretendia desenvolver. No entanto, as ideias e influências de arquitetos como Filippo Terzi, João Tinoco, Frederico Ludovice, Nasoni e Manuel da Maia impulsionaram o sonho de tornar Manique uma vila grandiosa. Esse plano, contudo, ficou suspenso com a morte do senhorio e a falta de verbas, deixando apenas vestígios do início da obra. A herança que chegou até aos dias de hoje inclui o Palácio de Pina Manique, a ponte D. Maria I e a Praça dos Imperadores (Figura 10).



Figura 10 – Composição fotográfica dos elementos arquitetónicos importantes da vila de Manique; 1 – Palácio de Pina Manique; 2 – Praça dos Imperadores; 3 – Paúl; 4 – Ponte D. Maria I e Aqueduto (Fonte: Google Maps, fotografias da autora).

2.1.4 Estudo de Reconstituição da Vila

Na tentativa de compreender melhor as intenções urbanísticas desta grande vila, recorreu-se ao estudo da arquiteta Cátia Marques, de 2004. Nesta tese, procurou-se reformular o pensamento urbanístico do Intendente, comparando os vestígios deixados com exemplos como Serpa, Brasil, Avola, Granmichele, Sevilha e La Carolina, sem esquecer os casos edificados em Portugal, como Vila Real de Santo António (1773), Porto Covo (1794) e, obviamente, o fenómeno urbanístico de extrema importância, a Baixa Pombalina (1755).

Cátia Marques (2004) inicia a sua tese com um levantamento da povoação, propondo uma implantação do plano original. Sugere-se traçar uma linha central entre as duas peças edificadas, o Palácio e a Praça dos Imperadores, com o eixo principal sendo a estrada que parte da ponte D. Maria I. Esta, no passado, teria desempenhado um papel mais significativo na vila, além da relação meramente visual que tem atualmente.

Através da linha que parte do centro do palácio e do encontro com outra que nasce no centro da praça, descobre-se o ponto médio de uma circunferência (Figura 11). A partir daí, surge a possibilidade de ter existido a intenção de construir uma segunda praça hexagonal, oposta à já existente, o que justificaria a entrada principal da vila ser feita pela ponte D. Maria I.

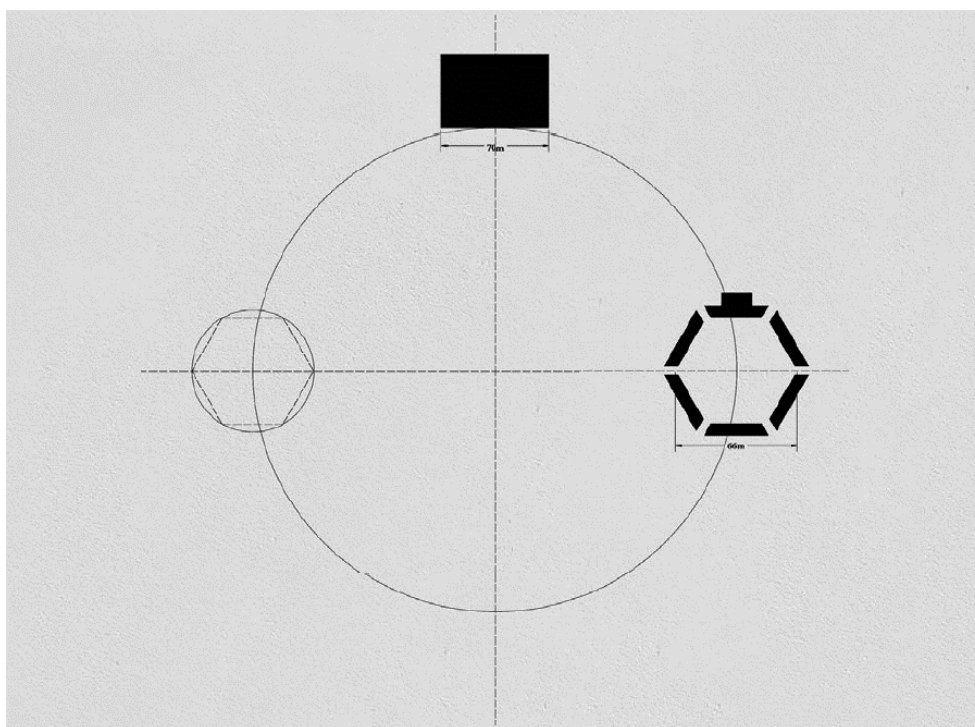


Figura 11 - Possíveis linhas Guia do Traçado de Manique do Intendente (Fonte: Produzido por Cátia Marques, Manique do Intendente: Uma Vila Iluminista, tese de mestrado).

Nos edifícios da praça localiza-se a Casa da Câmara, o pelourinho e unidades habitacionais de dois pisos, que se supõe serem destinadas a figuras ilustres, como oficiais da polícia, juízes, entre outros. Assim, pode-se afirmar que este centro estaria destinado ao poder público. A praça ganhou o nome de Praça dos Imperadores devido ao fascínio e inspiração de Diogo Pina Manique pelos imperadores romanos, como Justiniano, Augusto, Trajano, Sertório e César, faltando apenas um nome que, infelizmente, se perdeu no tempo. Esses imperadores representavam símbolos de força, justiça e sabedoria.

A praça que surgiria a sul poderia acolher uma alfândega ou um celeiro público, já que D. Maria I autorizou a realização de uma feira franca, conferindo a este novo espaço a possibilidade de receber tal evento. Com base nisso, Cátia Marques (2004) sugere a existência de três praças: “uma praça nobre enquanto o Palácio do Intendente, a Praça dos Imperadores, ligada ao poder público e, finalmente, uma segunda praça hexagonal, que albergaria funções comerciais”.

Tendo chegado à hipótese da existência das três praças e da consequente divisão funcional, permanece a dúvida sobre como a população seria organizada em função dessas áreas. Considera-se a possibilidade de um sistema de medição baseado em palmos, proposto por José Manuel Fernandes e Frederico Seixas, chegando-se à conclusão de que Manique do Intendente se assemelha a um pequeno centro.

Sendo a vila enquadrada num ambiente com três linhas de água: a sul, pela Ribeira do Judeu, a oeste e este, por dois afluentes da mesma ribeira, sendo limitada a norte por uma elevação, o Cabeço, que, por sua vez, apresenta condicionantes ao projeto (Marques, 2004).

Em relação à forma, a esmagadora maioria dos casos portugueses apresenta um traçado visivelmente retangular, com diversas relações proporcionais. No entanto, Manique foge a esse padrão ao apresentar uma praça hexagonal. Para entender o traçado adequado, a autora da tese compara as praças hexagonais de Serpa, Avola, Granmichele e La Carolina. Enfrenta, no entanto, dificuldades, já que “... com a mesma forma, as cidades citadas apresentam traçados diferentes: se Serpa e Granmichele possuem um traçado de base radial, Avola e La Carolina funcionam com um sistema estritamente ortogonal. Em Manique, se a praça hexagonal, com ruas abertas nos ângulos, com nomes de imperadores, indica um traçado radial, a quase totalidade da experiência urbanística portuguesa aponta no sentido de um traçado de base reticular. A hipótese de o traçado radial deixar-nos, pois, com um problema acrescido da falta de exemplos para a comparação. Mas a existência de uma terceira possibilidade: a da conjugação, num mesmo tecido, os sistemas” (Marques, 2004).

No decorrer do estudo das possibilidades viáveis para Manique do Intendente, a arquiteta apresenta duas hipóteses: uma com traçado retangular e outra com traçado hexagonal. O traçado retangular resulta da junção de dois quadrados, numa tentativa de combinar a malha de quarteirões e praças. A proposta parte do centro da largura do palácio, criando uma ampla praça. Para reduzir a densidade da construção, considerou-se que esses quarteirões poderiam ter espaços centrais vazios, formando pátios internos (Figura 12).

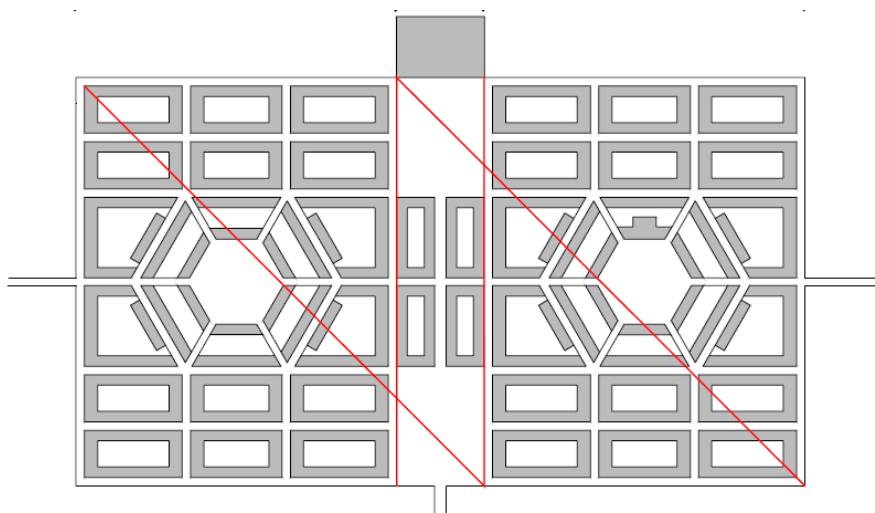


Figura 12 - Primeira hipótese do Traçado Urbano de Manique do Intendente. (Fonte: Produzido por Cátia Marques, Manique do Intendente: Uma Vila Iluminista, tese de mestrado)

No entanto, esta hipótese foi abandonada devido às fragilidades na concordância entre o traçado e a regularidade dos quarteirões. Compreendendo as ruas diagonais, a autora do estudo desenvolve uma nova proposta que se alinha com a praça hexagonal existente. O traçado segue a mesma forma da praça (Figura 13), com base na comparação com La Carolina. Apesar das dificuldades na obtenção de quarteirões regulares, esta proposta parece ser a mais adequada, integrando o palácio de forma mais harmoniosa no tecido urbano.

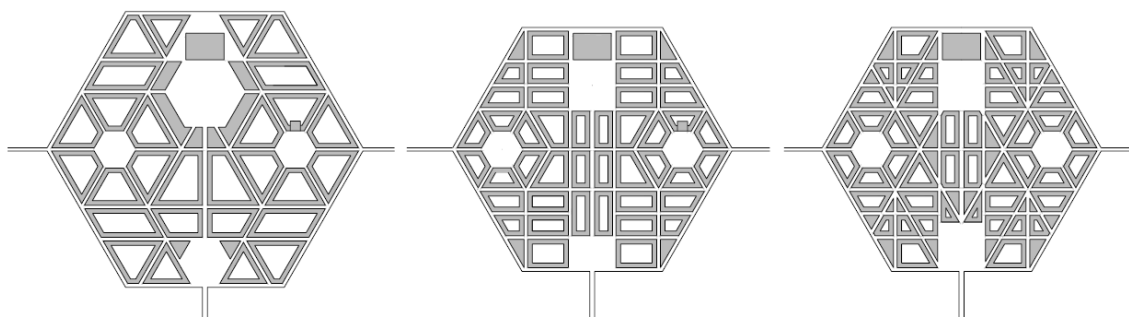


Figura 13 - Segunda hipótese do Traçado Urbano de Manique do Intendente. (Fonte: Produzido por Cátia Marques, Manique do Intendente: Uma Vila Iluminista, tese de mestrado)

Esta malha enquadra-se melhor no terreno de Manique, especialmente quando comparada à proposta retangular, que se impõe nos declives.

No fim deste estudo concluiu-se “o que temos em Manique é uma interessante conjugação entre a tradição portuguesa e as experiências do iluminismo europeu de carácter mais «barroco» possuindo um programa de cariz marcadamente social (e utópico). Manique seria, possivelmente, a experiência que mais se aproxima, formalmente e em Portugal, do urbanismo setecentista iluminista do resto da Europa” (Marques, 2004, pág.86).

Após a análise da malha urbana de Manique, verificou-se que a estrada principal, vinda do sul, da Ribeira do Judeu, ganha ainda mais relevância. Ao longo deste caminho, encontra-se a ponte de pedra e cal, com três arcos, chamada ponte D. Maria I, em homenagem à rainha, construída entre 1791 e 1800. O aqueduto, incorporado no muro da ponte em formato de calha, percorre-a até chegar à vila e ainda funciona até aos dias de hoje.

Compreendeu-se, assim, a importância de Diogo Pina Manique, um homem atento aos detalhes, especialmente ao traçado das vias e à geometria:

“Todo o espírito desempoeirado de Pina Manique previu. Para que à população da sua terra não faltasse a água foi buscá-la a uma nascente caudalosa que existe um pouco fora da povoação e conduziu-a para o centro da aldeia, através duma canalização que ainda existe” (Vieira, 1934, p.31)

2.1.5 Análise da População

Manique do Intendente tem registado uma diminuição da população; no entanto, os dados do último censo apontaram para um aumento no número de habitantes da freguesia (Figura 14). Este crescimento deve-se ao aumento dos preços da habitação nos grandes centros urbanos, o que torna as áreas rurais uma opção mais viável.

1864	1878	1890	1900	1911	1920	1930	1940	1950	1960	1970	1981	1991	2001	2011	2021
1765	2176	2479	2864	3212	2434	2505	2911	3099	2872	2238	2115	1374	1392	1216	2003

Figura 14 - Evolução Populacional de Manique do Intendente (Fonte: Censos, criada pela autora).

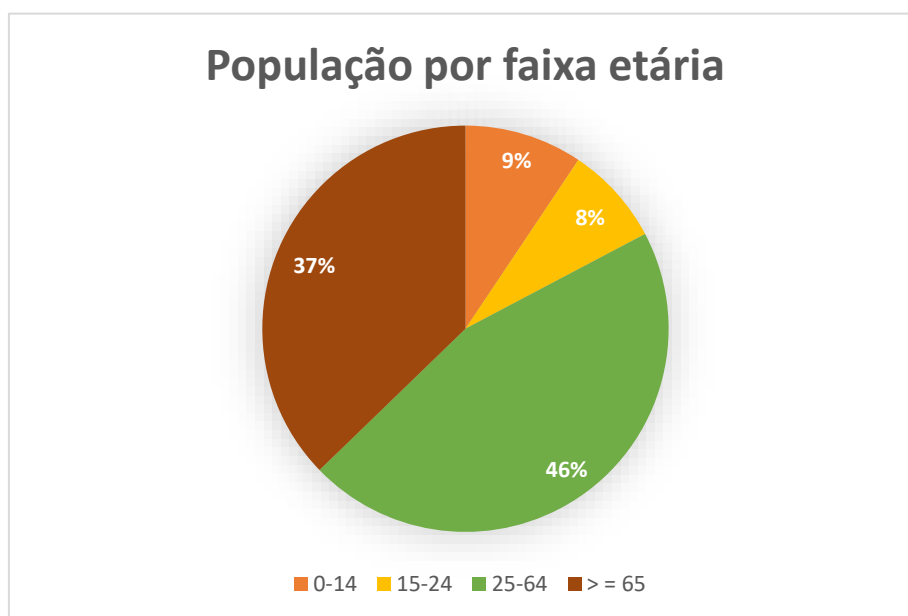


Figura 15 - Comparação de Faixas Etárias de Manique (Fonte: Censos, criada pela autora).

Apesar do crescimento populacional, o problema do envelhecimento da população persiste. De acordo com o gráfico (Figura 15), 9% da população tem até 14 anos, 8% está entre os 15 e os 24 anos, 37% corresponde ao grupo dos 25 aos 64 anos, e, finalmente, 46% dos habitantes têm mais de 65 anos (INE, 2021).

Estes dados indicam uma taxa de natalidade bastante baixa e, por outro lado, um índice de envelhecimento elevado.

Embora a vila disponha de alguns serviços, estes não são suficientes para garantir uma empregabilidade significativa. Como resultado, muitos jovens deslocam-se para grandes cidades, como Santarém e Lisboa, para trabalhar, o que

transforma a vila num "dormitório". Além disso, um número considerável de jovens emigra em busca de melhores oportunidades de emprego.

Quanto à população idosa, é comum vê-los ocupados em trabalhos agrícolas e, por vezes, a reunirem-se na praça do Palácio para conviver (Figura 16).

Apesar destas questões, não faltam iniciativas das autarquias para promover Manique. Há grupos que se reúnem para atividades de convívio e prática desportiva. Mercados e feiras em dias comemorativos também proporcionam uma oportunidade para encher as ruas da vila, onde são realizadas exposições de artigos artesanais, provas de gastronomia local e concertos.



Figura 16 – Fotografia de alguns dos residentes da Manique do Intendente (Fonte: autora).

2.2 O Palácio de Pina Manique

2.2.1 Origens

Não há consenso quanto às origens do Palácio. Sabe-se que foi construído no mesmo período em que se ergueram as demais obras associadas ao Intendente, entre 1791 e 1800. O mesmo ocorre quanto à autoria do projeto. Há, contudo, a possibilidade de que tenha sido elaborado por dois arquitetos: José da Costa Silva e Joaquim Fortunato de Novais.

O primeiro, mencionado por António Lambret Pereira da Silva, autor de *Nobres Casas de Portugal*, estudou engenharia e viajou para Itália, regressando em 1779. Tornou-se professor de arquitetura e foi nomeado Real Arquiteto das Obras Públicas em 1789. Ficou responsável pela construção do Teatro de São Carlos, em Lisboa, iniciando os seus trabalhos em colaboração com o Intendente.

Por outro lado, Luís Xavier da Costa (1935), Paulo Varela Gomes (1988) e José Manuel Fernandes (2006) atribuem a autoria do Palácio a Joaquim Fortunato Novais. Novais, que foi aluno da Casa Pia, iniciou a sua formação em 1780, estudou arquitetura em Roma e regressou a Portugal entre 1791 e 1794. Faleceu prematuramente em 1807. Devido ao seu regresso tardio ao país, torna-se difícil atribuir-lhe a autoria do projeto, embora a sua participação não seja descartada (Lopes, 2020).

A arquiteta Cátia Marques (2013, p. 25) cita um manuscrito (1705, fólio 31) que admite a possibilidade de participação de Novais no projeto: "Joaquim Fortunato de Novaes, Architecto civil (...) está actualmente empregado na construção de hum Palácio, huma Igreja, cuja obra lhe dá honra pelo gosto com que vai edificada".

O Palácio de Pina Manique, também conhecido como Palácio de Manique do Intendente, tal como os planos urbanos, não apresenta plantas originais. O último levantamento foi realizado pela Direção de Serviços Regionais de Monumentos de Lisboa, da DGEMN (Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais), datado de 1988. Contudo, existem dois desenhos da fachada principal. O primeiro (Figura 17) mostra a frente do edifício sem as carpintarias dos vãos, que se acredita ser o mais antigo, possivelmente da época do desenvolvimento do projeto. O segundo (Figura 18) exhibe uma adaptação do primeiro.

Apesar da falta de desenhos técnicos da obra, há documentos paroquiais com anotações nos registos de batismo (Anexo I) de pessoas da população. Estes sugerem que a documentação se perdeu durante a invasão francesa em Portugal, com registos da passagem das tropas pelas terras (Anexo I), o que resultou na interrupção da obra da vila de Manique do Intendente.

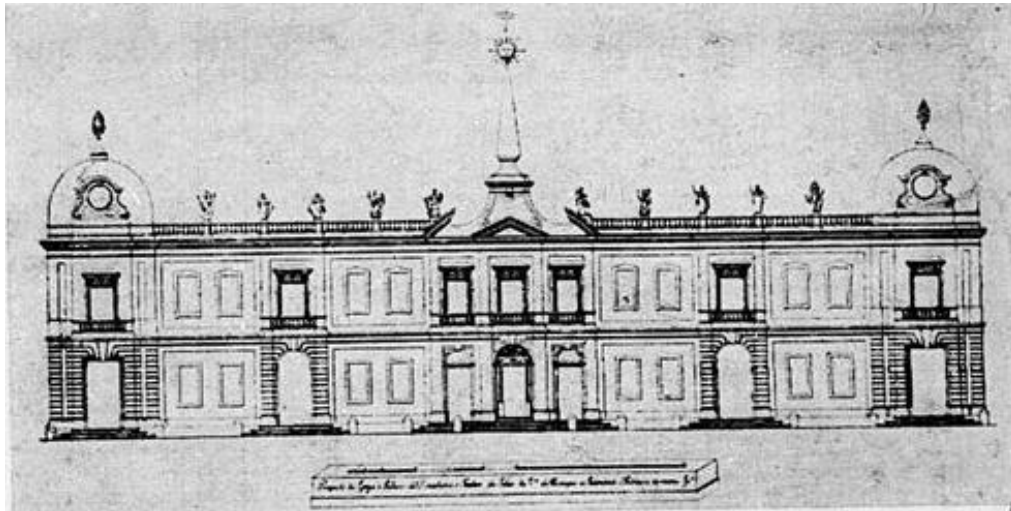


Figura 17 - Fachada Principal do Palácio (Fonte: SIPA).

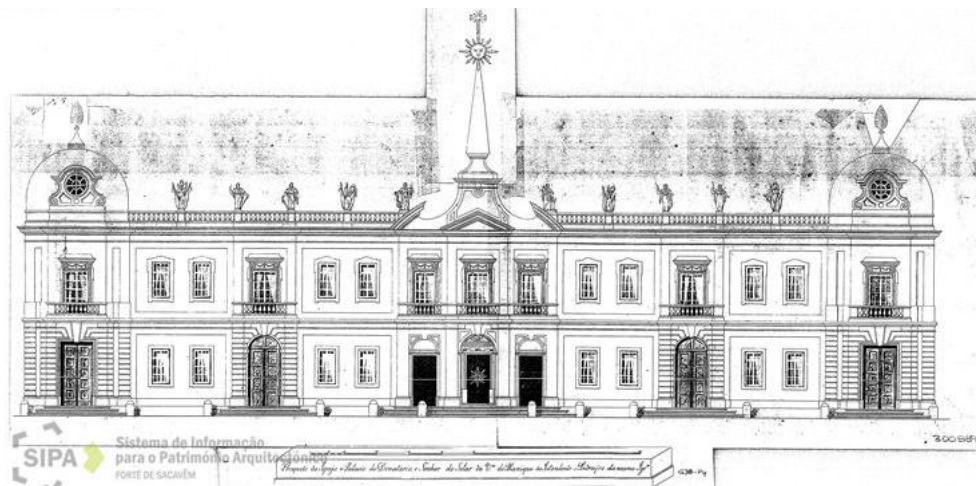


Figura 18 - Desenho Elaborado sobre a Fachada Principal do Palácio (Fonte: SIPA).

2.2.2 Arquitetura e Tipologia

De tipologia invulgar, o palácio acomoda uma igreja em posição central, e não uma capela privada, destacando-a em relação ao conjunto. Observando o edifício, constatamos que ele se ergue num largo e amplo rossio. Segundo o desenho da fachada e das plantas (Figura 17), possui dezasseis janelas de grandes dimensões, dois torreões, sete portas ajaneladas com varandins de balaústres, além de quatro portas monumentais de pedra, trabalhadas e almofadadas em forma retangular, com fendas intercalares e um plano de cunhais. Na padieira de cada porta, há cinco cunhos clássicos a rematar.

Os torreões apresentam cúpulas abobadadas ao estilo barroco, culminando em pináculos em forma de pinha flamejante, assentando sobre peanhas no topo das abóbadas. No centro, há um óculo, numa tentativa de transformar o elemento estrutural em decorativo. Perto das abóbadas, que provavelmente nunca foram construídas, corre uma linha horizontal de balaústres, no sentido do centro do solar, onde se localiza o frontão de linhas quebradas, de estilo barroco com influência clássica grega (Soledade, 1979, p. 31).

Contrariamente ao desenho, hoje encontramos um coroamento em meia-lua, resultado do preenchimento das aberturas elípticas para reforço estrutural. No centro dessa forma, em linha vertical, surge o culminar do conjunto com a cruz de Cristo. O corpo central do palácio apresenta uma escadaria com três lances e dez degraus, que conduz à galilé de três arcos de volta perfeita e abobadada, ladeada por pilastras que avançam para suportar a balaustrada da varanda do piso superior. Nesta varanda, encontram-se três portas, coroadas por um frontão triangular.

No piso térreo, há três portas de entrada para a igreja, coroadas por pequenos frontões nas vergas. No vão central, o tímpano da verga exhibe o brasão dos Pina Manique e da sua esposa (Figura 19), com a cruz de Cristo a completar o símbolo de nobreza. A igreja tem apenas uma nave (Soledade, 1979).



Figura 19 - Brasão dos Pinas. (Fonte: Aquilino Raimundo, editada pela autora)

A cimalha é decorada por uma varanda balaustrada, com colunas ou pilastras de pedra, pontuada por pináculos que representam as armaduras dos imperadores romanos. Algumas dessas figuras apresentam a forma de “elmo e couraça” do século XVII, com duas bandeiras de cada lado (Soledade, 1979, p. 32).

Na fachada lateral voltada a oeste, é visível o estado inacabado do edifício. Esta fachada tem uma composição mais simples, mantendo a mesma linguagem visual dos cantos da fachada principal, com uma porta em rusticado ao nível do piso térreo e uma varanda com sacada no piso superior.

Na fachada norte, na parte traseira do edifício, encontramos a maior parte arruinada do palácio. A torre sineira, de construção quadrada e telhado cónico, é visivelmente tardia, provavelmente erguida durante o restauro da cobertura da igreja, que ruiu com o ciclone de 1941. O interior do campanário é acessível por uma escada de madeira que rompe a abóbada do coro-alto ().



Figura 20 – Fotografia do coro-alto com acesso à torre sineira (Fonte: autora).

Em Portugal, existe apenas um exemplar desta tipologia: o Palácio Nacional de Mafra, que se distingue claramente pela escala e pela materialidade. Através da pesquisa realizada sobre ambos os palácios, encontrou-se um estudo da arquiteta

Cátia Marques, de 2013 (Figura 21), e, com a documentação fornecida pelo engenheiro Aquilino Raimundo (Figura 22), constata-se que ambos tentaram reconstituir o palácio de Manique. No entanto, permanecem algumas dúvidas, pois se sabe que, no Palácio de Mafra, uma das alas destina-se ao uso da rainha e a outra ao do rei. Em Manique, essa distribuição é difícil de justificar.

“... a opção de duas alas, ambas com entrada principal com acesso a escadaria de honra. Não é possível saber se, programaticamente, tal se poderia justificar ou, se se trata simplesmente de um reforçar do caráter representativo e simbólico deste conjunto: a sua feição monumental sobrepor-se-ia, assim, ao uso.” (Marques, 2013, p.39).

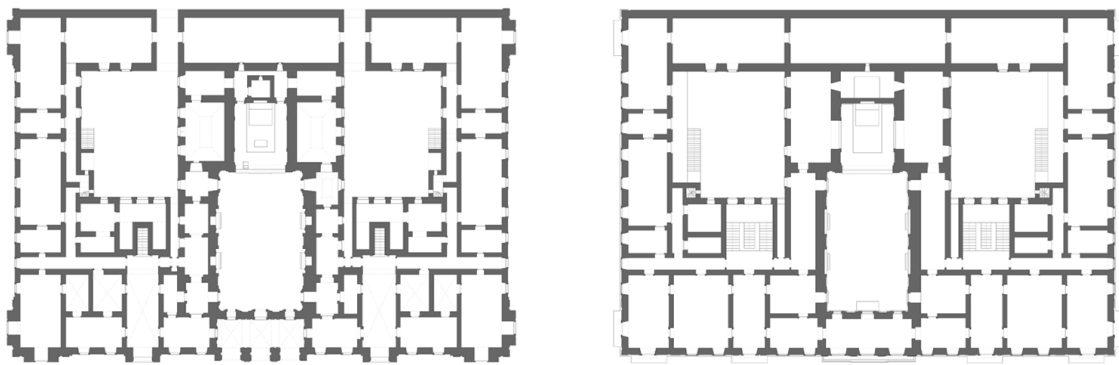


Figura 21 - Reconstituição do Palácio por Cátia Marques (Fonte: A Vila Iluminista de Manique do Intendente: um outro olhar).

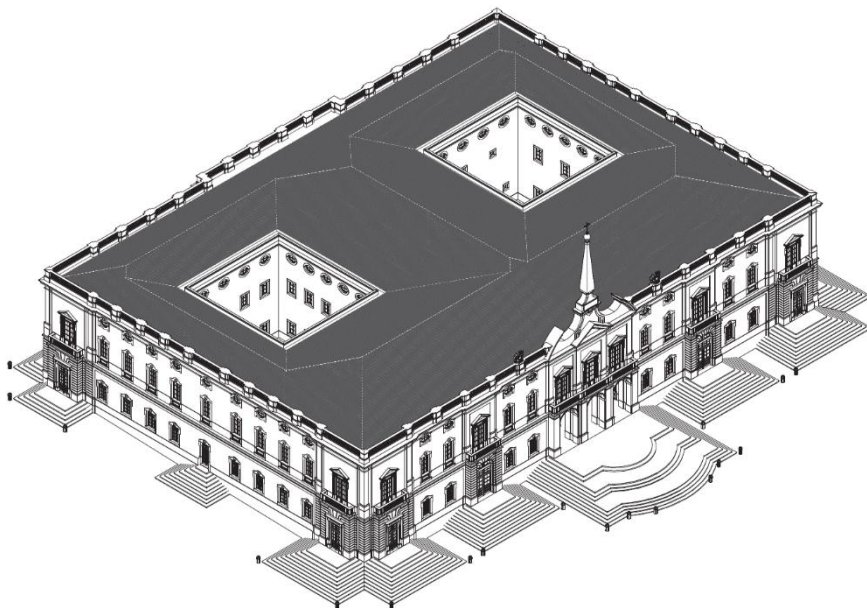


Figura 22 - Reconstituição do Palácio (Fonte: cedido por Aquilino Raimundo).

2.2.3 Materialidade

O palácio é constituído por paredes autoportantes de alvenaria ordinária (Figura 23). Segundo Aquilino Raimundo, no seu artigo “A OBRA de Manique do Intendente” (Anexo I), relatos populares referem que as pedras calcárias eram extraídas na povoação dos Carvalhos, localmente conhecida como Zangazil.

Infelizmente, esta pedreira já não é visível atualmente, devido à transformação dos solos pela atividade agrícola e ao avanço da vegetação espontânea. A origem das pedras utilizadas nas cantarias e ornamentos (Figura 24) permanece desconhecida. Sabe-se apenas que estas pedras deviam ser mais duras do que os materiais usados na construção das paredes. António Rogério Jenuíno Bom, no seu artigo “Arrouquelas, Origens de uma Aldeia”, menciona que eram transportadas pedras daquela zona para Manique do Intendente:

“Também a mesma fonte me assegurou que a pedra para o convento de Manique veio da Serra da Luz e era transportada em zorras, puxadas por uma ou mais juntas de bois (...).”



Figura 23 - Paredes de alvenaria ordinária (Fonte: autora).

Não se sabe ao certo as origens dos materiais, mas, em conversa informal com os habitantes de Manique, indicaram que estes adornos seriam feitos de pedra moleanos, a qual será utilizada no projeto, como será abordado em um capítulo mais à frente.

Para além dos calcários, identificam-se elementos cerâmicos integrados nas alvenarias, assim como em detalhes construtivos, nomeadamente nos arcos de descarga dos vãos (Figura 25) (Raimundo, 2019, p. 4).

Conclui-se, portanto, que a maioria destes materiais era extraída das vilas próximas de Manique. Aquilino Raimundo refere ainda que “Na povoação de Manique do Intendente laborou até cerca de meados do séc. XX uma fábrica de telha e tijolo cuja matéria prima era extraída de barreiros localizados nas imediações da povoação...” (2019, p. 5).



Figura 24 - Cantarias ornamentais de pedra calcária (Fonte: autora).



Figura 25 - Arcos de descarga, na zona das janelas, portas e nos tectos abobadados (Fonte: autora).

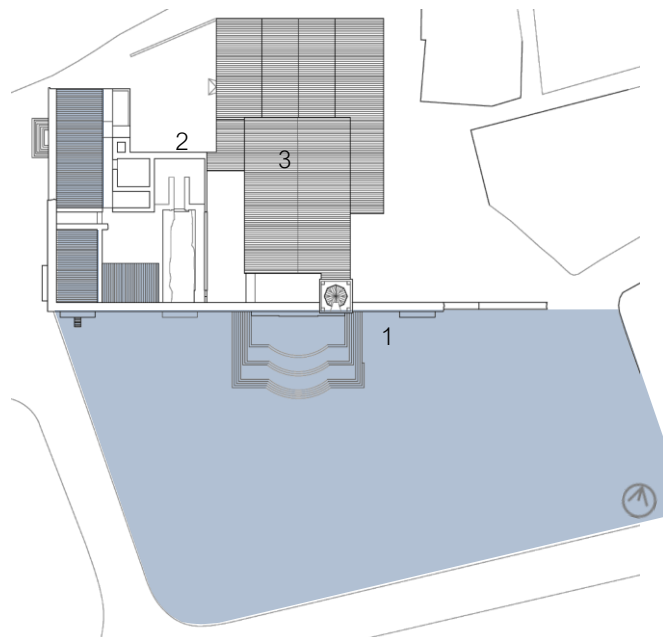
2.2.4 Evolução e Marcos Importantes

Após o exposto, optou-se por sintetizar os acontecimentos mais relevantes que influenciaram diretamente o palácio. Essa evolução está representada num esquema elaborado na disciplina de Seminários (Figura 26, Figura 27, Figura 28 e Figura 29, ou no painel anexo IV), com desenhos em planta e fotografias retiradas do arquivo do SIPA (Sistema de Informação para o Património Arquitetónico), que apresentamos abaixo.

Os marcos principais foram:

- **1941:** Um ciclone atingiu a vila, destruindo a cobertura da igreja.
- **1979:** A Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais autorizou a substituição/reconstrução total da cobertura. Em 1992, a mesma intervenção foi feita na zona do altar e nos corpos laterais.
- **1980:** O Centro Regional de Segurança Social e a paróquia local iniciaram obras no palácio para a construção de uma Casa de Repouso e Centro de Dia para idosos, criando o corpo na ala Este do edifício. As obras foram embargadas e permanecem assim até hoje.
- **1993:** O palácio foi classificado como Imóvel de Interesse Público.
- **2007:** Parte da fachada ruiu devido à falta de verbas para obras, colocando em perigo a população.
- **2009:** Foram realizadas obras de consolidação da fachada para evitar novos desmoronamentos.
- **2024:** Constatou-se que a fachada está em mau estado de conservação. No entanto, algumas áreas ainda estão em uso, nomeadamente a ala Poente, que serve como espaço de armazenamento da autarquia. A ala central continua dedicada ao culto religioso, enquanto a ala Este permanece com as obras embargadas.

1977



- A igreja e a fachada são as únicas partes existentes desde o início da construção do edifício (corpo central);
- Por esta altura já haviam funções nos corpos do lado Oeste;
 - Ala e centro Este inacabada;
 - Praça de terra batida desde os anos 40.

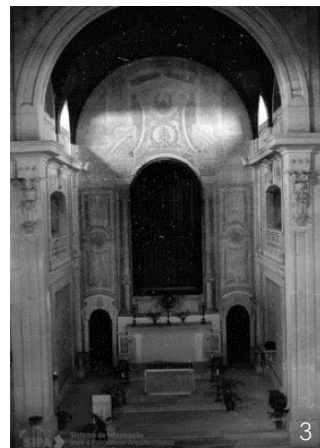
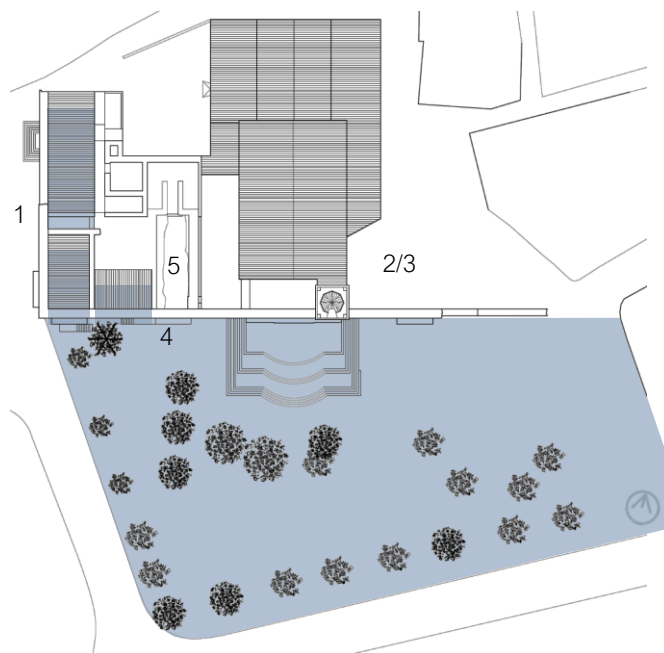


Figura 26 – Esquema temporal das transformações do Palácio: 1- Fachada do Palácio; 2- Ruína; 3- Zona do altar (Fonte: SIPA, esquema da planta feito pela autora).

1980/81

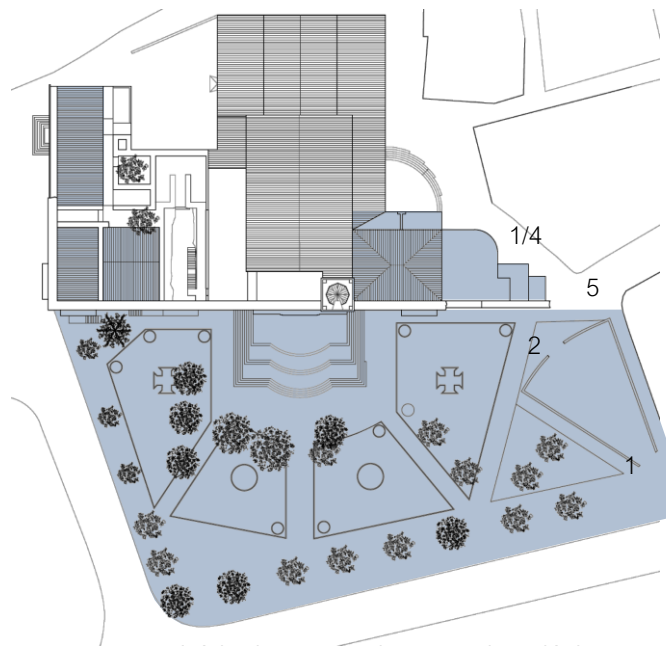


- Plantação das árvores existentes na praça;
- Início das obras para a Casa de Repouso e Centro de Dia para 3ª idade
 - Delimitação do terreno da praça;
 - Reparação do telhado da igreja;
- Ala Oeste com funções administrativas da Junta de Freguesia e posto de Correios.



Figura 27 - Esquema temporal das transformações do Palácio: 1- Fachada oeste; 2/3- Início da construção do centro de dia; 4- Porta em arco na fachada principal; 5- Ruína da ala oeste (Fonte: SIPA, esquema da planta feito pela autora).

1988

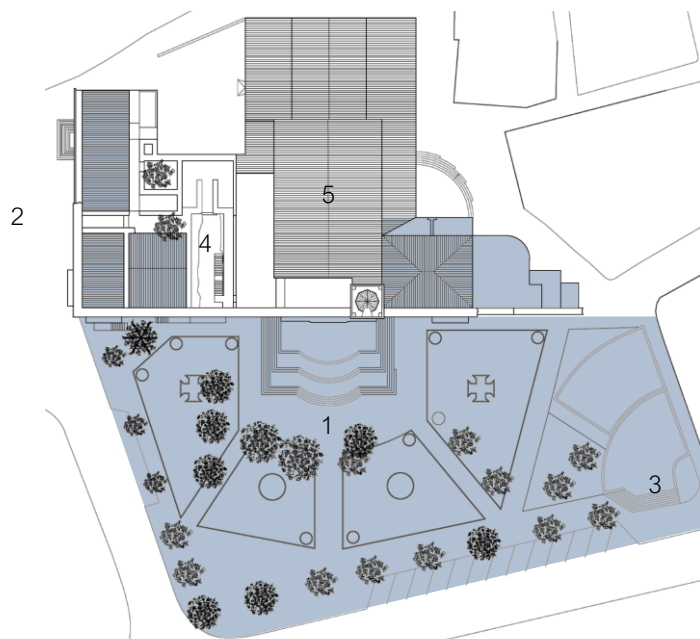


- Início do arranjo da praça do palácio;
 - Ampliação
- Criação de um parque infantil, na praça, do lado Este;
 - Reconstrução do teto da igreja.



Figura 28 - Esquema temporal das transformações do Palácio: 1/4- Construção do centro de dia; 2/3- Fachada principal do Palácio; 5- Vista lateral da construção do centro de dia (Fonte: SIPA, esquema da planta feito pela autora).

2023/24



- Terreno da praça acabado, com parque de estacionamento;
- Ala Este com edificado inacabado;
- Ala Este e Oeste sem funções atuais;
- Parque infantil acabado no terreno da praça;







Figura 29 - Esquema temporal das transformações do Palácio: 1- Fachada principal do Palácio; 2- Fachada oeste; 3- Vista do Palácio com parque infantil; 4- Ruína da ala oeste; 5- Zona do altar (Fonte: SIPA, esquema da planta feito pela autora).

2.2.5 Teoria de Valor

Após compreender o edifício e a sua evolução, foi realizada uma análise de valores para qualificar a importância dos elementos que definem a identidade do imóvel. Esta análise ajuda a entender a relevância de alguns desses elementos, característicos ou pertencentes ao edifício, e a fundamentar as decisões de projeto. Para isso, foi utilizado o método abordado na disciplina de Laboratório de Projeto IV, do quarto ano do curso de Arquitetura, com especialização em Interiores e Reabilitação do Edificado.

Este método baseia-se na proposta de Clarke et al. (2019), inspirada nos valores descritos no livro *O Culto Moderno dos Monumentos*, de Alois Riegl. A avaliação dos valores é feita em três níveis:

-  • Classe A - Valor Elevado: representando os elementos a preservar e de maior importância, os que apresentam um carácter patrimonial, identitários, de tipologia, morfologia, processo construtivo e material ou estético.
-  • Classe B - Valor médio: Elementos que necessitam de um outro enquadramento para serem considerados relevantes, como valor estético, material ou construtivo. Estes podem ser retirados, reenquadrados e/ou substituídos, de forma a beneficiarem o conjunto na sua leitura e programa.
-  • Classe C – Sem valor: refere-se a elementos que descaracterizam o objeto, pondo em causa a leitura identitária e histórica do conjunto ou que comprometem a estabilidade do edifício, provocando danos. Estes devem ser demolidos ou removidos.
-  • Por último atribuiu-se uma outra cor para lugares não visitados/interditos, devido à falta de segurança a eles inerentes.

A avaliação de valores está representada em plantas (Figura 30, Figura 31 e Figura 32), complementada por registos fotográficos do local. Como o edifício nunca foi completamente finalizado e se encontra, na maior parte, em ruína, os elementos de maior valor concentram-se principalmente na sua estrutura construtiva. O palácio mantém um sistema original de paredes autoportantes em alvenaria de pedra, incluindo três fachadas e parte da fachada norte.

Há também alguns elementos estéticos e materiais de destaque, como os ornamentos em pedra nas fachadas e no interior da ruína, particularmente na área onde se localizaria a escadaria principal, na ala poente, com entrada virada a sul. Contudo, o palácio possui apenas uma ala concluída, destinada à igreja e seus serviços. Nessas salas, no piso térreo, os tetos altos e abobadados são uma característica marcante. Já no piso superior, funcionava um jardim de infância, que foi encerrado por falta de condições de segurança. Este piso apresenta um contraste em relação ao andar inferior, com tetos inclinados e mais baixos.

As salas da ala poente, no piso térreo, têm um histórico de mudanças constantes até aos dias de hoje, tendo já albergado os serviços da junta de freguesia e dos correios. No piso superior, foi construída uma área de águas-furtadas que atualmente serve como arrecadação.

Assim, o valor médio é atribuído sobretudo a áreas que sofreram modificações ao longo do tempo e a elementos funcionais, como os pavimentos e algumas caixilharias. Este grupo inclui também a praça e a torre sineira, que, apesar de não terem um valor patrimonial elevado, simbolizam a passagem do tempo no edifício e constituem um marco na memória da comunidade, integrando a leitura global do conjunto.

Os elementos sem valor incluem todos aqueles não mencionados anteriormente, como a construção inacabada de uma extensão na zona norte do palácio. Esta obra, além de não ter sido concluída, prejudica a leitura arquitetónica do conjunto e compromete a estabilidade da fachada principal, que é de valor elevado.

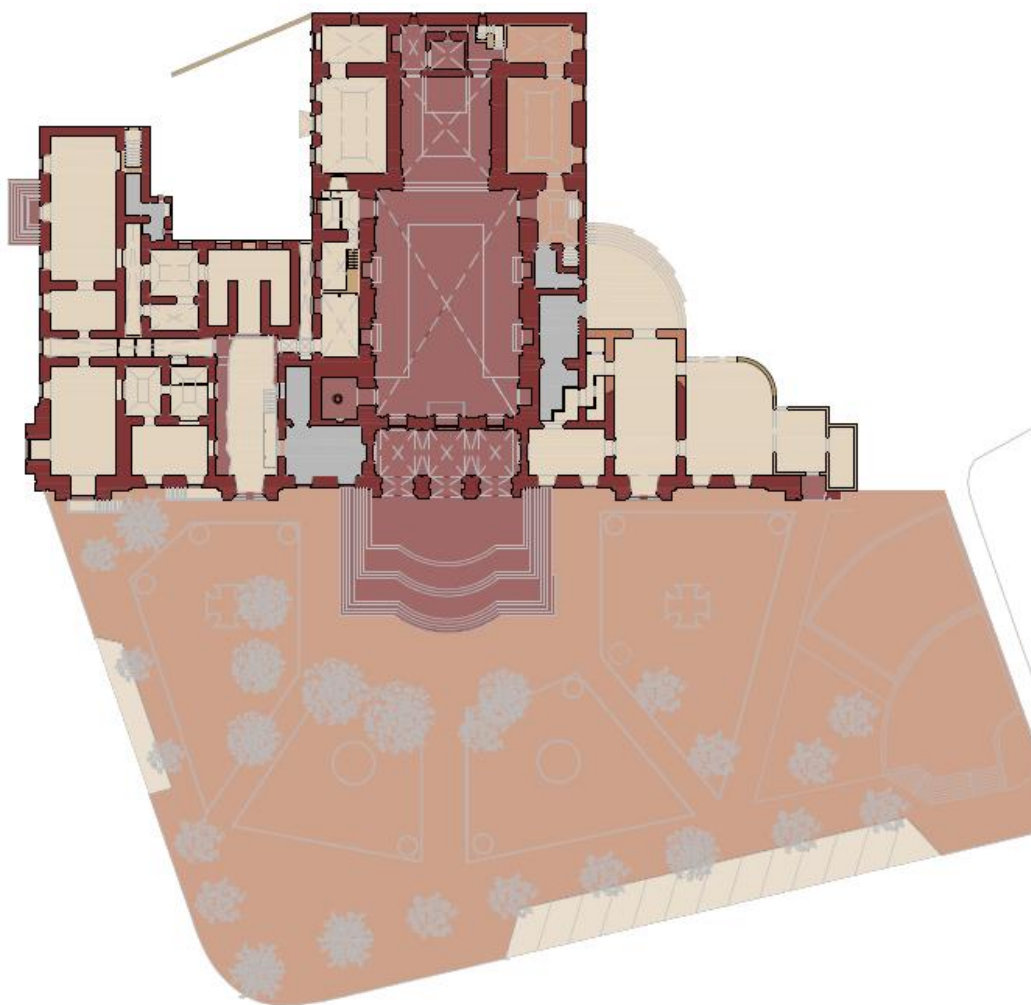


Figura 30 - Esquema da teoria de valor, planta do piso 0: Vermelho- Valor elevado; Cor de Laranja- Valor médio; Amarelo- Sem valor; Cinzento- Não visitado (Fonte: autora).

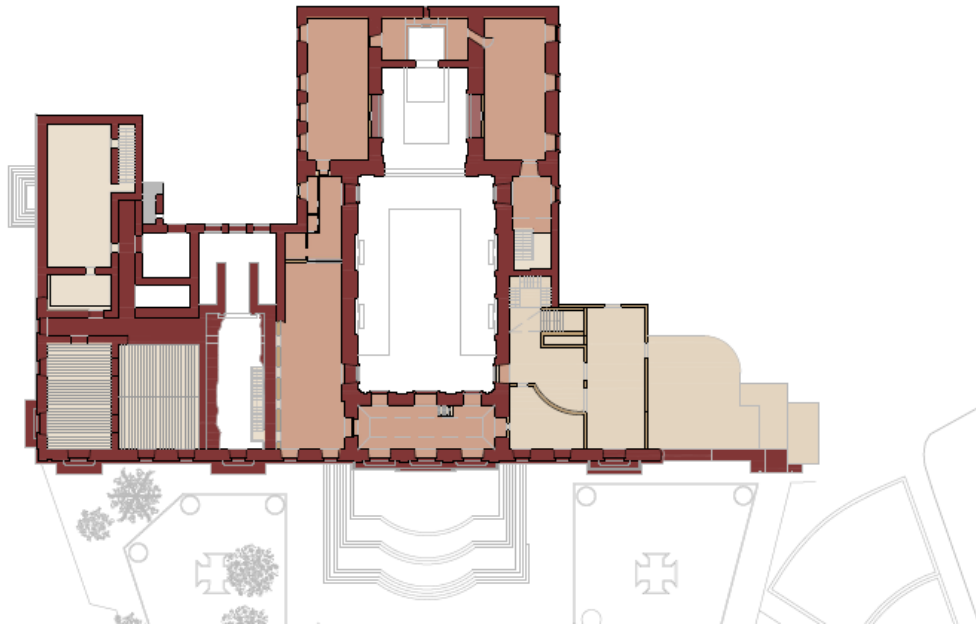


Figura 31 - Esquema da teoria de valor, planta do piso 1: Vermelho- Valor elevado; Cor de Laranja- Valor médio; Amarelo- Sem valor; Cinzento- Não visitado (Fonte: autora).



Figura 32 - Esquema da teoria de valor, planta da cobertura: Vermelho- Valor elevado; Cor de Laranja- Valor médio; Amarelo- Sem valor; Cinzento- Não visitado (Fonte: autora).



Figura 33 – Composição fotográfica sobre elementos de valor elevado da fachada do Palácio: 1/4- Fachada principal; 2/3- Zona de entrada para a Igreja com cantarias trabalhados (Fonte: autora).

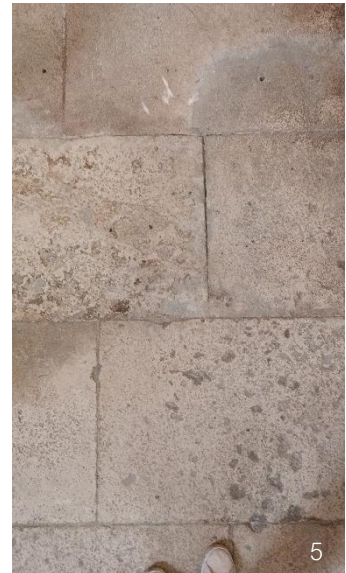
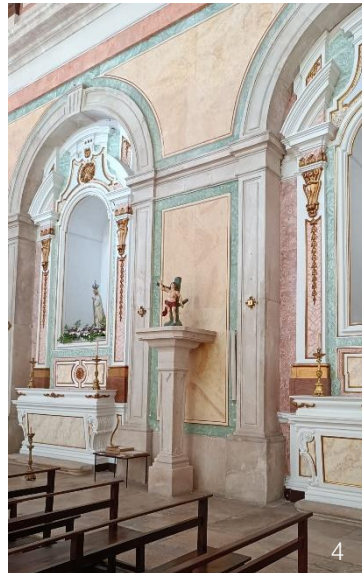


Figura 34 - Composição fotográfica sobre elementos de valor elevado da Igreja: 1/2- Igreja; 3- Pormenor de elemento decorativo em pedra; 4- Vista dos frescos; 5- Pavimento de pedra calcária (Fonte: autora).

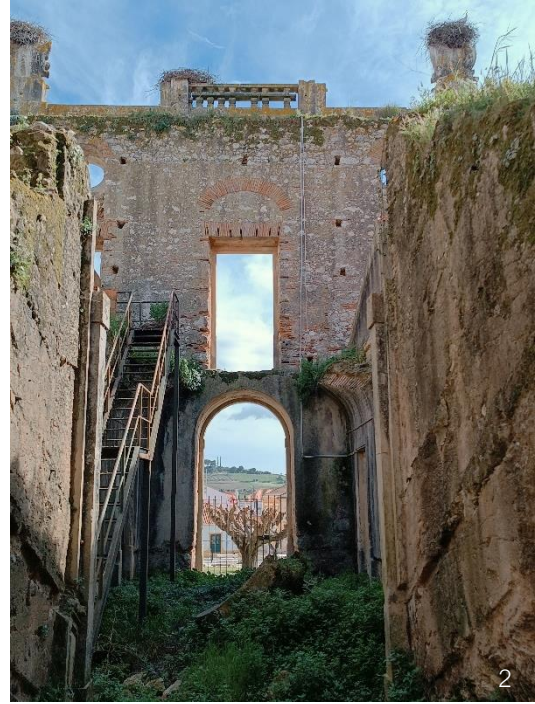


Figura 35 - Composição fotográfica sobre elementos de valor elevado da zona da ruína na ala central oeste: 1/2- Zona correspondente à entrada principal e escadaria; 3- Janelas com cantarias de pedra; 4- Elementos decorativos (Fonte: autora).

3 Enquadramento Teórico

3.1 Princípios e Práticas da Intervenção no Património

Antes de abordar os princípios e práticas da intervenção, é necessário compreender, de forma sucinta, o conceito de património, uma vez que é a partir dele que identificamos as diferentes áreas a ele inerentes. Pode-se adiantar que o património surge de “um conjunto de bens herdados do passado; herança comum” (*European Heritage Network*, sd, in. Barranha). “O património é definido como a conjugação das criações e dos produtos da natureza e do homem que, na sua integridade, constituem, no espaço e no tempo, o ambiente em que vivemos. O património é uma realidade, um bem da comunidade e uma valiosa herança que pode ser legada e que convida ao nosso reconhecimento e à nossa participação” (Ob. cit. 1982).

Segundo Françoise Choay (2021, pág.11) a origem da palavra “património” está ligada a estruturas jurídicas, económicas e familiares de uma sociedade, enraizadas no tempo e no espaço. No entanto, o termo, que inicialmente se referia a um conjunto de bens de propriedade de uma pessoa ou comunidade, aplica-se também ao contexto arquitetónico e cultural, ou seja, a um conjunto de bens pertencentes a uma população, região ou país, ultrapassando a noção de valor monetário (Vaz, 2019).

“O sentido de defesa do património surge pelo desejo de preservar o que se entende ser identitário e nosso, por celebrar o que pensamos ser a nossa história e aquilo que nos define enquanto comunidade cultural. (...) Na celebração através do tempo, a salvaguarda e a proteção deste património conduziu a diversas abordagens de «conservação» sujeitas às variações do contexto, do sentir e do saber” (Ob. cit. pág.16).

O património deve, portanto, ser sempre preservado e valorizado, para que as gerações futuras possam testemunhar e inspirar-se nos seus aspetos, conduzindo à prática de todos os melhoramentos possíveis e necessários, sem perder a sua origem e, conseqüentemente, a sua identidade. O património vai muito além do legado construído; não tem tanto a ver com o seu tempo, mas sim com a forma como olhamos para ele. É essa perspetiva que o património do passado nos oferece, permitindo-nos construir o do futuro. O património cultural, assim, provém de bens culturais, materiais ou imateriais, móveis ou imóveis, preservados e transmitidos de geração em geração. Lembrando que a cultura não é algo que estagna, mas sim algo em constante desenvolvimento.

Se formos mais a fundo no conceito de património, percebemos que ele se divide em grandes grupos, como património imóvel, móvel e imaterial. Neste caso, interessa-nos um olhar sobre o património imóvel ou arquitetónico, que engloba muito mais do que edifícios isolados, incluindo também o seu contexto envolvente.

Refere-se a conjuntos como aldeias, vilas e cidades, que expressam um interesse histórico ou cultural. O património arquitetónico subdivide-se ainda em três campos, conforme definido na Convenção para a Salvaguarda do Património Arquitetónico da Europa, em 1985:

1) “Os monumentos: todas as construções particularmente notáveis pelo seu interesse histórico, arqueológico, artístico, científico, social ou técnico, incluindo as instalações ou os elementos decorativos que fazem parte integrante de tais construções”;

2) “Os conjuntos arquitetónicos: agrupamentos homogéneos de construções urbanas ou rurais, notáveis pelo seu interesse histórico, arqueológico, artístico, científico, social ou técnico, e suficientemente coerentes para serem objeto de uma delimitação topográfica”;

3) “Os sítios: obras combinadas do homem e da natureza, parcialmente construídas e constituindo espaços suficientemente característicos e homogéneos para serem objeto de uma delimitação topográfica, notáveis pelo seu interesse histórico, arqueológico, artístico, científico, social ou técnico” (Ob. cit. 1985, art.1º).

Quando falamos em património arquitetónico, não podemos esquecer a ruína, que, como legado importante, nos permite olhar para o passado e compreender o presente, para construir o futuro. Uma ruína pode ter sido um palácio, um castelo, uma igreja, um entreposto comercial, entre outros.

Para preservar este património edificado, existem práticas que devem ser seguidas, graças às cartas e convenções que reforçam a responsabilidade de proteger o património. Estas práticas incluem a conservação, o restauro e a reabilitação.

Estes três conceitos aplicam-se de forma particular à prática da arquitetura, com o objetivo de preservar, manter e habitar um edifício que teve tempos áureos. Cada uma dessas atitudes de intervenção segue diferentes modos de abordagem. Ao intervir num edifício, é essencial proceder a um levantamento completo, com um relatório ou quadro de valores que ajude a identificar o que deve ser mantido, preservado ou demolido. Este processo assenta numa pesquisa detalhada e no conhecimento do local, através de uma análise histórica que revele os valores e culturas inerentes ao edifício, complementada por uma análise *in situ* para uma melhor compreensão dos diferentes níveis de valor e do estado de conservação, utilizando fotografias, iconografia e desenhos antigos.

Após este processo, as áreas de intervenção dividem-se, podendo manter ligações entre si. A reabilitação parte do princípio de adaptar um programa ao edifício existente e às suas condições, em vez de abdicar do existente em função

do programa. Alterações parciais, demolições de partes incoerentes ou ampliações podem ser feitas para recuperar um edifício devoluto ou habitado, mas em mau estado. Como refere a Carta de Lisboa de 1995, “as obras que têm por fim a recuperação e beneficiação de uma construção, resolvendo as anomalias construtivas, funcionais, higiénicas e de segurança acumuladas ao longo dos anos, procedendo a uma modernização que melhore o seu desempenho até próximo dos atuais níveis de exigência” (Ob. cit., art.1º).

Para edifícios históricos ou mais antigos, as práticas mais comuns são o restauro e a conservação. A escolha da intervenção depende sempre da análise dos diferentes tipos de valor.

No caso do restauro, o objetivo é repor, nas melhores condições possíveis, as partes do edifício utilizando os materiais originais. Esta prática preocupa-se em preservar e manter o que já existe, respeitando as técnicas construtivas da época em questão.

Por último, a conservação, ao contrário do restauro ou da reabilitação, procura manter o edifício no seu estado atual. Segundo a Carta de Veneza, no art. 6º: “A conservação de um monumento implica a conservação de um enquadramento à sua escala. Quando ainda exista o enquadramento tradicional, este deverá ser conservado, e qualquer construção nova, qualquer destruição ou qualquer arranjo suscetível de alterar as relações de volume e cor devem ser proscritos (Ob. cit. 1964, art.6º). Também, mais tarde, na Carta de Lisboa encontram-se referências à conservação do edificado, o conjunto de medidas destinadas a salvaguardar e a prevenir a degradação de um edifício, que incluem a realização das obras de manutenção necessárias ao correto funcionamento de todas as partes e elementos de um edifício” (Ob. cit. 1995, art.1º).

O processo de conservação é normalmente composto por uma manutenção periódica, de forma a evitar que o edifício se degrade ao ponto de chegar à ruína total.

3.2 Edificar na Ruína

No subcapítulo anterior, percebe-se que a ruína não é apenas um produto criado pelo homem, modificado ao longo do tempo por ações naturais ou acidentais. A ruína ilustra algo que perdeu o propósito para o qual foi feito, independentemente das suas funções, seja um objeto, espaço ou artefacto (Dias, 2011, in Fraga, 2020). No entanto, o conceito de ruína vai além de algo simplesmente abandonado ou que perdeu a sua função. Pode ser adaptado a uma visão pessoal ou coletiva, como refere Starobinski, citado por Lopes:

“A poesia das ruínas é a poesia do que sobreviveu parcialmente à destruição, embora permanecendo perdido no esquecimento: ninguém deve reter a imagem do edifício intacto. A ruína indica, por excelência, um culto abandonado, um deus esquecido. Exprime o abandono, deserção. O monumento antigo tinha originalmente sido um memorial, uma «referência», perpetuando uma memória. No entanto, a memória inicial agora perdeu-se para ser substituída por uma segunda significação, que está no desaparecimento da memória que o construtor declarara perpetuar com essas pedras” (Starobinski, 2016, p.44, in Fraga, 2020).

Durante muitos anos, tentou-se entender o significado de ruína e o que fazer com ela, pois, segundo John Ruskin, séc. XIX, “a maior glória de um edifício não está nas suas pedras, ou no seu ouro. Sua glória está na sua Idade, e naquela profunda sensação de ressonância (...) que sentimos em paredes que há tempos são banhadas pelas ondas passageiras da humanidade” (Ruskin, 1987, in Santiago, 2015, p.21).

A valorização da idade de um edifício deve ser considerada, assim como a sua capacidade de sobreviver ao longo do tempo. Tal como o ser humano, um edifício também atravessa os processos de vida e morte de forma natural. Assim, permite-se que a natureza participe no ciclo de vida de qualquer construção, revelando traços e estabelecendo ligações com esta enquanto se desenvolve ao seu redor. Para Ruskin, a memória constitui parte da documentação de qualquer edifício, pois é através dela que o conhecimento sobre o objeto é transmitido de geração em geração (Santiago, 2015, p.21)

“A arquitetura é um documento. A melhor maneira de aceder à poesia da memória” (Ruskin, 1987, in Santiago, 2015, p.21).

Na obra de Alois Riegl, *Culto do Moderno dos Monumentos*, são aprofundadas algumas ideias lançadas por Ruskin. Riegl define valores incorporados nos monumentos, incluindo hipóteses de intervenção para valorizá-los. Os principais valores são o de antiguidade, o histórico e o artístico. No entanto, no seu livro, ele também menciona o valor de uso/utilitário e o valor de memória/comemorativo.

O primeiro valor, o de antiguidade, não se manifesta pela sua importância comemorativa, histórica ou estilística, mas pela forma como se reflete na cor e no desgaste, ou seja, pelo valor que o tempo lhe confere. Neste caso, a não intervenção é preferível, permitindo que se observe a ação da natureza no ciclo de vida do edifício. Contudo, para que o objeto adquira o valor de antiguidade, é essencial que conserve elementos originais visíveis.

O valor histórico, por sua vez, refere-se à evolução de uma criação humana, focando-se na obra original e deixando de parte a importância da degradação natural, tal como observamos no valor de antiguidade. O valor histórico torna-se mais significativo quanto maior for a quantidade de elementos originais preservados. Nesse sentido, alterações, construções adicionais ou mesmo a degradação natural são problemáticas, sendo prioritária a conservação de elementos e materiais originais.

Quanto ao valor artístico, este existe quando a obra se mantém no tempo, preservando características da sua época e correspondendo às exigências da arte. Contudo, este valor também pode ser atribuído a arte recente, dependendo da sua proximidade com as exigências contemporâneas.

Aqui, deparamo-nos com um conflito entre valores que contrastam com os dois anteriormente descritos: o valor de antiguidade e o valor histórico.

O valor de memória ou comemorativo está ligado à permanência do objeto, fazendo com que ele nunca pertença inteiramente ao passado, permitindo que não se desvaneça da consciência das gerações futuras. Estes valores apelam a intervenções humanas constantes no edifício, seja através de restauro, conservação ou reabilitação.

Por fim, o valor de uso/utilitário está relacionado com a necessidade de utilização contínua de um edifício para que este, conseqüentemente, seja preservado. Este valor contrasta diretamente com o valor de antiguidade, que pressupõe a degradação natural do edifício, sem interferência da atividade humana, permitindo que siga o seu ciclo de vida natural.

3.3 Instituições Dedicadas à Terceira Idade

Para compreender as instituições de apoio atualmente existentes, é necessário analisar a forma como estas foram criadas.

Essas instituições tornaram-se necessárias à medida que o envelhecimento passou a ser visto como um problema. Como afirma Ana Fernandes (1997):

“A emergência de políticas de velhice supõe a consciência de intervenção social de apoio aos idosos enquanto tal e advém de uma construção social de velhice, considerada como um problema social.”

Desde o surgimento das primeiras instituições de apoio em Portugal, no reinado de D. Leonor, no século XVI, com as Misericórdias – que funcionaram até ao século XVIII –, até à criação da Casa Pia de Lisboa e dos asilos, não havia a preocupação de centrar os serviços na população idosa.

No início do século XX, com as mudanças nas políticas sociais e o desenvolvimento do Estado de bem-estar, surgem as primeiras instituições voltadas para a segurança na velhice. Estas aparecem junto às primeiras instituições de reforma, algumas de caráter privado e outras estatais (Fernandes, 1997).

Mais tarde, na década de 1970, ocorre a transformação dos asilos em lares, marcando o início da mudança nos tipos de apoio até então conhecidos. No entanto, o aumento da procura por estas instituições e a criação dos Centros de Dia destacam a incapacidade do Estado de atender à demanda em termos de regulamentação e da escassez de instituições disponíveis.

No século XXI, surge uma maior consciência sobre a transformação demográfica, especialmente no que se refere ao envelhecimento da população, resultando no aparecimento de respostas mais eficazes. Atualmente, existem diversos serviços de apoio ao idoso, como descrito no Portal de Serviços Públicos.

- “Serviço de apoio domiciliário: prestação de cuidados a famílias ou pessoas que se encontrem no seu domicílio, em situação de dependência física e ou psíquica e não possam assegurar, temporariamente ou permanentemente, a satisfação das suas necessidades básicas e/ou a realização das atividades instrumentais da vida diária, nem disponham de apoio familiar para o efeito.

- Estruturas Residenciais: Alojamentos coletivos, de utilização temporária ou permanente, designados como estruturas residenciais (ou lares de idosos). Estas proporcionam serviços permanentes e adequados às necessidades das pessoas idosas, estimulando um envelhecimento ativo e criando condições de preservação da relação familiar e de integração social.

- Acolhimento familiar: Famílias capazes de integrar pessoas idosas, temporária ou permanentemente, de modo a proporcionar-lhes um ambiente estável e seguro. Este pretende evitar ou retardar ao máximo o internamento das pessoas idosas em instituições, garantido uma situação social, familiar e afetiva a pessoas idosas dependentes ou com perda de autonomia, que vivam isoladas e numa situação de insegurança.

- Centros de convívio: proporcionam atividades sociais, recreativas e culturais a pessoas idosas residentes numa determinada comunidade, incentivando à sua participação ativa nas dinâmicas organizadas por técnicos especializados.

- Centros de dia: prestam um conjunto de serviços que contribuem para a manutenção do seu meio social e familiar, das pessoas com 65 e mais anos.

A integração das pessoas idosas nos centros de dia assegura a prestação de cuidados e serviços adequados às necessidades do utente, promove a sua autonomia e favorece a permanência da pessoa idosas no seu meio habitual de vida, ao desenvolver estratégias de autoestima e independência funcional, pessoal e social.

- Centros de noite: funcionam em equipamentos de acolhimento noturno dirigido a pessoas idosas com autonomia que permaneçam no seu domicílio durante o dia e que, por vivenciarem situações de solidão, isolamento e insegurança, necessitam de acompanhamento durante a noite. Estes acolhem pessoas que ainda apresentem autonomia.”

De acordo com a Carta Social de 2022, a evolução dessas instituições tem apresentado uma tendência de crescimento. Estima-se que, entre 2000 e 2022, no território continental, o número tenha aumentado 79,6%. No entanto, este valor refere-se apenas às Instituições Residenciais, ao Apoio Domiciliário e aos Centros de Dia (Figura 36).

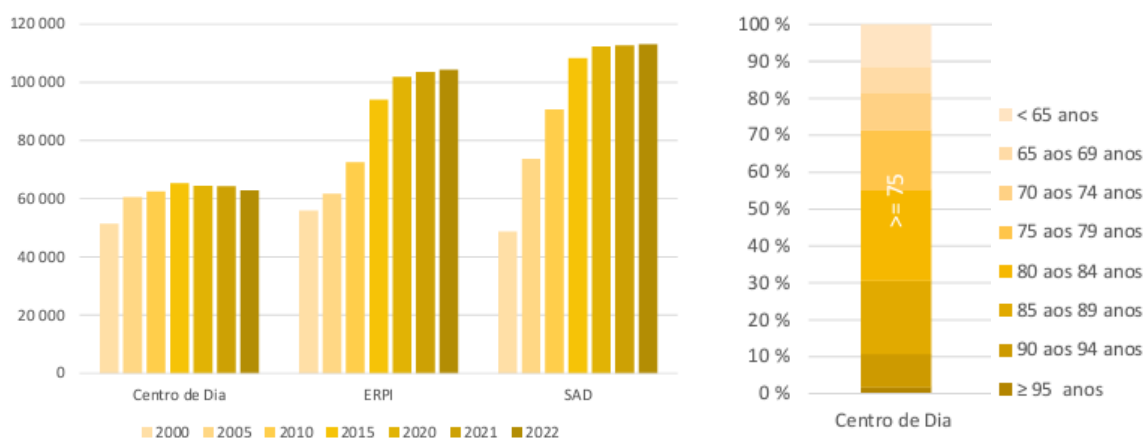


Figura 36 - Crescimento da procura das instituições de Apoio ao Idoso e comparação etária dos utilizadores de Centros de Dia (Fonte: Carta Social 2022).

Os Centros de Dia são maioritariamente utilizados por utentes provenientes da própria freguesia ou concelho. Verifica-se ainda que a maioria dos utentes pertence à faixa etária dos 70 anos ou mais.

3.4 Centro de Dia

Os centros de dia surgiram como uma solução para equilibrar os serviços de apoio disponíveis, que variam entre a prestação de cuidados em instituições e o apoio ao domicílio. O conceito de centro de dia é complexo, já que envolve diferentes modelos de intervenção (Arrazola, 2003). Cid e Dapia (2007) defendem que se trata de um recurso social diurno, uma alternativa à institucionalização, destinado a pessoas idosas com algum grau de deficiência física ou psíquica (Moreira, 2017).

Estas instituições têm como principal objetivo melhorar a qualidade de vida dos utilizadores, oferecendo acompanhamento adequado. Este modelo de intervenção ajuda a manter o contexto familiar intacto, ao mesmo tempo que apoia as famílias na prestação de cuidados (Arrazola, 2003).

De forma geral, os centros de dia são serviços multidisciplinares de apoio diurno, voltados para pessoas com necessidades assistenciais. Fornecem assistência contínua, permitindo que os familiares prossigam com a sua vida laboral (Moreira, 2017). Estes centros representam uma alternativa ao internamento, possibilitando que o idoso desenvolva ou recupere a sua autonomia, intervindo nas áreas da saúde física e mental, nas atividades do dia a dia e na interação social.

Para compreender melhor o funcionamento de um centro de dia, foi realizada uma visita ao Centro de Dia do Centro Social Paroquial de Azambuja, referido como caso de estudo no capítulo 4. Este centro oferece cuidados essenciais, como alimentação e higiene, além de promover atividades físicas e o desenvolvimento intelectual. Constatou-se que as atividades incentivam a interação social entre os idosos, criando um ambiente de apoio mútuo.

3.5 Envelhecimento Ativo e Isolamento Social em Meios Rurais

O envelhecimento da população é uma realidade marcante em Portugal, tal como em todo o mundo, e estima-se que o país será um dos que apresentará uma das populações mais envelhecidas. A redução da natalidade, a baixa mortalidade e o aumento da longevidade são algumas das causas deste fenómeno.

Segundo os dados dos Censos de 2021, a população idosa corresponde a 23,4% da população total, enquanto em 2011 esse valor era de 19,0%, representando um aumento de 4,4%. Em contrapartida, a população jovem, entre os 0 e 14 anos, sofreu um decréscimo de 2%, passando de 14,9% em 2011 para 12,9% em 2021 (Figura 37).

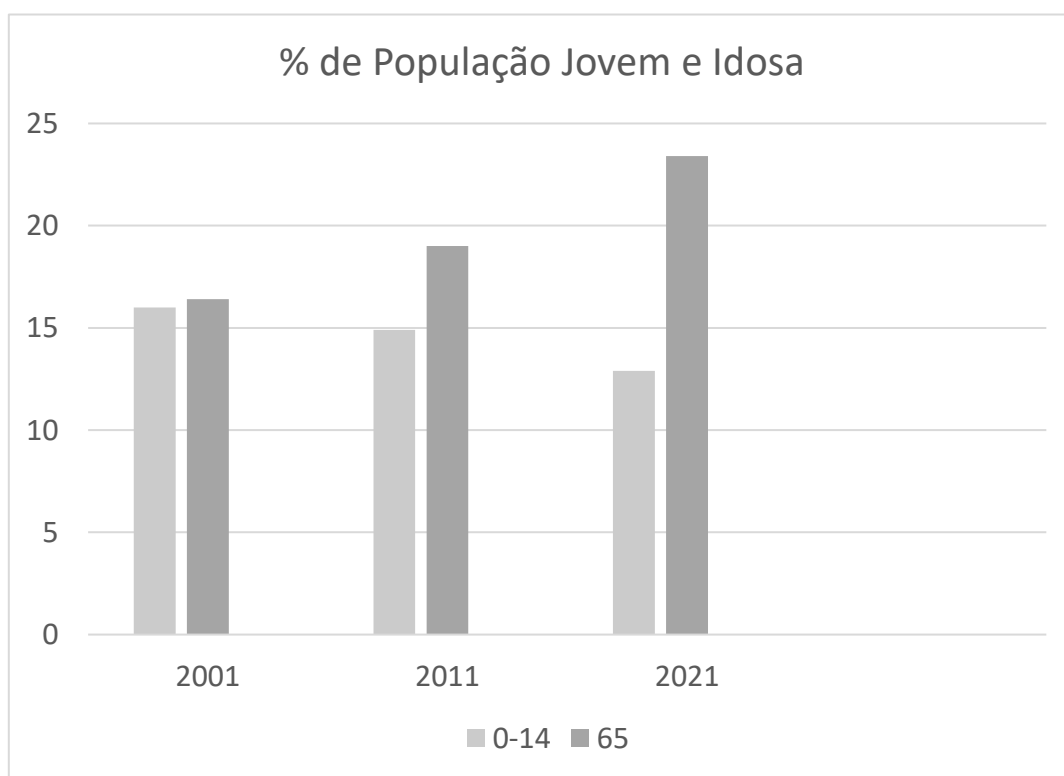


Figura 37 - Crescimento da procura das instituições de Apoio ao Idoso e comparação etária dos utilizadores de Centros de Dia (Fonte: Carta Social 2022).

Com o aumento das discrepâncias entre a população jovem e a idosa, o envelhecimento ativo assume uma importância crescente, sendo fundamental promover o "envelhecimento saudável". Este conceito, impulsionado pela Organização Mundial da Saúde (OMS), refere-se ao processo de maximização das oportunidades de saúde, participação e segurança, com o objetivo de melhorar a qualidade de vida à medida que se envelhece. Para a OMS, as medidas para o envelhecimento ativo assentam em três pilares fundamentais: saúde, segurança e participação social (OMS, 2005). Nesse contexto, é destacada a importância de promover a saúde mental e física, assim como as relações sociais.

Contudo, a população residente em meios rurais nem sempre beneficia das mesmas condições, sendo o isolamento social uma realidade entre os idosos nessas áreas. Este isolamento, muitas vezes causado pela solidão, torna o processo de envelhecimento mais difícil e problemático. A solidão está frequentemente associada a doenças, à perda do cônjuge e à falta de amigos (Lopes e Tracana, 2024). Esta visão vai ao encontro da opinião de Neto (1999), que refere que a viuvez, a reforma e a diminuição da saúde privam as pessoas de acontecimentos e relações fundamentais que contribuíram para a construção das suas identidades.

Dado que o trabalho no campo é uma prática comum entre as pessoas em áreas rurais, admite-se que esta atividade contribui para o seu bem-estar físico e mental. Além de garantir uma atividade física regular, o trabalho rural proporciona um ambiente seguro, afastando os pensamentos de solidão que afetam a população idosa.

4 Casos de Referência

4.1 Colégio da Trindade

O Colégio da Trindade teve origem no século XVI e, ao longo dos anos e das diversas utilizações, sofreu um desabamento parcial na década de 1980 devido ao avançado estado de degradação. Foi através da integração no projeto da Casa da Jurisprudência da Universidade de Coimbra e da intervenção do atelier Aires Mateus que o edifício ganhou uma nova vida. O entendimento de que o edifício guarda o testemunho da passagem do tempo, aliado a uma intervenção que pretende ser contemporânea, levou a uma análise cuidadosa sobre as partes importantes a preservar e onde se deveria intervir.

No piso térreo, procedeu-se a um restauro mais puro, uma vez que aqui se encontrava a maior parte da herança histórica, praticamente intacta (*Figura 38*). Nas áreas a recuperar, foram utilizados materiais compatíveis, como tintas e argamassas de cal, permitindo que a passagem do tempo continuasse visível, incluindo alguns empenos nas paredes. Também se restauraram cantarias e reutilizaram-se materiais originais existentes no local, como algumas pedras.

Nos pisos superiores, onde a presença das estruturas antigas já não era tão forte devido aos acontecimentos anteriormente referidos, optou-se por uma intervenção contemporânea com uma nova lógica construtiva, preservando, no entanto, alguns elementos antigos que ainda resistiam (*Figura 39*). Reforçaram-se as paredes exteriores e instalaram-se novos volumes, apoiados pontualmente na periferia da construção original, evitando o contacto com as paredes e o pavimento do piso inferior. Esta estratégia permitiu o uso de estruturas metálicas leves e, na maioria dos casos, reversíveis.

O programa do novo projeto incluiu a adaptação da antiga igreja para auditório, o claustro para vestíbulo e as alas residenciais para gabinetes, salas de reuniões e áreas de encontro. O projeto também manteve uma relação visual contínua com os edifícios da Alta de Coimbra e as ruas circundantes, respeitando as cêrceas das vias existentes, e preservou a ligação com o miradouro do Paço das Escolas.

A cobertura foi pensada como uma continuidade lógica da estrutura original, embora apresentasse fendas contínuas entre os telhados e as paredes antigas, com o intuito de contar a história de um edifício do século XVI e a sua reabilitação no século XXI.



Figura 38 - Reabilitação da Igreja (Fonte: ngphoto).



Figura 39 - Reabilitação do piso superior e elementos preservados (Fonte: ngphoto).

4.2 Termas Romanas de S. Pedro do Sul

As Termas Romanas de São Pedro do Sul localizam-se no município de São Pedro do Sul, no distrito de Viseu, junto à margem sul do rio Vouga, a cerca de 500 metros da nascente termal. A sua história remonta ao período romano (século I d.C.), cujas fundações ainda são visíveis. Ao longo dos séculos, as termas sofreram diversas alterações, sendo a última a mais abrangente. Desde 1938, estão classificadas como Monumento Nacional.

A intervenção de João Mendes Ribeiro fez parte do projeto de valorização, reabilitação e conservação do edifício das termas. Segundo o arquiteto, o olhar crítico sobre o património ou sobre um edifício a reabilitar é essencial, considerando-se a melhor forma de intervir sem se sobrepor ao existente. Nestes projetos, o estímulo e a experimentação são constantes durante o processo de obra. O grande desafio é inserir um novo programa que permita ao edifício ser habitado com o conforto necessário, sem anular as suas características originais nem o seu valor histórico.

O projeto contempla ainda a continuidade de materiais, ritmos e proporções de vãos. Em toda a intervenção, completam-se as partes em falta, como nas paredes, sem ocultar que são novos elementos a rematar o edifício antigo (Figura 40). Esses pequenos detalhes, no conjunto, conferem ao edifício uma nova vida, sem desconsiderar as várias alterações que sofreu ao longo do tempo.

Por fim, a nova intervenção inclui, em pontos específicos do edifício, estruturas metálicas, tornando o projeto reversível. Assim, se estas estruturas deixarem de ser necessárias ou não se ajustarem a futuros programas, poderão ser removidas (Figura 41).



Figura 40 - Fachada das Termas, a coexistência de diferentes tempos (Fonte: Arquitetura ao Centro).



Figura 41 - Integração de estruturas metálicas e reversíveis (Fonte: Arquitetura ao Centro).

4.3 Centro de Dia para Idosos de Maca

O projeto do Centro de Dia para idosos está localizado na cidade de Macas, no Equador. Trata-se de uma iniciativa governamental, com o objetivo de suprir as necessidades da cidade e promover um investimento social focado na redução da pobreza, baseando-se na sustentabilidade do espaço socio territorial.

Devido à falta de condições nas antigas instalações do centro de dia existente, foi proposto um novo projeto que priorizasse o bem-estar e a melhoria das condições para a população idosa. O projeto, apresentado pelo atelier Side FX Arquitetura em 2022, inclui diversas áreas essenciais. No esquema (Figura 44), destacam-se: uma zona de entrada (1), estacionamento (2), sala polivalente (3), atelier (4), administração (5), instalações sanitárias (6), arrumos (7), gabinete de odontologia (8), enfermaria (9), sala de fisioterapia (10), despensa (11), cozinha (12), copa (13), refeitório (14), pátio interior (15) e uma zona de cargas e descargas (16). A Figura 45 ilustra a estrutura do centro de dia e a distribuição das áreas. O centro tem uma área total de 370 m² e capacidade para 40 pessoas.

Apesar de o projeto ser totalmente novo, foi considerado relevante devido aos percursos existentes e às funcionalidades que oferece. O facto de ter sido desenhado num único piso permite que os idosos circulem livremente, sem obstáculos, entre o pátio e as salas. A inclusão de áreas dedicadas à saúde, ateliers e salas polivalentes, que proporcionam diversas atividades, é essencial para o bem-estar dos utentes.

O pátio interno oferece um espaço exterior protegido, onde os idosos podem participar em atividades ao ar livre ou receber visitas de familiares, tornando-se também um espaço multifuncional (Figura 42). A relação íntima entre os espaços interiores e exteriores é outro aspeto importante do projeto (Figura 43).



Figura 42 - Zona de entrada do centro de dia (Fonte: Side-fx).



Figura 43 - Relação interior/exterior (Fonte: Side-fx).

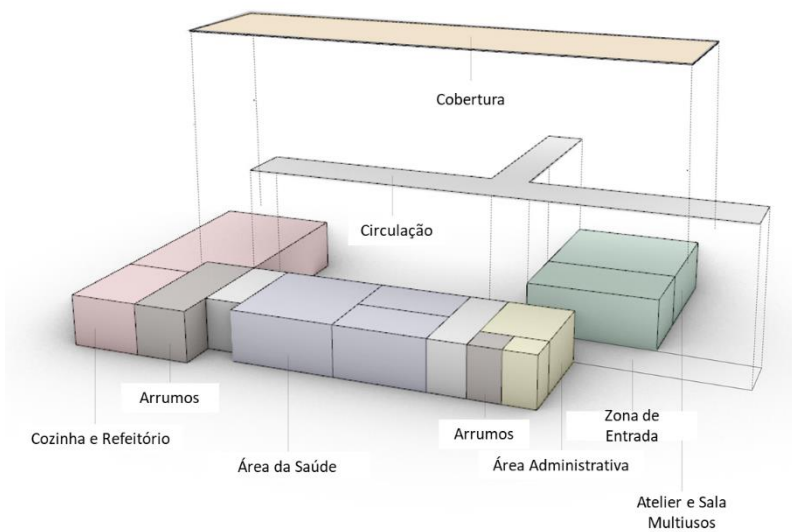


Figura 44 - Esquema de áreas de ocupação do centro de dia (Fonte: Side-fx).

4.4 Centro Social Paroquial de Azambuja



Figura 45 - Zona de entrada do Centro de Dia (Fonte: autora).

A instituição Centro Social Paroquial de Azambuja foi criada em 1996 por iniciativa do Cônego João Canilho. Inicialmente, funcionava como um Externato Diocesano até 1975, ano em que o edifício foi ocupado pela Escola Preparatória e Secundária, que ali permaneceu até 1995.

O edifício, sempre pertencente à Paróquia, foi adaptado para responder às necessidades da população, o que levou à criação de novas valências, incluindo a abertura de um Centro de Dia.

Atualmente, o Centro Social Paroquial de Azambuja é uma Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS), com personalidade jurídica tanto no foro canónico quanto no civil. A sua missão é responder às necessidades da comunidade, em especial das crianças, jovens e idosos, promovendo ações baseadas numa conceção cristã do homem, da família e da sociedade (CSPA, 2019). As suas valências incluem Atividades de Tempos Livres (ATL), Jardim de Infância, Lar e o Centro de Dia.

Nas imagens que se seguem, apresenta-se um estudo dos espaços e valências do Centro de Dia, com o objetivo de recolher informações para o desenvolvimento de um projeto com programa semelhante.

Durante a visita à instituição, verificou-se que o Centro de Dia se localiza no piso térreo, próximo da entrada (Figura 45). O centro oferece cuidados essenciais,

como alimentação e higiene, e promove atividades físicas que estimulam a motricidade dos idosos, incluindo dança e ginástica. Além disso, promove o desenvolvimento intelectual através de exercícios de leitura, canto e dias temáticos. Constatou-se que as atividades de leitura incentivam a interação social entre os idosos, sendo o apoio mútuo crucial para aqueles que não sabem ler ou escrever.

As imagens seguintes mostram a preparação para o início das atividades físicas, com as cadeiras dispostas em círculo, permitindo que os idosos realizem os exercícios, beneficiando do incentivo coletivo (Figura 46).

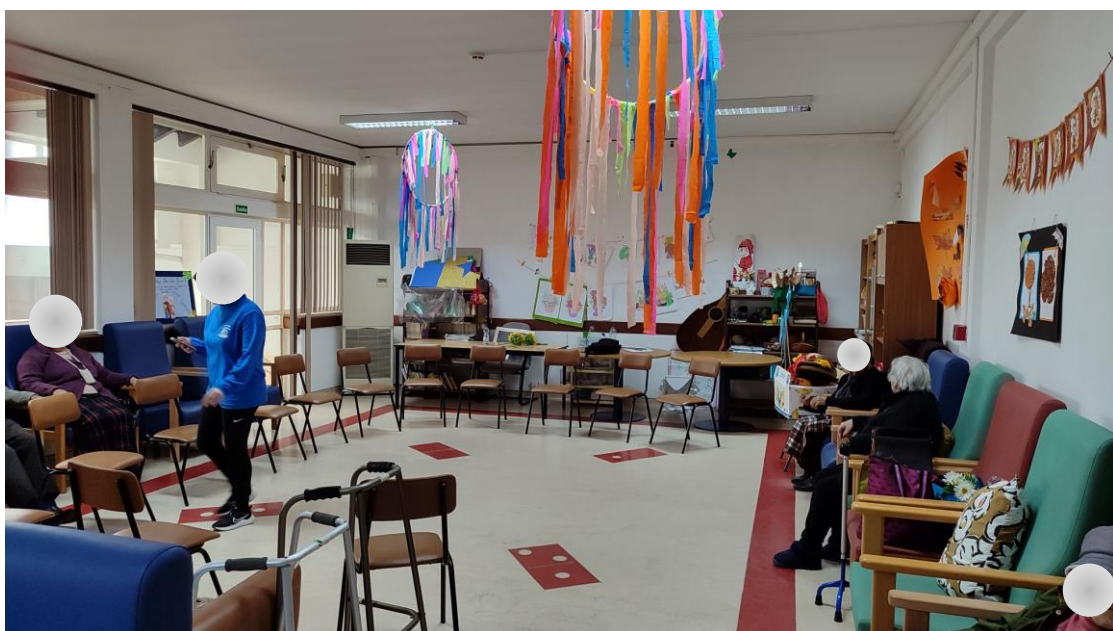


Figura 46 – Preparação do círculo para aula de atividade física (Fonte: autora).

Foi também possível visitar as restantes áreas do centro de dia (Figura 47 e Figura 48). O espaço inclui uma zona administrativa, salas de convívio, refeitório, área de banhos, lavandaria e uma sala de fisioterapia, como mostrado nas imagens seguintes.



- | | |
|-----------------------|---|
| ■ Área administrativa | ■ Área em marquise dedicada às artes plásticas |
| ■ I.S. | ■ Pátio comum com a valência de jardim infantil |
| ■ Refeitório | ■ Zona de cuidados de higiene |
| ■ Cozinha | ■ Lavandaria e dispensa |
| ■ Sala de convívio 1 | |
| ■ Sala de convívio 2 | |

Figura 47 - Esquema de zonas do Centro de Dia (Fonte: autora).



1



2



3



4



5



6



7



8

Figura 48 - Composição fotográfico de zonas: 1- Corredor de entrada; 2- Zona da cafeteria; 3/4- Sala de convívio; 5- Sala de fisioterapia; 6- Lavandaria e arrumos; 7- Cantina; 8- Marquise destinada às atividades artísticas (Fonte: autora).

5 Proposta

5.1 Programa

O início do processo de projeto encontrou dificuldades na obtenção de informações sobre a vila, a população e o objeto de estudo. Embora houvesse pouca documentação histórica e cartográfica, foi possível reunir alguns livros, estudos sobre reconstruções urbanas, teses, além de desenhos e documentos (elaborados para a construção de uma casa de repouso embargada, que deu origem à ala nascente do edifício). Com base nessas fontes, cruzadas com fotografias antigas, registros fotográficos e o levantamento do palácio (realizado pela autora, anexo II), foram elaboradas as plantas, alçados e cortes do projeto.

Como mencionado no capítulo 2.2, o palácio foi construído no final do século XVIII, e as medições foram feitas com base em palmos, conforme a prática da época. No entanto, devido ao estado avançado de degradação do edifício e às obras realizadas ao longo das décadas, poucos elementos originais foram preservados.

A escolha do programa não foi imediata. Sabendo que Manique tem uma população envelhecida, pensou-se inicialmente em atrair jovens adultos para trabalhar e viver na vila, possivelmente com um projeto turístico que gerasse emprego. Contudo, essa solução não garantiria a fixação de novos residentes e deixaria a população idosa à margem. Considerou-se também a criação de um jardim de infância com escola primária, mas como já existe um programa que atende essas necessidades, a ideia foi descartada.

Após observação no local e conversas informais com a população mais idosa, percebeu-se o desejo de novas experiências, com um edifício de portas abertas à comunidade, inclusivo e dinâmico. Assim, decidiu-se criar um Centro de Dia para a terceira idade, com biblioteca, cafetaria e um centro interpretativo, mantendo a igreja em funcionamento.

A ala nascente, adjacente à fachada principal, acolherá o centro interpretativo, com o piso térreo destinado a um átrio de acolhimento, salas polivalentes (que podem ser usadas para exposições temporárias ou catequese, ainda em funcionamento), serviços de arquivo e áreas para funcionários. No piso superior ficará a área expositiva permanente e algumas salas para a administração da igreja.

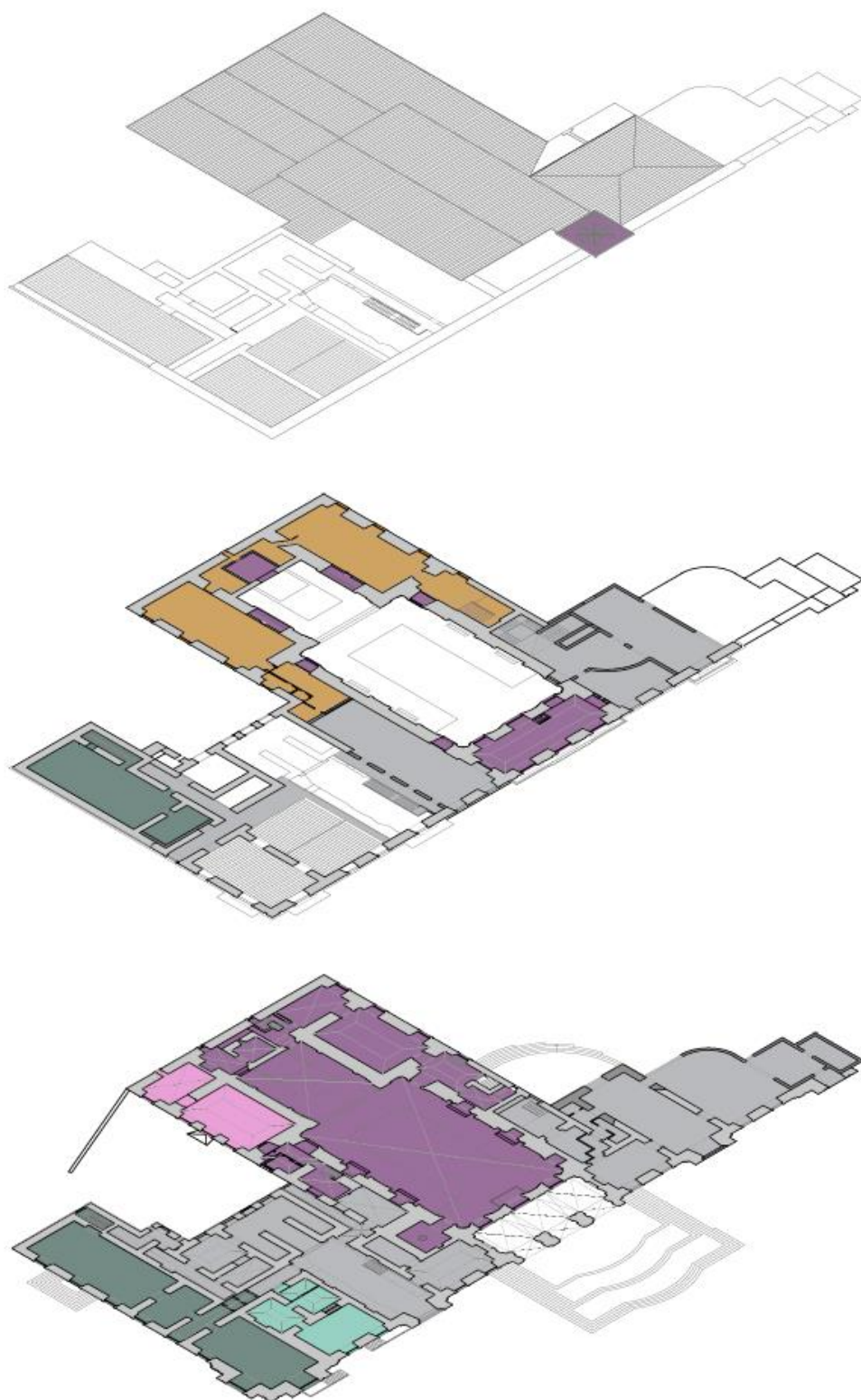
Na ala central encontra-se a igreja, com nave única, altar-mor e pequenos nichos com estatuetas de santos.

A ala poente divide-se em duas zonas complementares. A primeira inclui o hall de entrada com a escadaria principal, instalações sanitárias e uma pequena enfermaria. As salas adjacentes à igreja serão ocupadas pela área administrativa e de apoio psicológico do centro de dia, além de uma sala de convívio com acesso

ao pátio. No extremo poente, ficam os serviços voltados para a comunidade: biblioteca, sala de multimédia e uma videoteca, que também podem funcionar como ateliê. O piso superior desta ala será inteiramente dedicado ao centro de dia, com salas de ofícios, convívio, fisioterapia, uma sala flexível (destinada aos quartos previstos no regulamento dos centros de dia, anexo I), lavandaria e instalações sanitárias.

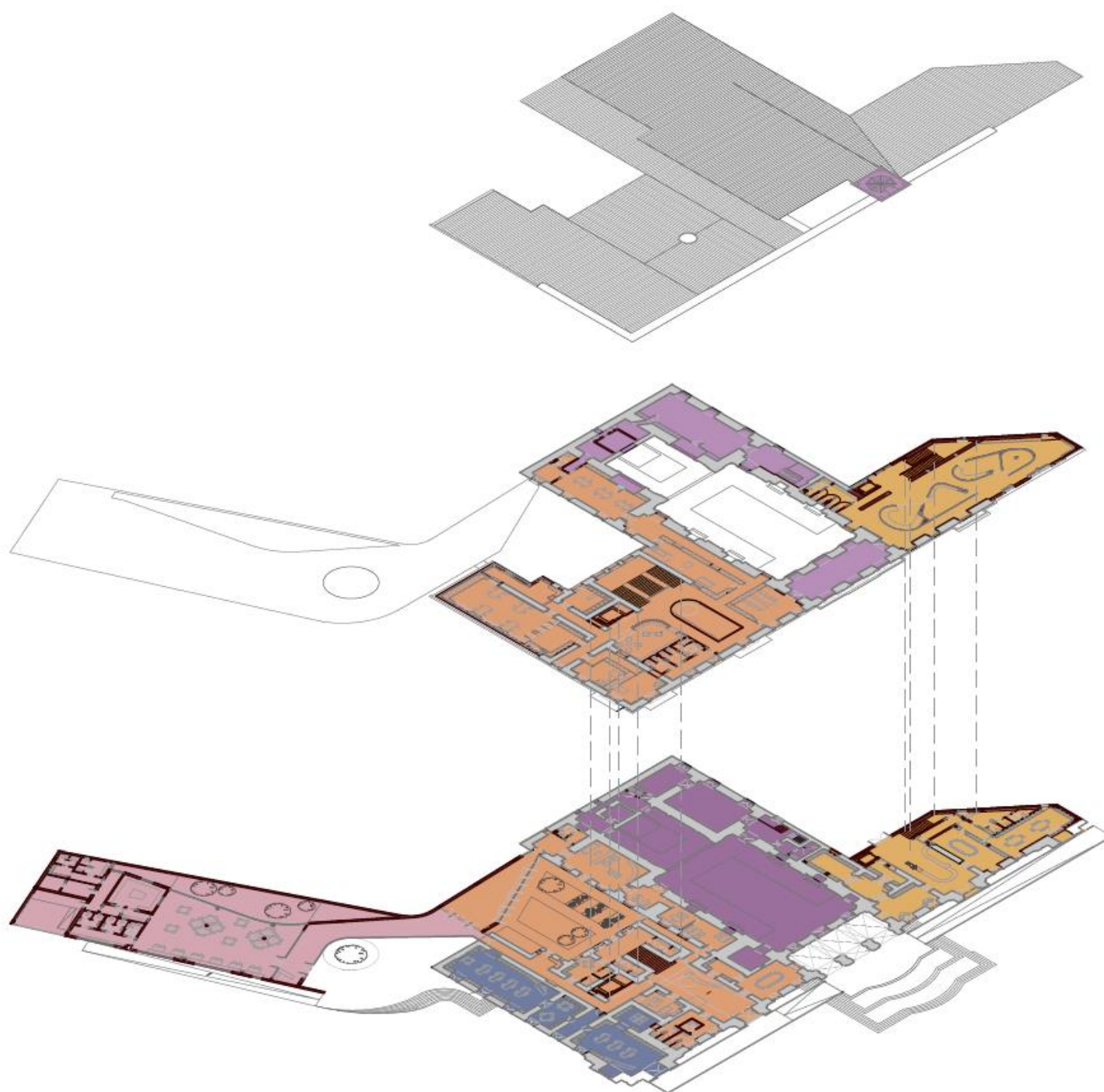
A extensão a norte inclui uma galeria expositiva que se conecta ao novo edifício a nordeste, onde se localiza a cantina do centro de dia, que também poderá funcionar como cafeteria aberta à comunidade, servindo refeições para fora e para residentes que necessitem deste tipo de serviço.

Para compreender melhor as mudanças entre o edifício atual e o projeto proposto, foram criados esquemas comparativos de ambos (Figura 49 e Figura 50).



- | | |
|--|--|
| ■ Serviços da Junta de Freguesia/Antiga Casa do Povo | ■ Casa Mortuária |
| ■ Arrumos de Jardinagem/Antigos Correios | ■ Devoluto |
| ■ Igreja | ■ Antiga ATL (Atividades de Tempos Livres) /Catequeses |

Figura 49 - Esquema de usos atual do Palácio (Fonte: autora).



■ Cantina/Cafetaria

■ Biblioteca/Sala multimédia/videoteca

■ Centro de Dia

■ Igreja

■ Centro interpretativo

-- Comunicações verticais

Figura 50 - Esquema de usos propostos (Fonte: autora).

5.2 Proposta Urbana

Com a apropriação dos terrenos nas imediações do Palácio, o espaço que inicialmente lhe pertencia foi reduzido. As habitações em torno do edifício, assim como na maior parte da vila, têm em média seis metros de altura, com algumas exceções. Isso cria um contraste acentuado com a imponência do Palácio, que atinge quase trinta metros de altura. O edifício está rodeado por vias rodoviárias: a Rua do Outeiro a norte e a poente, o Largo Pina Manique a sul e a Rua Dr. Canova Ribeiro a poente.

A proposta de intervenção foca-se na criação de passeios, quase inexistentes atualmente, e na formação de novos percursos pedestres, áreas verdes e zonas de repouso. Para isso, o acesso rodoviário da Rua do Outeiro, em torno do palácio, foi interrompido, mantendo apenas uma estrada residual a norte, que dá acesso aos quintais das habitações.

Quanto à praça, datada de 1988, reconhecendo o esforço e empenho da autarquia na sua organização, propõe-se apenas um reajuste de funções. O estacionamento, atualmente em frente ao Palácio, interfere com o impacto visual e cénico da fachada principal. Por isso, foi realocado para a lateral da praça. As áreas verdes existentes foram redimensionadas para acomodar uma rampa que liga ao lance superior das escadas da igreja e mantendo-se continua até à entrada do centro de dia e da sala multimédia (Figura 51).

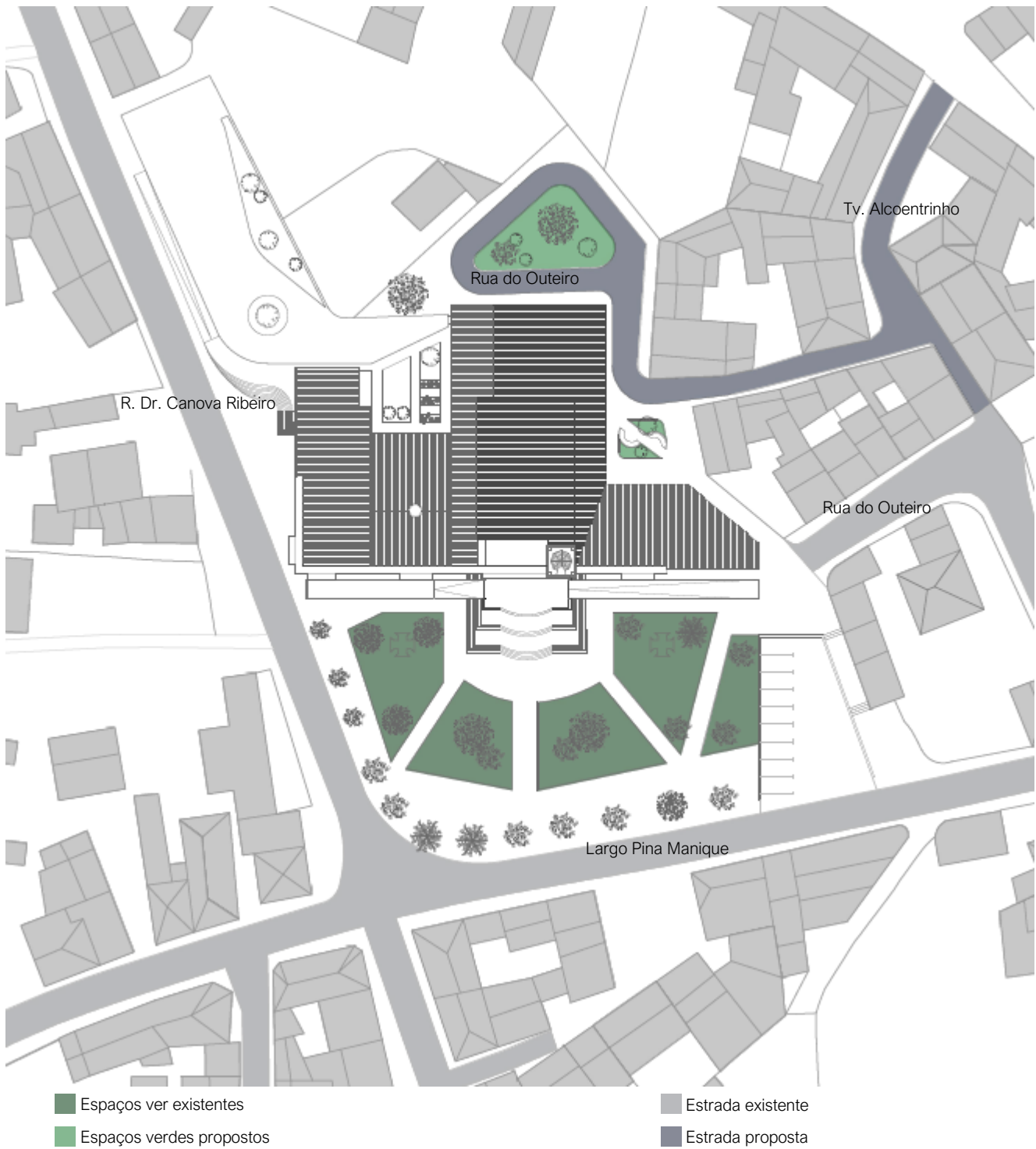


Figura 51 - Esquema da proposta urbana (Fonte: autora).

5.3 Proposta

5.3.1 Novas Construções

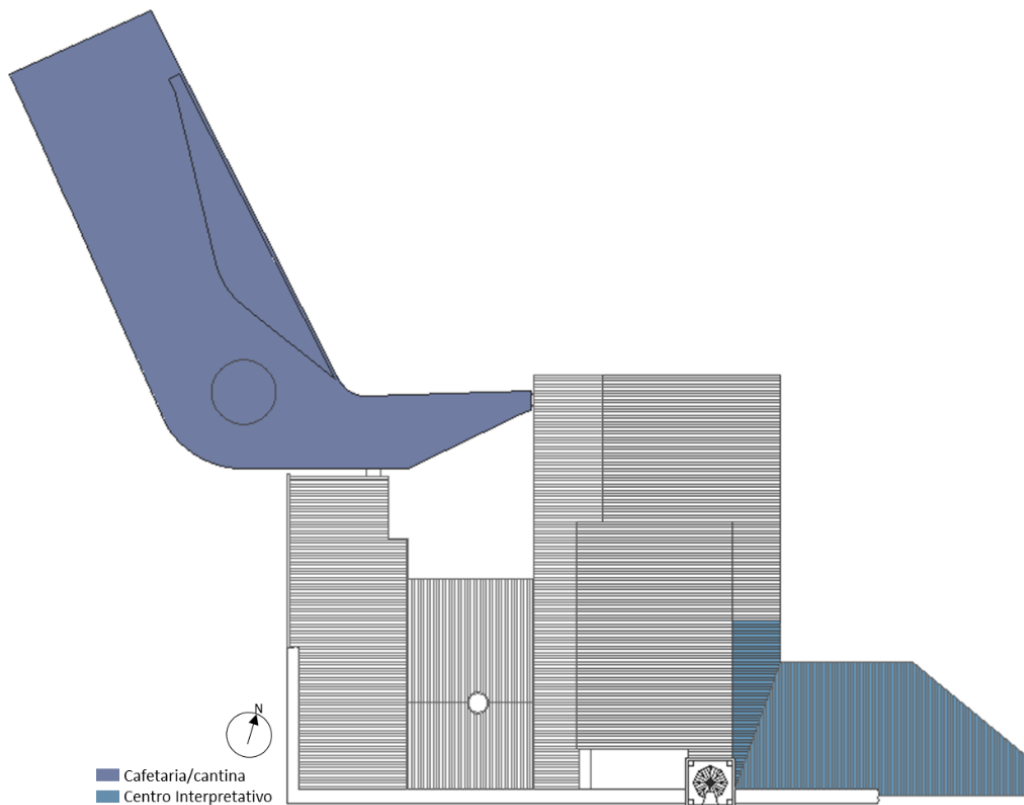


Figura 52 - Esquema dos novos volumes propostos (Fonte: autora).

Com base na teoria de valor apresentada anteriormente, procedeu-se à demolição das adições feitas nos anos oitenta na ala nascente do palácio. Essa intervenção abriu a possibilidade de criar novas volumetrias (Figura 52). Uma delas ocupa a área anteriormente utilizada, desta forma mantém-se a área de ocupação. Sem uma matriz territorial clara para orientar o projeto desse lado, a nova volumetria seguiu as linhas do terreno e da casa adjacente. Ao remover as adições antigas, preservaram-se as paredes autoportantes originais, transformando-as numa peça expositiva do local. A nova estrutura é inteiramente metálica, com partes visíveis, criando um diálogo entre o passado e o presente, evidenciando as diferenças construtivas. A fachada do novo volume é composta por painéis de zinco que se abrem nas zonas dos vãos. Este novo espaço abriga, no piso superior, o centro interpretativo da vila, enquanto no piso térreo estão as salas polivalentes.

A entrada para o piso térreo é feita pela fachada norte e inclui um hall com balcão e um banco corrido. As comunicações verticais estão localizadas em ambos os lados da porta de entrada. As salas adjacentes à igreja destinam-se a arquivos e arrumos, além de uma sala de apoio para os trabalhadores, equipada com zona de estar e copa. Na área a nascente, há arrumos por baixo as escadas e acesso às instalações sanitárias (.

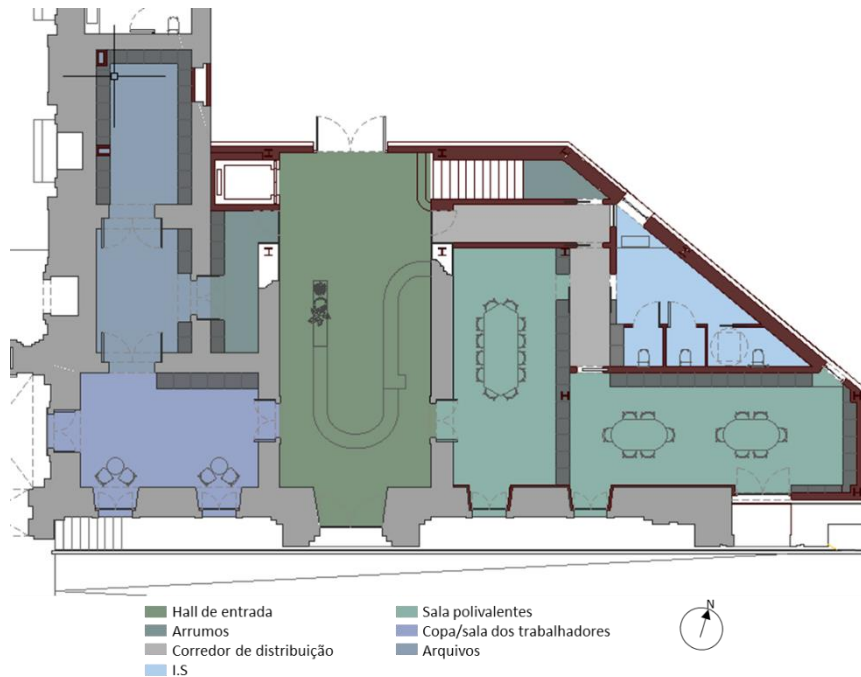


Figura 53 - Compartimentação interna e valências do centro interpretativo (Fonte: autora).

As paredes deste piso são em grande parte formadas por armários que não chegam até à laje, permitindo que a luz natural, proveniente da fachada sul, ilumine o espaço (Figura 54).

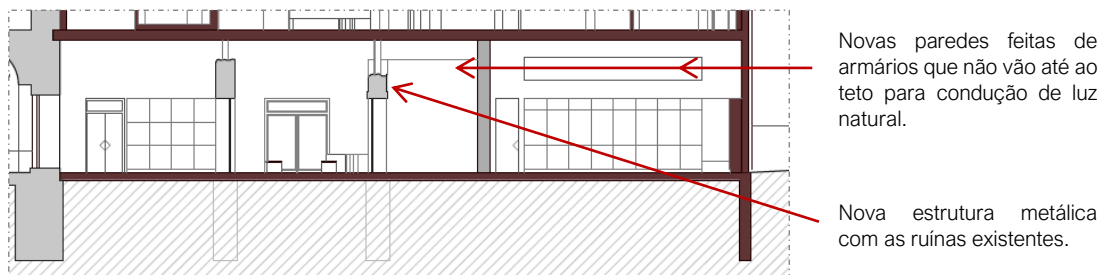


Figura 54 - Corte longitudinal do centro interpretativo para mostrar a estrutura e paredes (Fonte: autora).

As salas junto a esta fachada são flexíveis, permitindo reorganizações para acomodar exposições temporárias (Figura 55).

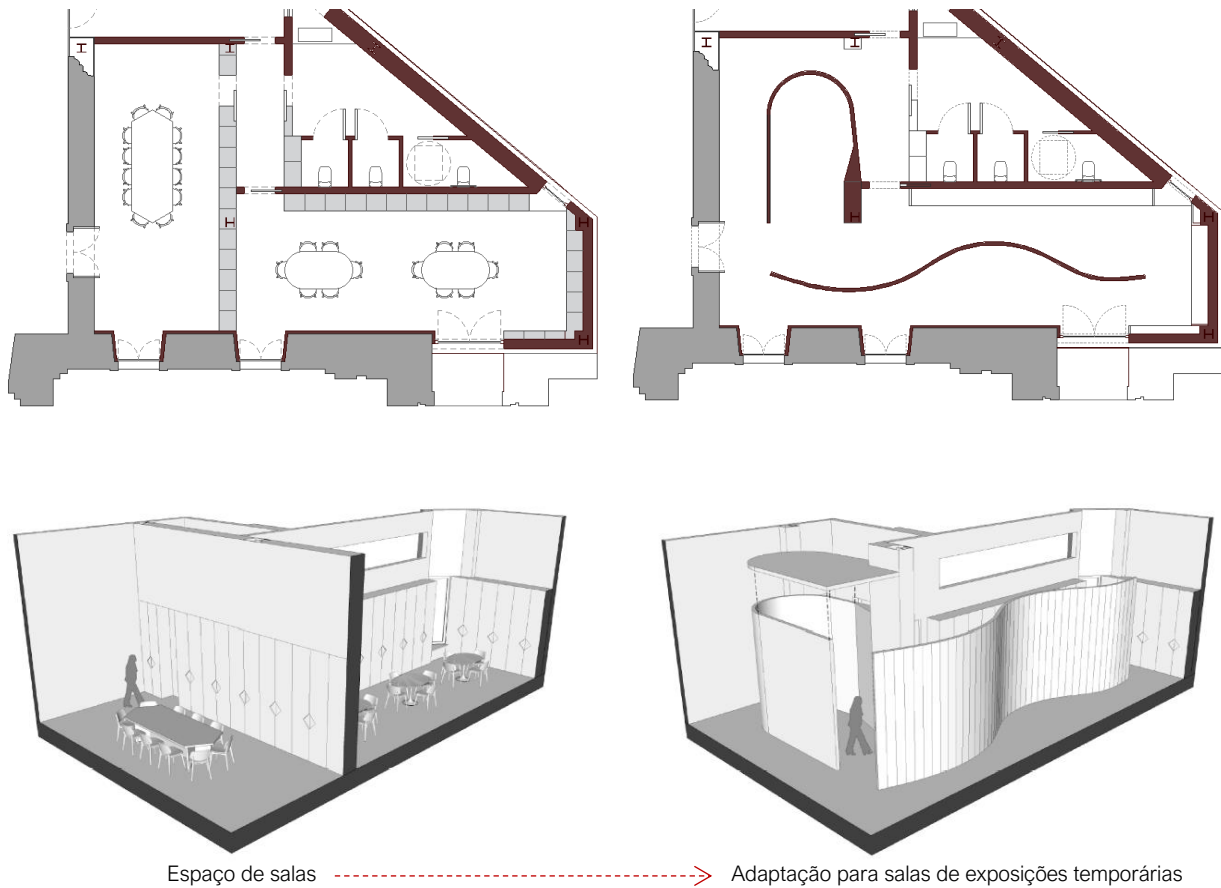


Figura 55 - Esquema de flexibilidade das salas polivalentes e expositivas (Fonte: autora).

O primeiro piso é inteiramente dedicado à área expositiva e às instalações sanitárias. A exposição é composta por painéis que integram os pilares da sala, criando um ambiente que se assemelha a um túnel, na lógica de uma "casa dentro de outra casa" (Figura 56). Este piso também tem ligação ao centro de dia, permitindo a utilização da saída da ala ponte em caso de emergência.

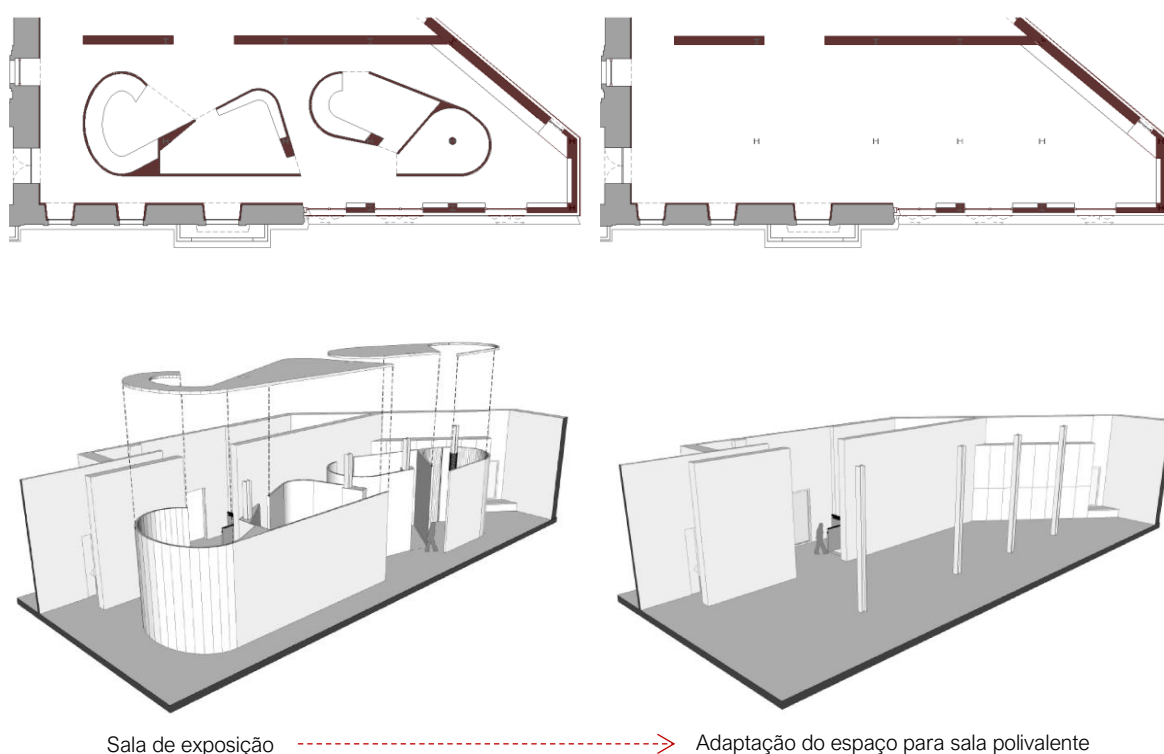


Figura 56 - Esquema de flexibilidade das salas polivalentes e expositivas (Fonte: autora).

Devido à compartimentação do palácio e à necessidade de incluir uma cantina no programa do Centro de Dia, surgiu a oportunidade de agregar um terreno devoluto localizado nas traseiras do palácio, junto à ala poente. Este novo corpo foi concebido para albergar a cantina/cafetaria, que serve tanto a população como os utentes da instituição. Como o palácio se encontra numa cota superior em relação ao terreno, foi necessário elevar a cantina à cota 56.60 para garantir a comunicação direta, a norte, com as entradas do palácio. Na entrada da cafetaria, encontra-se uma grande pala com um espaço vazio onde foi colocada uma árvore, rodeada por um pano de vidro.

A cafetaria tem uma zona de entrada onde se localiza o balcão. Ao entrar na sala, há um contraste entre as fachadas: de um lado, a fachada voltada para a Rua Dr. António Canova Ribeiro, com painéis de zinco ventilados, em harmonia com o resto da intervenção no palácio, e com luz filtrada por painéis perfurados nas áreas dos vãos. Do outro lado, há um pano de vidro que dá para um pátio ajardinado, que também pode ser usado como esplanada. No extremo da sala, encontram-se as instalações sanitárias, parte do percurso público.

Na área privada, destinada aos trabalhadores, há uma cozinha, copa suja e uma entrada para ambos os espaços. Um corredor atrás destes compartimentos liga a zona de cargas e descargas com a despensa, a área de refrigeração e um balneário (Figura 52).



Figura 57 - Áreas da cafeteria/cantina (Fonte: autora).

5.3.2 Reabilitação do Palácio

O projeto iniciou-se com a observação crítica dos elementos existentes, verificando-se que, no piso térreo, o pavimento das salas atualmente em uso foi elevado (Figura 58). Isso resultou na falta de comunicação entre a área em ruínas, localizada no centro da ala poente e ainda devoluta, e o restante edifício.

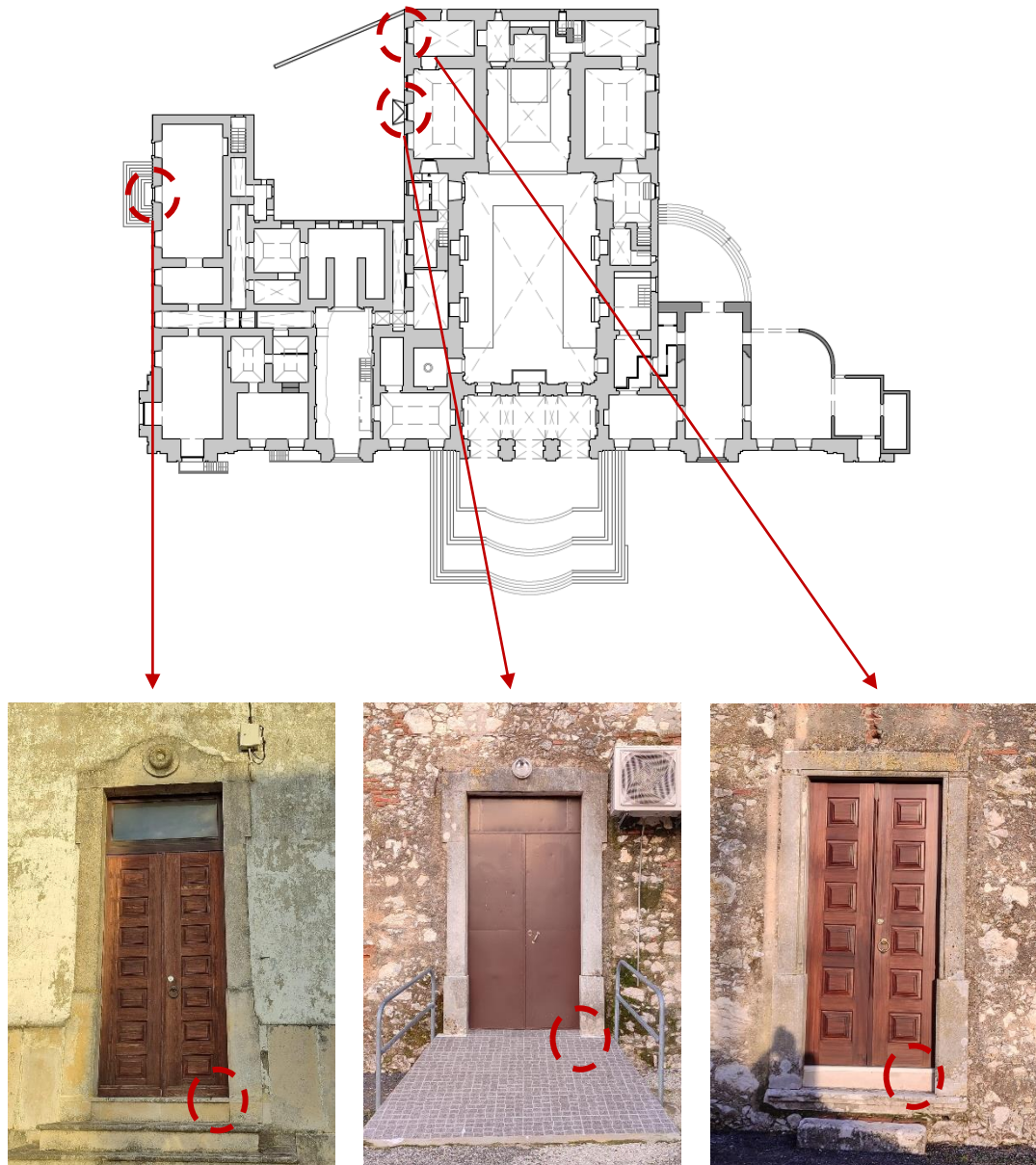
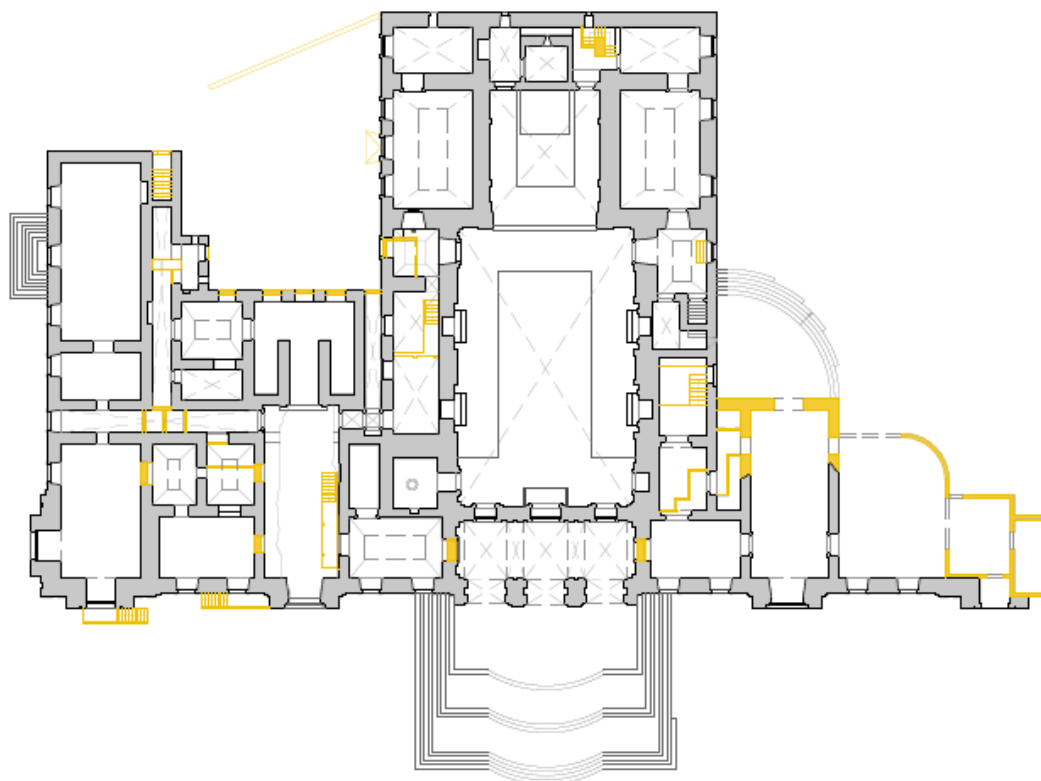


Figura 58 - Acrescento de um degrau em relação ao piso térreo original (Fonte: autora).

Sendo o programa direcionado para pessoas da terceira idade, e considerando as suas limitações motoras, o objetivo é criar um edifício com percursos contínuos, minimizando obstáculos. Nesta fase, surgiu a necessidade de remover todas as adições espúrias (Figura 59). Procedeu-se à retirada dos pavimentos, nivelando-os com o restante piso térreo da área em ruínas, e à eliminação de paredes que impediam a comunicação fluida entre os espaços. Na ala nascente optou-se por retirar as construções feitas nos anos oitenta, ficando apenas com a ruína ainda existe.



■ Adições espúrias retiradas - Piso 0

Figura 59 - Planta de demolições, piso 0 (Fonte: autora).

No entanto, nas salas do extremo poente optou-se por reutilizar os tacos de madeira maciça (Figura 60) para a zona da biblioteca e continuou-se com o mesmo para as salas de multimédia e videoteca. Quanto às cores utilizadas em todo o projeto, seja em paredes ou mobiliário fixo, foi retirada uma paleta de cores dos frescos existentes da igreja (Figura 61), encontrando-se assim uma linha continua com a parte intocada do palácio.



Figura 60 - Fotografia de uma das salas dos serviços da junta de freguesia. Reaproveitamento do pavimento – valor de utilidade (Fonte: autora).

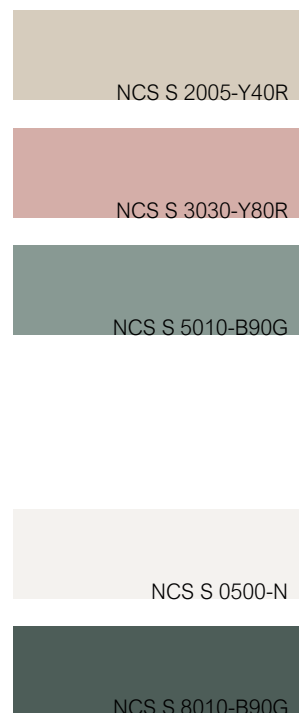


Figura 61 - Paleta de cores adotada, para projeto, dos frescos da igreja (Fonte: autora).

No piso 0, onde se preservam mais elementos originais como os tetos abobadados em salas e corredores, bem como as cantarias, optou-se por uma abordagem de "arquitetura imperfeita ou inacabada". As intervenções limitaram-se aos pavimentos, onde foram colocadas lajetas de pedra moleanos, em harmonia com os elementos decorativos originais, as fachadas e a igreja.

Nas paredes, a intervenção foi mínima, com a instalação de lambrins altos que integram o corrimão e a iluminação, além de bancos em áreas específicas com reentrâncias (Figura 62).

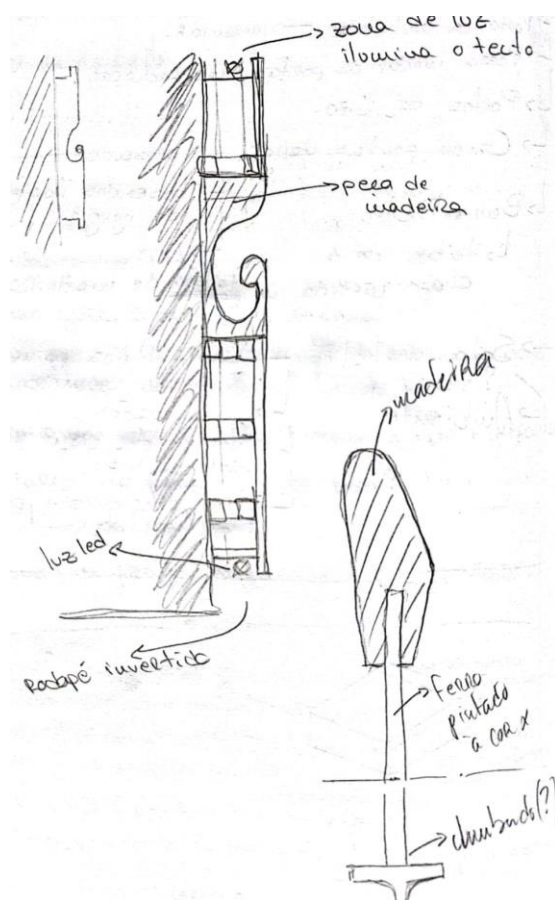


Figura 62 - Desenhos do corrimão e lambrim utilizados no projeto (Fonte: autora).

Neste piso, a maior parte das circulações originais do palácio foi restabelecida, reabrindo os vãos que estavam bloqueados por paredes de tijolo. Isso exigiu o desenho de portas novas, com um estilo mais contemporâneo e que se relaciona com os materiais da nova construção (Figura 63).

Para separar as áreas públicas do centro de dia, foram instaladas portas de vidro, permitindo a continuidade visual e a entrada de luz. Apenas as pessoas autorizadas têm acesso às diferentes zonas.

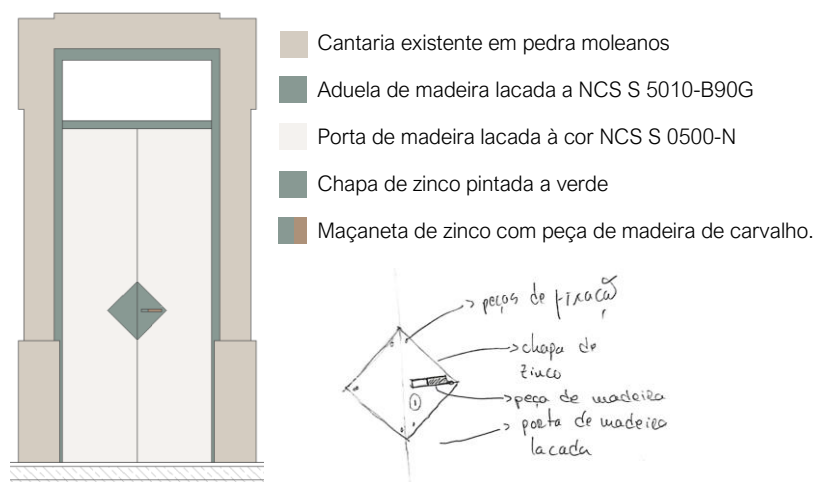


Figura 63 – Desenho das novas portas, adotadas para os vãos existentes com as cores e materialidade adotadas (Fonte: autora).

No átrio de entrada do centro de dia encontram-se as instalações sanitárias, uma sala de reuniões, uma enfermaria e a receção com arrumos. As salas administrativas, de psicologia e de convívio estão interligadas. Nas salas voltadas para o pátio, atrás das comunicações verticais, foi criada a área destinada aos funcionários, com vestiário e copa. Esta sala dá acesso aos arrumos e às instalações sanitárias, localizadas por baixo da escadaria principal.

O pátio, rodeado pelo palácio e pela galeria expositiva a norte, possui cinco aberturas diretas. Foi concebido para permitir aulas de mobilidade ao ar livre e inclui uma horta em canteiros altos, adaptada a pessoas com mobilidade reduzida (Figura 64). Também há espaço para plantar algumas árvores de fruto. Além disso, o pátio serve como fonte de iluminação para os corredores, que são altos, estreitos e, em grande parte, ladeados por paredes sem vãos, tornando-se sombrios.

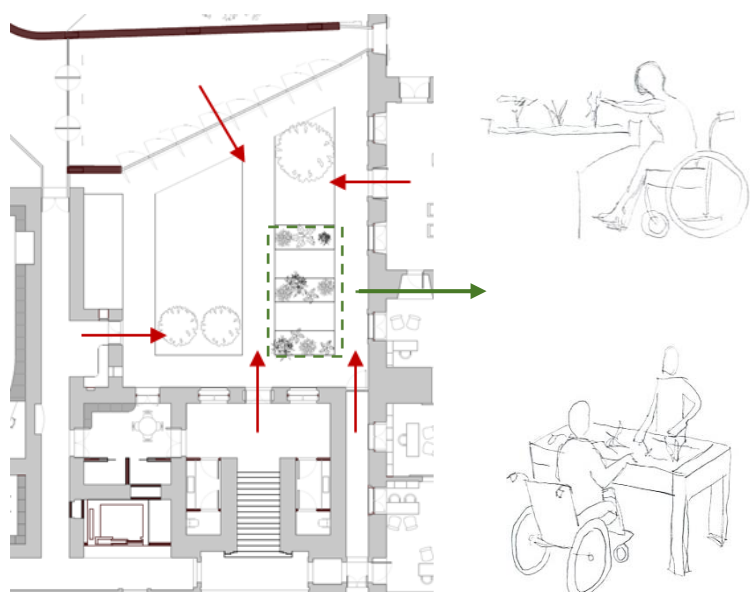


Figura 64 - Representação das comunicações diretas ao pátio e adaptação de hortas em altura (Fonte: autora).

Relativamente às comunicações verticais, durante a visita foram descobertas marcas nas paredes das antigas escadas, o que justificou a decisão de utilizar esses mesmos locais para as escadas da nova proposta (Figura 65). No entanto, para instalar o monta-cargas, foi necessário demolir parte da ruína, criando assim o espaço necessário. Os elementos decorativos em pedra encontrados na área da escadaria principal e no hall de entrada foram preservados no local, sendo valorizados como peças expositivas.

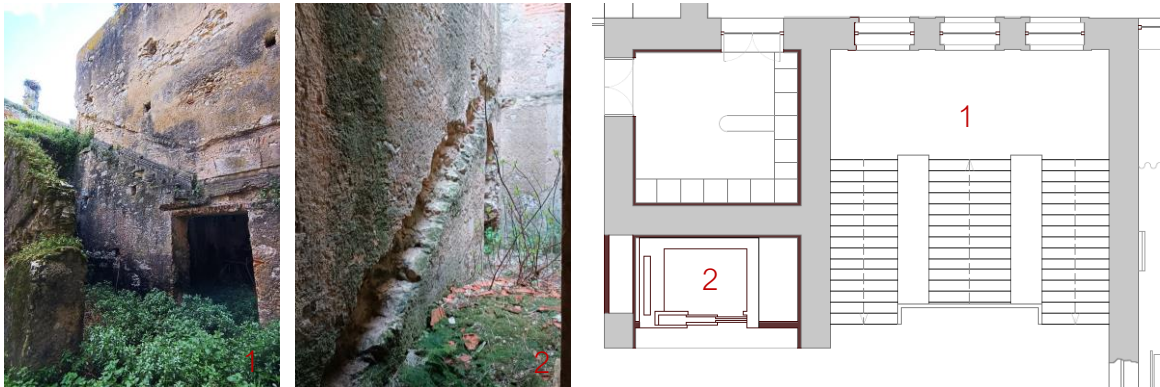


Figura 65 - Vestígios das antigas comunicações verticais que são utilizadas no projeto para o mesmo propósito. 1- Escadaria principal permanece; 2- antigas escadas de serviços convertidas no espaço para o monta-cargas (Fonte: autora).

A escadaria principal é feita numa estrutura metálica à exceção dos cobertores (Figura 66), optando-se por um piso de cadeira de carvalho, acompanhada pelo corrimão de metálico coroado com uma peça de madeira maciça, onde se pode apoiar. A estrutura metálica à vista é pintada à cor verde que se pode observar na paleta de cores acima.

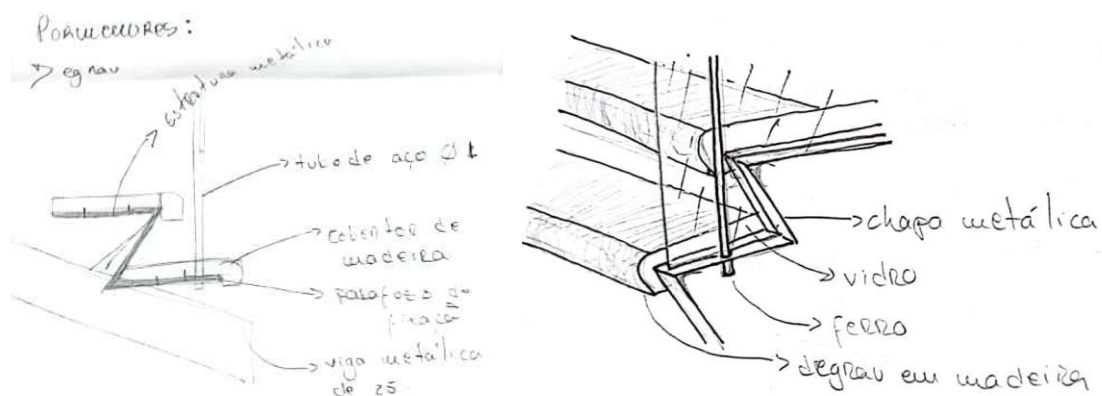


Figura 66 - Desenho esquemático da escadaria principal do Centro de Dia (Fonte: autora).

Ao subir para o primeiro piso, encontramos uma área ampla de acolhimento com um vazio central que permite visualizar o hall de entrada no piso inferior. Este espaço é iluminado por uma claraboia que desce em direção ao centro do vazio, canalizando a luz para o piso inferior. Funciona como uma zona de distribuição, com acesso aos corredores que levam às oficinas, mas também como uma área de estar e observação.

De um lado, encontra-se a sala de fisioterapia e a primeira oficina, dedicada à costura e tecelagem. Entre estas duas áreas, há um corredor que conduz à segunda oficina. Ao longo deste percurso, há duas varandas: uma permite observar o interior da igreja, e a outra oferece vista para a sala de fisioterapia.

Do lado oposto à zona adjacente à igreja, encontra-se uma instalação sanitária e uma área de estar mais reservada, composta por painéis ripados de madeira. Estes painéis permitem a entrada de luz das janelas da fachada sul e poente, criando uma sensação de privacidade ao filtrar a visão do interior.

Neste piso, há também uma sala adaptada para dois quartos, conforme as exigências dos centros de dia. Se essa função não for necessária, todos os elementos interiores podem ser removidos. As camas estão embutidas em armários, e as portas e divisórias são painéis amovíveis, conforme ilustrado na Figura 67.

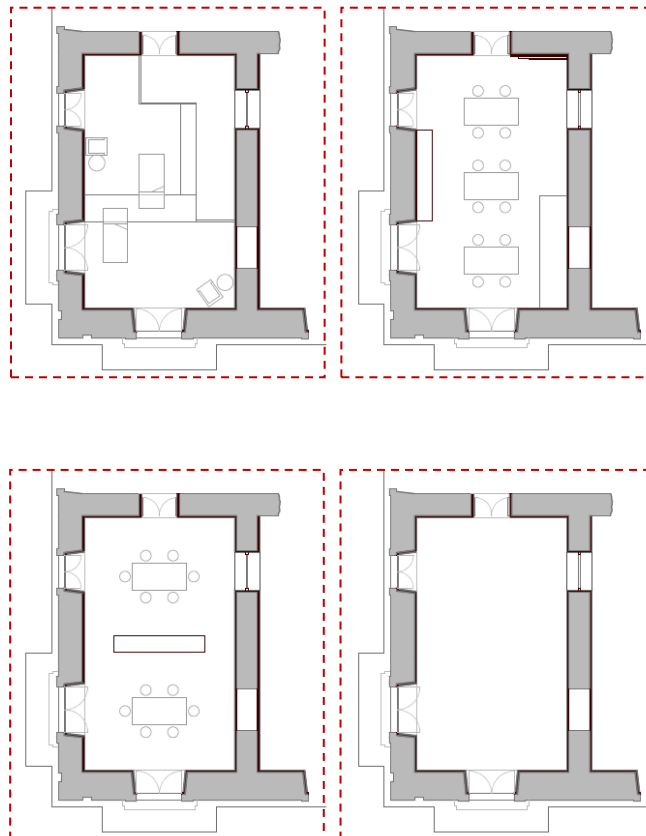


Figura 67 - Esquemas de flexibilidade dos quartos para sala de oficina (Fonte: autora).

Este compartimento dá acesso à terceira sala de oficinas, que inclui uma copa, adequada para atividades como carpintaria ou pintura. Se a copa não for necessária, pode ser fechada com painéis deslizantes ou totalmente aberta, guardando os painéis num armário projetado para esse fim.

A nível estrutural houve a preocupação de não sobrecarregar a estrutura existente do palácio. Considerou-se a criação de paredes interiores, mas no piso térreo verificou-se que não era possível devido à compartimentação existente. A falta de espaço útil nesse piso levou à adoção de uma estrutura mista, de metal e madeira, em que a estrutura metálica serve como base principal e a de madeira auxilia na distribuição das cargas. Assim, as novas paredes do piso superior foram feitas com materiais pré-fabricados (Figura 68).

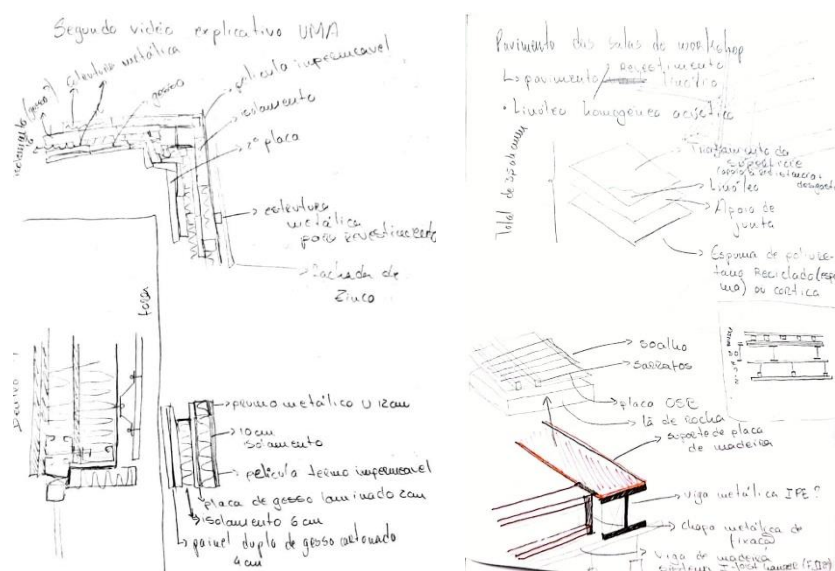


Figura 68 - Desenhos esquemáticos da estrutura usada na proposta (Fonte: autora).

Além do sistema estrutural misto, muitas das paredes introduzidas no primeiro piso funcionam como armários, garantindo arrumação suficiente em todos os compartimentos do centro de dia. Também foi utilizado um sistema de construção com aço leve, como no caso do pladur, na área das instalações sanitárias e em torno da ruína. Este sistema ajuda a sustentar as paredes da ruína e melhora o isolamento térmico e acústico do edifício.

Para a nova fachada, optou-se por uma linguagem contemporânea, contrastando com a existente. Painéis perfurados de zinco foram utilizados para permitir a entrada de luz filtrada nos novos compartimentos e assegurar ventilação entre os elementos construtivos. Nas áreas dos vãos, os painéis perfurados abrem-se para revelar uma varanda. Esta fachada ventilada é suportada por uma estrutura metálica ligada às paredes interiores.

6 Considerações Finais

Os meios rurais nem sempre são zonas de interesse ou de curiosidade por parte de intervenções arquitetónicas, deixando estes pequenos centros ao abandono, permitindo que o tempo deixe a natureza apropriar-se das obras do homem. Manique do Intendente não é exceção, no entanto a sua história e mistérios da sua condição inacabada fazem com que esta tenha um encanto especial, permanecendo com vestígios dos seus habitantes passados.

O Palácio constitui uma memória perdida no tempo com ligação à comunidade presente, fazendo com que este permaneça com uma importância a população e para a história da vila, do conselho e até mesmo do país.

Os objetivos iniciais permaneceram ao longo do decorrer do projeto, a procura de uma intervenção sustentável, seja ela a nível económico para a continua preservação do Palácio, como de materiais utilizados. A preocupação de intervir neste edifício com consciência e respeito pelo seu passado foi sem dúvida um dos desafios que se agarrou e levou até ao fim, pois pensa-se que, apesar de se ter de abdicar de algumas características do mesmo, o essencial e relevante permaneceu. Olhar a ruína como parte da arquitetura contemporânea foi sem dúvida um estímulo para o decorrer do projeto, embora nem sempre tenha sido fácil o cruzamento de ambas. Pode-se dizer que a ruína teve, de facto, um papel de grande importância no projeto, usando em certos pontos como elementos decorativo e estrutural.

Quando ao tema do combate ao isolamento da população idosa, foi cumprido, pois os Centros de Dia promovem as interações sociais, ajudam no desenvolvimento físico e mental. Com a criação deste tipo de instituição, também se promove a empregabilidade e cooperação entre gerações.

Com todas as dificuldades que surgiram ao longo do processo, principalmente a parte inicial que se prende pela procura e recolha de informação, percebeu-se que o papel do arquiteto vai muito além da sua obra construída. O arquiteto deve ter um papel social ativo, cruzando as necessidades de um lugar, de pessoas e da sua obra construída.

Bibliografia

Análise de situação e definição de políticas. Lisboa: Direção

Arrazola, F.J., Méndez, A., Lezaun, J.J. (2003). *Centros de Día – Atención e intervención integral para personas mayores dependientes y deterioro cognitivo.* Fundación Matía Gizartekintza – Departamento de Servicios Sociales. San Sebastian, Espanha.

Azevedo, Carlos de; Ferrão, Julieta; Gusmão, Adriano de. (1963). *Monumentos e Edifícios Notáveis do Distrito de Lisboa.* Junta distrital de Lisboa.

BOITO (1883) *Carta del restauro*

Choay, Françoise (2021) *Alegoria do Património.* Biblioteca Nacional de Portugal – Catalogação na Publicação. DPS: Digital Printing Services, Lisboa

CONSELHO DA EUROPA (1985) *Convenção de Granada - Convenção para a Salvaguarda do Património Arquitectónico da Europa, Granada.*

DIRECÇÃO-GERAL DA ACÇÃO SOCIAL (1996) Núcleo da Documentação Técnica e Divulgação. *Centro de Dia - condições de localização, instalação e funcionamento.* Lisboa.

Estêvão, Susana M. V. P., 2017. *Qualidade de Vida de Idosos em Centro de Dia e em Serviço de Apoio Domiciliário.* Algarve, Escola Superior de Educação e Comunicação, Escola superior de Saúde, Universidade do Algarve, tese de mestrado (Gerontologia).

Fernandes, A. A., (1997). *Velhice e sociedade: demografia, família e políticas em Portugal.* Oeiras: Celta.

Fraga, Carlos E. M. S. G., 2020. *Ruína como Matéria Disponível para o Projecto Arquitectónico.* Coimbra, Faculdade de Ciências de Tecnologia, Universidade de Coimbra, tese de mestrado (Arquitectura).

Geral de Segurança Social.

Groisman, D. (1999). *Asilos de velhor: passado e presente. Estudos Interdisciplinares sobre o envelhecimento.*

ICOMOS (1964) Carta de Veneza sobre a conservação e restauro dos monumentos e dos sítios. *Congresso Internacional de Arquitectos e Técnicos de Monumentos Históricos,* Veneza.

ICOMOS (1995) Carta de Lisboa sobre a Reabilitação Urbana Integrada. 1º *Encontro Luso-Brasileiro de Reabilitação Urbana,* Lisboa.

Lopes, Ana, Tracana, Rosa Branca (2024). *ENVELHECER (CON)DIGNIDADE: UM DIREITO ÉTICO E MORAL.* RIAGE – Revista Ibero-Americana da Gerontologia nº5

- Lopes, Inês S. B., 2020. *Materialização de uma Memória Amputada: Proposta de Intervenção no Palácio de Manique do Intendente*. Coimbra, Universidade de Coimbra, tese de mestrado (Arquitectura).
- Marques, Cátia G., 2004. *Manique do Intendente: uma vila iluminista*. Departamento de Arquitectura da Universidade de Coimbra, tese de mestrado.
- Mascarenhas-Mateus, João (2018). *História da Construção em Portugal: Consolidação de uma Disciplina*. Minho. Gráfica Diário do Minho.
- Meyer-Coandon, Beatriz, 2020. *A Reabilitação Arquitectónica da Ruína: uma Proposta Museológica Integrada para o Castelo de Castro Marim*, Lisboa, Faculdade de Arquitectura, Universidade de Lisboa, tese de mestrado (Arquitectura).
- Miranda, Joaquim F. T., 2015. *Arquitectura, Património e Autenticidade: Autenticidade na Reabilitação do Património Histórico*. Lisboa, Faculdade de Arquitectura, tese de doutoramento (Arquitectura, Conservação e Restauro).
- Moreira, Regina C.A.R., 2017. *Os Centros de Dia como Promotores do Envelhecimento Activo*, Minho, Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, tese de mestrado.
- Neto, F. (2000). *Psicologia social* (Vol. II). Universidade Aberta
- Noé, Paula (1991). *Palácio de Manique do Intendente, Inventário do Património Arquitectónico*. Lisboa: Direcção Geral do Edifícios e Monumentos Nacionais.
- Paúl, C., & Fonseca, A. (2005). *Envelhecer em Portugal: psicologia*,
- Pereira, Gonçalo M. B. (2017). *O Palácio de Manique do Intendente: Proposta de Requalificação*. Departamento de Arquitectura da Universidade de Coimbra, tese de mestrado.
- Pinto, José dos Santos; Tavares, Adérito. (2017). *Pina Manique: Um Homem Entre Duas Épocas*. Casa Pia e Lisboa.
- Plano de Acção. (2011) *Plano Estratégico de Azambuja – Azambuja 2025*. Câmara Municipal de Azambuja.
- Raimundo, Aquilino (2019). *A Obra de Manique do Intendente*. (Não publicado, disponível em anexo).
- Ribeiro de Castro, J. (1982). *População idosa: contributo para uma*
- Riegal, Alois (2014). *O Culto Moderno dos Mnumentos*. Sindicato Nacional dos Editores de Livros. RJ.
- Rodrigues, António José (1982). *Manique do Intendente – Contributo para a sua história e do seu povo*. ARCEMI – Associação Recreativa e cultural de Manique do Intendente. Câmara Municipal de Azambuja.
- Rodrigues, António José (2005). *Manique do Intendente Contributo para a sua história e do seu povo*. Junta de Freguesia de Manique do Intendente e DGAL (Direcção Geral das Autarquias Locais).

Santiago, Nuno L. D., 2015. *A Ruína da Contemporaneidade: Valorização, Preservação e Projeto*. Porto, Faculdade de Arquitectura, Universidade do Porto, tese de mestrado (Arquitectura).

saúde e prestação de cuidados. Lisboa: Climepsi Editores.

SERVIÇO INTERNACIONAL DE MUSEUS (1931) *Cartas de Atenas. Conclusões da Conferência Internacional de Atenas sobre o Restauro dos Monumentos*, Atenas.

Soledade, Arnaldo F. (1979). *De S. Pedro de Arrifana a Manique do Intendente*. Biblioteca Municipal de Azambuja.

Vaz, Pedro (2019). *Edificar no Patrimóni*. Biblioteca Nacional de Portugal – Catalogação na Publicação. ACD Print, S.A.

Webgrafia

Arquitectura ao Centro, Projecto das termas de São Pedro do Sul. Disponível em: <https://www.arquiteturaaocentro.pt/projeto/termas-romanas-sao-pedro-do-sul/>

Betar. Descrição do projecto do Colégio da Trindade. Site, disponível em: <https://www.betar.pt/projecto/colégio-da-trindade/> [02/12/2023]

Biblioteca Nacional Digital de Portugal, Cartografia de 1860 a 1865, disponível em: <https://bndigital.bnportugal.gov.pt/viewer/16568/?offset=#page=1&viewer=picture&o=info&n=0&q=> [18/04/2024]

Biblioteca Nacional Digital de Portugal, Cartografia de 1812, disponível em: <https://permalinkbnd.bnportugal.gov.pt/viewer/14580/?offset=#page=3&viewer=picture&o=info&n=0&q=> [18/04/2024]

European Heritage Network in Barranha (2016). *Património Cultural: conceitos e critérios fundamentais*. [e-book] Lisboa, IST Press, disponível em: <https://www.icomos.pt/images/pdfs/E-book-patrimonio.pdf> [06/11/2023]

Gepectrova. Descrição do projecto do Colégio da Trindade. Site, disponível em: <https://www.gepectrofa.pt/portfolio/colégio-da-trindade-de-coimbra/> [02/01/2024]

lhru. Apresentação do projecto Colégio da Trindade. Painel, disponível em:

NGPhoto, Colégio da Trindade, disponível em: <https://ngphoto.com.pt/architecture/aires-mateus-trinity-college/> [02/12/2023]

Teixeira Pinto Soares sa. Projecto termas romanas de S. Pedro do Sul, disponível em: <https://www.tps.com.pt/portfolio/termas-romanas-de-sao-pedro-do-sul/>

Termas de São Pedro do Sul, site, disponível em: <https://termas-spsul.com/> [02/12/2023]

Termas S. Pedro do Sul, História. Disponível em: <https://termas-spsul.com/termas-s-pedro-do-sul/historia/>

Universidade de Coimbra (2008). Colégio da Trindade. Artigo, disponível em: <https://www.uc.pt/ruas/inventory/mainbuildings/trindade> [02/12/2023]

www.ihru.pt/documents

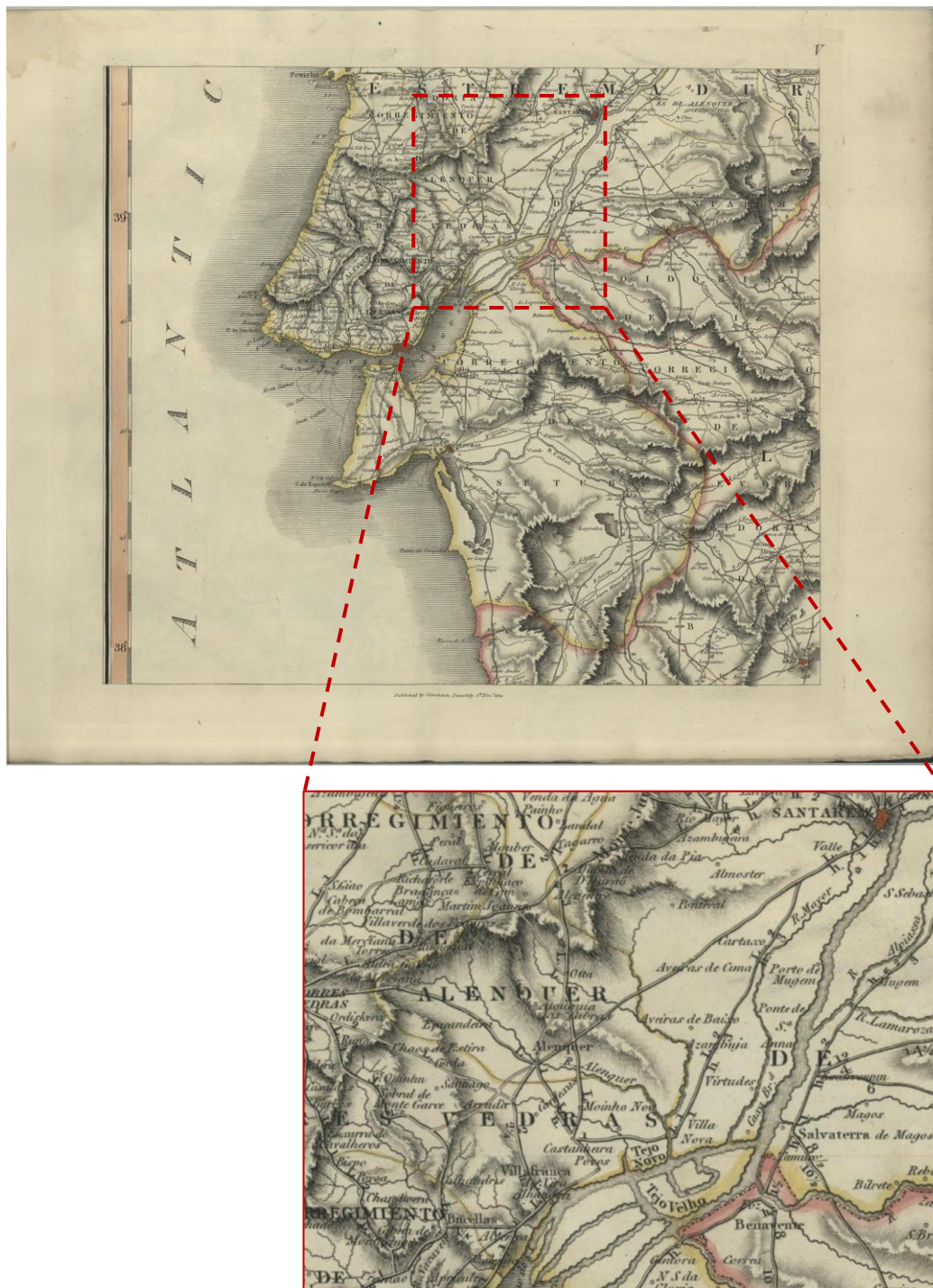
Centro de Informação Geoespacial do Exército, Cartografia de 2014, disponível em: <https://www.igeoe.pt/index.php?id=204> [16/05/2024]

Anexos

Índice:

- Anexo I – Documentação histórica e de apoio
- Anexo II – Linha temporal e Levantamento do Palácio
- Anexo III – Cartografia produzida do Palácio, pela autora
- Anexo IV – Painéis de Seminários
- Anexo V – Processo de trabalho
- Anexo VI – Maquetes
- Anexo VII – Painéis Finais

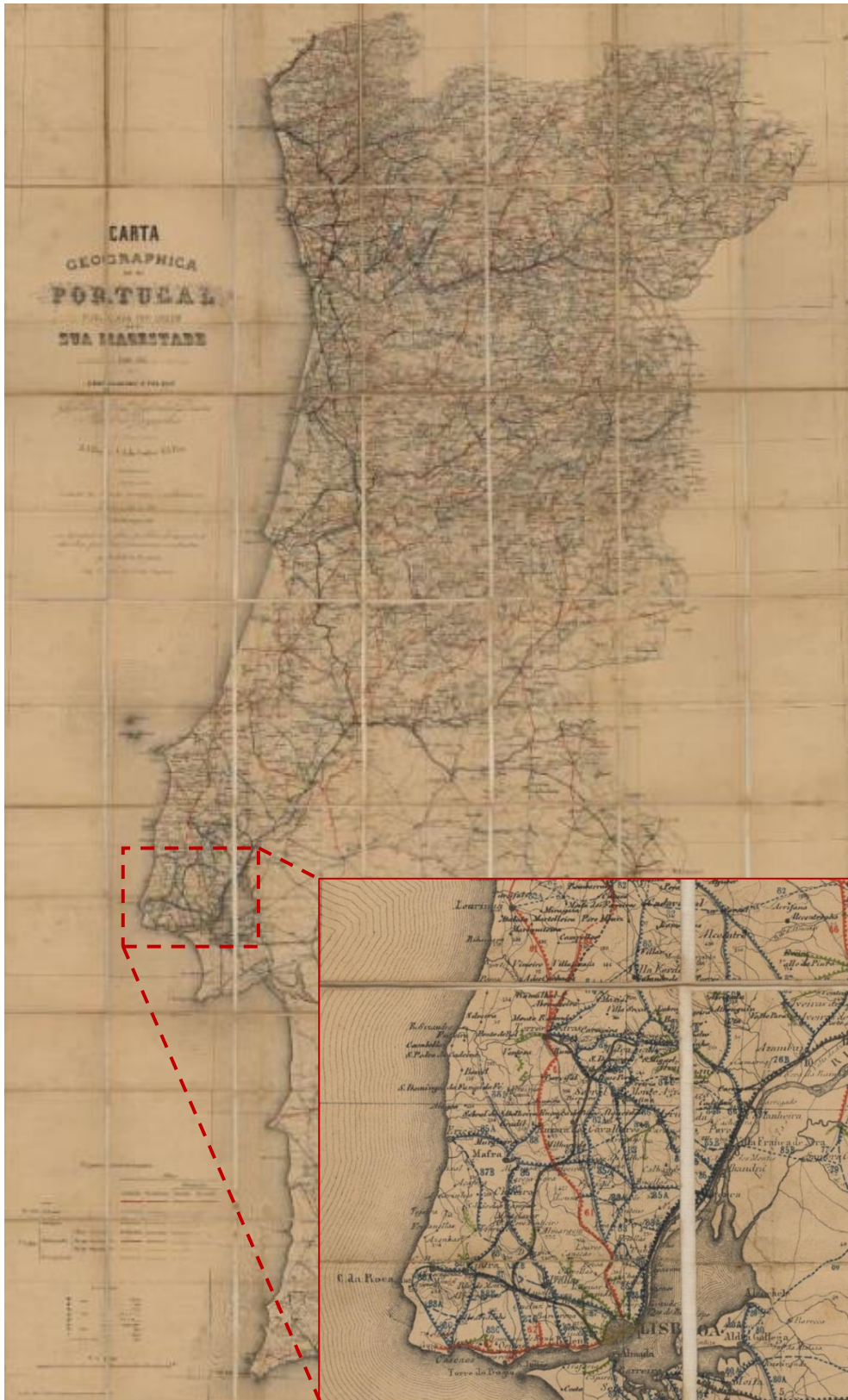
Anexo I – Documentação histórica e de apoio



Autor: Tomás Vargas Lopez

Ano: 1730-1802

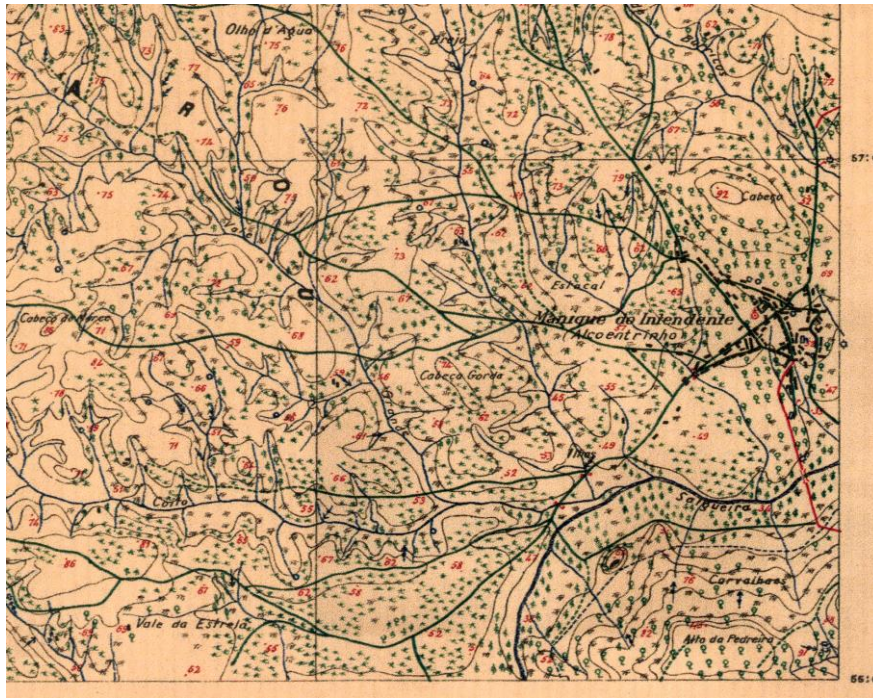
Fonte: Biblioteca Nacional Digital



Autor: Filipe Folque e José Costa Sequeira, Ministério das Obras Públicas

Ano: 1860

Fonte: Biblioteca Nacional Digital



Autor: Desconhecido
Ano: 1922
Fonte: Arquivo do Eng. Aquilino Raimundo



Autor: Desconhecido
Ano: 1937-39
Fonte: Arquivo do Eng. Aquilino Raimundo



azambuja
Município

Divisão de Urbanismo

Requerente:

Gula n.º

Pedido:

Escala 1/2000

Freguesia:

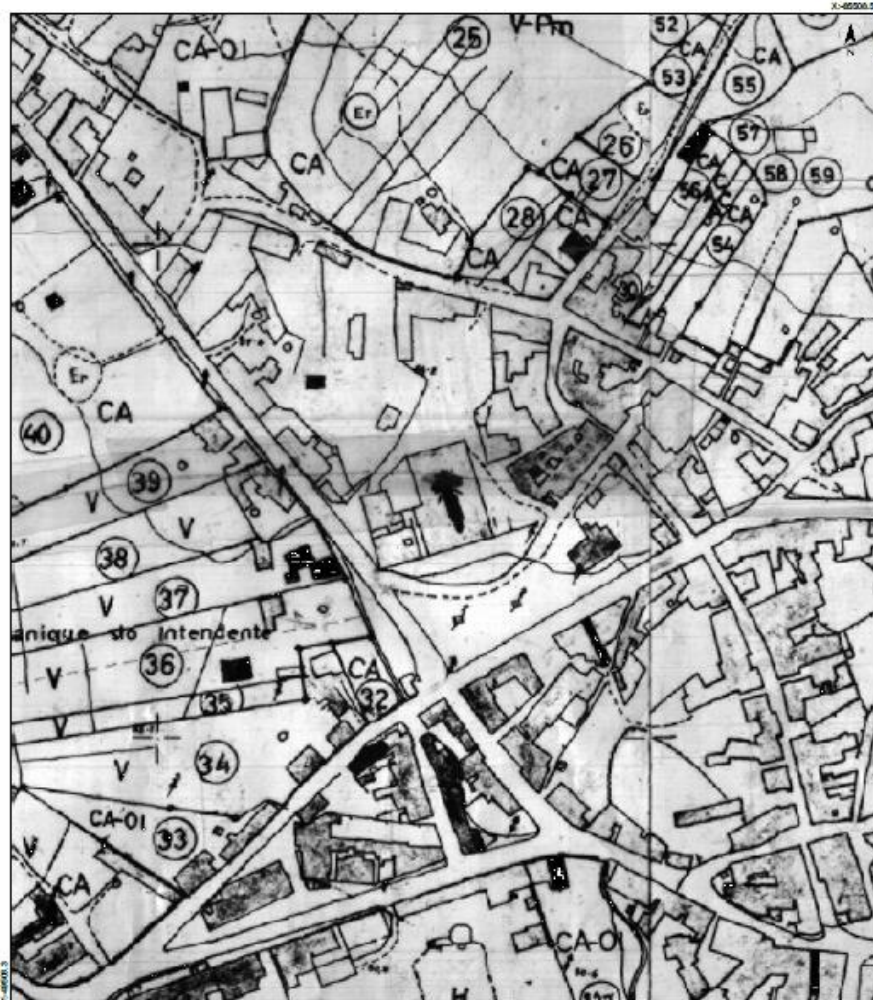
Data 22/05/2023

Local:

Artigo(s) Secção(ões) Artigo Morada

Prédio Rústico

Prédio Urbano



Sistema de Referência - Projecção: Gauss, Elipsóide: Hayford, Datum Planimétrico: Datum 73, Datum Altimétrico: Marégrafo de Cascais
Esta planta tem um carácter meramente Informativo, sendo indispensável a consulta nos serviços técnicos da Câmara Municipal

Autor: Desconhecido

Ano: Desconhecido

Fonte: Arquivo do Arq. Paulo Natário



azambuja
Municipality

Divisão de Urbanismo

Requerente:

Gula n.º

Pedido:

Escala 1/2000

Freguesia:

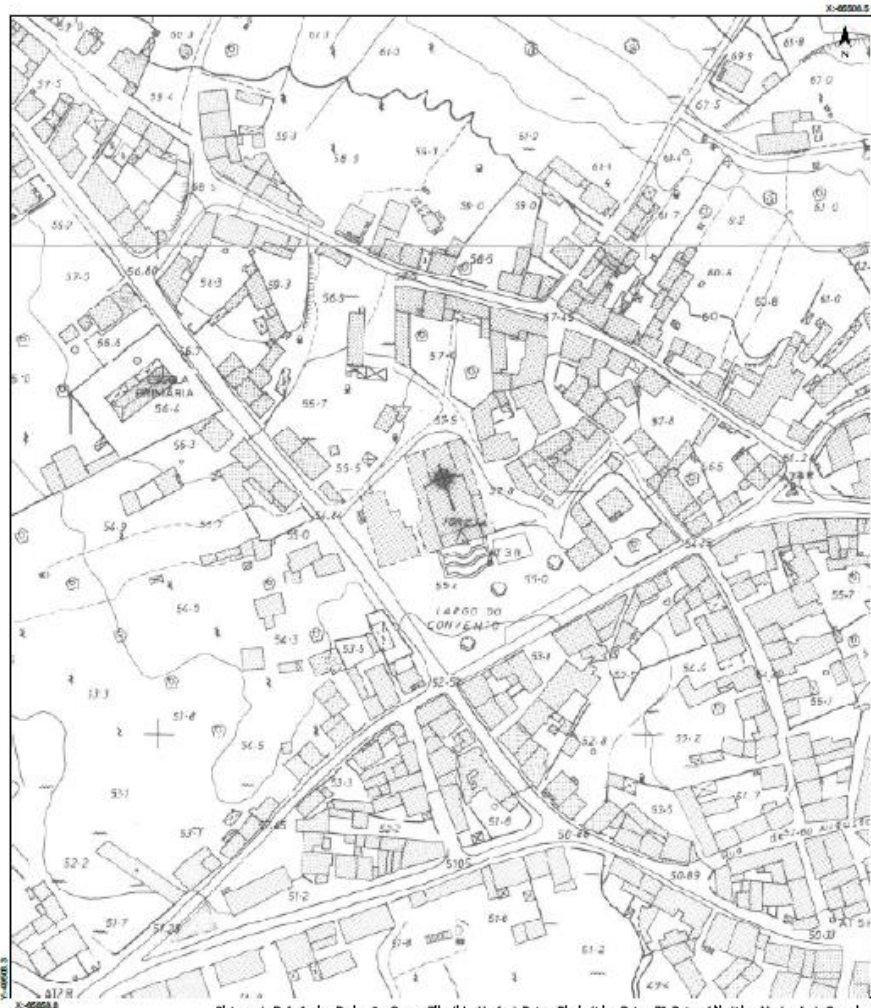
Data 22/05/2023

Local:

Artigo(s)	Secção(ões)	Artigo	Morada
-----------	-------------	--------	--------

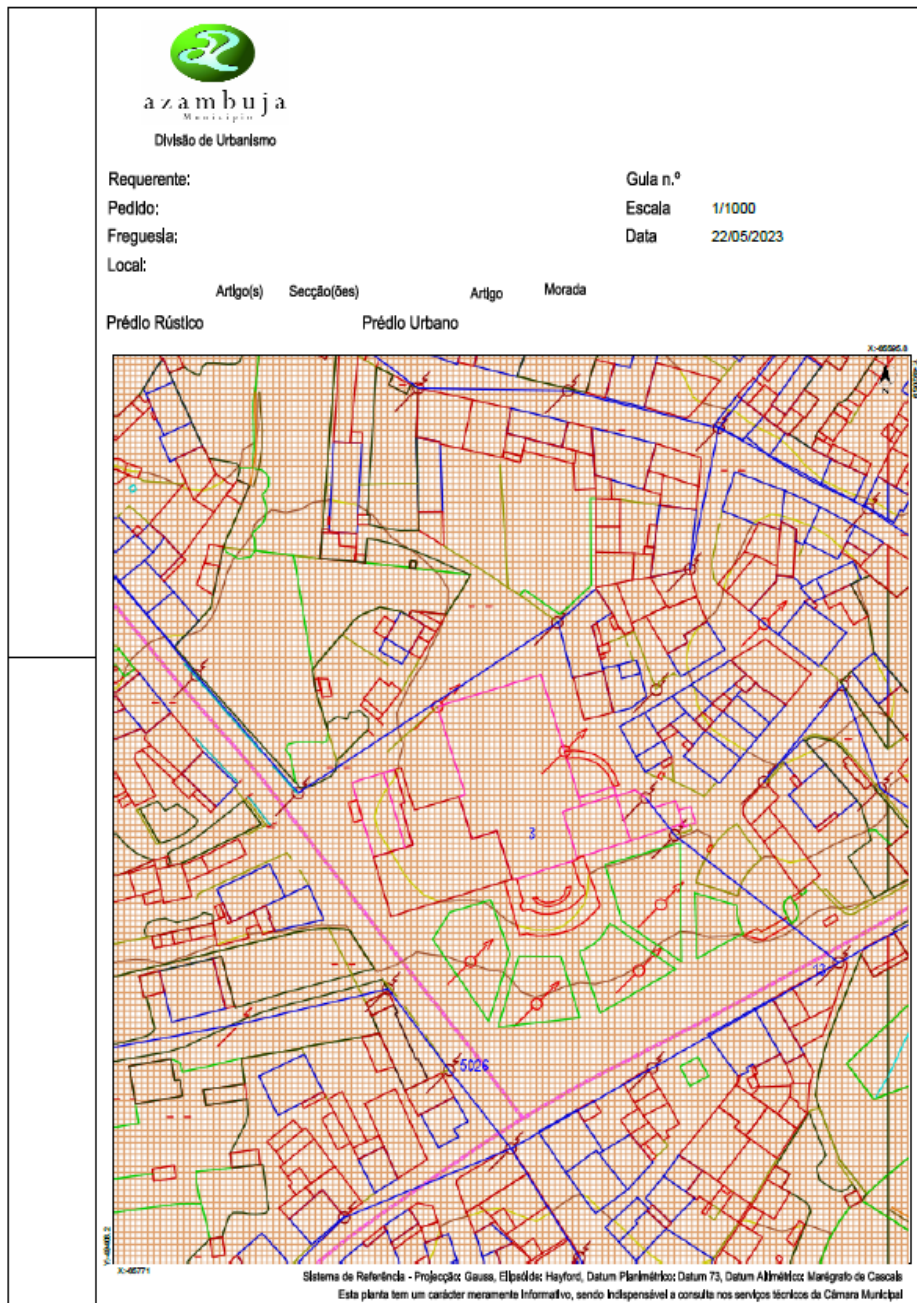
Prédio Rústico

Prédio Urbano



Sistema de Referência - Projecção Gauss, Elipsóide: Hayford, Datum Planimétrico: Datum 73, Datum Altimétrico: Marégrafo de Cascais
Esta planta tem um carácter meramente informativo, sendo indispensável a consulta nos serviços técnicos da Câmara Municipal

Autor: Desconhecido
Ano: Desconhecido
Fonte: Arquivo do Arq. Paulo Natário

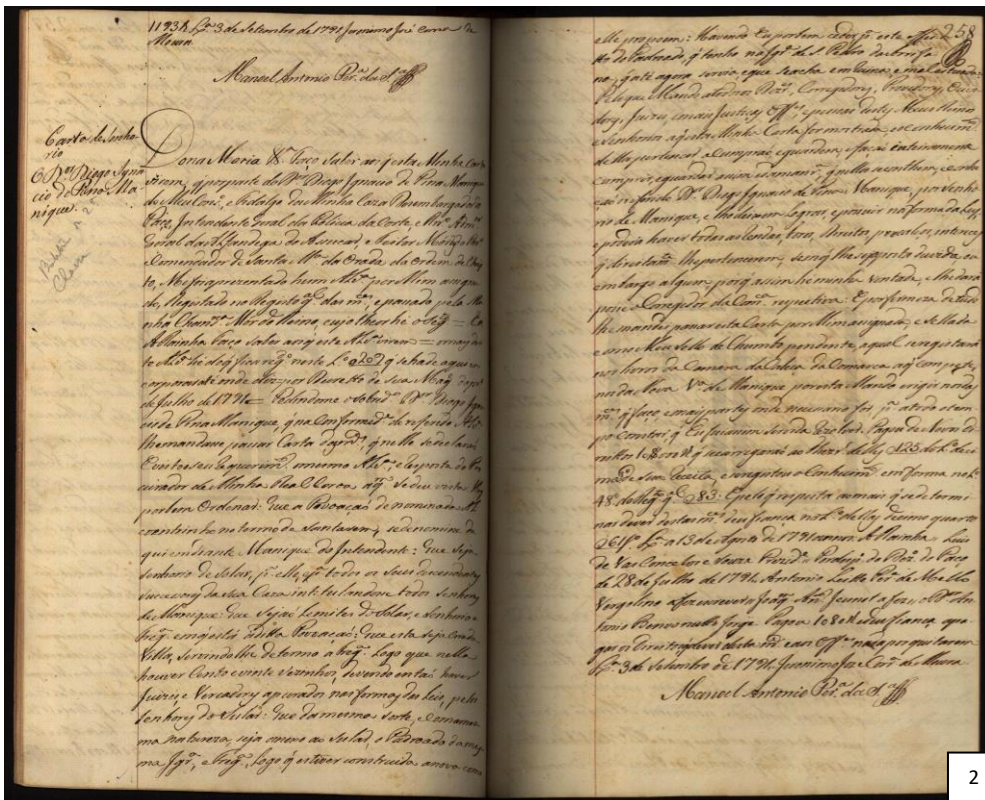
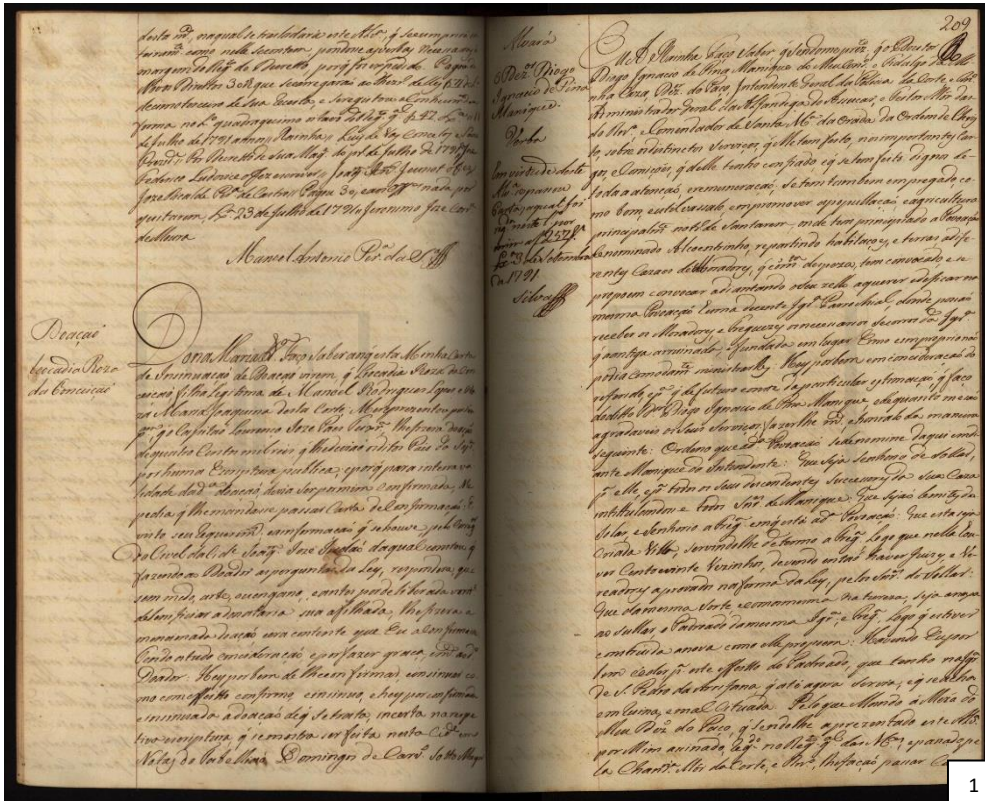


• Plano Diretor Municipal (vetorial)

-Ordenamento

- | | |
|---|--|
| <ul style="list-style-type: none"> ÁZ Toponímia Feixe Hertziano Vila Franca de Xira/Serra dos Candeeiros Outras Estradas da Rede Complementar Limite de Concelho Integrados na RAN Espaços Florestais Espaços Urbanizáveis Espaço Industrial Proposto Espaços Verdes Espaços de Recreio e Lazer Faixa de Protecção do Feixe Hertziano Vila Franca de Xira/Serra dos Candeeiros Área Non Aedificandi | <ul style="list-style-type: none"> Rede Ferroviária Rede Complementar (IC2) Estradas Municipais Limite de Freguesia não Integrados na RAN Espaços Urbanos Espaço Industrial Existente Espaços de Indústria Extractiva (areeiro) Área de Equipamentos Existentes Rio Tejo Área da Estação de C.F. Rede Fundamental (P1/AE1) |
|---|--|

Autor: Desconhecido
 Ano: Desconhecido
 Fonte: Arquivo do Arq. Paulo Natário



Autor: Alvará de mercê de D. Maria I a Diogo de Pina Manique
 Ano: 1 – 11 de Junho de 1791; 2 – 13 de Agosto 1791
 Fonte: Arquivo de Nuno Nobre

Passagem por Alcoentre – no recuo para as Linhas de Torres Vedras (8 de Outubro)

The skirmish at Alcoentre was a minor incident in the final stage of Wellington's retreat into the Lines of Torres Vedras in the autumn of 1810 and saw the French nearly capture a British horse artillery battery. The battery in question had camped one mile behind the cavalry detailed to guard it, with the artillery in the village of Alcoentre and the cavalry further south. Hidden in a rain storm a column of Sainte-Croix's dragoons got dangerously close to the village, and was only held off when a squadron from the 16th Light Dragoons charged them. The French cavalry got stuck on the river bridge leading into the village. The British cavalry held them off for the rest of the day, until Taupin's brigade from Clausel's division of Junot's 8th Corps reached the village. At this point the British retired from their position. Despite the potentially embarrassing start to the skirmish, the British came off much better in the end, inflicting sixteen casualties on the French for the loss of one man wounded. More fighting followed on the next day, as the British retreated towards Alemquer.

A History of the Peninsular War vol.3: September 1809-December 1810 - Ocana, Cadiz, Bussaco, Torres Vedras, Sir Charles Oman.

TRAD.

A batalha em Alcoentre foi um incidente menor na etapa final da retirada de Wellington para as Linhas de Torres no Outono de 1810, que viram os franceses quase capturar o corpo inglês de artilharia a cavalo. Este corpo inglês em questão estava acantonado uma milha atrás da cavalaria que tinha de supostamente defender, com a artilharia na Vila de Alcoentre e a cavalaria mais a sul. Escondidos na tempestade de chuva, uma coluna de Dragoons de Saint-Crox chegou perigosamente perto da Vila e só foi afastado quando um esquadrão da 16ª Light Dragoons os atacou. A cavalaria francesa ficou retida na travessia da ponte sobre o rio que dava acesso à Vila de Alcoentre. A cavalaria inglesa afastou-os durante o resto do dia, até que a Brigada de Taupin da Divisão de Clausel do 8º Corpo de Junot chegou à Vila. Foi neste momento que os ingleses se retiraram da sua posição. Apesar de representar um incidente potencialmente vergonhoso para os ingleses, estes acabaram por ser melhor sucedidos no final dado que provocaram 16 baixas nos franceses, e apenas um ferido do seu lado. Outros conflitos surgiram no dia seguinte após a retirada dos ingleses em direcção a Alenquer [recuo para as linhas de Torres Vedras]

Despatches, Correspondence and Memoranda of Field Marshall Duke of Wellington

[392] G.O Cartaxo, 12 Deceber 1810 (carta de Wellington)

"The Commander of the Forces is concerned to learn that notwithstanding his repeated orders and the inconvenience which all the officers and soldiers have experienced from the practice of burning doors and windows, and the furniture and materials of houses, it still continues, and within these few days the furniture and doors in the Quinta do Duke de Lafões (actual Quinta da Torrebelá), in the neighbourhood of Alcoentrinho (Manique do Intendente) and Alcoentre, have been carried out and burnt...

Obs: carta do Duque de Wellington dirigida a oficiais s criticar o facto de terem queimado mobílias e portas, nomeadamente na Quinta do Duque de Lafões, situada perto de Alcoentrinho (Manique do Intendente).

TRAD

O Comandante das Forças está preocupado que, apesar das suas ordens contrárias e com todas as inconveniências que oficiais e soldados tem experienciado com a prática de queimar portas, janelas, mobílias e outros materiais. Estas práticas ainda continuam e há poucos dias o mobiliário e as portas da Quinta do Duque de Lafões, nas proximidades de Alcoentrinho (entenda-se Manique do Intendente) e Alcoentre foram retirados e queimados.

Autor: Registos da passagem das tropas francesas por Manique e terras circundantes

Ano: 1810 a 1839

Fonte: Arquivo de Nuno Nobre

Hunting Deer [23 de Dezembro de 1810]

"The Commander of the Forces has frequently been obliged to request the officers of the army could not shoot the in the Royal or other parks without having leave to do so; but he is concerned to learn that the practice still continues in a great degree in the Duke of Lafões park, near the cantonments of the army..."

TRAD.

O Comandante das Forças tem sido frequentemente obrigado a pedir aos seus oficiais para não caçarem em coutadas reais ou outras sem a respectiva autorização; ; Mas ficou preocupado ao saber que esta prática ainda continua em grande escala na coutada do Duque de Lafões, perto dos acantonamentos do exército.

In Supplementary Dispatches, Correspondence and Memoranda of the Field Marshall Arthur Wellesely, Duke of Wellington, KG, (edited by his son the Duke of Wellington), vol. II – December, 1810 to June 1813), John Murray, Aldemarle Street, London, 1860.

Acantonamento em território do actual Concelho de Azambuja / <http://books.google.pt/books?id=OEjAf83G120C&pg=PA443&ots=5H5mKG7dpv&dq=alcoentrinho%20%2B%20erskine&hl=ptPT&pg=PA443#v=onepage&q=alcoentrinho%20+%20erskine&f=false>

"The 50th, 71st and the 92nd brigades, under Sir William Erskine in the 1st division were posted at Alcoentrinha (o), and other villages; where, being under arms every morning at daylight, they had very little rest; at such dismal time of year, it was far from being agreeable, but there was no alternative; they were in the proximity of a vigilante and active force, led by on of the most experienced and daring men in the French army (Massena)"

In Camps and Quarters or Scenes and Impressions of Military Life, Major John Patterson, IIvol., London 1840

TRAD

A 50ª, 71ª e a 92ª brigadas, sob o comando de Sir William Erskine, na 1ª Divisão estavam acantonados em Alcoentrinha (o), e outras vilas; onde, estavam constantemente debaixo de fogo todas as madrugadas ao amanhecer, têm tido pouco descanso, estava muito longe de ser agradável, mas não havia alternativa; estavam na proximidade de uma força vigilante e activa, liderada por um dos mais experientes e corajosos homens do exército francês (Massena)

*"...At this period the allied army was cantoned as follows : The headquarters, with the guards, and General Cameron's brigade, occupied Cartaxo; the German Legion, Aveiro de Baxo; Sir William Erskine's brigade, **Alcuntrinha**; General Picton's division, Alcoentre; General Leith's, Torres Vedras; General Cole's, Azambuja; General Campbell's, Alenquer; and the cavalry extended in advance, or to the left of the position."*

In A Narrative of the Peninsular War, Sir Andrew Leith Hay, K.H., F.R.S. L.&E., Londres, 1839, p.196

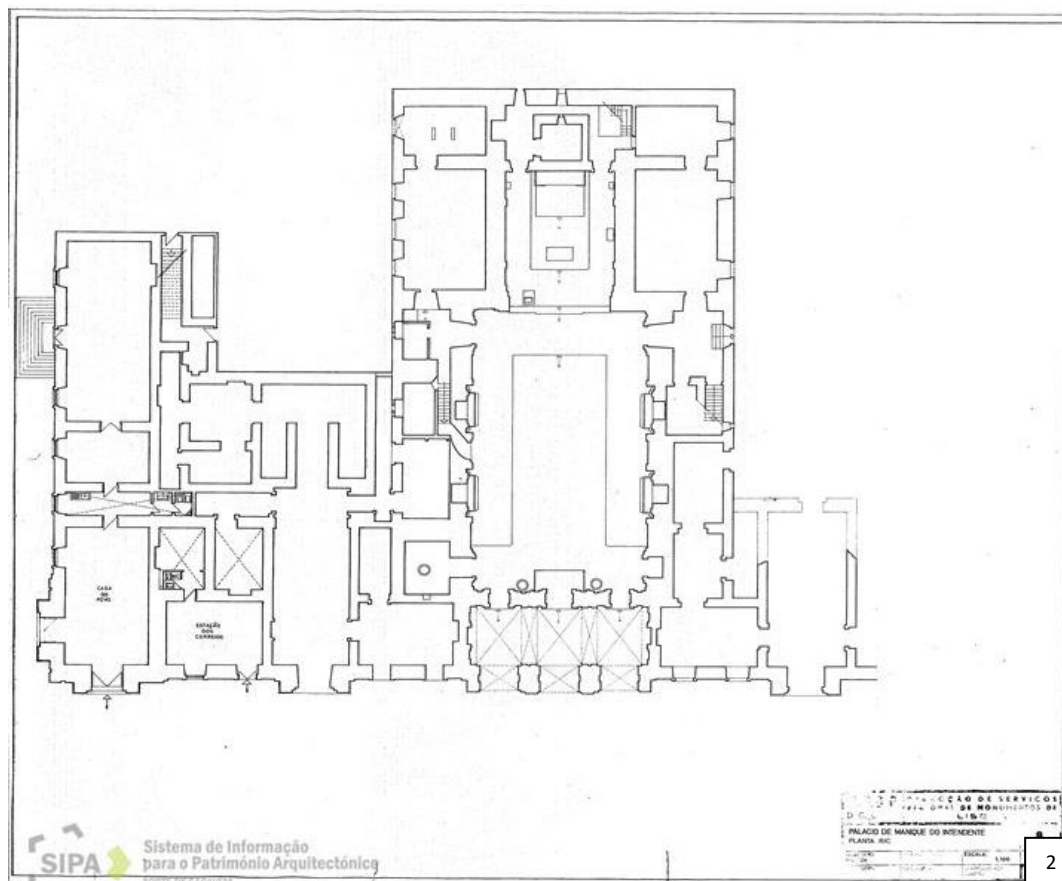
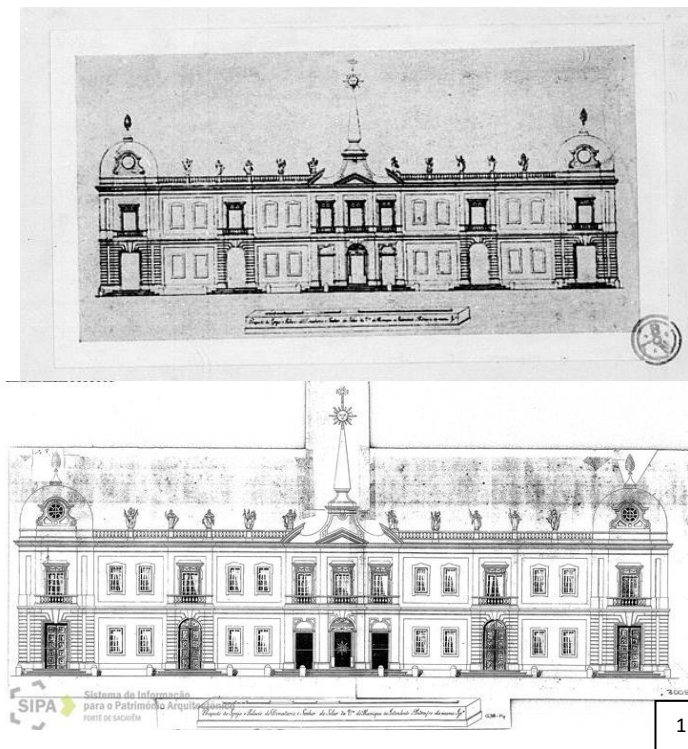
TRAD

Durante este período (inverno de 1810-11), o exército aliado estava acantonado nos seguintes locais: o quartel-general, com guardas e a brigada do General Cameron no Cartaxo; a Legião Alemã, Aveiras de Baixo; a brigada de Sir William Erskine, Alcoentrinho [Manique]; Divisão do General Picton, Alcoentre; General Leith, Torres Vedras; General Cole, Azambuja; General Campbell, Alenquer....

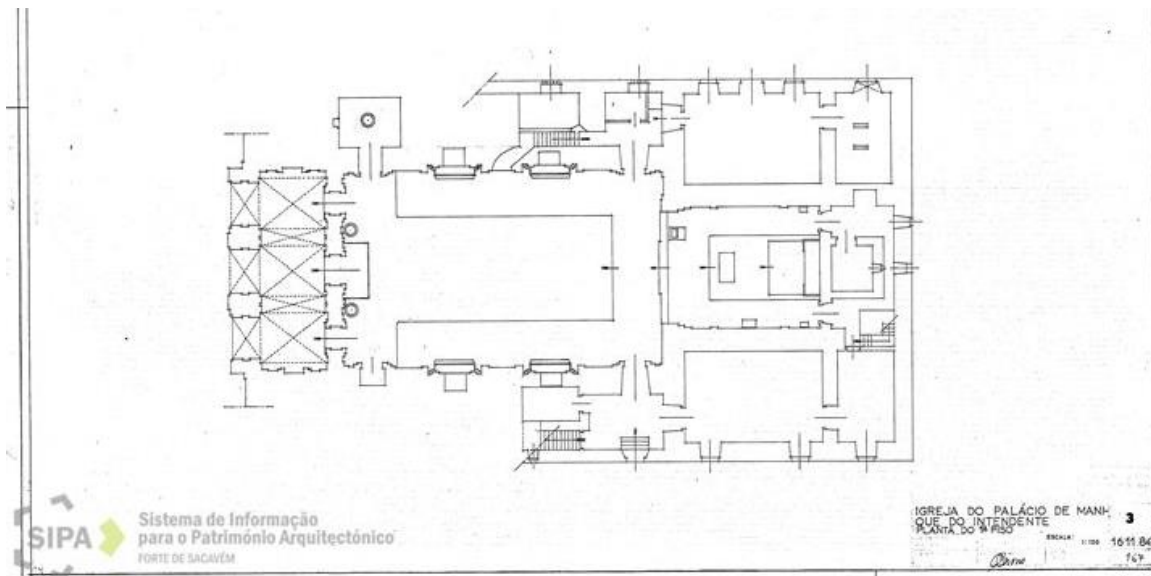
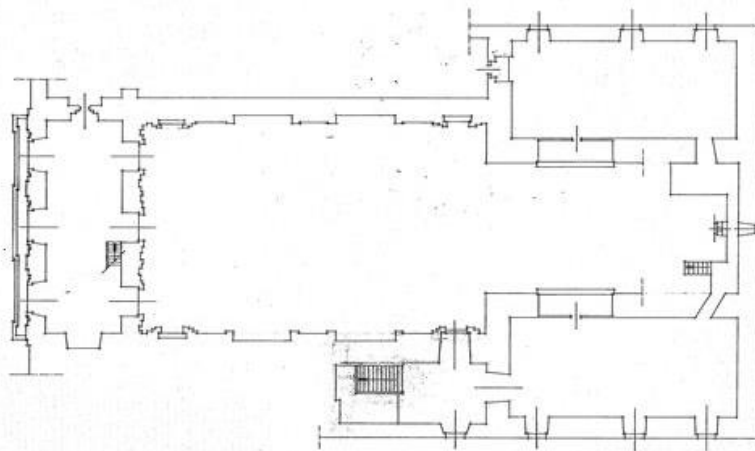
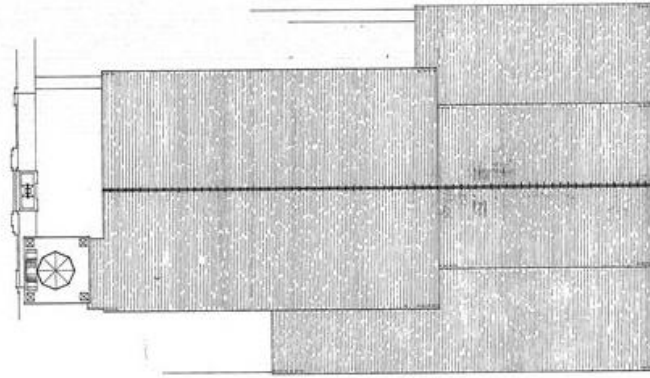
Autor: Registos da passagem das tropas francesas por Manique e terras circundantes

Ano: 1810 a 1839

Fonte: Arquivo de Nuno Nobre



Autor: 1 – Prospeto da Igreja e Palácio, autor desconhecido; 2 – Planta do Palácio, piso 0
 Ano: 1 – desconhecido; 2 - 1988
 Fonte: Arquivo SIPA



Autor: Plantas do levantamento da zona da Igreja

Ano: 1984

Fonte: Arquivo SIPA

Manique do Intendente

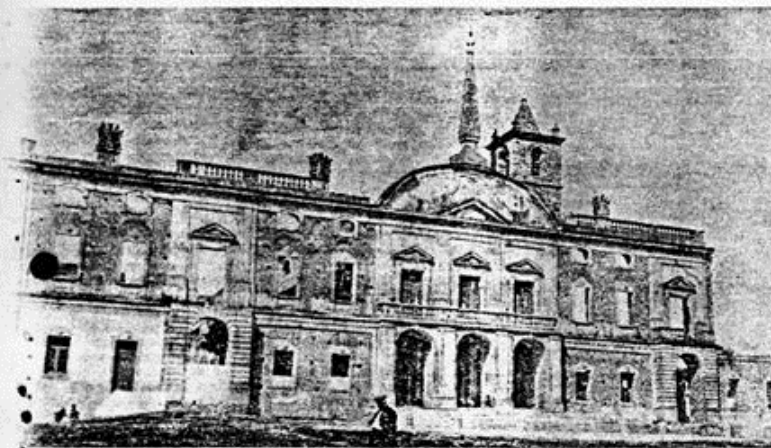
Freguesia do concelho de Azambuja, comarca do Cartaxo, distrito, diocese e relação de Lisboa; orago, S. Pedro. População, 2.895 habitantes, em 774 fogos. Dist. 20 quilómetros da sede do concelho e 16 quilómetros da estação ferroviária de Reguengo e está situada na margem esquerda da ribeira de Almoester. Tem serviço de correio e escola primária. Também se chama Alcoentrinho e o seu primitivo nome foi S. Pedro de Arrifana. Mudou-se para Manique do Intendente, quando o seu senhorio foi dado ao Intendente da polícia Diogo Inácio de Pina Manique, por decreto de 11 de Agosto de 1791. A este homem público se ficaram devendo a antiga casa da comarca e a igreja matriz.

Tem ainda pelourinho. A vila é muito antiga. Foi priorado da apresentação régia e pertenceu até 24-10-1855 ao concelho de Alcoentre, então extinto. Fazem parte desta freguesia os lugares de: Arrifana, Carvalho, Maçussa e Póvoa de Manique.

MANIQUE DO INTENDENTE (Visconde e Barão de). Foi 1.º Visconde e 1.º Barão deste título Pedro António de Pina Manique

Nogueira Matos de Andrade, 2.º senhor da vila de Manique (que por ter sido doada a seu pai se passou a chamar do «Intendente»), 2.º Alcaide-mor de Portalegre, 5.º senhor do morgado de S. Joaquim em Coima, do concelho de S. M. F. e do concelho do Ultramar, desembargador da Relação do Porto, deputado da Mesa da Consistência e Ordens, comendador da Ordem de Cristo, escrivão da Arrematação e Tombo das comendas das três ordens militares, etc., nasceu a 20-IX-1779 e morreu na sua casa de Lisboa a 5-XI-1933, sendo filho do célebre

Intendente da Polícia Diogo Inácio de Pina Manique, 1.º senhor da referida vila, 1.º alcaide-mor de Portalegre que (nesta família) por decreto de 10-IX-1798, 4.º senhor do morgado de S. Joaquim, em Coima, chanceler-mor do reino, do concelho de S. M. F., etc., e de sua mulher D. Maria Margarida Umbelina de Brito Nogueira de Matos. Casou em Lisboa com D. Maria da Glória da Cunha e Meneses (1787-1855), filha natural, legitimada, (por carta régia de 5-III-1801), de Francisco da Cunha e Meneses, moço-fidalgo da casa real, conselheiro da guerra, tenente-general, governador e capitão-general de S. Paulo, comendador da Ordem de Cristo, que foi um dos governadores do reino em 1807 — da casa dos Condes de Lumiares. — Teve o visconde vários filhos dos quais o primogénito foi Diogo de Sales de Pina Manique Nogueira Matos de Andrade, que sendo devotado partidário de D. Miguel, nunca pela monarquia constitucional foi agraciado com o título de seu pai. Foi casado este com D. Maria José da Madre de Deus de Sousa Maldonado, moço-fidalgo, filha de D. Miguel José da Câmara Maldonado, moço-fidalgo, por sucessão, etc., e de sua mulher, D. Maria Guilhermina Frederica de Souza Holstein (prima co-irmã do 1.º Duque de Palmela). Tiveram numerosa geração, estando a representação na descendência do seu 3.º filho varão, António Joaquim Nogueira de Pina Manique (que terá falecido sem geração e mais velhos). O título de barão foi criado por decreto de 10-IV-1801 e a elevação a visconde por decreto de 6-11-1818 (D. João VI).



O «Palácio inacabado» de Manique do Intendente.

"Notícia de Agostinho" 25-X-1963

DIÁRIO DE NOTÍCIAS 20-XI-1967

MANIQUE DO INTENDENTE E O SEU PALÁCIO ARRUINADO

A 14 quilómetros a noroeste do Cartaxo e a 20 quilómetros da Azambuja, a cujo concelho pertence, fica Manique do Intendente, povoação modesta e ignorada, assente na margem esquerda da ribeira de Almeida e a considerável distância de qualquer rodovia principal. As únicas estradas que servem a região são de macadame pedregoso e poeirento, por onde rodam vagarosamente pacíficos carros de tracção animal. A um ermo sucede-se outro ermo e todos estes factores contribuem para que, na realidade, acreditemos que Manique do Intendente continua adormecida, entregue ao seu sono secular, em que mergulhou após a morte do seu ilustre donatário, Diogo Inácio de Pina Manique, o famoso intendente da Polícia de Lisboa. Aldeia sem aspirações, perdida na imensidade dos campos ribatejanos, foi um dia escolhida pelo célebre homem público para sede do seu feudo, época pombalina, foi em muitos aspectos da sua vida um fiel propagandista das ideias e dos métodos de Sebastião José de Carvalho e Melo, astuto, diligente e empreendedor, conseguiu tirar o melhor partido da mudança de governação operada em Portugal após a morte de D. José e o consequente afastamento da cena política do seu grande ministro. As obras de Pina Manique ficaram como testemunho do seu espírito renovador: os seus actos enquadraram-se perfeitamente no cargo que ocupou, na época em que viveu e na missão que fielmente desempenhou.

Nomeado intendente da Polícia de Lisboa em 1780, com 47 anos de idade, desenvolveu o capital a sua primeira iluminação pública, assim como o País lhe ficou a dever a restauração das estradas e caminhos do reino. Contudo, a maior obra de Pina Manique foi a Casa Pia criada em prol dos desprotegidos da sorte. A



MANIQUE DO INTENDENTE — Palácio de Pina Manique

no intuito de fazer dela um progressivo aglomerado populacional. Um grandioso palácio ali se começou a erguer. Porém, o astuto intendente morreu sem concluir a sua magnífica edificação. A povoação, desaparecido o seu protector, rapidamente voltou ao marasmo em que até então tinha vivido, arruinando-se dentro em pouco a soberba morada onde Pina Manique pensou fundar os seus dias. São essas paredes inacabadas que ainda hoje se erguem na modesta freguesia do concelho de Azambuja, onde os turistas são raros e a quietude impera.

Figura dominante da nossa história na segunda metade do século XVIII, Diogo Inácio de Pina Manique passou a posteridade como verdadeiro símbolo do progresso e, ao mesmo tempo, como o verdugo dos liberais. Nasceu e criou-se em plena

sua estreita empalmeceu com o alvorecer do século XIX, quando o príncipe regente demitiu o seu fiel servidor, que pouco sobreviveu a esse acto, que constituiu uma afronta ao seu orgulho e ao seu braço profissional. Finou-se em meados de 1805, desgostoso e, talvez, com alguns remorsos, fechando os olhos na cidade de Lisboa, a capital que ele queria transformar numa das mais modernas e progressivas metrópoles da Europa.

Tal como o marquês de Pombal, que detou as suas vistas para a ribeirinha Oeiras, então modesto lugarejo das freguesias de Cascais, também Pina Manique, quando senhor todopoderoso decidiu fundar o seu feudo, escolhendo, todavia, paragens mais afastadas de Lisboa. E o povoado preferido foi S. Pedro de Arrafina, assente numa planura por onde corre a ribeira de Almeida, cuja designação, por decreto de 11 de Agosto de 1791, foi mudada para Manique do Intendente.

O palácio de Pina Manique ergue-se no largo terreno que constitui o centro neurálgico da pequena localidade. A sua volta, o modesto casario forma todo o resto da povoação. Ao centro da edificação vê-se uma gra-



MANIQUE DO INTENDENTE — Palácio de Pina Manique

no intuito de fazer dela um progressivo aglomerado populacional. Um grandioso palácio ali se começou a erguer. Porém, o astuto intendente morreu sem concluir a sua magnífica edificação. A povoação, desaparecido o seu protector, rapidamente voltou ao transtorno em que até então tinha vivido, arminhando-se dentro em pouco a soberba morada onde Pina Manique pensou fundar os seus dias. São essas paredes inacabadas que ainda hoje se erguem na modesta freguesia do concelho de Azambuja, onde os turistas são raros e a quietude impera.

Figura dominante da nossa história na segunda metade do século XVIII, Diogo Inácio de Pina Manique passou à posteridade como verdadeiro apóstolo do progresso e, ao mesmo tempo, como o veredugo dos liberais. Nascido e criado em plena

sua estrela empalideceu com o alvorecer do século XIX, quando o príncipe regente demitiu o seu fiel servidor, que pouco sobreviveu a esse acto, que constituiu uma afronta ao seu orgulho e ao seu brio profissional. Finou-se em meados de 1805, desgostoso e talvez com alguns remorsos, fechado os olhos na cidade de Lisboa, a capital que ele queria transformar numa das mais modernas e progressivas metrópoles da Europa.

Tal como o marquês de Pombal, que deu às suas vistas para a ribeirinha deiras, então modesto casario das bandas de Cascais, também Pina Manique, quando senhor todopoderoso, decidiu fundar o seu feudo, escolhendo, todavia, paragens mais afastadas de Lisboa. E o povoado preferido foi S. Pedro de Arrifana, assente numa planura por onde corre a ribeira de Almoester, cuja designação, por decreto de 11 de Agosto de 1791, foi mudada para Manique do Intendente.

O palácio de Pina Manique ergue-se no largo terreno que constitui o centro neurálgico da pequena localidade. A sua volta, o modesto casario forma todo o resto da povoação. Ao centro da edificação vê-se uma graciosa arcada, encimada por magnífica varanda de três janelas e servida por amplos degraus. E essa arcada que dá acesso à igreja, ainda hoje aberta ao culto e única dependência do palácio que se encontra restaurada, devido aos esforços da população da freguesia e do seu pároco. Atravessa-se o templo e é pelas traseiras do altar-mor que se alcança o andar superior. Denunciando a magnificência e o esplendor que Diogo Inácio de Pina Manique queria imprimir à sua morada, a ruína da construção surge-nos então em toda a sua odorosa mutilação. O claustro, as diversas salas, as arcadas, as artísticas janelas, tudo inacabado e ferido pela voragem do tempo, em consequência do abandono a que desde há quase dois séculos a soberba edificação tem sido incompreensivelmente votada, oferecem um aspecto desolador. A cobertura da principal arcada do claustro ruíu com o ciclone de 15 de Fevereiro de 1941.

Bastante curiosa a altiva torre, para onde se sobe por uma corcoviada e pouco confiante escada. Ali podemos admirar os pesados sinos, que orientam a regulação do tempo à população de Manique do Intendente. A frontaria, toda ainda de pé, permitindo-nos espiar a varanda principal e revelando ainda grandeza e opulência, oferece-nos a melhor imagem deste bem pouco feliz palácio, digno de melhor sorte.

Inacabada e desfazendo-se aos poucos, a soberba edificação que Pina Manique começou a erguer no final do século XVIII justifica não só a sua restauração como a sua conclusão. Salvando-se uma ruína histórica, levar-se-ia um sopro de progresso turístico a uma região que bastante necessita desse benefício.

VASCO CALIXTO

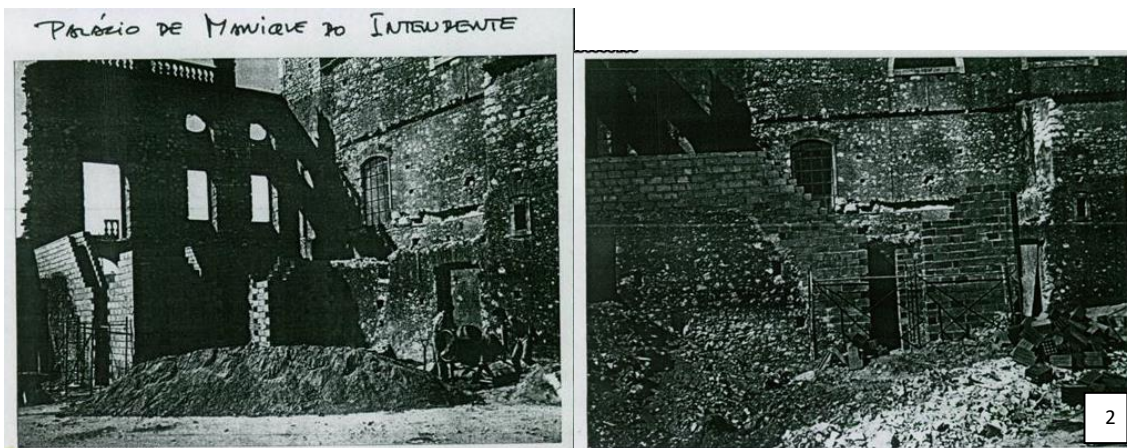
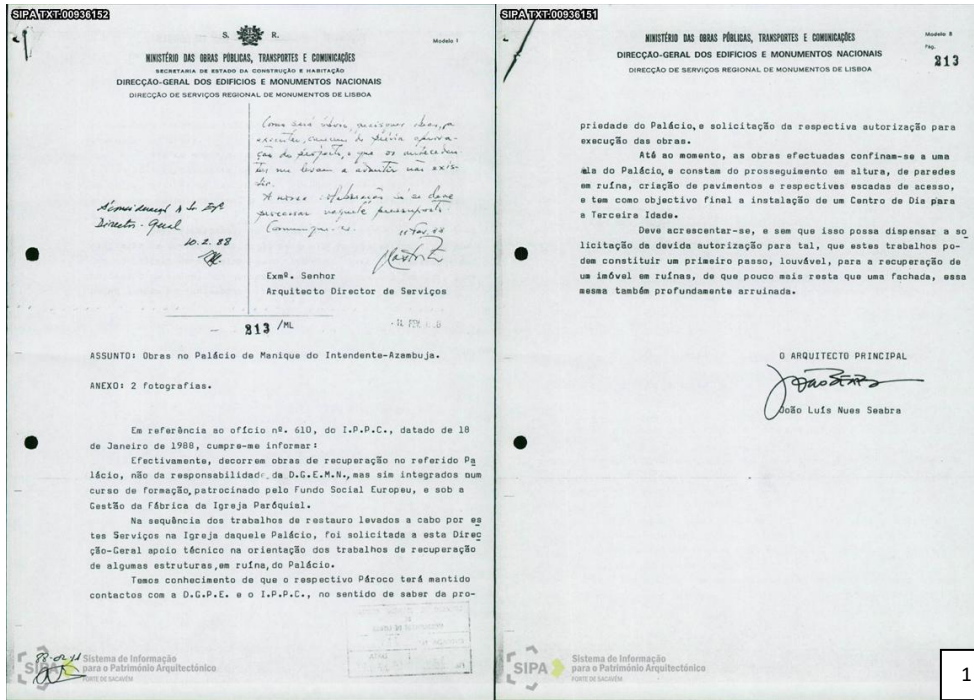
Por que razão se desmonta este Pinae ao bairro próximo da rotunda do Alto de S. João? 14/12/1964

Afirmam alguns autores que foi pelo facto de ter existido, próximo do local, nos meados do século passado, um palácio, que pertencia ao visconde de Manique (Pedro António de Pina Manique Nogueira Matos de Andradel), filho do famoso intendente Diogo Inácio de Pina Manique. Passou, mais tarde, por esposa, a uma dos condes de S. Vicente. No entanto, outros há que dizem o nome do local por se encontrar num sítio a pino ao cimo de alicerces, que mais tarde, por corruptela de epíteto, passou a designar-se por Alto Pina.

Diário de Notícias



Sistema de Informação
para o Património Arquitectónico
FORTE DE SACAVÉM



Autor: 1 – Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações; 2 - Desconhecido
 Ano: 1 – 1988; 2 - 1982
 Fonte: Arquivo SIPA

14 NOV 94 25081 -



MINISTÉRIO DAS FINANÇAS DO TESOURO
GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO ADJUNTO E DAS FINANÇAS
DIRECÇÃO-GERAL DO PATRIMÓNIO DO ESTADO

PROC. d.2

VERBA

Telefones 57 23 39 - 57 72 26 - 57 72 28 - Telex 65383 - Telefax 57 92 36

CUMPRIDO

14. NOV. 94

GDG	OSRP	GI	GDG	GJ
NTE	DOP	DSEP	DSID	DSARH
DREL	DRVA	DRENN	DREMC	DRELS
Data em 11/11/94				
O Director-Geral				
Manuel da Cunha Rego				

Exm°. Senhor
Director-Geral dos Edifícios e
Monumentos Nacionais
Praça do Comércio

1194 LISBOA CODEX

Sua referência

Exposição pelo Gabinete
à SC.

Sua comunicação

Nossa referência

26-LC-53

Rua Passos Manuel, 40

1100 LISBOA

ASSUNTO PALÁCIO DE MANIQUE DO INTENDENTE, SITUADO NO CONCELHO DE AZAMBUJA, DISTRITO DE LISBOA.

Na resposta indicar o número do processo, verba e "nossa referência"

O Palácio supracitado é propriedade do Estado Português e pelo Decreto n°. 45/93, de 30 de Novembro, foi classificado como imóvel do interesse público.

O Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico (IPPAR), em 7 de Setembro do corrente ano, veio informar de que no Palácio de Manique do Intendente se realizaram obras de ampliação e remate, que ficaram por concluir, as quais teriam "...sido executadas pelos serviços..." desta Direcção-Geral.

Na verdade, esta Direcção-Geral não executou quaisquer obras no referido edifício.

Assim sendo, tenho a honra de solicitar a V.Exa. se digne providenciar para que essa Direcção-Geral se pronuncie acerca deste assunto, facultando as informações que eventualmente sobre o mesmo disponha, nomeadamente que obras foram realizadas no Palácio de Manique do Intendente, em que data e qual a entidade responsável.

Com os melhores cumprimentos.

O DIRECTOR-GERAL,

Mi: 40

Manuel da Cunha Rego

MR/HG

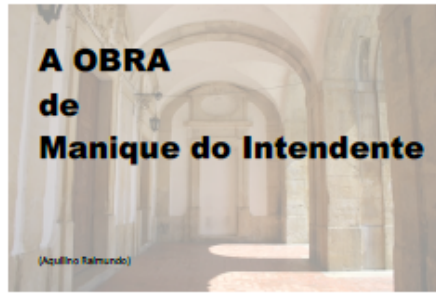
Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais
Branco da Câmara da Administração

ENTRADA 87

Sistema de Informação para o Património Arquitectónico
FORTE DE SACAVÉM

DATA 24.11.94

676



1. Introdução

Quem pela primeira vez se depara com a fachada do Palácio de Pina Manique na antiga Alcoentrinho, hoje Manique do Intendente; não lhe fica indiferente. A fachada de grandes dimensões apesar de inacabada, contrasta fortemente com as modestas fachadas das habitações da aldeia, assumindo uma presença inequivocamente dominante na paisagem.

Quem mandou construir aquele Palácio? Quando foi construído? São porventura as perguntas que ocorrem à maioria dos incautos visitantes. Outros certamente em menor número questionar-se-ão relativamente à forma como foi construído, que materiais foram usados, quem por lá terá trabalhado, que histórias esconderá aquela mole de pedra e cal?

Quem vive na aldeia ou por lá viveu pelo menos algum tempo e, por tão habituado estar àquela visão, passa pelo Palácio com a indiferença que normalmente se tem relativamente às coisas banais.

De entre estes, os mais velhos chamam-lhe “A OBRA”, já esquecidos do que isso significa pelo facto das suas atividades diárias estarem muito afastadas das artes da construção de finais do século XVIII, quando o Intendente Pina Manique mandou iniciar a edificação do Palácio.

Desprezado e incompreendido, o Palácio resiste imponente nos seus quase dois séculos e meio de existência. Como diria o povo, está ali “de pedra e cal”!

Para muitos, excetuando obviamente os poucos estudiosos destas matérias, a presença do Palácio naquela paisagem é um manifesto anacrónico duma realidade incompreendida.

Uma visita atenta à aldeia revela não só a presença do Palácio, mas também uma *sui generis* praça hexagonal, uma ponte sobre a Ribeira do

Judeu na várzea da aldeia, uma mina de água, obras de regularização do leito da ribeira e enxugo das terras para tornar salubre a vida por aquelas paragens, todos inacabados, mas deixando antever a grandiosidade do empreendimento.

Nas próximas linhas convido-vos a espreitarmos com a brevidade necessária a remota época tecnológica do fim do século XVIII, naquilo que à construção se aplica e, assim melhor interpretarmos com terá sido construído o Palácio a que os homens mais velhos de Manique do Intendente chamam de “A OBRA”.

Talvez no fim destas palavras sintam que afinal o que ali está desafiante a dominar a paisagem, é um grande estaleiro de construção de fins do século XVIII do qual ainda podemos sentir o bulício próprio das tarefas de construção, com as carretas de pedra a chegarem à obra, os andaimes ao longo das paredes, os mestres e serventes a executarem as diferentes tarefas desde abertura de caboucos, construir alvenarias, amassar argamassas, cozer os materiais cerâmicos, transportar terras das escavações, montar cimbres para sustentarem a construção das abóbodas e, o cheiro das refeições a serem preparadas nas barracas e tendas da obra.

Que mais nos ensinaria a Ciência se a chamássemos a conhecer o que por ali se passou?

2. O ambiente tecnológico da época

O cimento Portland que hoje todos compramos ensacado em qualquer loja de materiais ainda estava para ser inventado, assim como o betão armado, as ferramentas pneumáticas, hidráulicas ou elétricas, os motores de combustão, as estradas asfaltadas, até mesmo as estradas de macadame e muito mais comodidades sem as quais temos hoje dificuldade em imaginar como se pôde construir o que hoje por ali podemos ver.

À época o vapor que nunca foi usado em grande escala nos trabalhos de construção, dava os seus primeiros passos experimentais em Inglaterra onde revolucionaria em breve a forma de fabricar os têxteis, explorar as minas e transportar pessoas e bens.

Nos estaleiros de construção do fim do século XVIII predominava a força braçal dos homens, ajudados nas tarefas de transporte e em mais algumas poucas atividades pela força muscular dos animais.

Na fig 2 a pintura de Piero di Cosimo que viveu no século XVI representa uma cena de



Figura 2

construção, sendo possível por comparação com a imagem da fig.1 identificar muitas semelhanças no que respeita à presença de animais de transporte no estaleiro e a predominância da força braçal do homem para talhar os materiais, apesar de ambas as cenas estarem separadas por cerca de três séculos.

O Palácio em Alcoentrinho é no entanto muito mais modesto no que respeita ao tipo de materiais utilizados pois recorre fundamentalmente a alvenarias ordinárias de pedra em vez das dispendiosas alvenarias de pedra talhada herdadas da época clássica e em franco declínio à época devido aos seus custos muito elevados. Em Alcoentrinho a pedra talhada é, no entanto, utilizada com relativa abundância em vários adornos incluindo no revestimento parcial das fachadas.

As fig. 1 e 2 têm assim que ser interpretadas tendo em conta este aspeto essencial diferenciador relativamente ao Palácio, não alterando, no entanto, em muito o que respeita à organização do estaleiro em si e, a fonte primária de energia utilizada no acionamento das máquinas.

4. Os materiais

a. A pedra ordinária

A pedra recolhida à superfície dos terrenos ou explorada em pedreiras, mas não talhada; juntamente com a cal, a areia e alguns elementos cerâmicos são reis na construção das alvenarias do Palácio.

As alvenarias ordinárias, i.e., as alvenarias construídas com o recurso a pedras de forma e dimensões irregulares ou com uma ou outra face ligeiramente afeiçoada, ligadas entre si por abundantes camadas de argamassa de cal e areia são utilizadas desde a antiguidade remota.

As suas vantagens em relação à pedra de talha eram significativas à época destacando-se a sua facilidade de manipulação porque o receio da sua danificação não existia como existia no caso das pedras talhadas, era mais económica, as alvenarias construíam-se mais rapidamente e dispensava a mão de obra especializada usada no corte da pedra de talha.

Testemunho verbal recolhido refere uma pedreira de pedra calcária localizada junto à povoação dos Carvalhos num local designado popularmente por Zangazil, distante do Palácio em cerca de três quilómetros; como o local de extração e recolha da pedra usada na sua construção. Atualmente a pretensa pedreira não é observável devido à transformação do relevo pela intensa atividade agrícola no local e ao avanço dos matos, adivinhando-se apenas o local da sua possível existência.

A fig. 3 mostra um pormenor no canto superior direito da alvenaria onde aparentemente foi usada pedra recolhida à superfície revelado pelas suas arestas arredondadas. Esta pedra poderia também revelar uma maior dureza e ter por esse motivo sido escolhida para realizar as juntas de ligação entre diferentes fases de execução de alvenarias.



Figura 3

Uma observação cuidada das alvenarias mostradas na mesma fig. 3 mostra inequivocamente que a pedra terá sido extraída maioritariamente em pedreira, através de técnicas manuais antigas que recorriam ao uso de cunhas de madeira molhadas que ao dilatarem fissuravam a pedra, cunhas metálicas e alavancas. Poderá também ter sido utilizada pólvora que desde o século XVII era usada com frequência no desmonte de pedra.

As perfuradoras a vapor vão surgir apenas a partir de 1860 e no caso das pneumáticas a partir de 1890.

Tendo em conta que uma das parcelas mais importantes dos custos de uma obra era como hoje é, o custo do transporte dos materiais a usar na sua construção, a localização dos locais de obtenção desses materiais era fundamental ser próximo do local da construção.

A pedra em si deveria ser dura para permitir construir alvenarias com a adequada resistência, pelo que a sua escolha era feita com muito cuidado. Era prática comum à época escolher o local de aplicação das diferentes pedras dentro da alvenaria em função da sua dureza.

No canto superior esquerdo da mesma fig.3 são visíveis elementos cerâmicos integrados na alvenaria. Vários outros detalhes construtivos das alvenarias como o são os arcos de descarga mostrados na fig. 4, atestam a utilização de materiais cerâmicos.



Figura 5

b. A pedra talhada

António Rogério Jesuíno Bom escreve o seguinte no seu artigo Arrouquelas – origem de uma aldeia:

“Também a mesma fonte me assegurou que a pedra para o convento de Manique veio da Serra da Luz e era transportada em zorras, puxadas por uma ou mais juntas de bois, por um percurso que passava nas proximidades de Asseiceira, em direção às Salgadas, passava no Porto do Cuco, atravessava a Quinta do Brinçal, pelos Estalagueiros e saía no Vale da Panela, seguindo depois o percurso da estrada atual; esta estrada foi depois utilizada pelos moleiros que tinham as suas azenhas no Rio Maior e faziam o transporte da farinha e do cereal entre o moinho e a zona do Cartaxo.”

A descrição acima aplica-se obviamente à pedra talhada que reveste parcialmente a fachada do



Figura 4

Palácio. A fig. 5 mostra um detalhe das pedras de talha usadas na construção de uma das cimalthas.

No fim do século XVIII a utilização da pedra talhada devido ao seu elevado custo, estava limitada ao revestimento de fachadas, molduras de portas e janelas e outros adornos pontuais.

O talhe da pedra era uma atividade praticada por operários especializados pelo que estes realizavam o seu trabalho na zona das pedreiras onde a pedra era extraída, sendo as pedras transportadas já acabadas. O transporte das pedras já talhadas tinha ainda a vantagem de evitar realizar transportes de material desnecessário.

Este procedimento apresentava no entanto o inconveniente de que caso se danificasse alguma das pedras talhadas, ou lhe acontecesse outro qualquer infortúnio que não permitisse ser usada, obrigaria o mestre de obras responsável pela construção a encomendar outra ou quando isso não fosse possível por qualquer razão tivesse que improvisar em obra uma solução.

A fig. 6 é disso testemunho, onde se observa claramente que a simetria da cimaltha foi sacrificada em função de uma solução prática decidida em obra. Conhecem-se as dificuldades financeiras com que o promotor da obra se confrontou, pelo que é de admitir que corrigir este tipo de casos não tivesse sido fácil embora não se possa também excluir a insuficiente capacidade técnica de quem dirigia os trabalhos à época.



Figura 6

c. Os materiais cerâmicos

Os materiais cerâmicos pressupunham a extração de argilas de boa qualidade nas imediações da obra e a sua preparação em pasta de consistência adequada assim como a sua conveniente cozedura normalmente em fornos de campanha construídos junto à obra ou junto ao local de extração das argilas, sendo estes alimentados a carvão de lenha.

A construção deste tipo de forno era muito simples e funcionava como uma pirâmide formada por camadas de tijolos e carvão.

Estes fornos pela natureza da sua função eram construídos com a finalidade de durarem apenas o tempo necessário para fornecer a obra, daí a sua designação de fornos de campanha, pelo que o seu total desaparecimento é normal.

As campanhas de cozedura eram limitadas ao período do verão para evitar estragos resultantes da água das chuvas.

Na povoação de Manique do Intendente laborou até cerca de meados do século XX uma fábrica de telha e tijolo cuja matéria prima era extraída em barreiros localizados nas imediações da povoação, confirmando assim o acesso local fácil a este tipo de material.

Mais uma vez todo o ciclo de trabalho da argila, desde a sua extração até à sua cozedura era um trabalho manual o qual cumpria um ciclo que se repetia varias vezes desde o inicio do Inverno até um pouco antes do inicio da Primavera e que incluía de forma geral a moagem, a amassadura e o repouso da pasta.

d. A cal

Outro material essencial na construção das alvenarias ordinárias de pedra era a cal. Em Portugal apenas existem registos de importação de cimentos e cais hidráulicas a partir de 1867, deixando claro que no fim do século XVIII a cal era produzida localmente por processos manuais pouco divergindo dos usados desde

sempre até essa data. O cimento Portland só começou a ser produzido em Portugal em 1894.

A cal resultava à época da cozedura a cerca de 850 graus da pedra calcária em fornos construídos para o efeito.

A fig. 7 mostra um forno de cal ainda existente em Pontével.



Figura 7

A propósito dos fornos de Pontével na segunda metade do século XVIII escreve Zelinda Pego no Jornal de Cá:

"... verifica-se que existem pelo menos 23 fornos de cal em Pontével, dos quais apenas um, o forno de S. Gens ainda hoje existe, e em razoável estado de conservação."

Os fornos de cal tanto de campanha como permanentes foram usados em Portugal até finais do século XIX, denominando-se intermitentes os de origem ancestral que permitiam a cozedura de uma fornada de cada vez, uma vez que tinham que ser totalmente descarregados a cada cozedura.

O tempo de cozedura variava entre os 3 e os 7 dias.

Desde tempos antigos sempre se produziram cais que faziam presa só ao ar e cais que podiam fazer presa debaixo de água, sendo assim cais ideais para contruir fundações de obras posicionadas abaixo do nível freático, designadas de cais hidráulicas, enquanto as primeiras se designam de cais aéreas.

A cal hidráulica podia ser obtida artificialmente juntando à cal aérea obtida pela cozedura de um calcário puro, matérias cerâmicas moídas em pó.

A fig. 8 mostra a cal viva, i.e., a cal tal como resulta da cozedura das pedras calcárias nos fornos acima descritos.

aberturas deixadas nas paredes e denominadas agulheiros. Estes barrotes recebiam as pranchas sobre as quais se posicionavam os operários.

As figs. 25 e 26 dão-nos uma ideia do aspeto dos andaimes em causa.

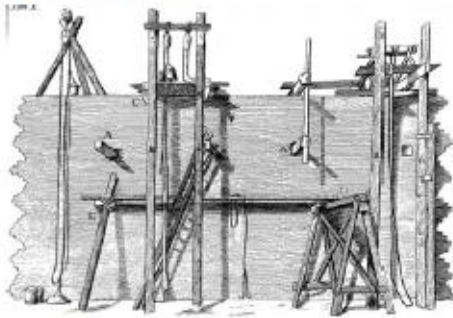


Figura 25

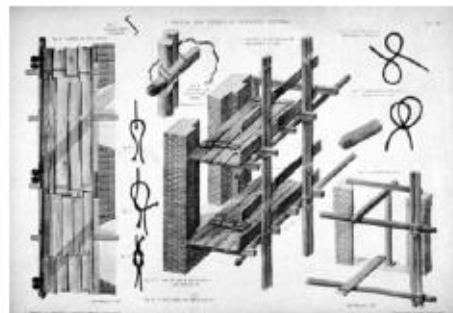


Figura 26

A fig. 27 mostra-nos os agulheiros bem visíveis na fachada do Palácio.



Figura 27

A fig. 28 mostra-nos de forma esquemática um corte transversal elucidando-nos sobre a forma como eram montados os andaimes que assim permitiam uma grande economia de materiais na sua montagem.

Claro que em determinadas localizações ao longo do andaime seriam colocados sarilhos ou outras máquinas de força igualmente adequadas, para permitir subir até aos pedreiros os materiais para a construção das alvenarias em quantidades razoáveis e com o menor esforço possível.

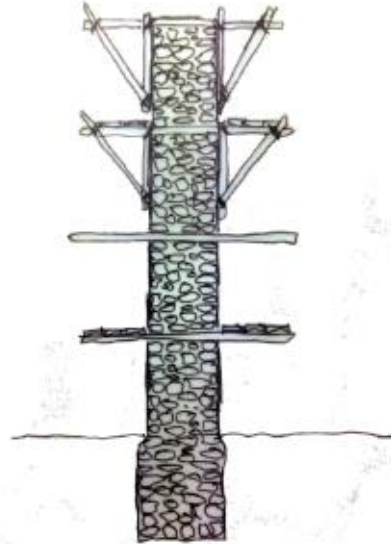


Figura 28

Outro componente essencial do arsenal de meios à disposição dos construtores de fins do século XVIII era o cimbre.

O cimbre era correntemente uma estrutura de madeira executada por carpinteiros cuja função era suportar o peso dos materiais durante a fase de construção de arcos e abóbodas até que estas estivessem concluídas e tivessem a resistência suficiente para se auto suportarem depois de desmontados esses cimbrés.

A fig. 29 mostra esquematicamente um cimbre usado na construção de abóbodas de alvenaria.



Figura 29

A fig. 30 também adaptada da obra “Arte de Albañilería, de Juan de Villanueva” mostra um cimbre muito simples construído em madeira e materiais cerâmicos e que servia para apoiar os elementos dos arcos contruídos com ladrilhos ao cutelo.

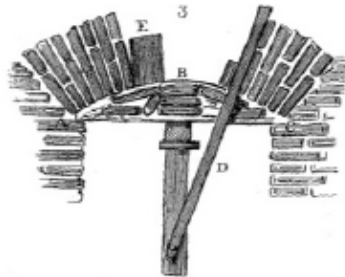


Figura 30

Os arcos e abóbadas são correntes na construção do Palácio. A fig. 31 mostra alguns desses elementos estruturais.



Figura 31

A desmontagem dos cimbres quando em carga, i.e., quando ainda suportam o peso dos materiais dos arcos e das abóbadas era feito recorrendo ao uso de cunhas de madeira, sacos de areia e outros dispositivos adequados.

A fig. 32 mostra a utilização de cunhas na base do cimbre, e a fig. 33 mostra a opção de sacos de areia.

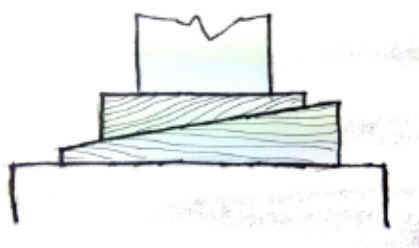


Figura 32

As cunhas eram batidas até que se conseguisse ganhar a folga necessária que permitia baixar o cimbre e este deixar de suportar a carga da construção.

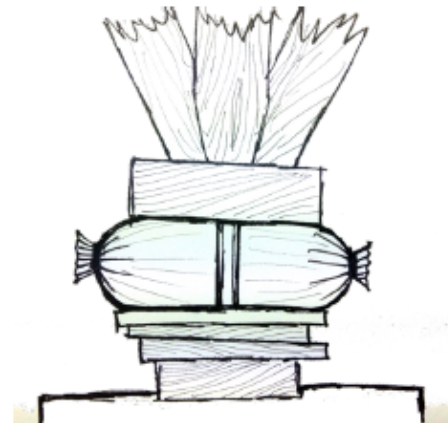


Figura 33

Os sacos de areia eram esvaziados permitindo também baixar o cimbre por esta ação.

O tipo de cimbre variava com a mão de obra disponível, a natureza e a disposição dos pés direitos, a geometria dos arcos e abóbadas e o tipo de materiais usados na sua construção.

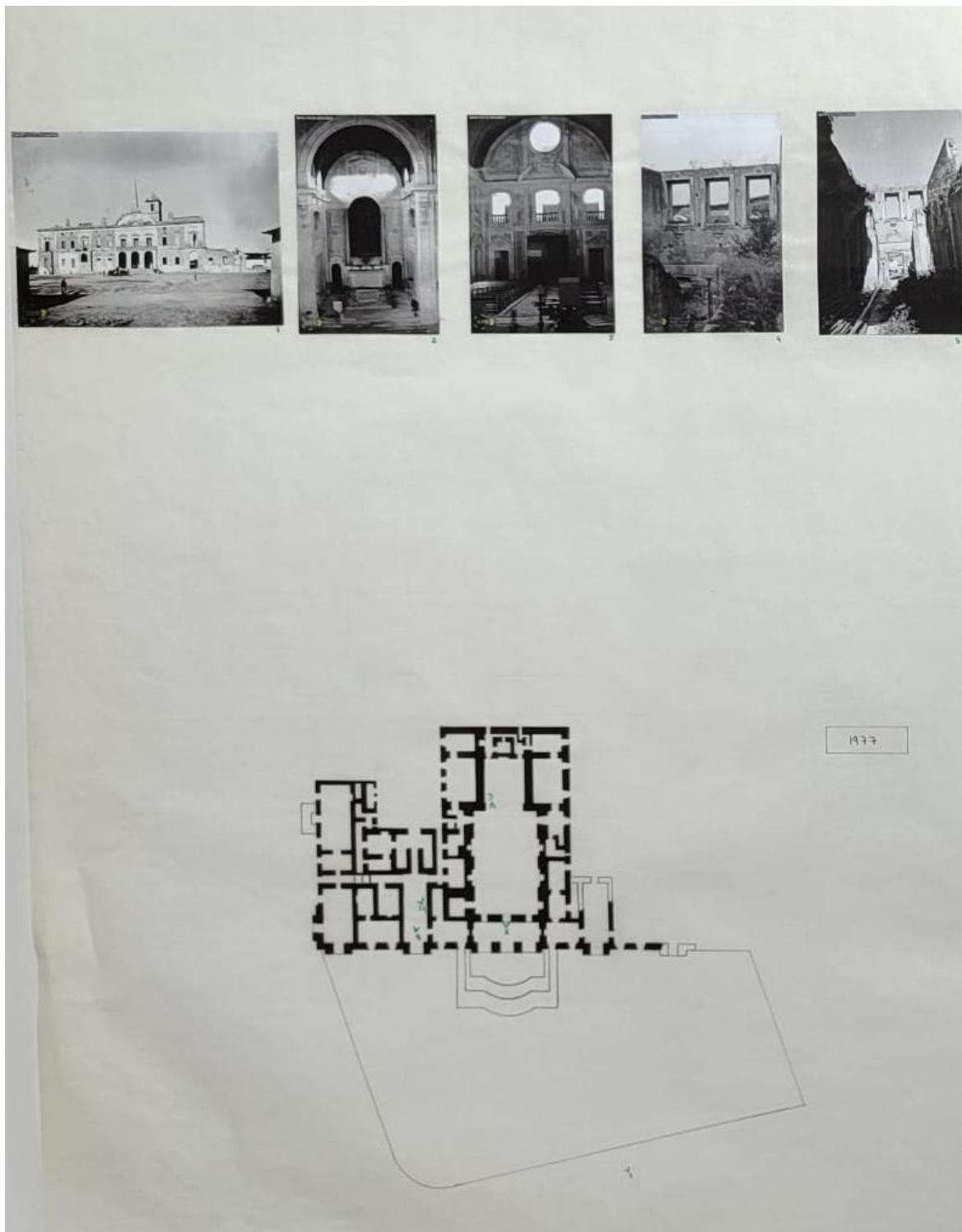
Setembro 2019

Nota breve sobre o autor:

Aquilino Raimundo é um engenheiro civil português, licenciado pelo Instituto Superior Técnico em 1987, tendo-se especializado na sua atividade profissional nos designados processos ou métodos construtivos relacionados com a construção de pontes, campo de atividade onde exerce atualmente as suas funções como consultor no mercado global.

Simultaneamente partilha o gosto pela história das construções.

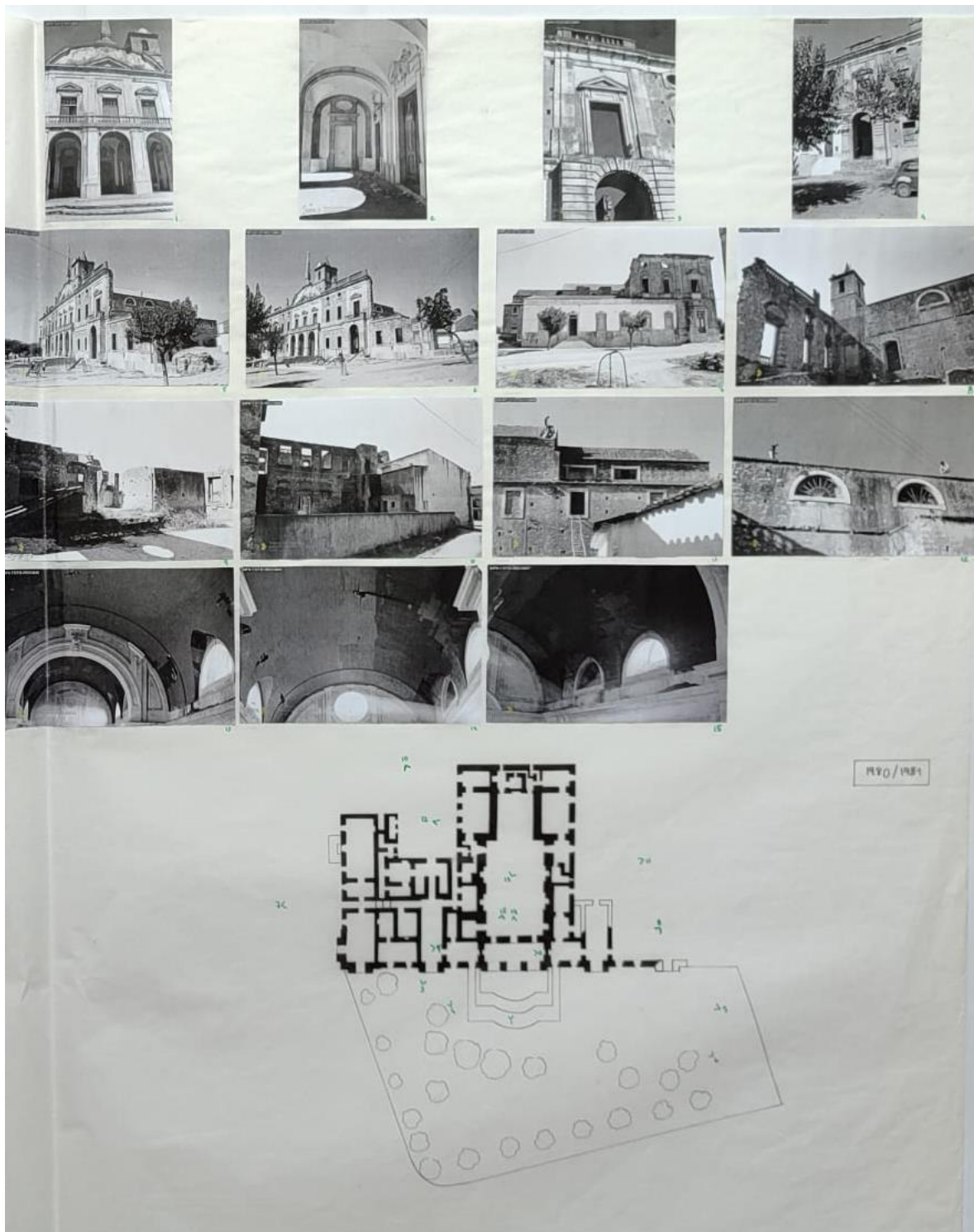
Anexo II – Linha temporal e Levantamento do Palácio



Autor: Autora, linha temporal com base na análise de fotografias

Ano: 1977

Fonte: Arquivo SIPA



Autor: Autora, linha temporal com base na análise de fotografias
Ano: 1990-81
Fonte: Arquivo SIPA



Autor: Autora, linha temporal com base na análise de fotografias

Ano: 1988

Fonte: Arquivo SIPA



Autor: Autora, linha temporal com base na análise de fotografias

Ano: 2023/24

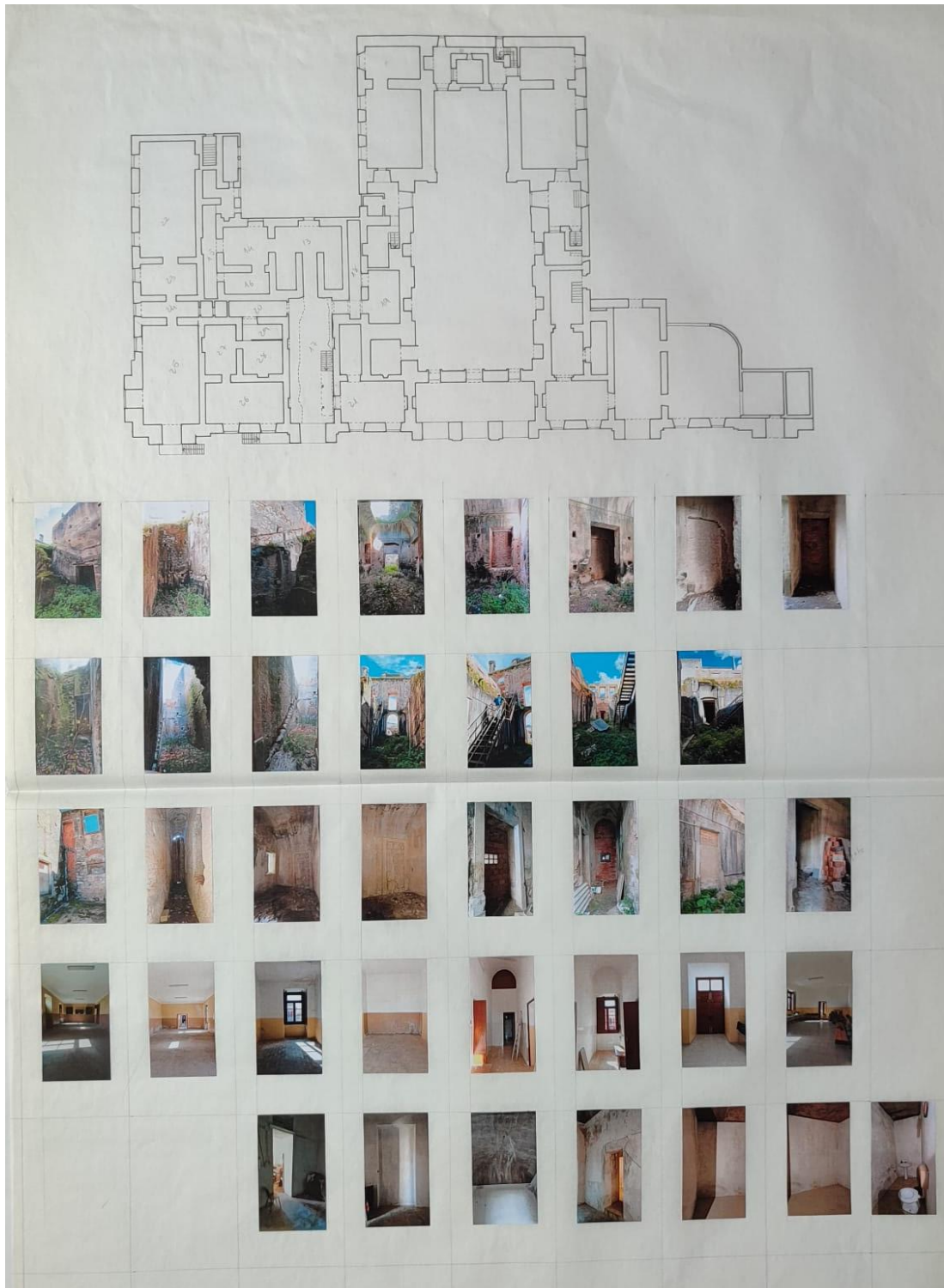
Fonte: Arquivo SIPA



Autor: Autora, levantamento fotográfico – áreas exteriores

Ano: 2023

Fonte: Autora



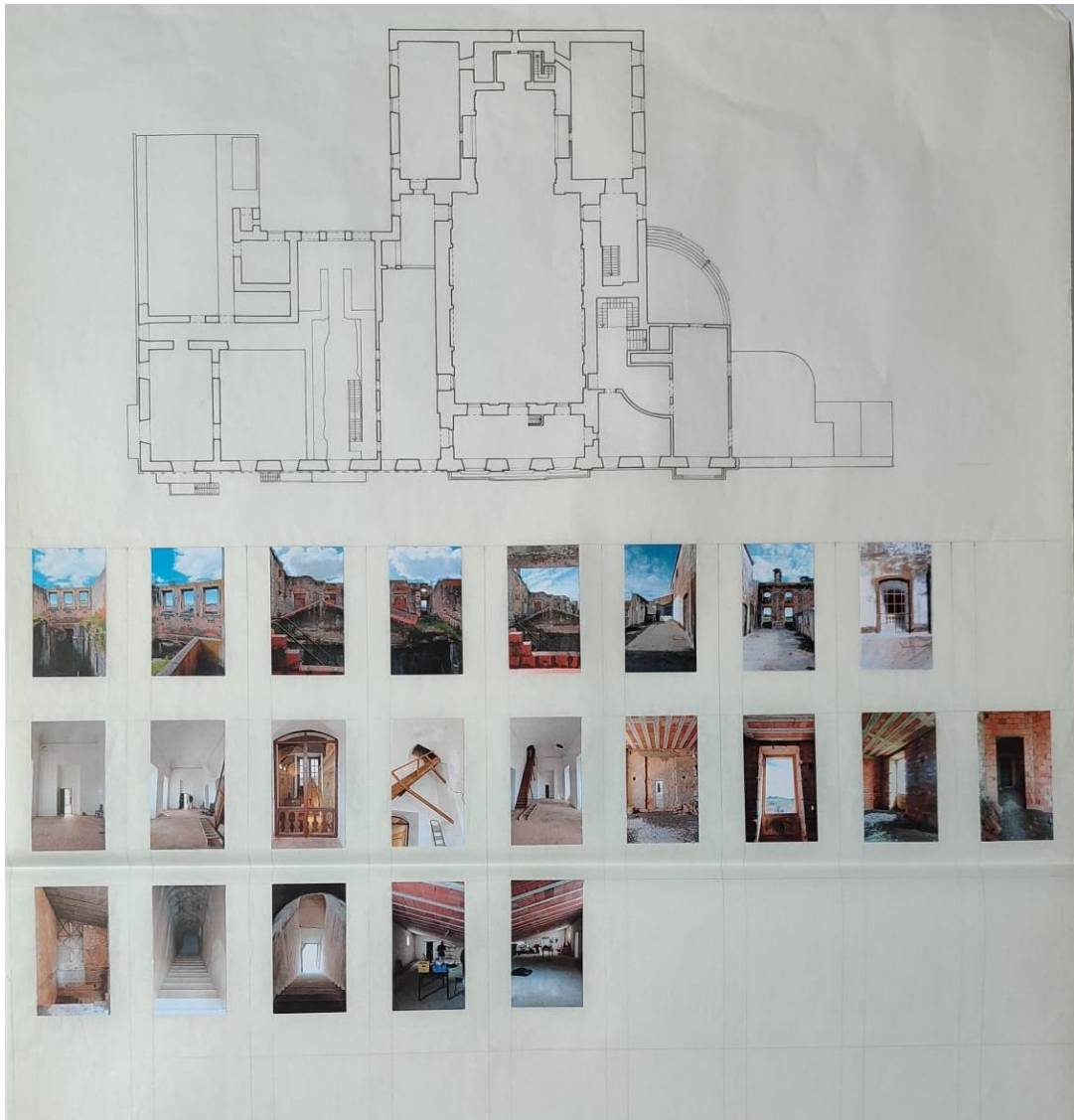
Autor: Autora, levantamento fotográfico – áreas interiores, piso 0

Ano: 2023

Fonte: Autora



Autor: Autora, levantamento fotográfico – áreas interiores, piso 1
Ano: 2023
Fonte: Autora



Autor: Autora, levantamento fotográfico – áreas interiores, piso 1

Ano: 2023

Fonte: Autora



Autor: Autora, levantamento fotográfico – Vãos interiores, piso 0 e 1

Ano: 2023

Fonte: Autora



Autor: Autora, levantamento fotográfico – Vãos exteriores, piso 0 e 1

Ano: 2023

Fonte: Autora



Autor: Autora

Ano: 2023

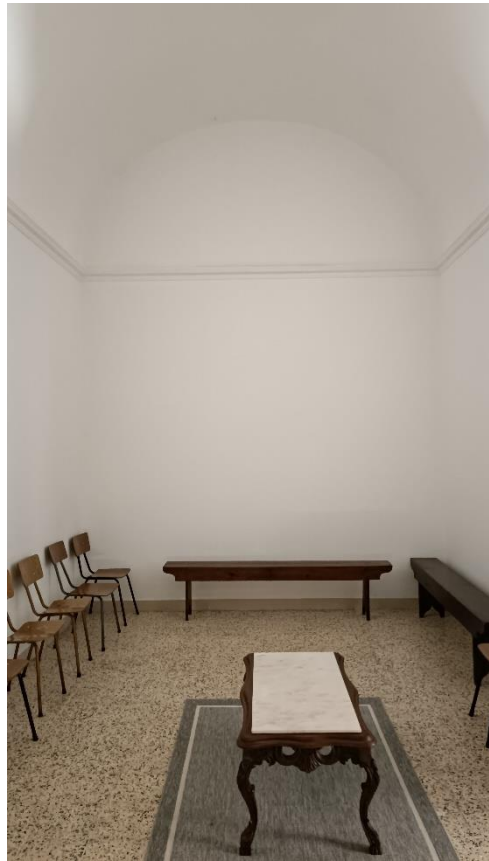
Descrição: Levantamento fotográfico do Palácio

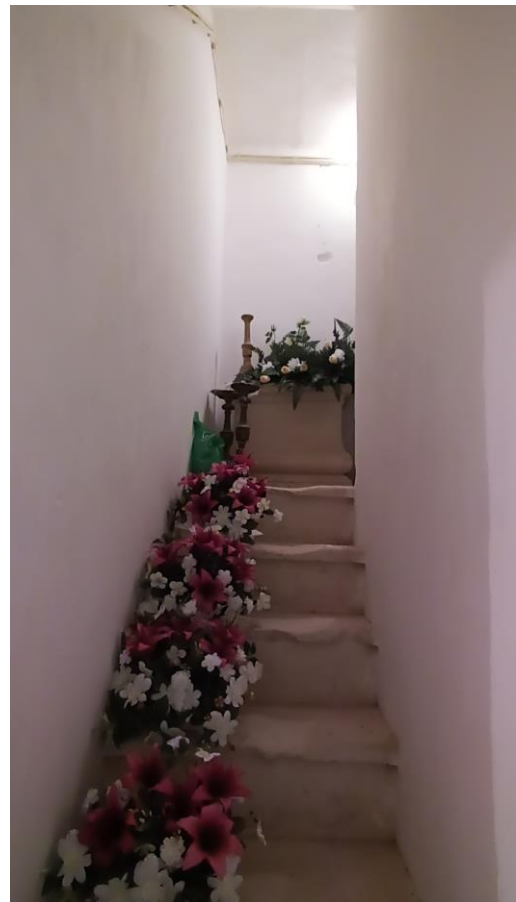














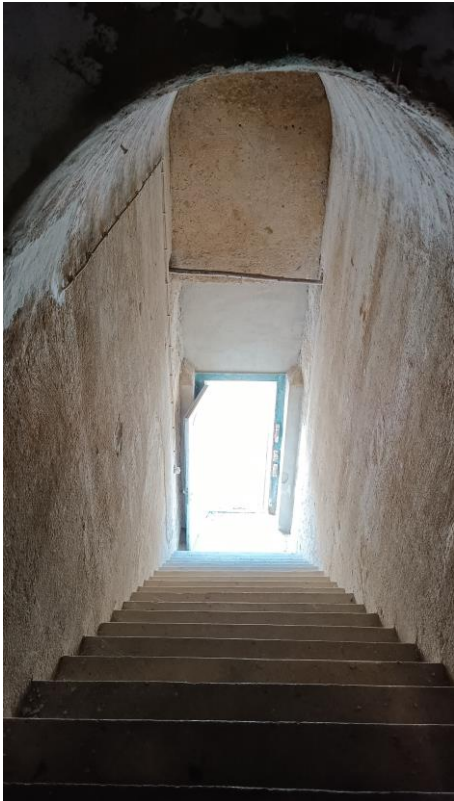




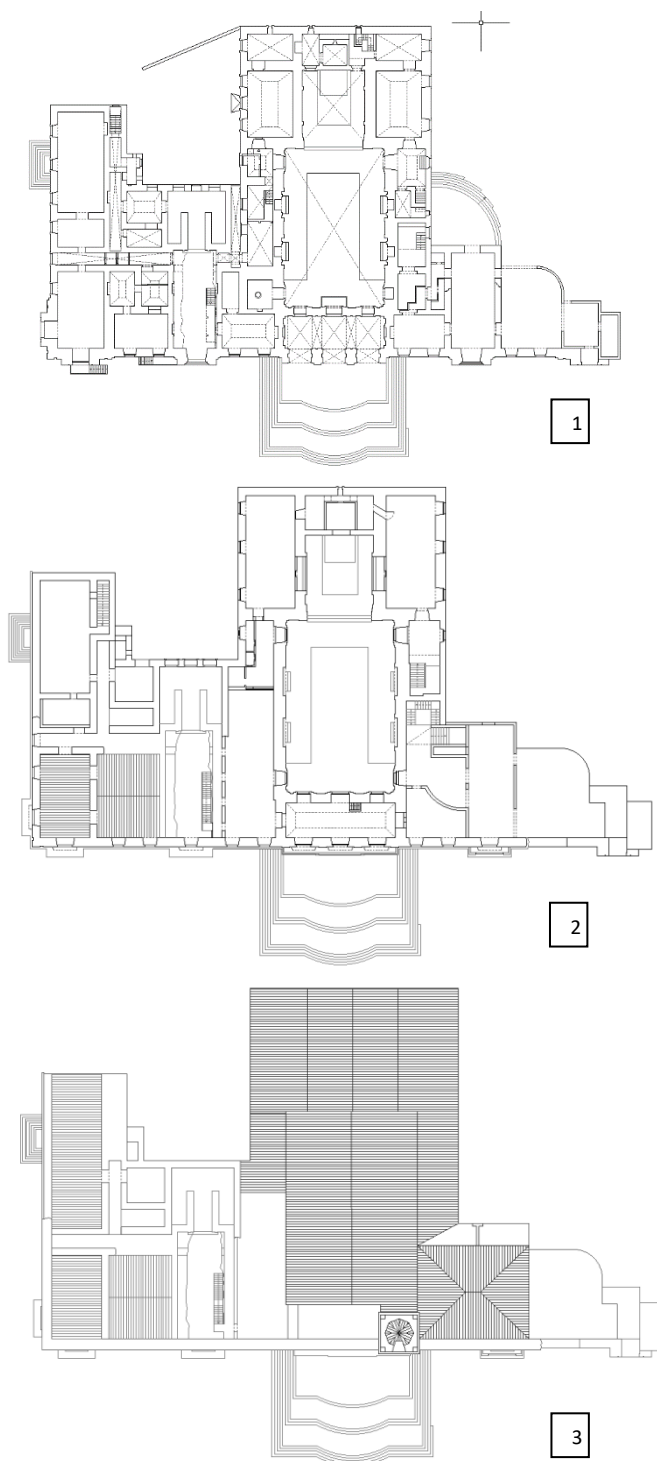






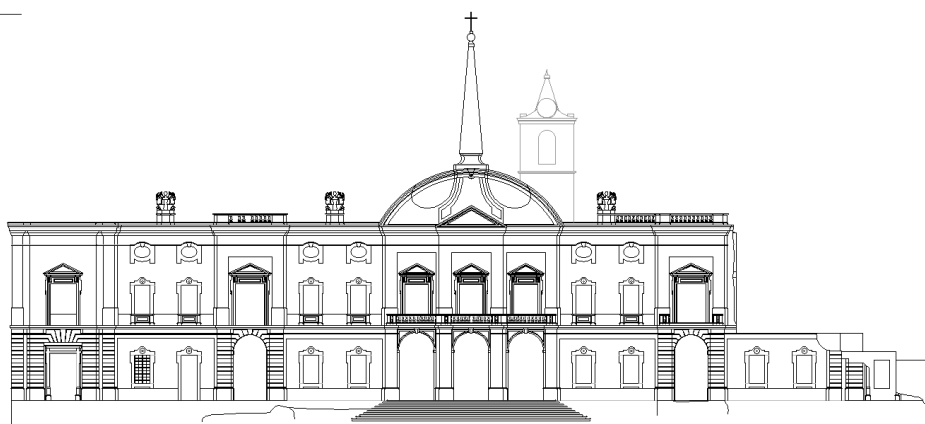


Anexo III – Cartografia produzida do Palácio, pela autora

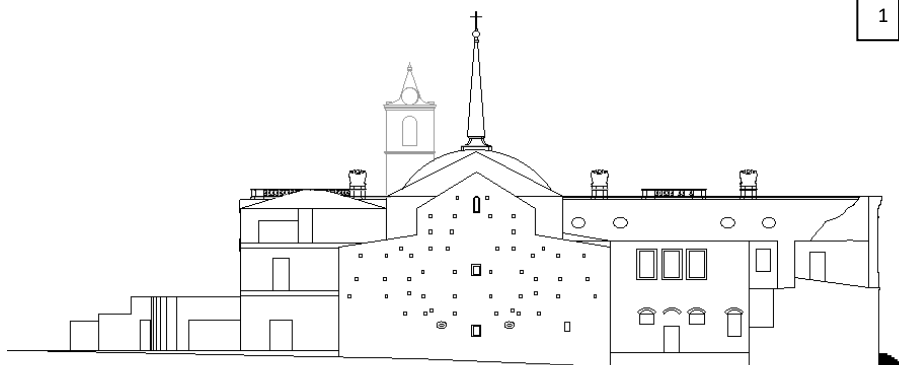


Autor: Autora, produção de plantas do estado atual do Palácio
Ano: 2024

Descrição: Levantamento e cruzamento de cartografia/fotografias existente/s; 1 – Planta do piso 0; 2 – Planta do piso 1; Planta de cobertura (s/escala)



1



2



3



4

Autor: Autora

Ano: 2024

Descrição: 1 – Alçado sul; 2 – Alçado norte; 3 – Alçado nascente; 4 – Alçado poente (s/escala)



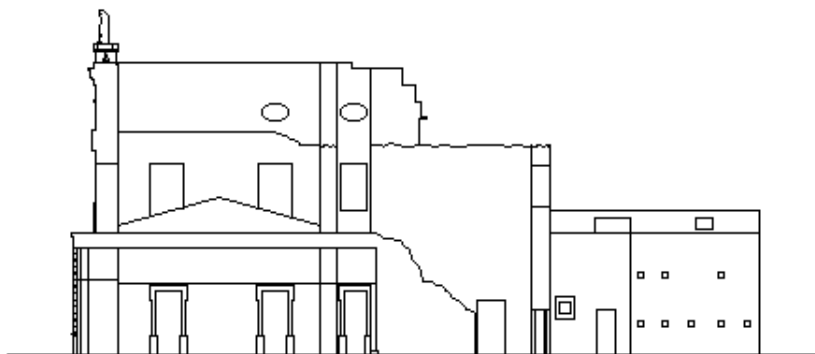
1



2



3



4

Autor: Autora

Ano: 2024

Descrição: 1 – Corte A; 2 – Corte B; 3 – Corte C; 4 – Corte D (s/escala)

Anexo IV – Painéis de Seminários



PROJECTO FINAL DE Mestrado / DISSERTAÇÃO PARA A OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE EM ARQUITETURA COM ESPECIALIZAÇÃO EM INTERIORES E REABILITAÇÃO DO EDIFICADO

SEMINÁRIOS DE APOIO AO PROJETO FINAL DE Mestrado | 2022/23 | TURMA B

Património Esquecido – Reabilitação do Palácio de Pina Manique
 Joana Henriques
 Orientador(es): Prof. Bárbara Massapina Vaz | Prof. Luísa dos Reis Paulo



Mapa do Palácio de Pina Manique, Marquês de Vila Rica. Fonte: Google Earth, editado pelo autor

Linha do Tempo: análise por fotografia (esquemas desenvolvidos pela autora)









1977	1980/81	1988	2023
 <ul style="list-style-type: none"> • A igreja e a fachada são as únicas partes existentes desde o topo da construção do edifício (poro avarado). • Por esta altura já haviam funções nos corpos do lado Oeste. • Ala Este e centro já habitado. • Praça em terreno de terra baldia. 	 <ul style="list-style-type: none"> • Início de plantação das árvores existentes na praça; • Delimitação do terreno da praça; • Reparação do telhado da igreja; • Ala Oeste com funções administrativas da Junta de Freguesia e posto de Correios. 	 <ul style="list-style-type: none"> • Início do arranjo de praça do palácio; • Ampliação; • Criação de um parque infantil, na praça, do lado Este; • Reconstrução do tecto da igreja. 	 <ul style="list-style-type: none"> • Terreno da praça acabado, com parque de estacionamento; • Ala Este com edifício inacabado; • Ala Este e Oeste sem funções actuais; • Parque infantil acabado no terreno da praça.
			

Casos de Referência:

<p>Pousada St. Martinho de Costa Projecto: Fernando Távora</p> <p>Terra de Anápolis, Programa • Tempo de criação um programa que funcionalmente substitua e que exista sobre uma pré-existência.</p> 	<p>Terras Romanas de S. Pedro do Sul Projecto: João Mendes Ribeiro Fotografia: José Campese</p> <p>Terra de Anápolis, Edifício em Sitio • A forma como o novo coexiste com o existente, fazendo-se notar, sem retirar o valor ou essência do já existente.</p> 	<p>Palácio Sobrado Projecto: Oliveira e Correia Arquitectos Fotografia: Héctor Santa-Oña</p> <p>Terra de Anápolis, Distância e Interrelação • Reforço previsto de ruínas existentes para a nova intervenção a retirar o máximo partido das materiais que a envolvente fornece.</p> 	<p>Colégio de Vila Verde Projecto: Aires Mateus Fotografia: Nelson Ganhão</p> <p>Terra de Anápolis, Materialidade • Agrir com contemporaneidade e diversidade material de forma a dar valor conjunto.</p> 
--	---	--	--

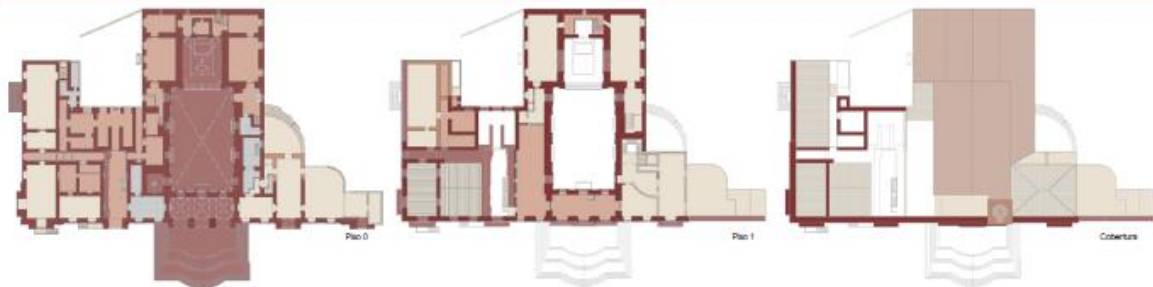
Índice:	Temas abordados:	Objetivos:	Bibliografia:
<p>Resumo</p> <p>Palavras-chave</p> <p>Abstract</p> <p>Keywords</p> <p>Apresentações</p> <p>Índice de páginas</p> <p>1. Introdução</p> <p>1.1. Enquadramento e motivações</p> <p>1.2. Objectivos</p> <p>1.3. Metodologia</p> <p>1.4. Estrutura</p> <p>2. Enquadramento teórico</p> <p>2.1. Património em Ruína</p> <p>2.2. Reabilitação, Conservação e Restauro</p> <p>2.3. Turismo Rural</p> <p>2.4. Casos de Referência</p> <p>3. Palácio de Pina Manique</p> <p>3.1. Enquadramento Urbano</p> <p>3.2. Evolução Histórica</p> <p>3.3. Valências e Necessidades</p> <p>3.4. Análise in Situ e Teoria de Valor</p> <p>4. Proposta</p> <p>4.1. Programa</p> <p>4.2. O Palácio</p> <p>Considerações finais</p> <p>Bibliografia</p> <p>Anexos</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Reabilitação (Arquitetónica) • Adaptabilidade de um programa a edifício existente, bem como as suas condições, em vez de construir do existente em função de um programa. Recomendado a alterações parciais, demolições de partes isoladas ou até mesmo ampliações, desde que estas intervenções tenham como objectivo recuperar um edifício degradado ou habitado, mas que se encontra em mau estado. • Património em Ruína • O património entendido sobre o passado, sobre o presente e até mesmo no futuro, ainda que de forma reduzida, um olhar para o futuro. Nasce de um conjunto de bens que nos foi deixado no passado. Como se pode ler na carta da Convenção de Granada, de 1980: "O património é definido como a conjugação das condições e dos produtos da natureza e do homem que, na sua integridade, constituem, no espaço e no tempo, o ambiente em que vivemos. O património é uma realidade, um bem de consciência e uma valiosa herança que pode ser legada e que constitui ao mesmo tempo reconhecível e a nossa participação" (Cit. cit. 1980). • Já no que toca à ruína, esta é fruto de um produto produzido pelo homem, que com o passar do tempo foi modificado por acções naturais ou accidentais. Este futuro algo que parecia o propósito, para que foi feito, independentemente das suas funções, segue essas mesmas condições, um espaço ou artefacto. • Sustentabilidade e Turismo • Quando se fala em turismo rural e turismo à procura de viver que um rio depende do outo e que ao juntarmos à a descoberta de analisar cuidadosamente as consequências da mesma. Como referido no documento Desenvolvimento e Território de Luís Moreno, baseado no texto de Ayr Rodrigues Para do conceito turístico como agente de transformação social e deixo-se na análise das dinâmicas territorializadoras do sector do turismo. Nesta perspectiva, o território turístico resulta de prática turística, uma vez que é concebido e é transformado por ela, através de um processo dialéctico de desterritorialização e reterritorialização, dando lugar à convivência pacífica ou conflituosa de múltiplas territorialidades, consoante o modo (Cit. cit. 2006). 	<ul style="list-style-type: none"> • Devido ao envelhecimento da população, de Manique do interior, e do deslocamento da vida para principais vitórias de circulação e ligação às cidades, criar um programa funcionalmente sustentável, útil e que promova o desenvolvimento da população local; • Proporcionar espaços de usufruto colectivo, permitindo à população sentir-se envolvida no projecto; • Realizar uma reabilitação, responsável e consciente, de modo a preservar a pré-existência, respeitando a identidade do edifício e do respectivo ambiente; • Redefinição do espaço público. <p>Palavras-chave:</p> <p>Palácio de Pina Manique, Reabilitação Arquitectónica, Património em Ruína, Solúcar na Ruína, Turismo Rural</p> <p>Metodologia:</p> <ul style="list-style-type: none"> • A execução do projecto passou pelo cumprimento de dois momentos, o primeiro sobre um base teórica e o segundo por uma prática. • Tese teórica será realizada através de uma recolha de informação sobre conceitos base e, posteriormente, sobre a história do local a trabalhar. Esta base é trabalhada através de livros, artigos, textos, entre outros. • Já a fase prática inicia-se através de análises in situ, apreciando a pré-existência e a sua envolvente. Com base nestas análises críticas será realizado uma teoria de valor, que ajudará na decisão de que se pode ou não fazer um edifício existente (o que manter, o demitir e o que será erguido. Nesta prática (e devido à falta de documentação histórica) a teoria de valor e análise do edifício será feita através de cartas e fotografias, como se pode ver no início do texto. • Por fim e com base nas fases anteriores, passa-se à elaboração do projecto com um programa adequado. 	<ul style="list-style-type: none"> • Reabilitação • Chay, F. (2011). Algoritmo do Património. Lisboa: Solúcar/Arts e Comunicação. • Vaz, F. (2019). Solúcar no Património: pessoas e paisagens na conservação e restauro. Lisboa: Solúcar/Arts e Comunicação. • Barreira, R. (2019). Património Cultural: conceitos e critérios fundamentais. Lisboa: IST Press e ICOMOS-Portugal • Ruína • Alarcão, F. (2019). Construir na Ruína, entre a Reconstrução e a Reabilitação. Porto: Solúcar Alarcão. • Trigo, Carlos E. M. S. G. (2020). Ruínas como Memória Desolada para o Projecto Arquitectónico. Coimbra, Faculdade de Ciências de Tecnologia, Universidade de Coimbra, tese de mestrado (pós-graduação). • Lisboa • Sustentabilidade e Turismo • Moreno, L. (2006). Desenvolvimento e Território: Espaço Rural, RIA Agrícola e Novos Lugares de Turismo e Lazer. Lisboa, Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa

Casos de Referência:

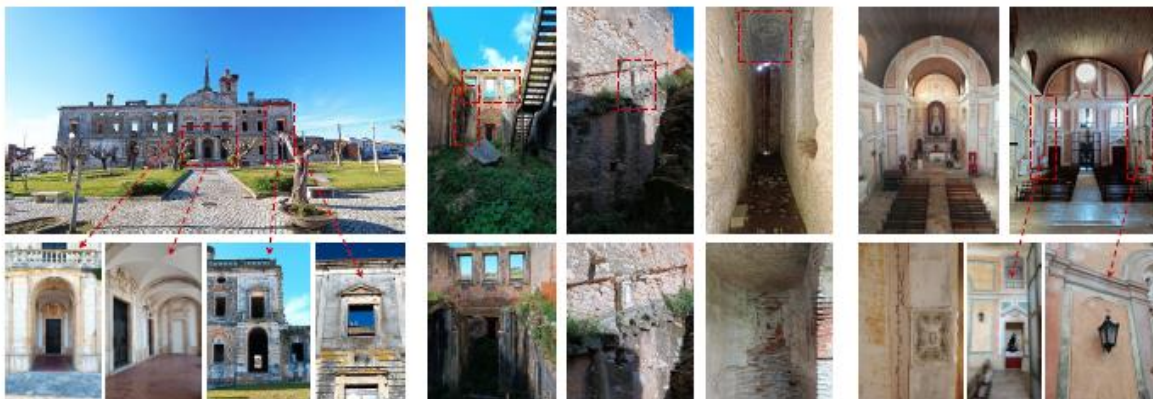
Casos de Referência	Descrição	Plantas	Fotografias
<p>Posada no Forte S. João da Barra, Teófilo Arquitectos: Victor Mestre e Sofia Azeite Arquitectos Ano: 2007</p>	<p>Dezana unidade turística, inserida num forte construído na segunda metade do séc. XVI. Quando perdeu a sua função e se viu abandonado, surgiu a oportunidade de fazer um projecto de reabilitação, de modo a poder colocar novamente este espaço. A unidade turística conta com 10 quartos, tendo também pequenas casas para alugar. O conjunto tem no total 757m², contando, tendo quatro simples com 19,70m² e com unidades familiares de 100m² cada.</p>		
<p>Pinhão Sobrado, Espinho Arquitectos: Iqg arquitectos Ano: 2019</p>	<p>Reabilitação centrada numa propriedade rural do séc. XVIII, o edifício sofreu algumas alterações ao longo dos anos, está à década de 70 onde foi abandonado por completo. No projecto centra-se no aproveitamento da estrutura antiga existente de pedra e contrasta com a madeira colocada na nova intervenção. Na reabilitação um dos objectos era a arquitetura tradicional e clara, onde se pode ver os sistemas de climatização, entre outros aspectos funcionais dos dias de hoje, inseri como a ligação do edifício ao exterior. Com um ambiente natural envolvente bastante forte, criaram-se aberturas grandes de forma a dar a sensação de que o meio natural entra pelo edifício. O edifício conta com um total de 600m² e quatro aptos entre 17 e 180m² cada um. No piso superior encontra-se um sistema de quartos flexíveis a meio em sistema de balneio com uma área de armazenamento 11m², para cada zona.</p>		
<p>Colégio da Trindade, Coimbra Arquitectos: Aires Mateus Ano: 2018</p>	<p>O projecto passou pelo entendimento do valor do património existente. Não se pretende esconder o que ele era, nem tão pouco a nova intervenção de carácter contemporâneo. Sendo assim o projecto centrou-se na essencialização das formas e em sistemas reventivos.</p>		
<p>Igreja de S. Domingos, Lisboa Arquitectos: Manuel Cavalari de Sousa Ano: 1996</p>	<p>Nesta ilha existiu o primeiro convento dominicano em Lisboa, que sofreu um desabamento quase por completo, reabilitado apenas a capela-mor. Em 1950 a igreja foi retomada por um hóspede, visando a reabilitação apenas nos anos 80, do qual ainda se conseguem ver vestígios do mesmo. Apesar de todos os intervenções pelo qual passou, foi reabilitada e ainda hoje é aberta ao público. A intervenção tentou ir ao encontro do edifício existente (de ruínas), a ligação usada foi a reabilitação o passado, pretendendo mostrar a passagem do tempo pela igreja. As cores usadas nessa intervenção foi aquelas ao fogo que a construiu.</p>		

Os casos de referência apresentados acima são distribuídos entre 3 grupos, o programa, o existente e a nova intervenção, como também a atitude plástica pretendida. Sendo o projecto centrado num edifício do final do séc. XVIII, é de extrema importância entender as camadas do tempo e saber o que se deve ou não preservar. Com o programa de posada pretende-se voltar como é que estes equipamentos funcionam e quais as suas necessidades funcionais. Já na atitude plástica e preservação e na percepção do existente com a nova intervenção, pretende-se ver qual a melhor abordagem, seja ela a nível estrutural, material, estético, etc. O pensamento por trás da reabilitação deste projecto, tal como se vê nos casos de referência acima, é o de respeitar a essência do edifício, mostrando o seu passado, sem como dar a contribuir a nova intervenção, não camuflando a intervenção contemporânea.

Teoria de Valor (de acordo com o sistema desenvolvido no ano anterior em Laboratório de Projecto):



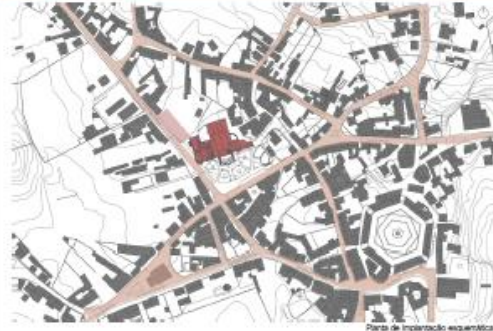
Fotografias tiradas pelo autor
Plantas à escala 1/450



Legenda:

-  **Valor Património:** Elementos considerados de natureza patrimonial, identitário. Elementos de tipologia, morfologia, processos construtivos, materiais, revestimentos ou elementos arquitectónicos, que devem ser preservados na sua condição actual devido ao seu valor.
-  **Valor Médio:** Elementos de valor estético, material ou construtivo inerente, que precisam de um outro enquadramento para assegurar o seu lugar qualificado no processo de reabilitação. Podem ser renovados ou re-enquadrados para que al resulte um benefício do ponto de vista qualitativo para o projecto e programa, no entanto não pode colocar em causa a leitura e qualidade total do objecto de intervenção, nem a sua identidade.
-  **Sem Valor:** Elementos sem valor patrimonial, material ou estético, podendo determinar áreas de demolição ou substituição sem nunca colocar em causa a leitura e qualidade do conjunto do objecto e a sua identidade. Este acto inclui elementos que pela sua materialidade, elemento construtivo ou simples presença, comprometem aspectos de estabilidade do edifício, que provocam danos às superfícies, aberturas e outros elementos da construção, que comprometem a leitura identitária e histórica do conjunto.

Planta de Implantação:



Breve explicação:

A elaboração do projecto final de mestrado centra-se no desenvolvimento de um projecto no Palácio de Pina Manique, localizado em Manique do Intendente.

Para isso elaborou-se, se forma esquemática, uma planta de implantação, com as vias rodoviárias principais, a fim de se entender a circulação à volta do edifício que fica centralizado na vila. Assinalou-se também no ocupamento do terreno por detrás do Palácio a fim de completar o programa proposto.

A teoria de valor elaborada (no primeiro parâmetro) dá a conhecer os elementos importantes e que se devem ter em conta no projecto. Para uma melhor compreensão do mesmo colocou-se fotografias dos elementos de valor elevado e que serão conservados. Esta é dividida por três níveis a fim de averiguar o que demoliu ou não. Posto isto foi desenvolvido uma planta de amarelos para se poder ver o que será ou não demolido, para a nova intervenção.

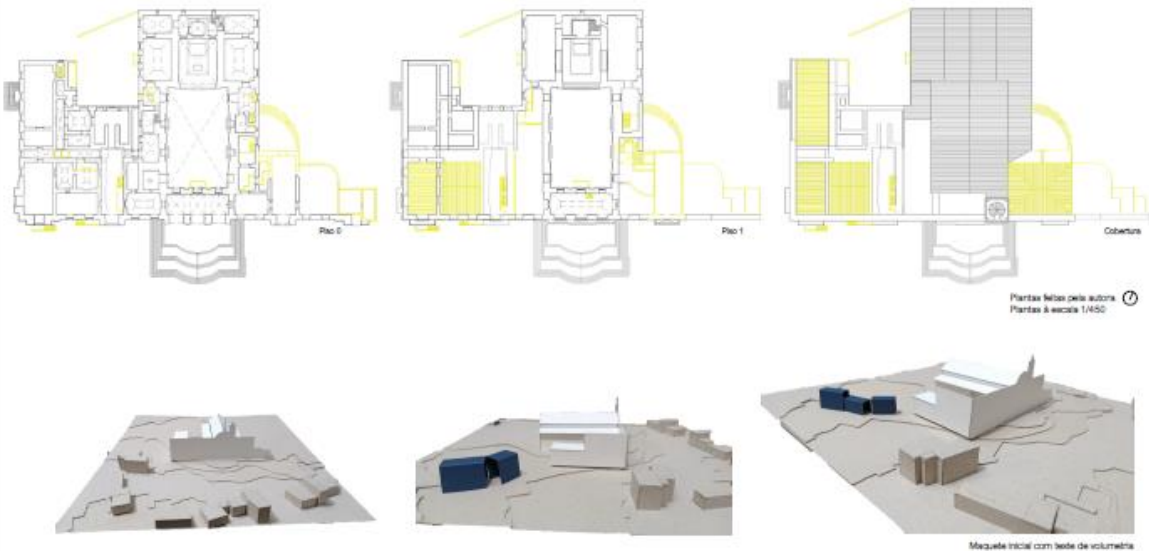
Por fim, o desenvolvimento de dois organogramas dos programas a colocar no edifício, bem como a apresentação de plantas esquemáticas dos sites onde estes se vão localizar dentro do edifício.

Estrutura/Palavras-chave:

Resumo
Palavras-chave
Abstract
Keywords
Agradecimentos
Índice de Imagens
1. Introdução
1.1. Enquadramento e motivações
1.2. Objectivos
1.3. Metodologia
1.4. Estrutura
2. Enquadramento teórico
2.1. Património em Ruínas
2.2. Reabilitação, Conservação e Restauro
2.3. Turismo Rural
2.4. Casos de Referência
3. Palácio de Pina Manique
3.1. Enquadramento Urbano
3.2. Evolução Histórica
3.3. Valências e Necessidades
3.4. Análise in Situ e Teoria de Valor
4. Proposta
4.1. Programa
4.2. O Palácio
4.3. A Praça
Considerações Finais
Bibliografia
Anexos

Palácio de Pina Manique, Reabilitação Arquitectónica, Património em Ruínas, Edifício em Ruínas, Turismo Rural

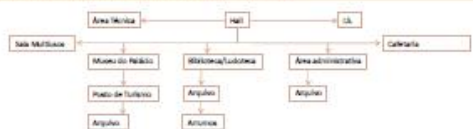
Planta de amarelos (Demolições):



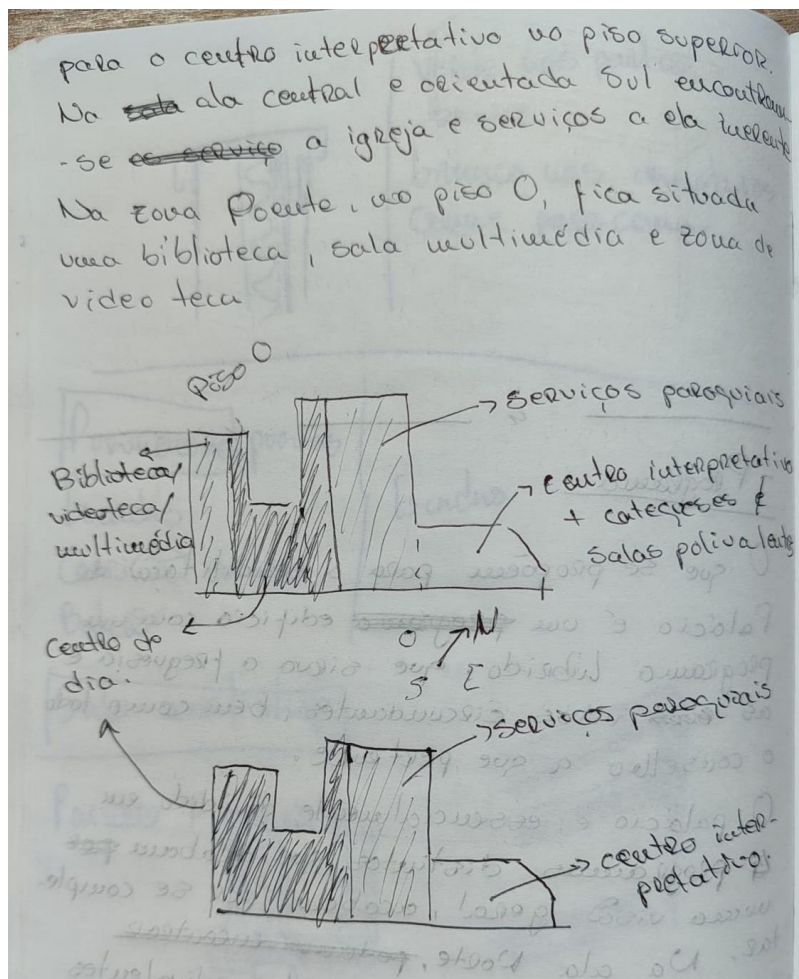
Organograma Funcional da Pousada (lado esquerdo do Palácio):

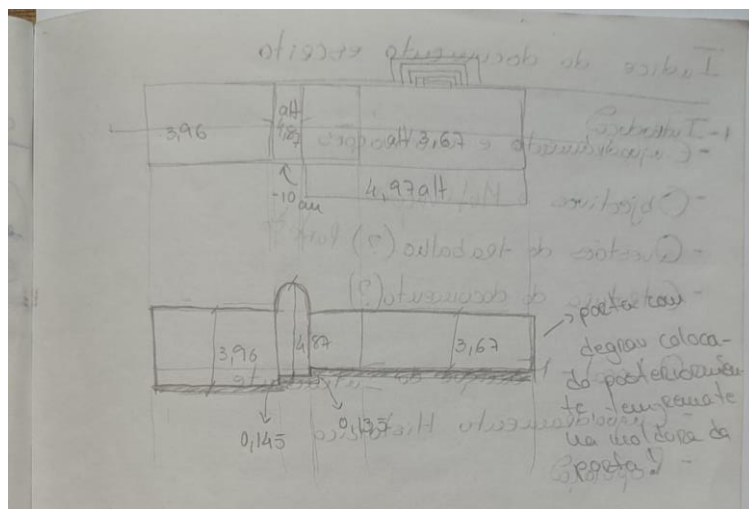
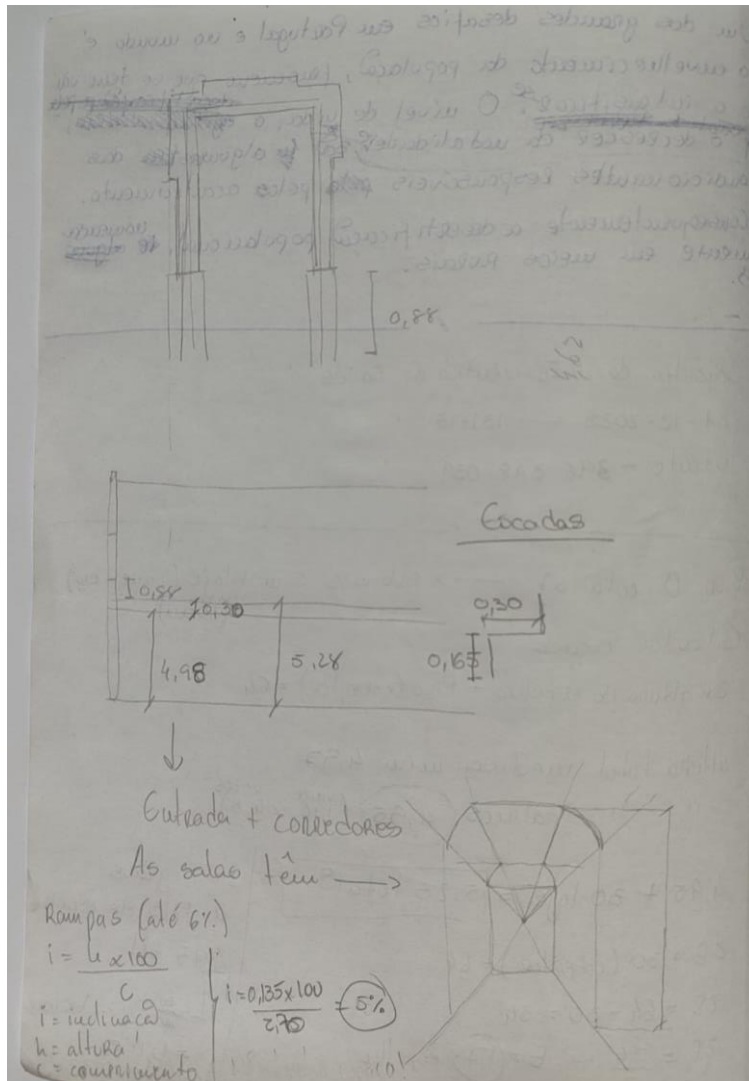


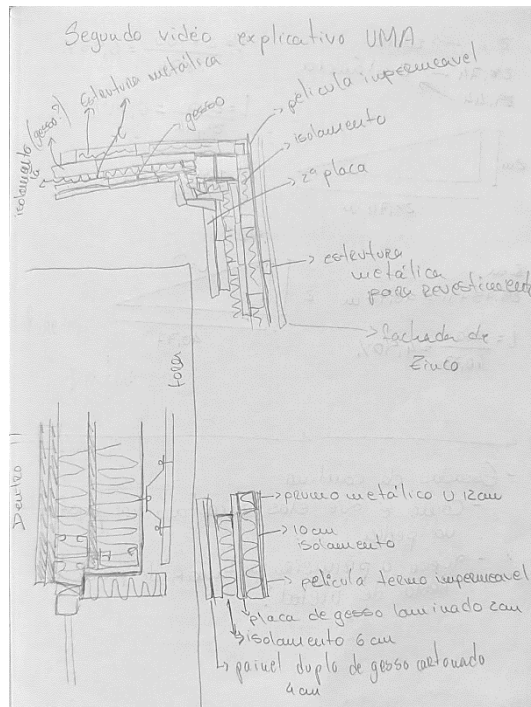
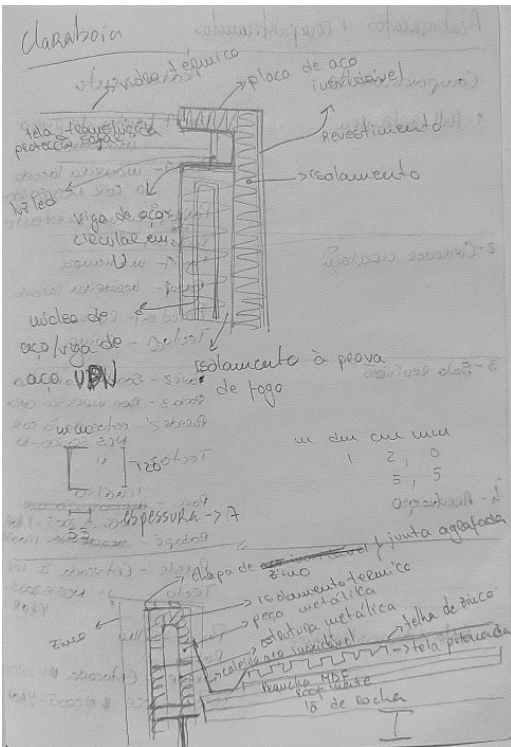
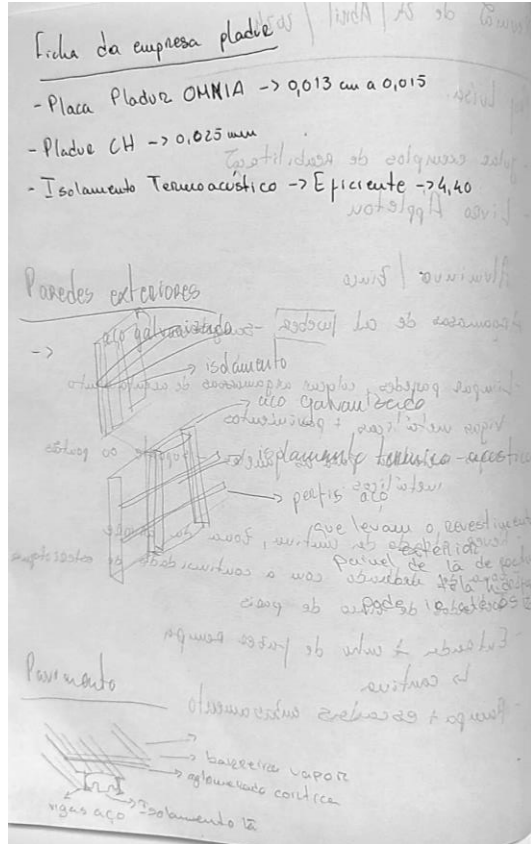
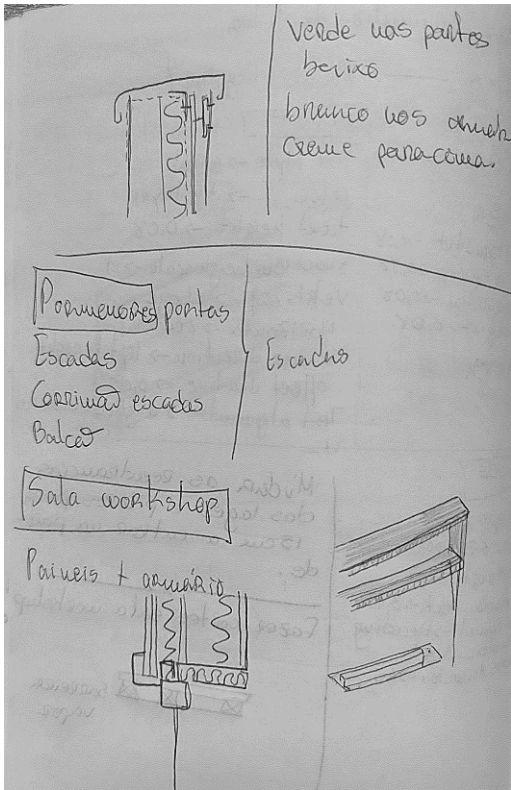
Organograma Funcional da Área Cultural (lado direito do Palácio):

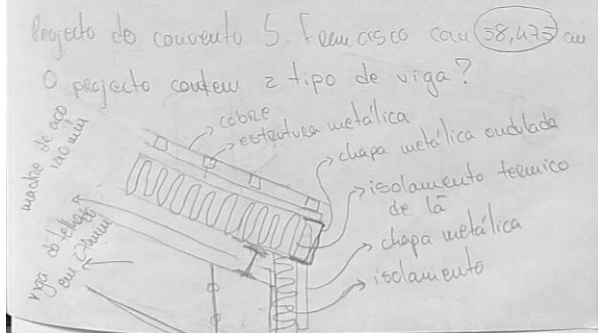
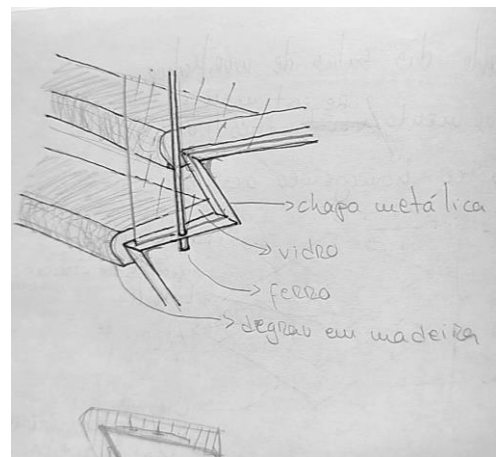
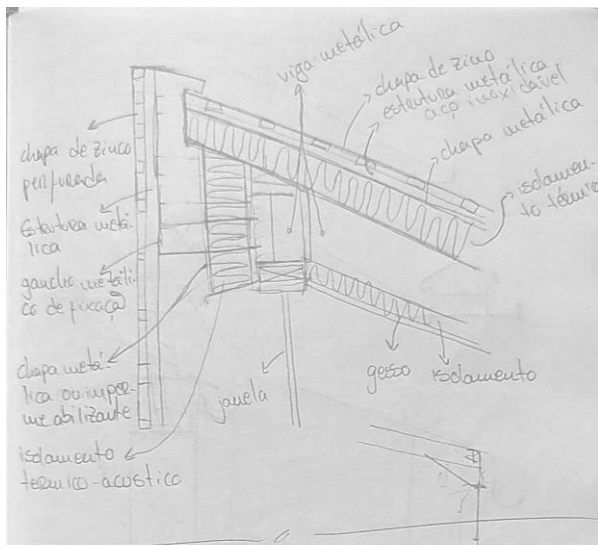
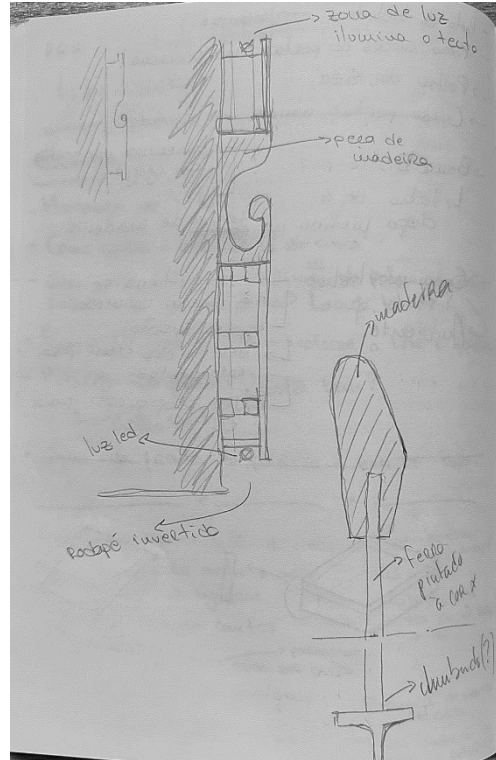
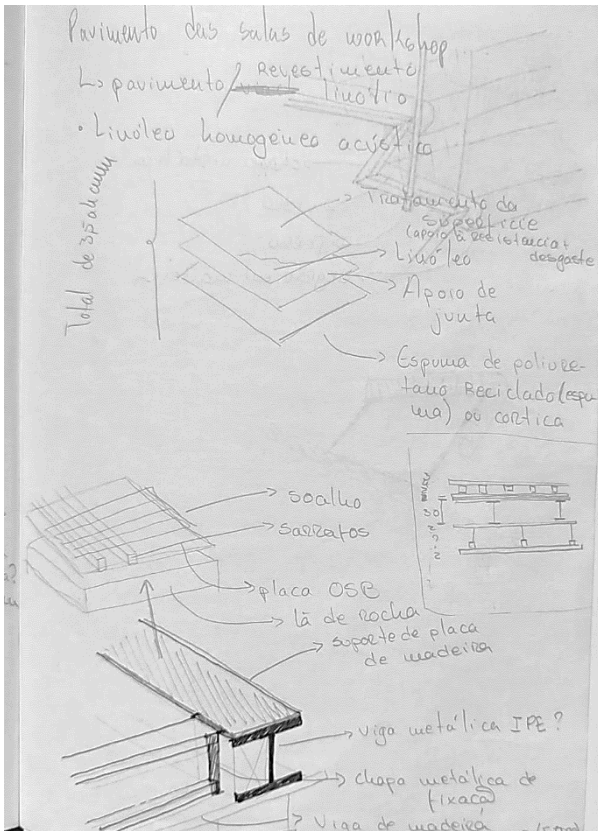


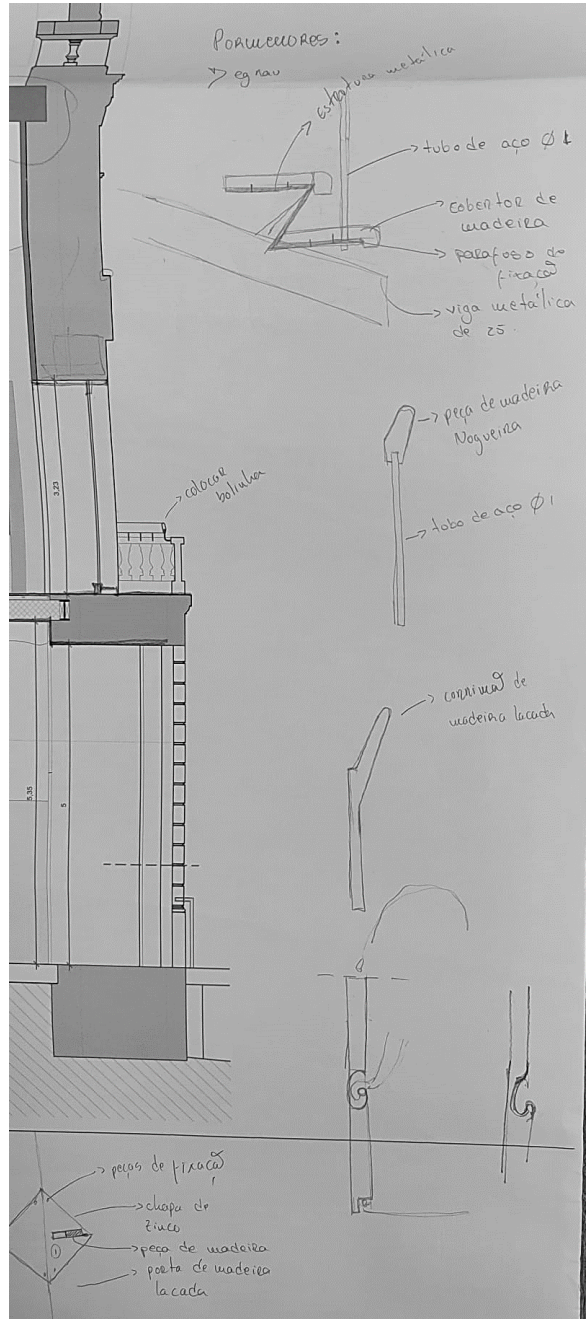
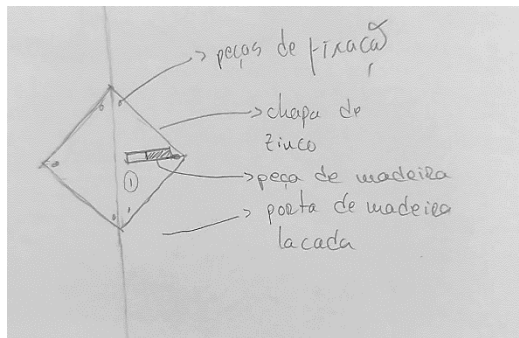
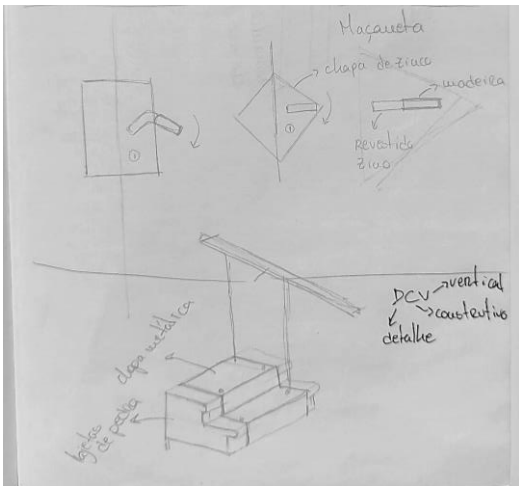
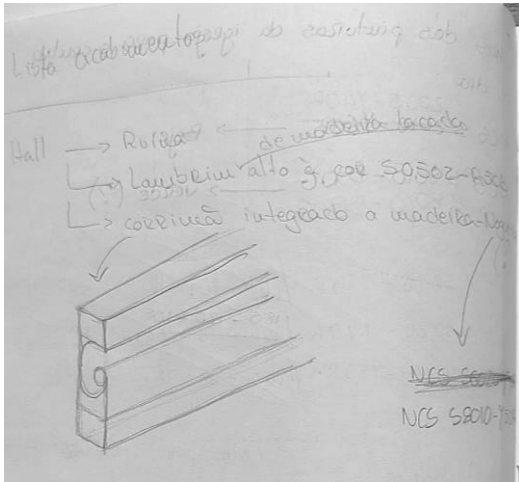
Anexo V – Processo de trabalho

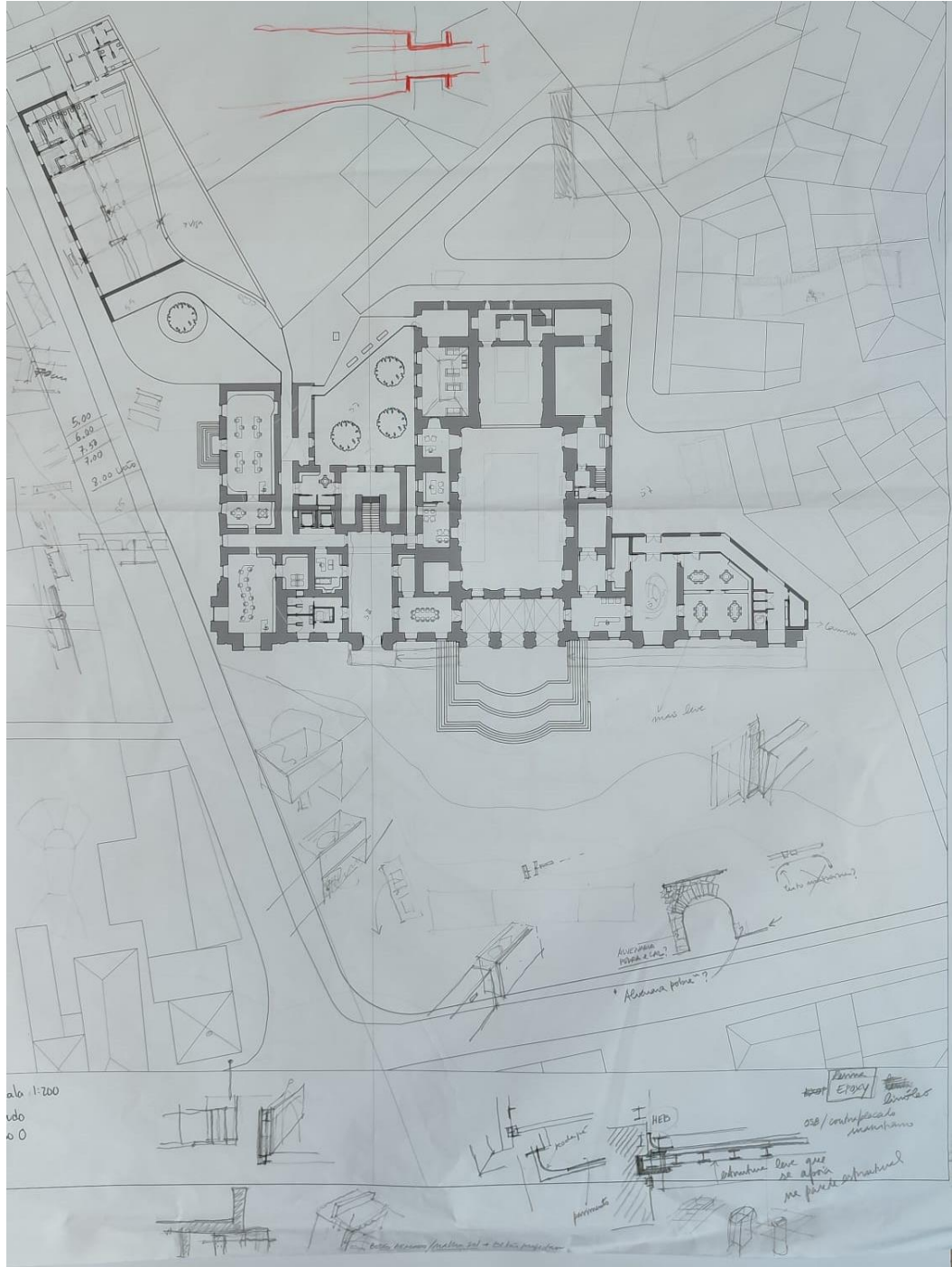


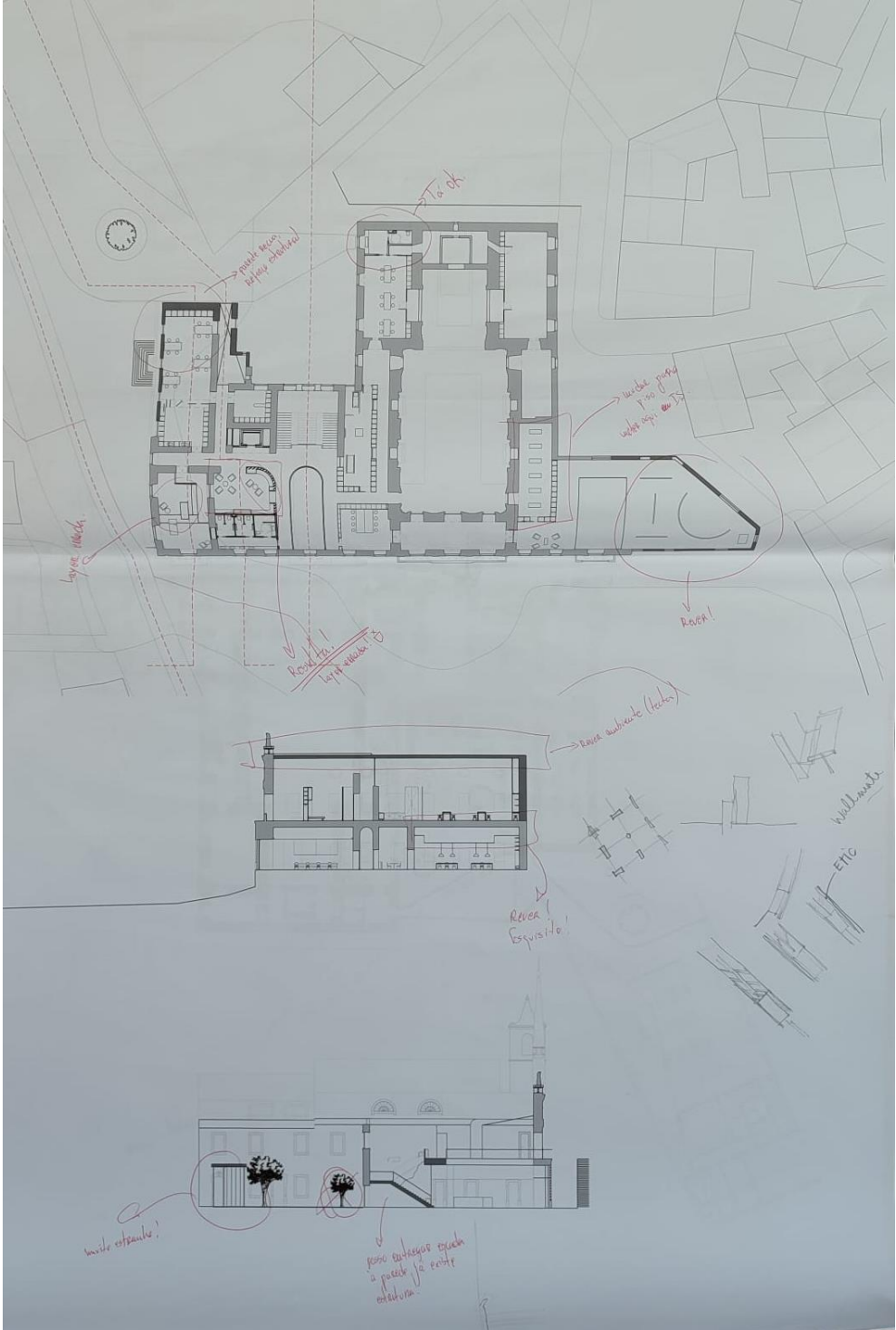


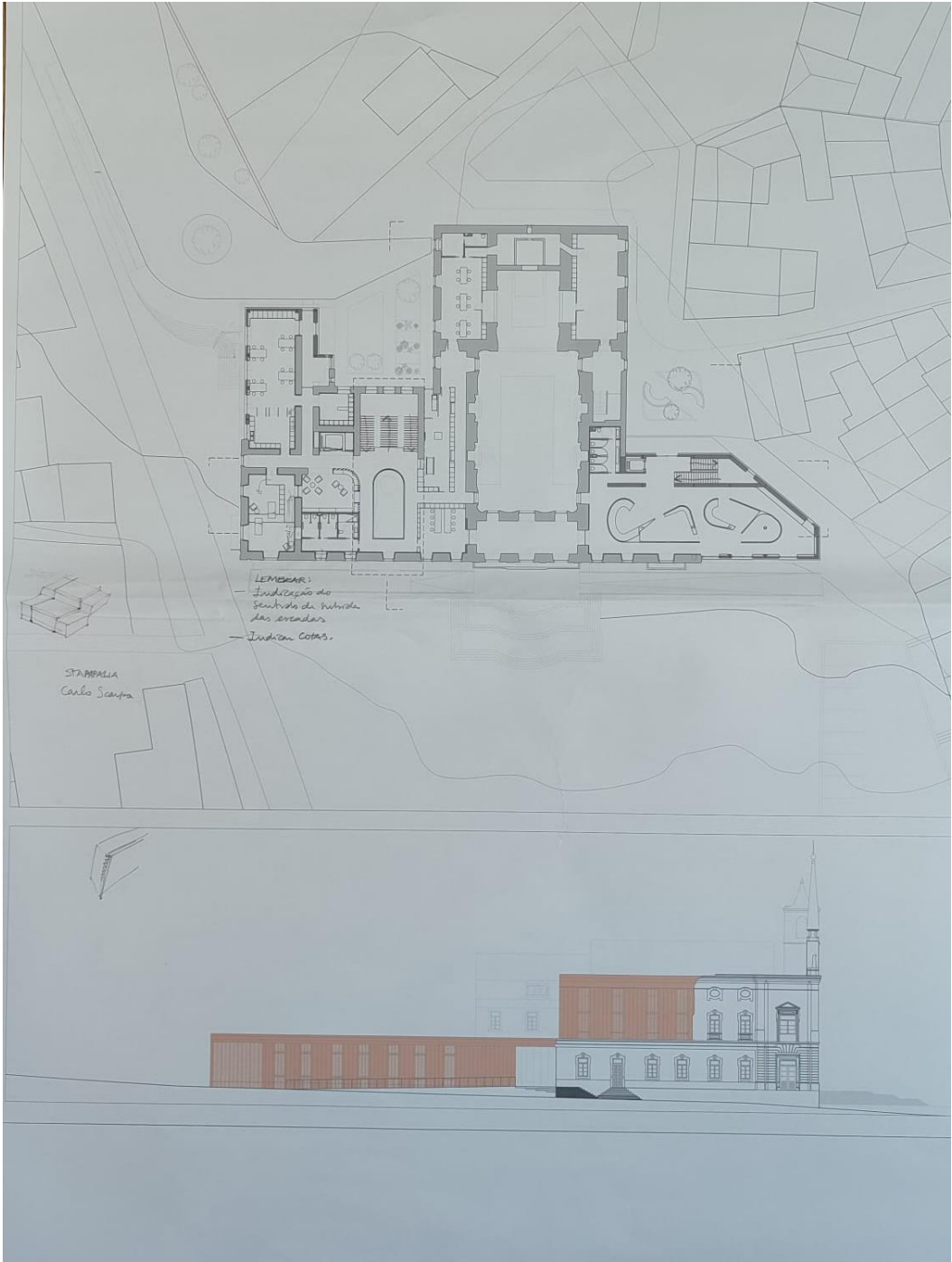


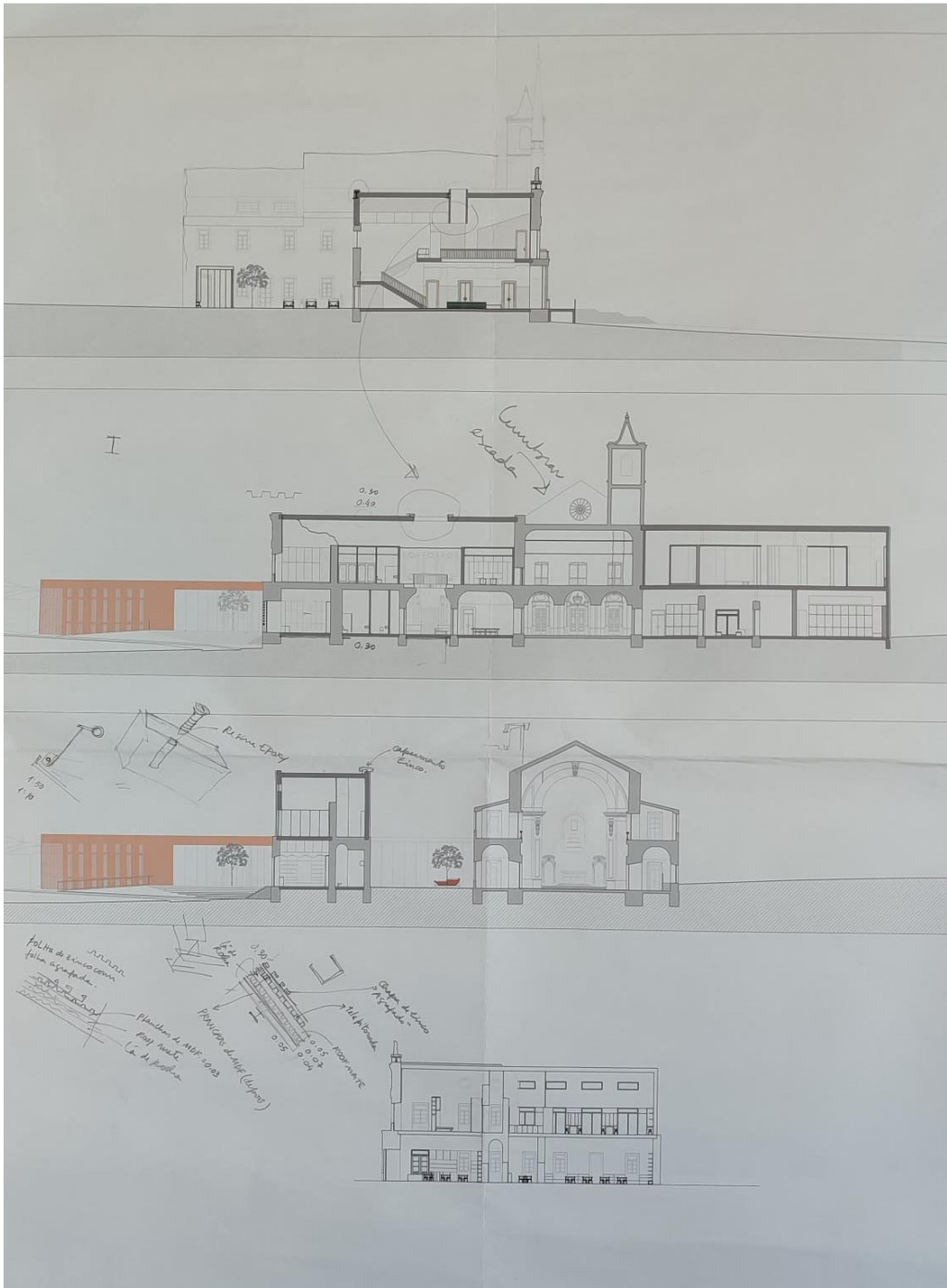


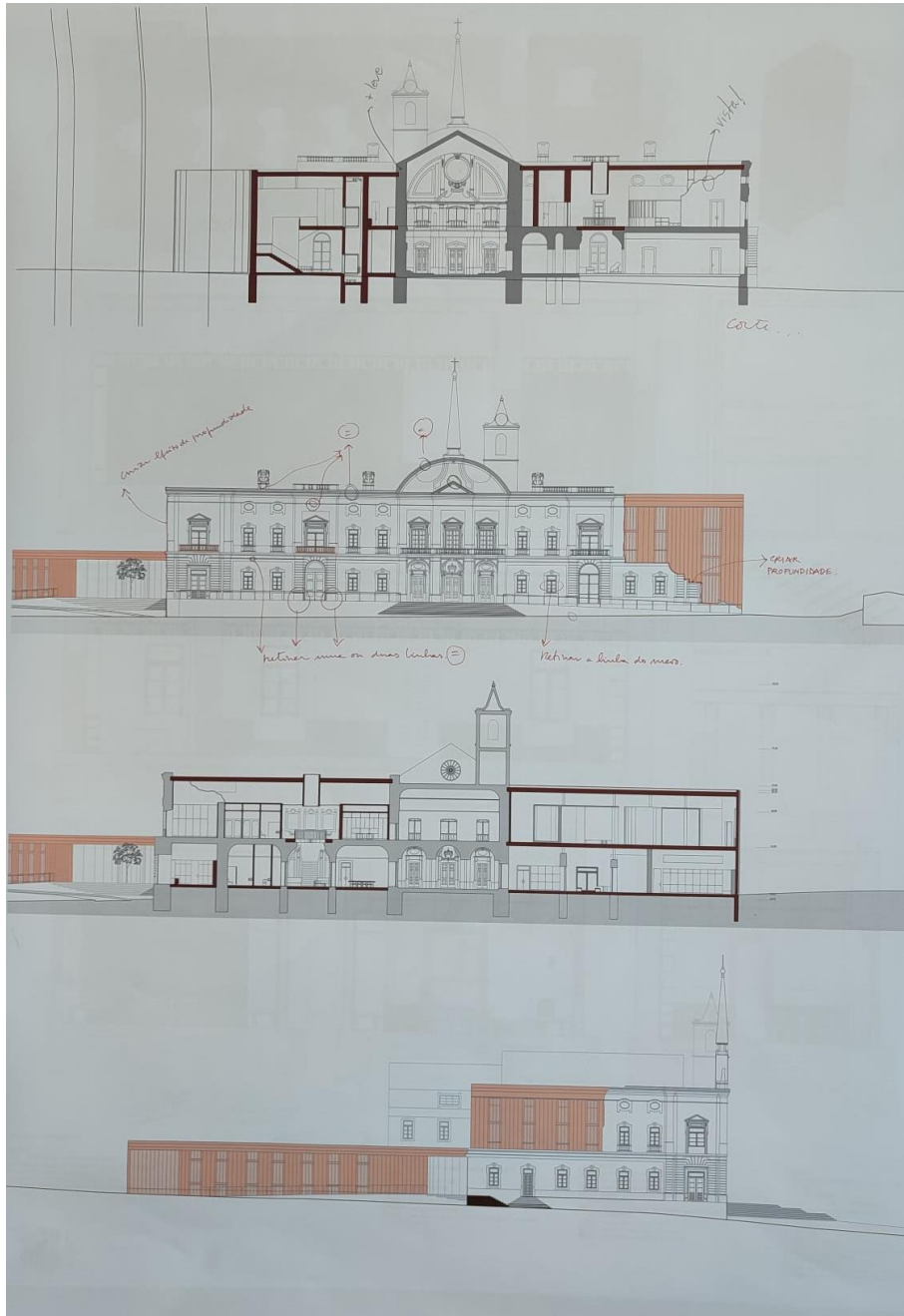


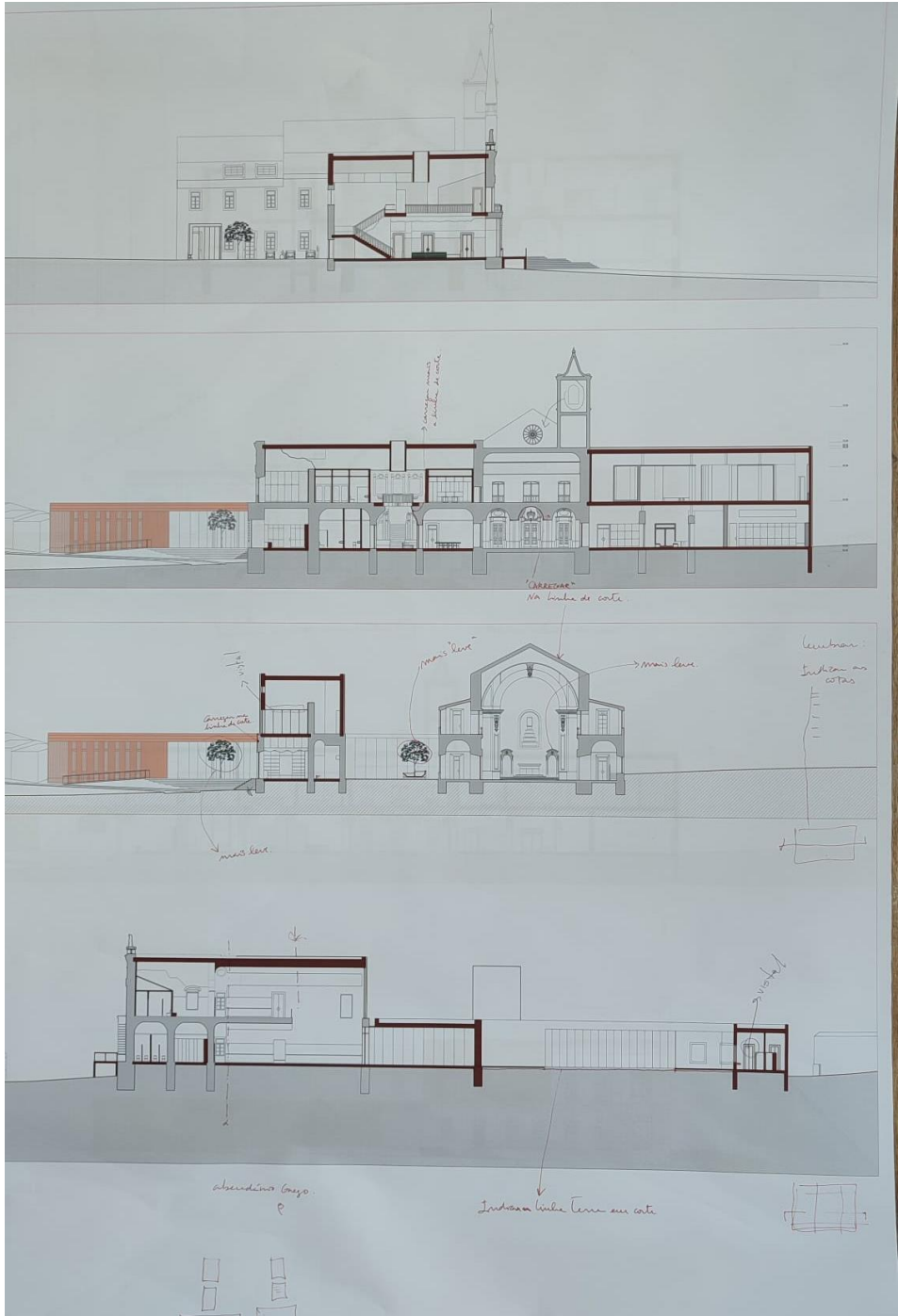


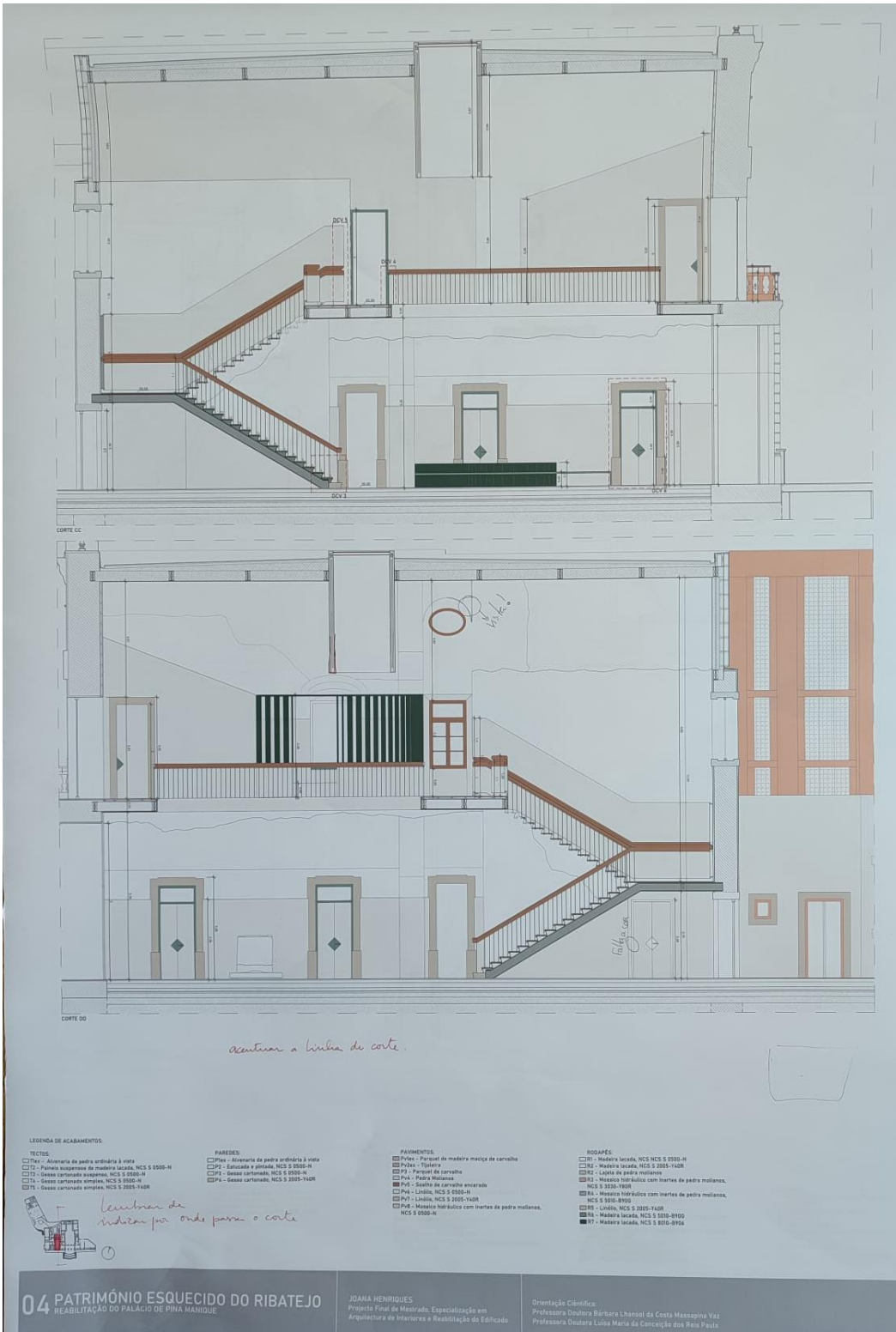








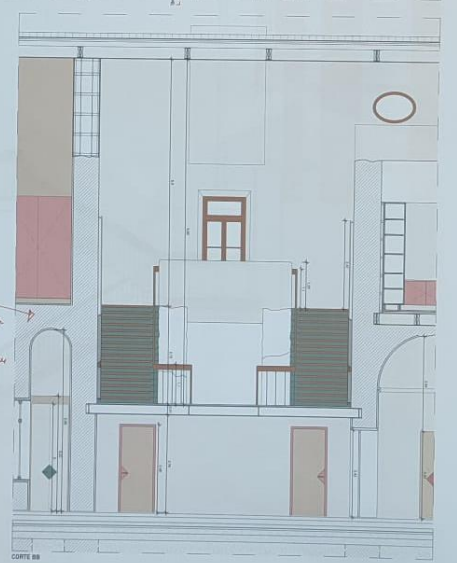
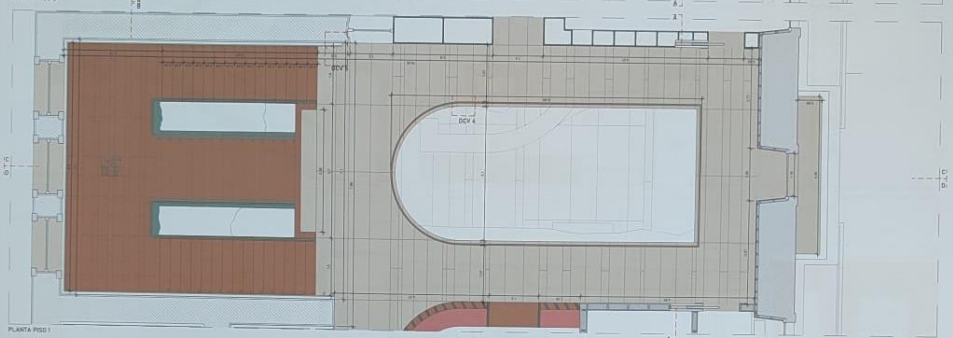
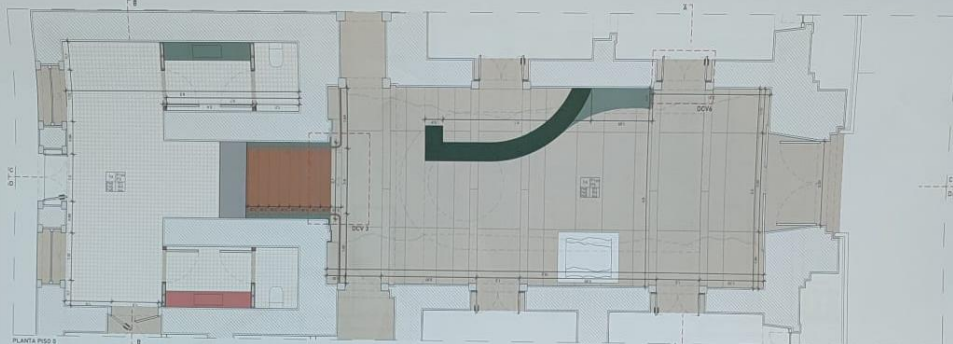




04 PATRIMÓNIO ESQUECIDO DO RIBATEJO
REABILITAÇÃO DO PALÁCIO DE PINA MANIQUE

JOANA HENRIQUES
Projeto Final de Mestrado, Especialização em
Arquitetura de Interiores e Reabilitação do Edifício

Orientação Científica:
Professora Doutora Bárbara Lhamos da Costa Massaginha Vaz
Professora Doutora Luísa Maria da Conceição dos Reis Paula



LEGENDA DE ACABAMENTOS

TECTOS

- T1 - Alvenaria de pedra ardida à vista
- T2 - Placote suspensa de madeira lacada, NCS 5 0300-14
- T3 - Gesso cartomado simples, NCS 5 0300-16
- T4 - Gesso cartomado simples, NCS 5 0300-16
- T5 - Gesso cartomado simples, NCS 5 0300-16

PAREDES

- P1 - Alvenaria de pedra ardida à vista
- P2 - Estuque e pátula, NCS 5 0300-14
- P3 - Gesso cartomado, NCS 5 0300-16
- P4 - Gesso cartomado, NCS 5 0300-16
- P5 - Gesso cartomado, NCS 5 0300-16

PAVIMENTOS

- PAV1 - Pavimento de madeira maciça de carvalho
- PAV2 - Tapaia
- PAV3 - Parquet de carvalho
- PAV4 - Pedra molhada
- PAV5 - Sábulo de carvalho encaixado
- PAV6 - Ladrão, NCS 5 0300-14
- PAV7 - Ladrão, NCS 5 0300-14/20
- PAV8 - Massão hidráulico com laje de pedra molhada, NCS 5 0300-14

RODAPÉS

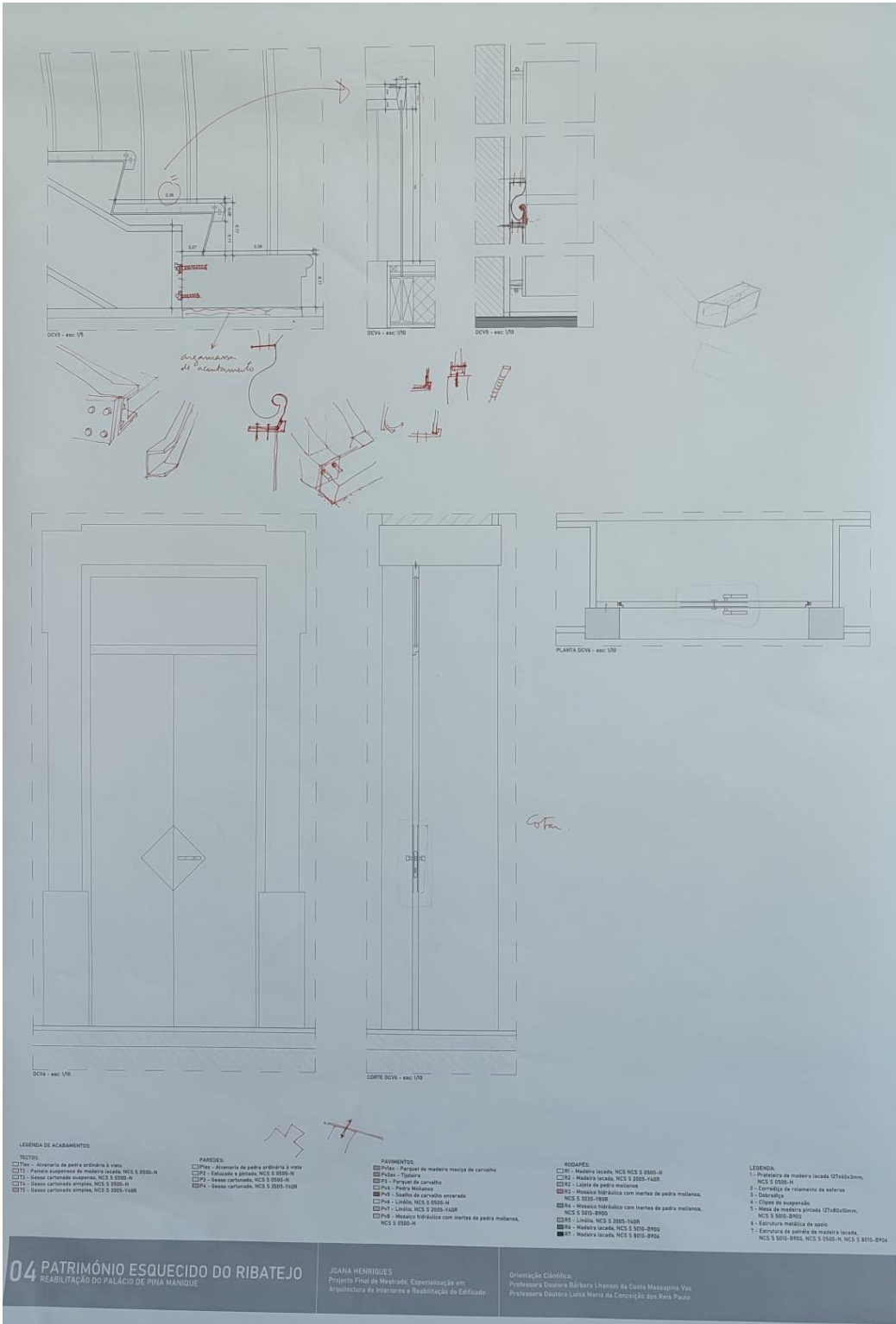
- R1 - Madeira lacada, NCS 5 0300-14
- R2 - Madeira lacada, NCS 5 0300-14/20
- R3 - Ladrão de pedra molhada, NCS 5 0300-16
- R4 - Massão hidráulico com laje de pedra molhada, NCS 5 0300-16
- R5 - Madeira lacada, NCS 5 0300-14/20
- R6 - Madeira lacada, NCS 5 0300-14/20
- R7 - Madeira lacada, NCS 5 0300-14/20



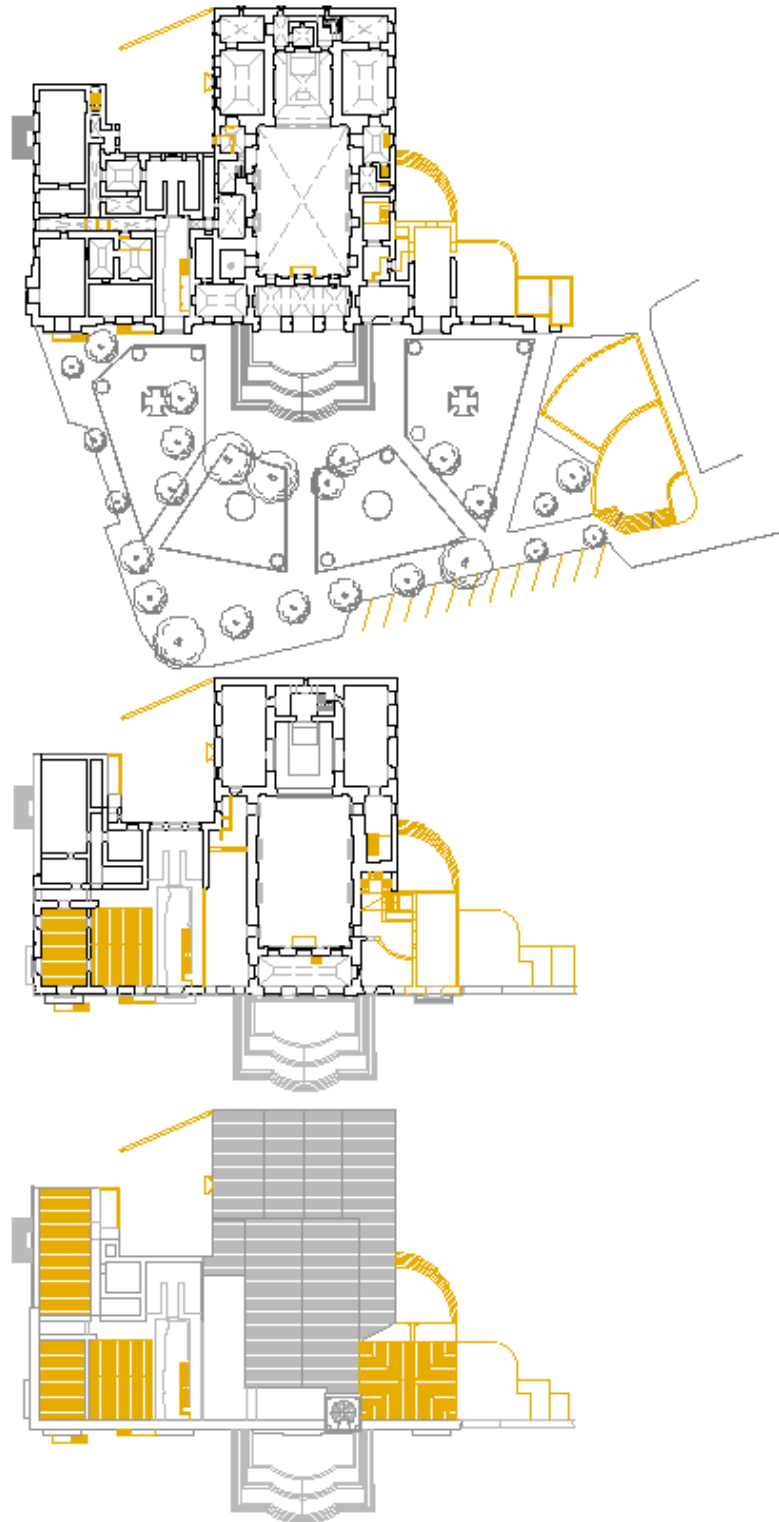
04 PATRIMÓNIO ESQUECIDO DO RIBATEJO
REABILITAÇÃO DO PALÁCIO DE PINA MANIQUE

JOANA HENRIQUES
Proprietor: Pinó de Mendonça, Especialização em
Arquitetura de Interiores e Reabilitação da Edificação.

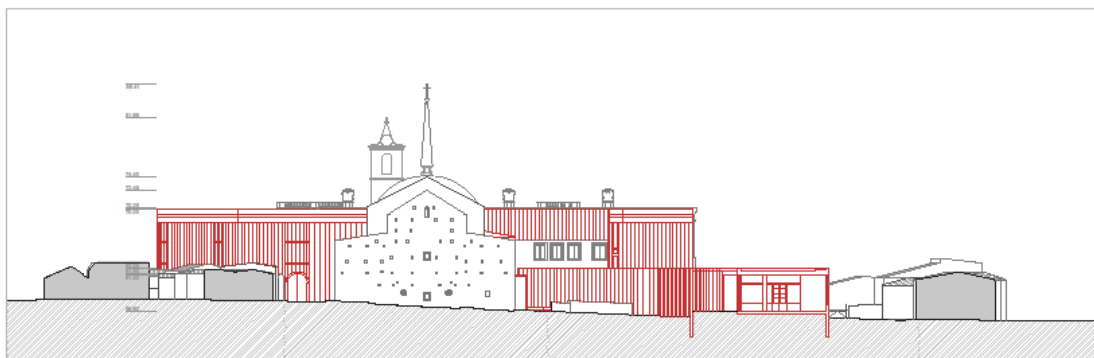
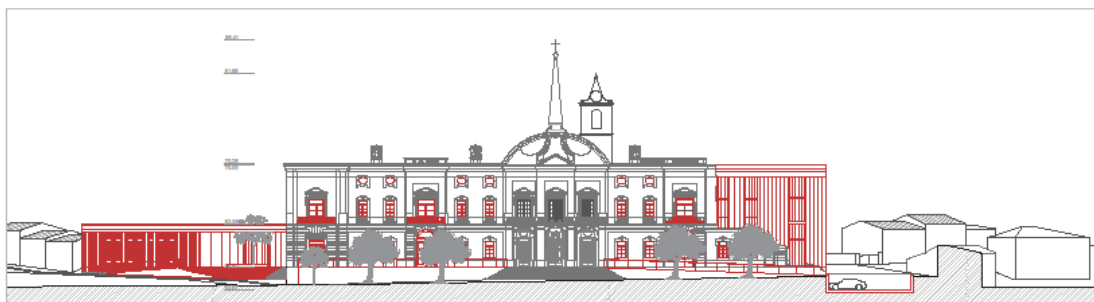
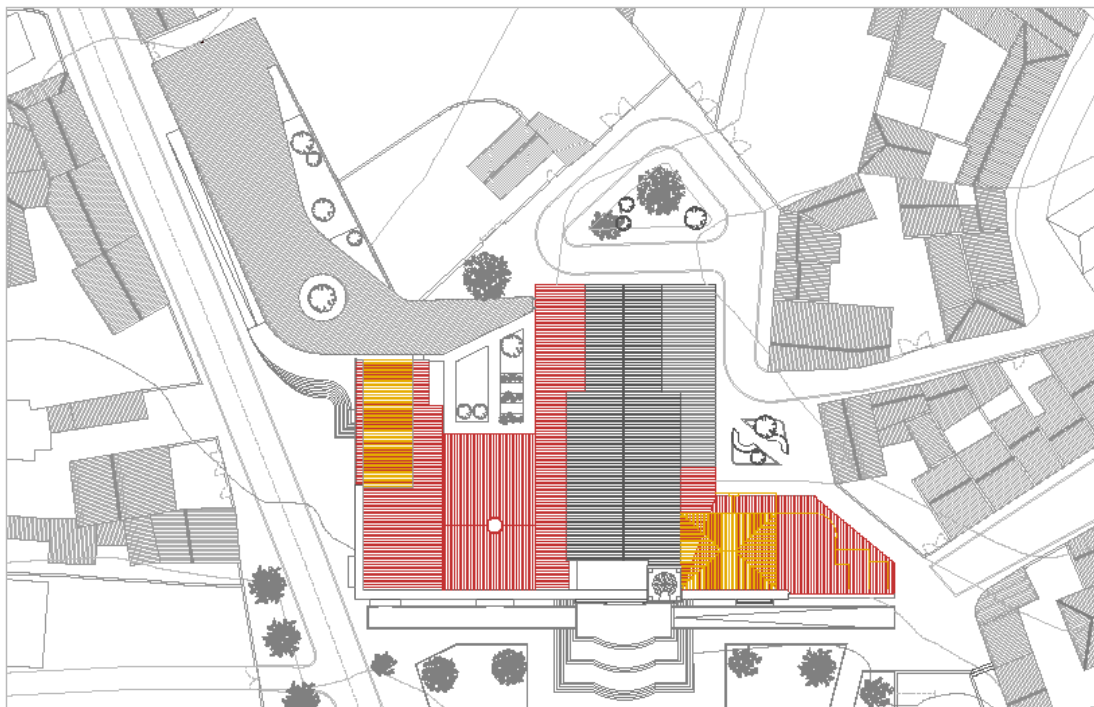
Orientação Científica:
Professora Doutora Bárbara Almeida da Costa Macagnã Vaz
Professora Doutora Luísa Maria da Conceição de Sá Paula



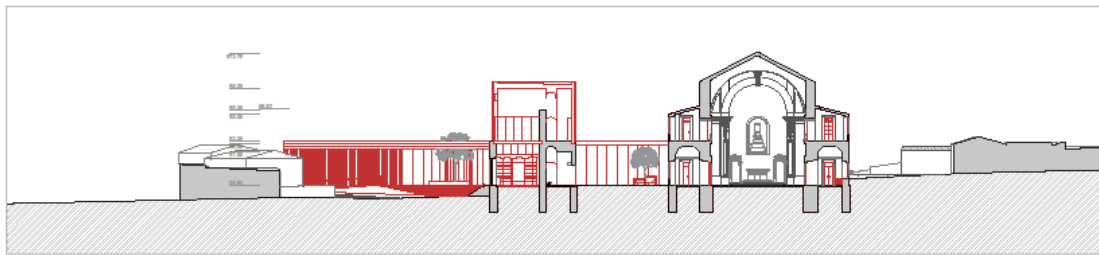
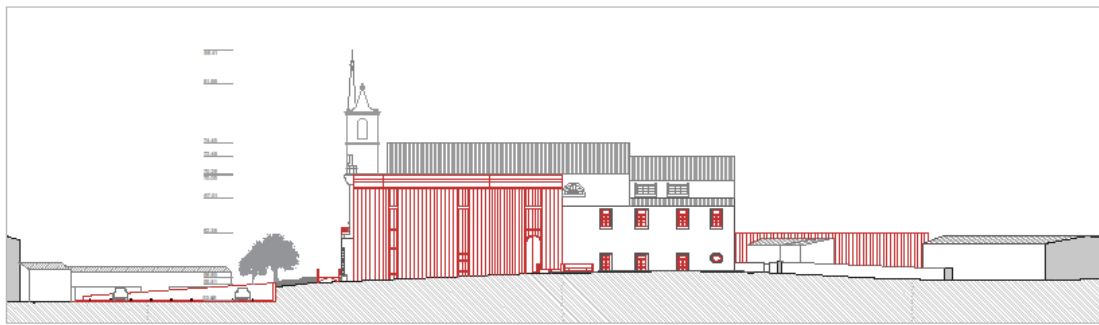
<p>04 PATRIMÓNIO ESQUECIDO DO RIBATEJO REABILITAÇÃO DO PALÁCIO DE PINHA MANIQUE</p>	<p>JOANA HENRIQUES Projecto Final de Mestrado, Especialização em Arquitetura de Interiores e Reabilitação do Edificado</p>	<p>Orientação Científica: Professora Doutora Bárbara Lhonnau de Costa Massagão Vaz Professora Doutora Lúcia Maria da Conceição dos Reis Paulo</p>
--	---	---

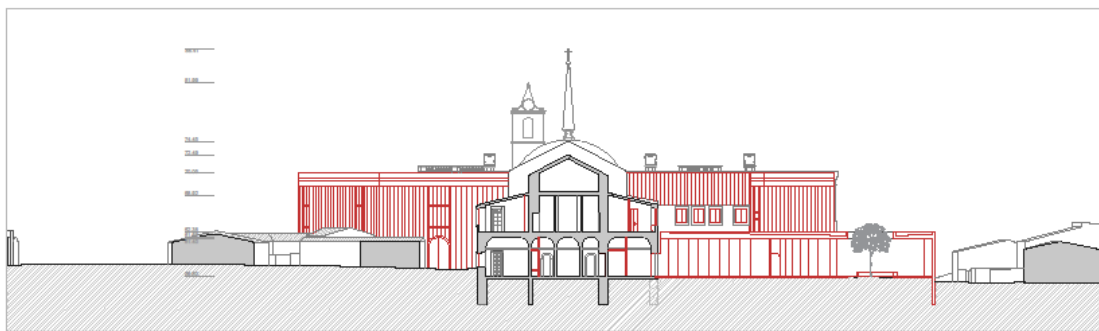
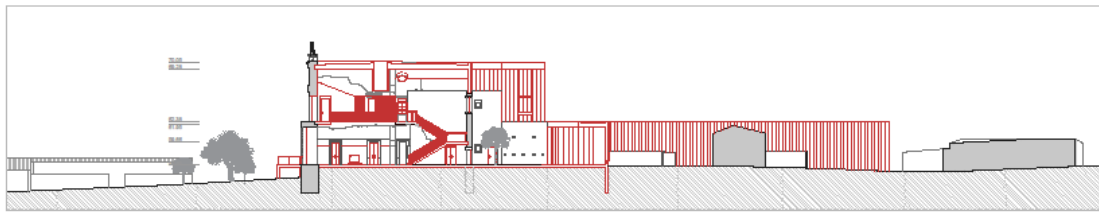
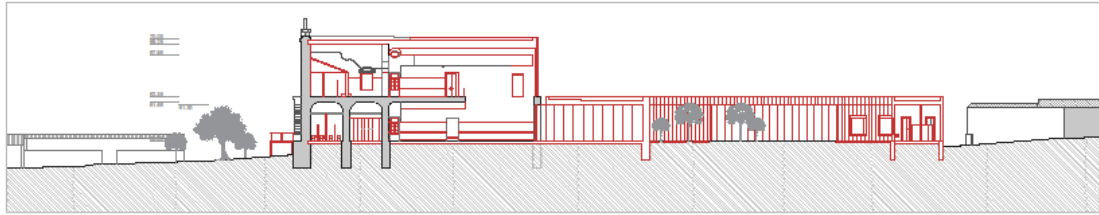
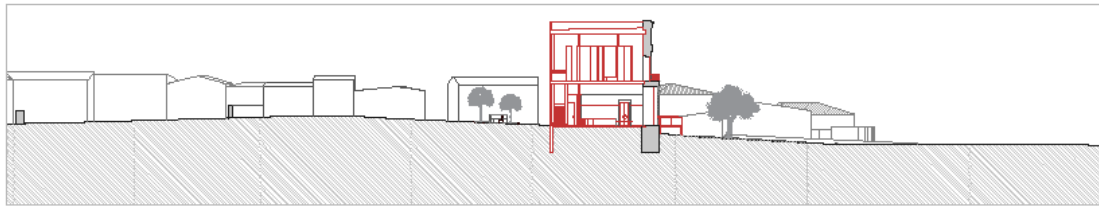


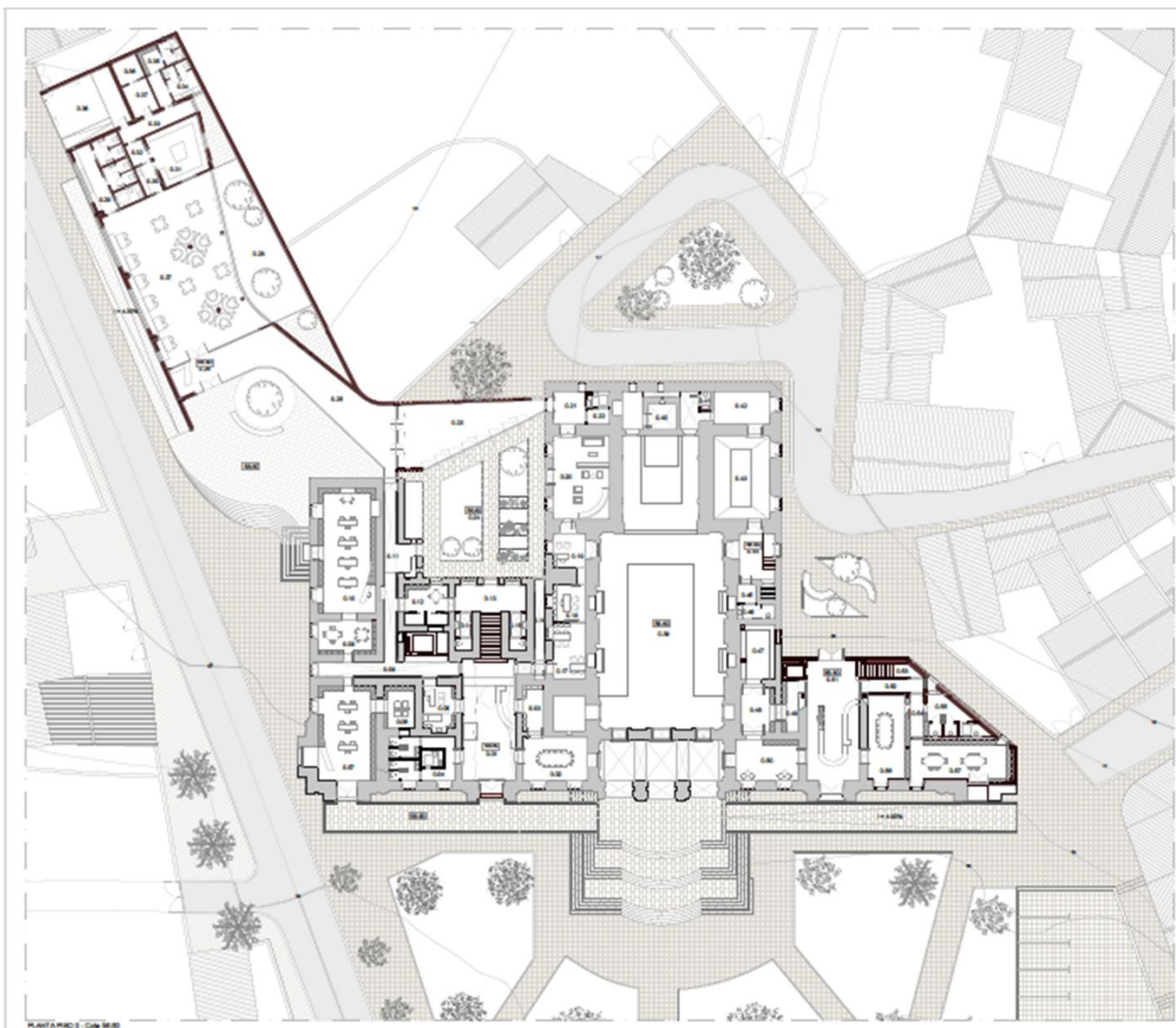
Estudo de demolições da proposta, autora



Estudo do construído da proposta, autora







PLANTA Nº 1 - 1.º e 2.º SÓC



ALÇADO BA

- LEGENDA DE COMPARTIMENTOS
- 0.01: Região do Centro de Cda
 - 0.02: Sala de reuniões
 - 0.03: Antecâmara
 - 0.04: I.R.
 - 0.05: Estançada
 - 0.06: Velaçaria
 - 0.07: Sala de Multimedios
 - 0.08: Circulação Sul (Na Planta)
 - 0.09: Biblioteca
 - 0.10: Biblioteca
 - 0.11: Circulação Oeste (Na Planta)
 - 0.12: Sala de Funções
 - 0.13: Antena

- 0.14: I.R. Funções
- 0.15: I.R. Funções
- 0.16: Circulação Este (Na Planta)
- 0.17: Gabinete Administrativo
- 0.18: Gabinete
- 0.19: Gabinete de Planeamento
- 0.20: Sala de Conferência
- 0.21: Circulação
- 0.22: I.R.
- 0.23: Sala de Reuniões e Circulação Norte (Na Planta)
- 0.24: Pólo
- 0.25: Circulação Pólo (Central)
- 0.26: Região de Cafeteria/Cantina
- 0.27: Cafeteria/Cantina
- 0.28: Pólo

- 0.29: I.R.
- 0.30: Copo-Rol
- 0.31: Cozinha
- 0.32: Área de Refeições
- 0.33: Circulação
- 0.34: I.R. Funções
- 0.35: Sanatório
- 0.36: Câmara de Partilhação
- 0.37: Depósito
- 0.38: Cozinha e Despejos
- 0.39: Igreja
- 0.40: Capela
- 0.41: I.R. Funções
- 0.42: Nevadão
- 0.43: Nevadão

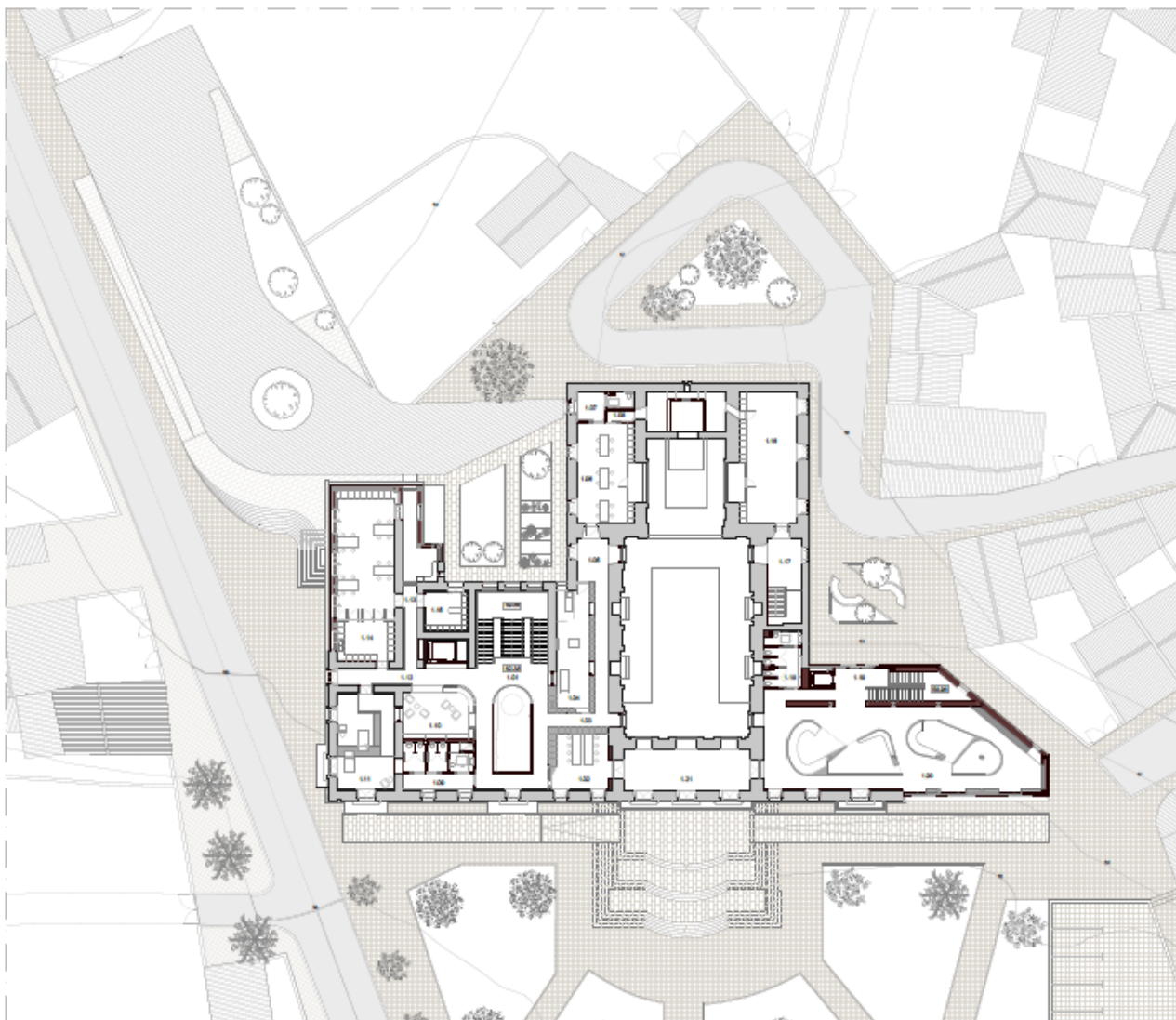
- 0.44: Zona de Estivagem das Benéficas de Igreja
- 0.45: Antena
- 0.46: I.R. Funções
- 0.47: Angário
- 0.48: Angário
- 0.49: Angário
- 0.50: Sala de Funções/Arquitetura
- 0.51: Região de Centro Integrativo
- 0.52: Circulação Norte (Na Planta)
- 0.53: Antena
- 0.54: Circulação Este (Na Planta)
- 0.55: I.R.
- 0.56: Sala Polivalente
- 0.57: Sala Polivalente



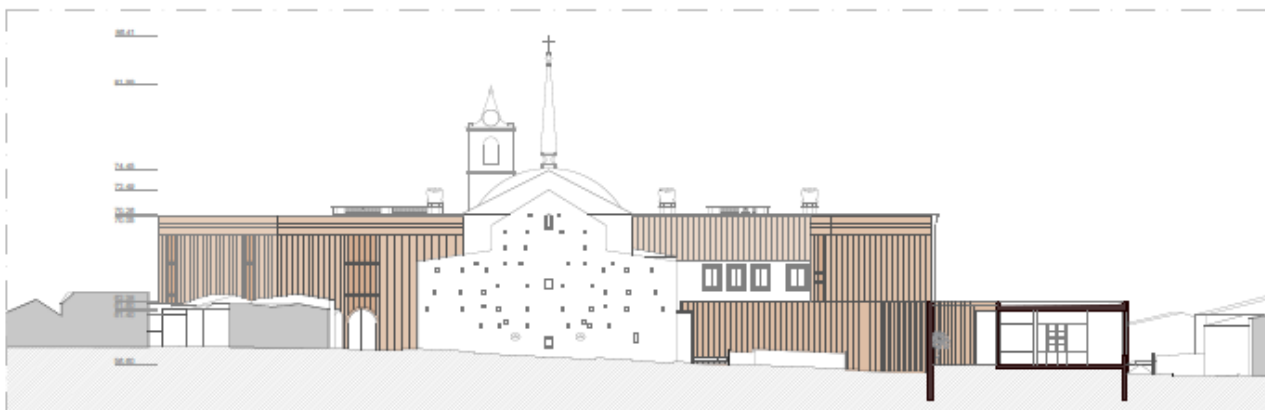
03 PATRIMÓNIO ESQUECIDO DO RIBATEJO
REABILITAÇÃO DO PALÁCIO DE PINA MARQUE

JÓANA HENRIQUES
Projeto Final de Mestrado, Especialização em
Arquitetura de Interiores e Reabilitação da Edificação

Orientação Científica:
Professora Doutora Bárbara Lhamon de Costa Massagosa Vaz
Professora Doutora Lúcia Maria de Conceição dos Reis Paula



PLANTA 1º - Coleção



ALÇADO NORTE

LEGENDA DE COMPARTIMENTOS

- 1.01 - Coleção
- 1.02 - Sala de Cadeiras
- 1.03 - Coleção Sul (Via Paredes)
- 1.04 - Sala de Pastoreira

- 1.05 - Coleção
- 1.06 - Sala de Pastoreira
- 1.07 - S. Pálio
- 1.08 - Coleção de Artes e Artesanato Português
- 1.09 - S. Pálio
- 1.10 - Sala de Cozinha

- 1.11 - Cozinha/Sala Polivalente
- 1.12 - Coleção Sul (Via Paredes)
- 1.13 - Coleção Oeste
- 1.14 - Sala de Artes Manuais
- 1.15 - Lavandaria
- 1.16 - Serviço Administrativo Português

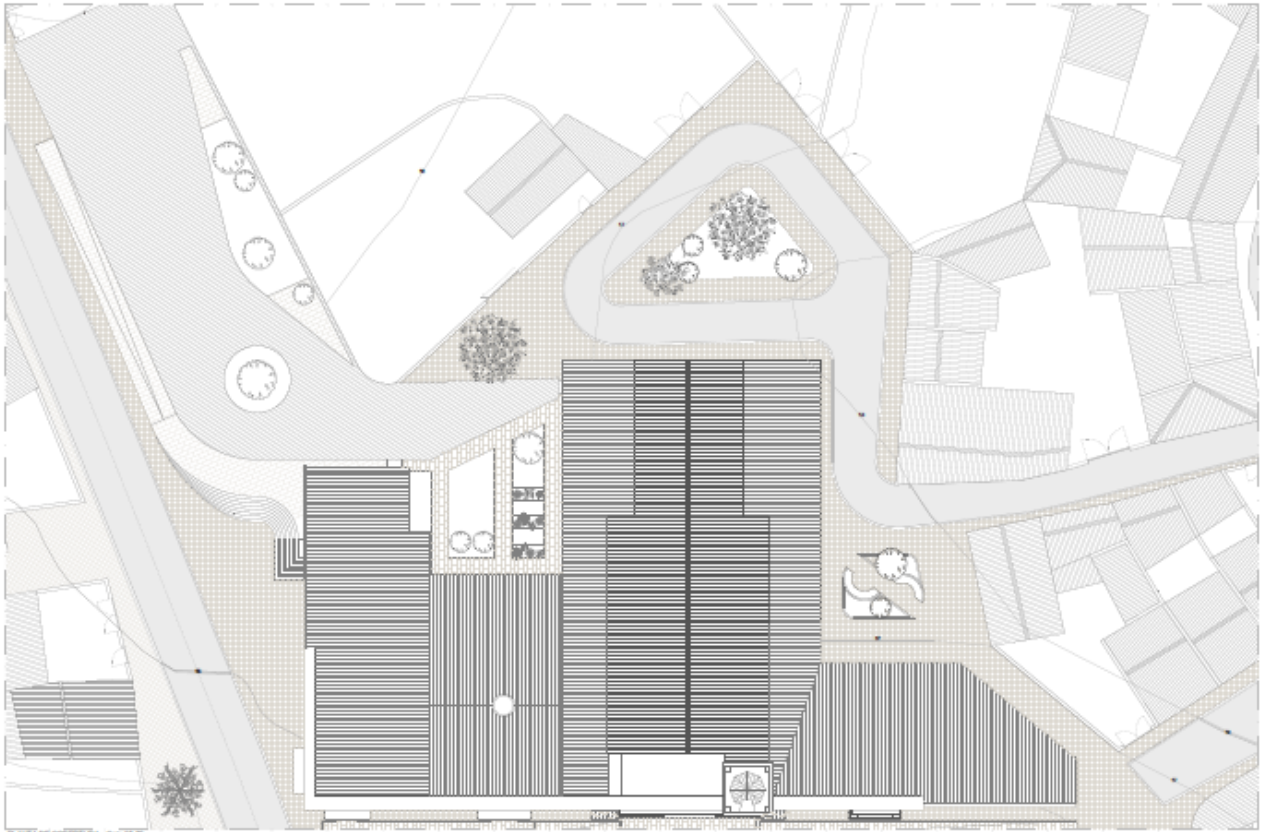
- 1.17 - Hall de Distribuição
- 1.18 - S. Pálio (Centro Interpretativo)
- 1.19 - Hall de Distribuição (Centro Interpretativo)
- 1.20 - Centro Interpretativo (Sala de Exposição)
- 1.21 - Acesso à Torre Branca (Coleção Sul, Via Central)



04 PATRIMÓNIO ESQUECIDO DO RIBATEJO
REABILITAÇÃO DO PALÁCIO DE PINA MANIQUE

JOANA HENRIQUES
Projeto Final de Mestrado, Especialização em
Arquitetura de Interiores e Reabilitação do Edifício

Orientação Científica:
Professora Doutora Bárbara Lhamas de Costa Maceiras Vaz
Professora Doutora Luísa Maria de Conceição dos Reis Paulo



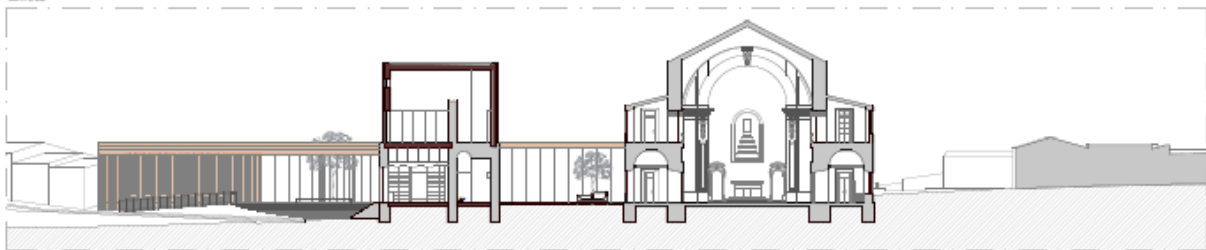
<p>05 PATRIMÓNIO ESQUECIDO DO RIBATEJO REABILITAÇÃO DO PALÁCIO DE PINA MANQUE</p>	<p>JOANA HENRIQUES Projecto Final de Mestrado, Especialização em Arquitetura de Interiores e Reabilitação do Edificado</p>	<p>Orientação Científica: Professora Doutora Bárbara Litvanoff de Costa Almeida Vaz Professora Doutora Luísa Maria de Conceição dos Reis Paula</p>
--	--	--



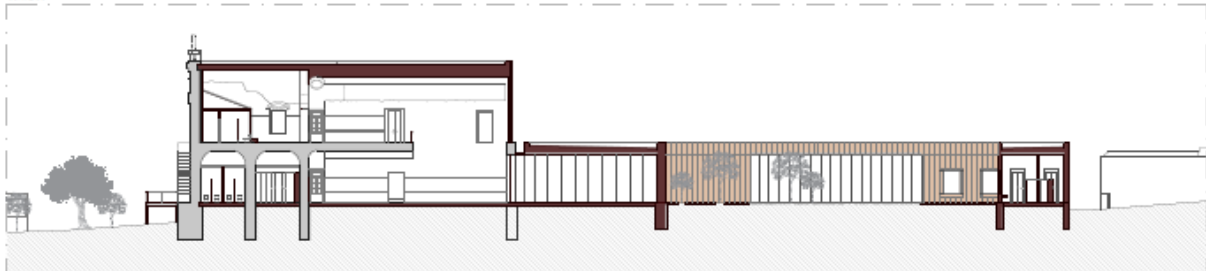
CORTES A-A



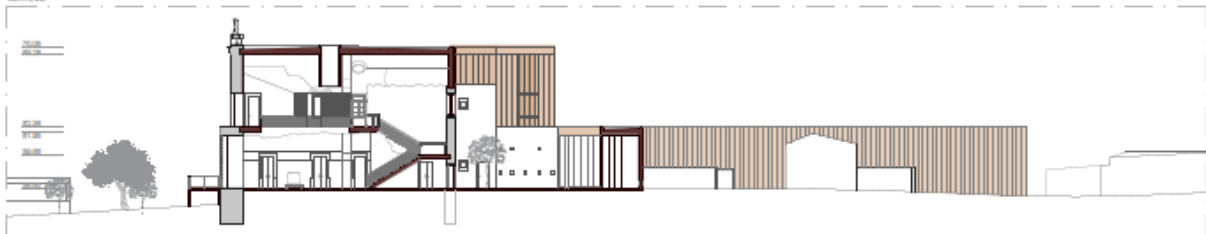
CORTES B-B



CORTES C-C



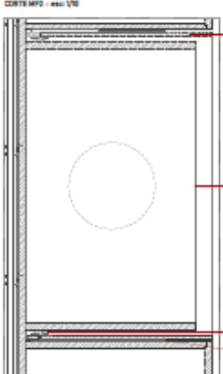
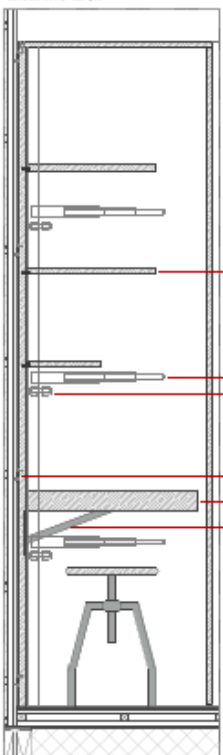
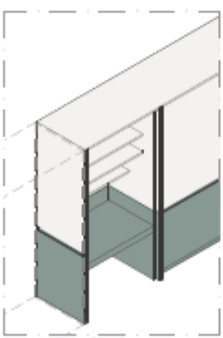
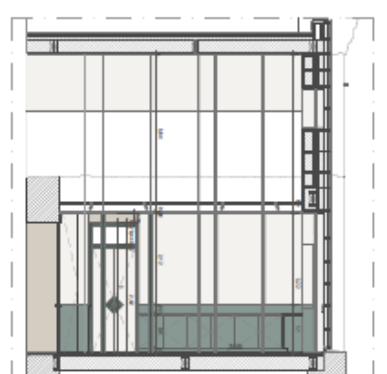
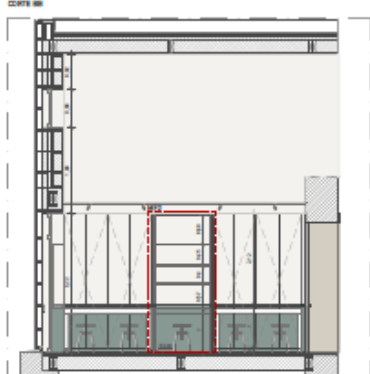
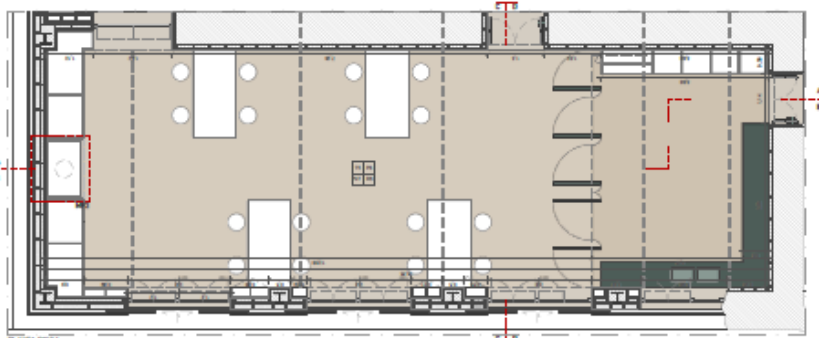
CORTES D-D



CORTES E-E



<p>06 PATRIMÓNIO ESQUECIDO DO RIBATEJO REABILITAÇÃO DO PALÁCIO DE PINA MANIQUE</p>	<p>JADANA HENRIQUES Projeto Final de Mestrado, Especialização em Arquitetura de Interiores e Restauração de Edifícios</p>	<p>Orientação Científica: Professora Doutora Bárbara Lemos de Costa Menezes Vaz Professora Doutora Luiza Maria de Conceição dos Reis Paço</p>
---	--	---



- LEGENDA DE ACABAMENTOS:**
- Tectos:**
- T1 - Acabamento de pedra ardida à vista
 - T2 - Placota suspensa de madeira laçada, NCS 5 2325-14
 - T3 - Tecto cartonado superior, NCS 5 2325-16
 - T4 - Tecto cartonado simples, NCS 5 2325-18
 - T5 - Tecto cartonado simples, NCS 5 2325-1428

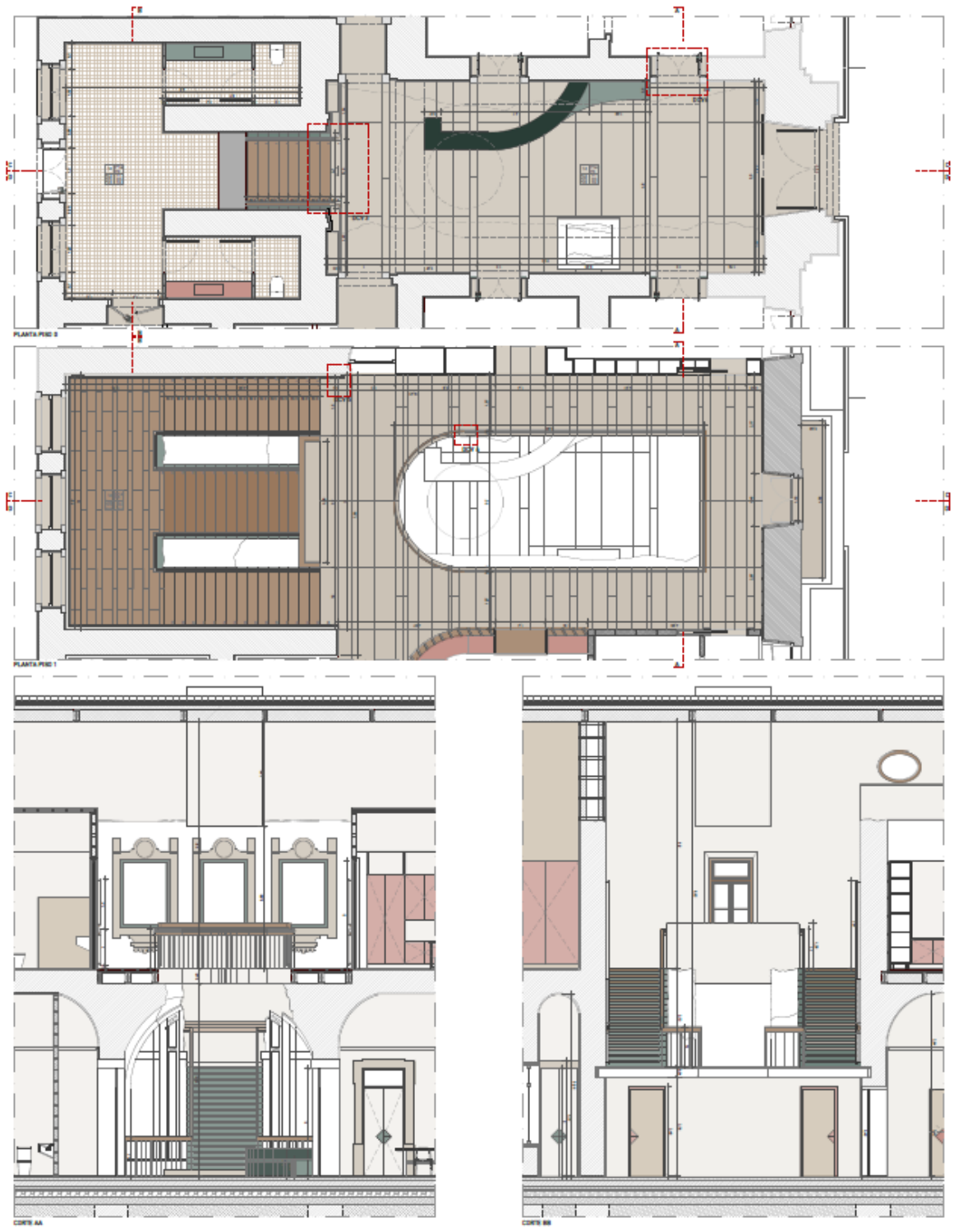
- Paredes:**
- P1 - Acabamento de pedra ardida à vista
 - P2 - Estuque a gipsada, NCS 5 2325-16
 - P3 - Tecto cartonado, NCS 5 2325-16
 - P4 - Tecto cartonado, NCS 5 2325-1428

- Pavimentos:**
- P1 - Parquet de madeira maciça de carvalho
 - P2 - Tigrado
 - P3 - Parquet de carvalho
 - P4 - Pedra Molhada
 - P5 - Baulão de carvalho encaixado
 - P6 - Ladrão, NCS 5 2325-16
 - P7 - Ladrão, NCS 5 2325-1428
 - P8 - Mosaico hidráulico com tons de pedra molhada, NCS 5 2325-16

- Escadões:**
- E1 - Madeira laçada, NCS 5 2325-14
 - E2 - Madeira laçada, NCS 5 2325-1428
 - E3 - Ladrão de pedra molhada
 - E4 - Mosaico hidráulico com tons de pedra molhada, NCS 5 2325-1628
 - E5 - Mosaico hidráulico com tons de pedra molhada, NCS 5 2325-1428
 - E6 - Madeira laçada, NCS 5 2325-1428
 - E7 - Madeira laçada, NCS 5 2325-1428

- Legenda:**
1. Prolongador de madeira laçada T24x24x200cm, NCS 5 2325-14
 2. Cantoneira de tratamento de madeira
 3. Dabridura
 4. Clipes de suspensão
 5. Massa de madeira gipsada T24x40x200cm, NCS 5 2325-1628
 6. Estrutura metálica de apoio
 7. Estrutura de pedras de madeira laçada, NCS 5 2325-1428, NCS 5 2325-14, NCS 5 2325-1428



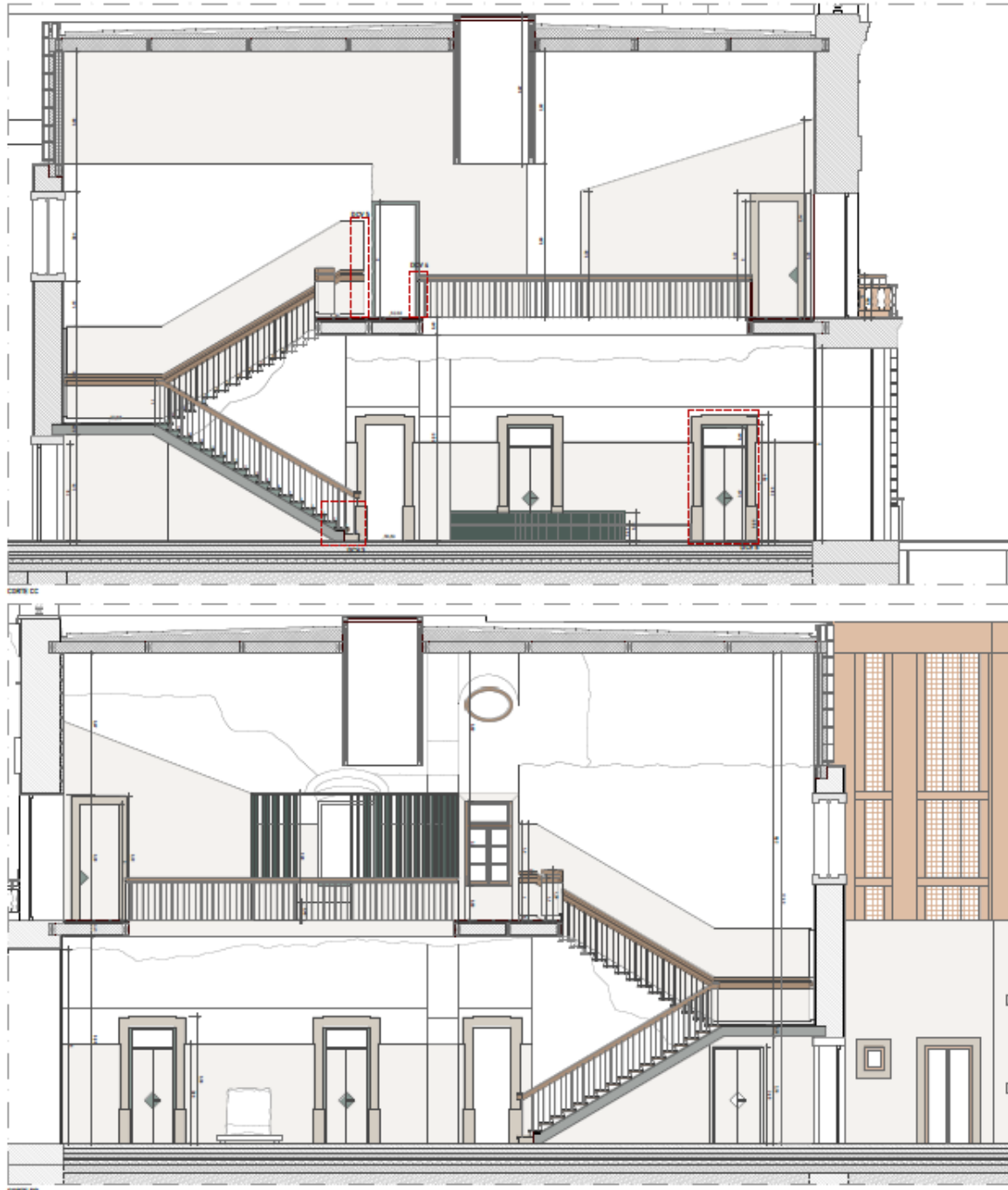


- LEGENDA DE ACABAMENTOS**
- TECTOS**
- Teto - Alvenaria de pedra ardida à vista
 - Pavimento suspensa de madeira lacada, NCS S 2020-10
 - Canele cartonada escura, NCS S 2020-10
 - Canele cartonada amarela, NCS S 2020-10
 - Canele cartonada simples, NCS S 2020-1028
- PAREDES**
- Pared - Alvenaria de pedra ardida à vista
 - Pared - Fubaco e pinela, NCS S 2020-10
 - Pared - Branco carbonado, NCS S 2020-10
 - Pared - Branco carbonado, NCS S 2020-1028
- REVISTIMENTOS**
- Pared - Porcelite de madeira maciça de carvalho
 - Pared - Tijolo
 - PVC - Porcelite de carvalho
 - PVC - Pedra Molhada
 - PVC - Bacia de carvalho acanalado
 - PVC - Ladrão, NCS S 2020-10
 - PVC - Ladrão, NCS S 2020-1028
 - PVC - Alvenaria tub-blocos com torças de pedra molhada, NCS S 2020-10
- ROÇAMEN**
- Pared - Madeira lacada, NCS NCS S 2020-10
 - Pared - Madeira lacada, NCS S 2020-1028
 - Pared - Ladrão de pedra molhada
 - Pared - Alvenaria tub-blocos com torças de pedra molhada, NCS S 2020-1028
 - PVC - Alvenaria tub-blocos com torças de pedra molhada, NCS S 2020-1028
 - PVC - Ladrão, NCS S 2020-1028
 - PVC - Madeira lacada, NCS S 2020-1028
 - PVC - Madeira lacada, NCS S 2020-1028

04 PATRIMÓNIO ESQUECIDO DO RIBATEJO
 REABILITAÇÃO DO PALÁCIO DE PINA MANGUE

JOANA HENRIQUES
 Projecto Final da Maestría, Especialização em
 Arquitectura de Interiores e Reabilitação do Edifício

Orientação Científica:
 Professora Doutora Bárbara Llamas de Costa Mexephe Vaz
 Professora Doutora Luísa Maria de Condição dos Reis Paula



LEGENDA DE ACABAMENTOS

TECTOS

- ☐ T1 - Alvenaria de pedra arábica à vista
- ☐ T2 - Placota suspensa de madeira lacada, NCS 0 2020-R
- ☐ T3 - Tecto cartomado simples, NCS 0 2020-R
- ☐ T4 - Tecto cartomado simples, NCS 0 2020-R
- ☐ T5 - Tecto cartomado simples, NCS 0 2020-R



PAREDES

- ☐ P1 - Alvenaria de pedra arábica à vista
- ☐ P2 - Fubacado e pinto, NCS 0 2020-R
- ☐ P3 - Tecto cartomado, NCS 0 2020-R
- ☐ P4 - Tecto cartomado, NCS 0 2020-R

PISAMENTOS

- ☐ P1 - Parquet de madeira maciça de carvalho
- ☐ P2 - Tigrado
- ☐ P3 - Parquet de carvalho
- ☐ P4 - Pedra Molhada
- ☐ P5 - Reseta de cerâmica encaixada
- ☐ P6 - Ladrão, NCS 0 2020-R
- ☐ P7 - Ladrão, NCS 0 2020-R
- ☐ P8 - Reseta hidráulica com traços de pedra molhada, NCS 0 2020-R

ACABADOS

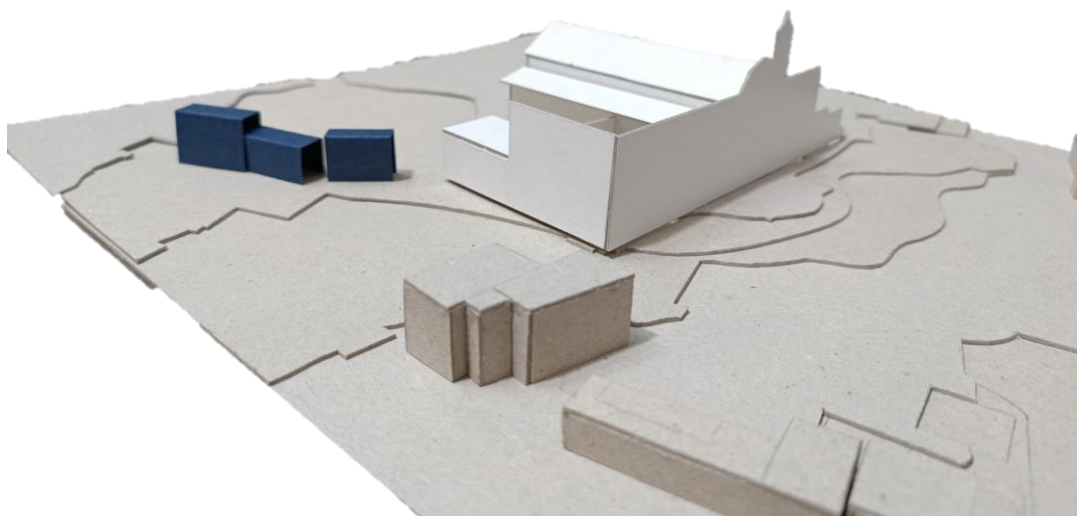
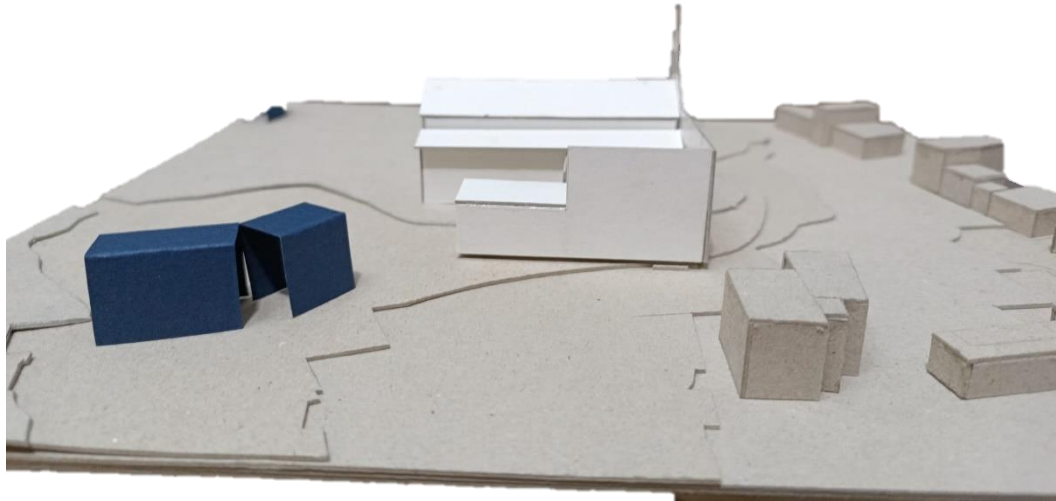
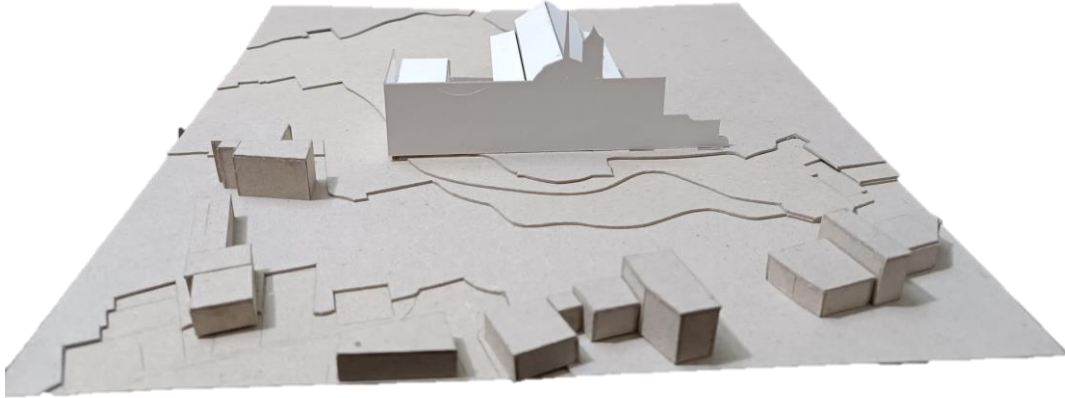
- ☐ A1 - Madeira lacada, NCS 0 2020-R
- ☐ A2 - Madeira lacada, NCS 0 2020-R
- ☐ A3 - Madeira lacada, NCS 0 2020-R
- ☐ A4 - Madeira lacada, NCS 0 2020-R
- ☐ A5 - Madeira lacada, NCS 0 2020-R
- ☐ A6 - Madeira lacada, NCS 0 2020-R
- ☐ A7 - Madeira lacada, NCS 0 2020-R
- ☐ A8 - Madeira lacada, NCS 0 2020-R
- ☐ A9 - Madeira lacada, NCS 0 2020-R
- ☐ A10 - Madeira lacada, NCS 0 2020-R
- ☐ A11 - Madeira lacada, NCS 0 2020-R
- ☐ A12 - Madeira lacada, NCS 0 2020-R
- ☐ A13 - Madeira lacada, NCS 0 2020-R
- ☐ A14 - Madeira lacada, NCS 0 2020-R
- ☐ A15 - Madeira lacada, NCS 0 2020-R
- ☐ A16 - Madeira lacada, NCS 0 2020-R
- ☐ A17 - Madeira lacada, NCS 0 2020-R
- ☐ A18 - Madeira lacada, NCS 0 2020-R
- ☐ A19 - Madeira lacada, NCS 0 2020-R
- ☐ A20 - Madeira lacada, NCS 0 2020-R
- ☐ A21 - Madeira lacada, NCS 0 2020-R
- ☐ A22 - Madeira lacada, NCS 0 2020-R
- ☐ A23 - Madeira lacada, NCS 0 2020-R
- ☐ A24 - Madeira lacada, NCS 0 2020-R
- ☐ A25 - Madeira lacada, NCS 0 2020-R
- ☐ A26 - Madeira lacada, NCS 0 2020-R
- ☐ A27 - Madeira lacada, NCS 0 2020-R
- ☐ A28 - Madeira lacada, NCS 0 2020-R
- ☐ A29 - Madeira lacada, NCS 0 2020-R
- ☐ A30 - Madeira lacada, NCS 0 2020-R
- ☐ A31 - Madeira lacada, NCS 0 2020-R
- ☐ A32 - Madeira lacada, NCS 0 2020-R
- ☐ A33 - Madeira lacada, NCS 0 2020-R
- ☐ A34 - Madeira lacada, NCS 0 2020-R
- ☐ A35 - Madeira lacada, NCS 0 2020-R
- ☐ A36 - Madeira lacada, NCS 0 2020-R
- ☐ A37 - Madeira lacada, NCS 0 2020-R
- ☐ A38 - Madeira lacada, NCS 0 2020-R
- ☐ A39 - Madeira lacada, NCS 0 2020-R
- ☐ A40 - Madeira lacada, NCS 0 2020-R
- ☐ A41 - Madeira lacada, NCS 0 2020-R
- ☐ A42 - Madeira lacada, NCS 0 2020-R
- ☐ A43 - Madeira lacada, NCS 0 2020-R
- ☐ A44 - Madeira lacada, NCS 0 2020-R
- ☐ A45 - Madeira lacada, NCS 0 2020-R
- ☐ A46 - Madeira lacada, NCS 0 2020-R
- ☐ A47 - Madeira lacada, NCS 0 2020-R
- ☐ A48 - Madeira lacada, NCS 0 2020-R
- ☐ A49 - Madeira lacada, NCS 0 2020-R
- ☐ A50 - Madeira lacada, NCS 0 2020-R
- ☐ A51 - Madeira lacada, NCS 0 2020-R
- ☐ A52 - Madeira lacada, NCS 0 2020-R
- ☐ A53 - Madeira lacada, NCS 0 2020-R
- ☐ A54 - Madeira lacada, NCS 0 2020-R
- ☐ A55 - Madeira lacada, NCS 0 2020-R
- ☐ A56 - Madeira lacada, NCS 0 2020-R
- ☐ A57 - Madeira lacada, NCS 0 2020-R
- ☐ A58 - Madeira lacada, NCS 0 2020-R
- ☐ A59 - Madeira lacada, NCS 0 2020-R
- ☐ A60 - Madeira lacada, NCS 0 2020-R
- ☐ A61 - Madeira lacada, NCS 0 2020-R
- ☐ A62 - Madeira lacada, NCS 0 2020-R
- ☐ A63 - Madeira lacada, NCS 0 2020-R
- ☐ A64 - Madeira lacada, NCS 0 2020-R
- ☐ A65 - Madeira lacada, NCS 0 2020-R
- ☐ A66 - Madeira lacada, NCS 0 2020-R
- ☐ A67 - Madeira lacada, NCS 0 2020-R
- ☐ A68 - Madeira lacada, NCS 0 2020-R
- ☐ A69 - Madeira lacada, NCS 0 2020-R
- ☐ A70 - Madeira lacada, NCS 0 2020-R
- ☐ A71 - Madeira lacada, NCS 0 2020-R
- ☐ A72 - Madeira lacada, NCS 0 2020-R
- ☐ A73 - Madeira lacada, NCS 0 2020-R
- ☐ A74 - Madeira lacada, NCS 0 2020-R
- ☐ A75 - Madeira lacada, NCS 0 2020-R
- ☐ A76 - Madeira lacada, NCS 0 2020-R
- ☐ A77 - Madeira lacada, NCS 0 2020-R
- ☐ A78 - Madeira lacada, NCS 0 2020-R
- ☐ A79 - Madeira lacada, NCS 0 2020-R
- ☐ A80 - Madeira lacada, NCS 0 2020-R
- ☐ A81 - Madeira lacada, NCS 0 2020-R
- ☐ A82 - Madeira lacada, NCS 0 2020-R
- ☐ A83 - Madeira lacada, NCS 0 2020-R
- ☐ A84 - Madeira lacada, NCS 0 2020-R
- ☐ A85 - Madeira lacada, NCS 0 2020-R
- ☐ A86 - Madeira lacada, NCS 0 2020-R
- ☐ A87 - Madeira lacada, NCS 0 2020-R
- ☐ A88 - Madeira lacada, NCS 0 2020-R
- ☐ A89 - Madeira lacada, NCS 0 2020-R
- ☐ A90 - Madeira lacada, NCS 0 2020-R
- ☐ A91 - Madeira lacada, NCS 0 2020-R
- ☐ A92 - Madeira lacada, NCS 0 2020-R
- ☐ A93 - Madeira lacada, NCS 0 2020-R
- ☐ A94 - Madeira lacada, NCS 0 2020-R
- ☐ A95 - Madeira lacada, NCS 0 2020-R
- ☐ A96 - Madeira lacada, NCS 0 2020-R
- ☐ A97 - Madeira lacada, NCS 0 2020-R
- ☐ A98 - Madeira lacada, NCS 0 2020-R
- ☐ A99 - Madeira lacada, NCS 0 2020-R
- ☐ A100 - Madeira lacada, NCS 0 2020-R

04 PATRIMÓNIO ESQUECIDO DO RIBATEJO
REABILITAÇÃO DO PALÁCIO DE PINA MANIQUE

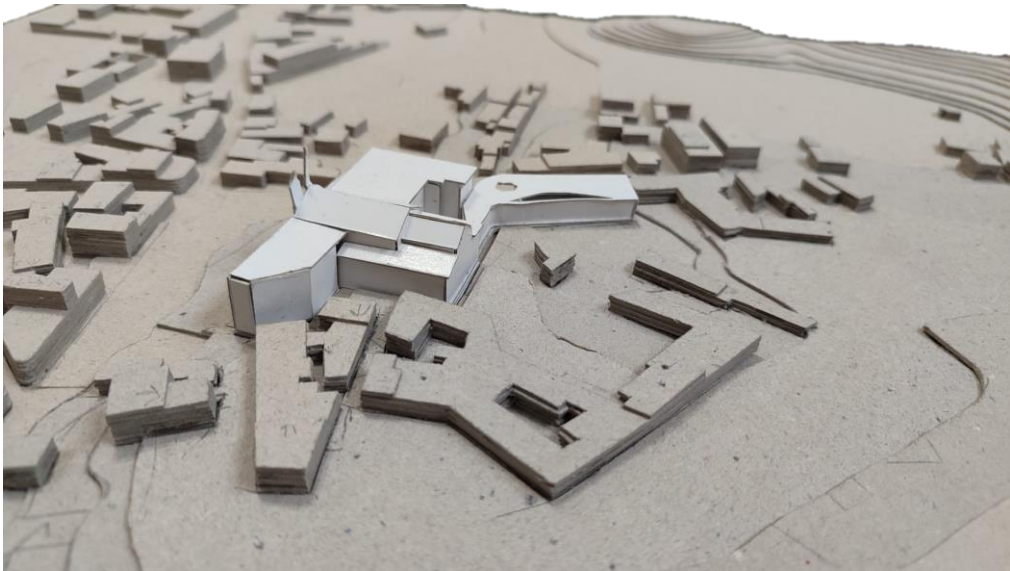
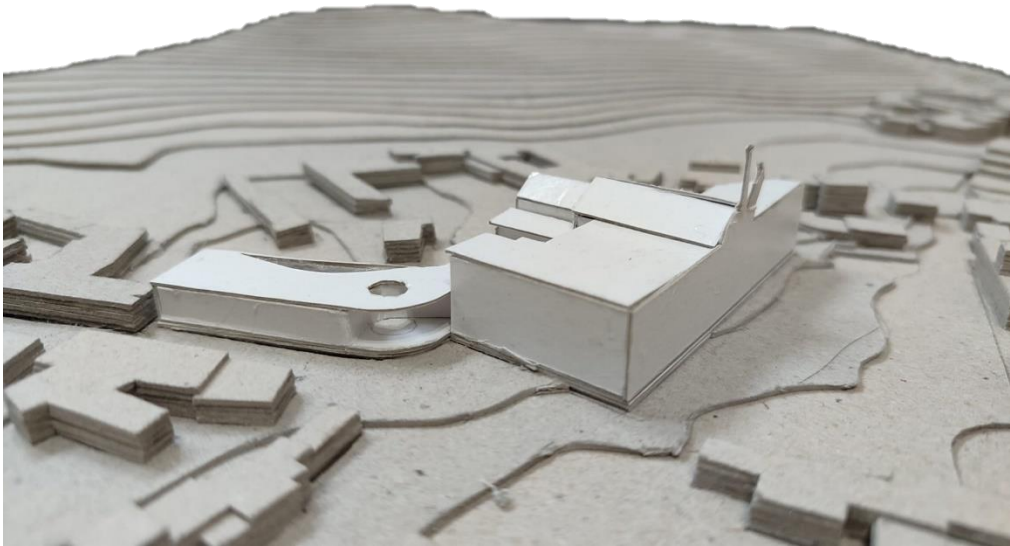
JÓANA HENRIQUES
Projecto Pós de Mestrado, Especialização em
Arquitetura de Interiores e Reabilitação do Edifício

Orientação Científica:
Professora Doutora Bárbara Clement de Costa Menezes Vas
Professora Doutora Luísa Maria de Conceição dos Reis Paula

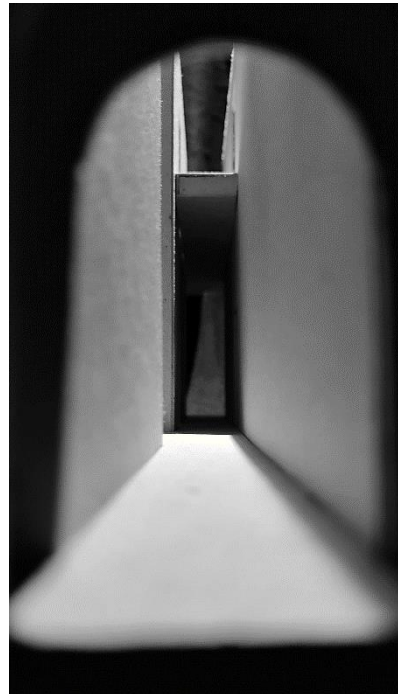
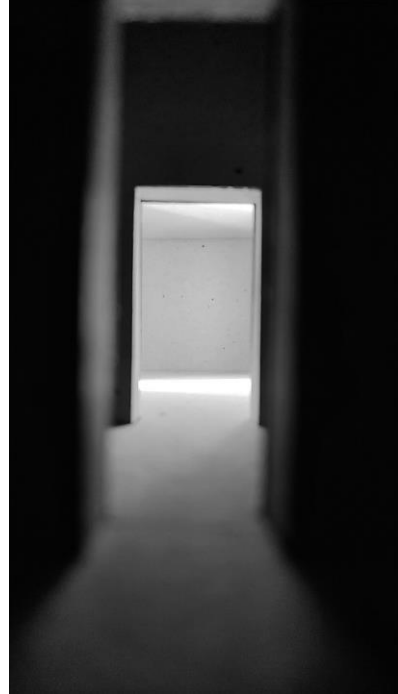
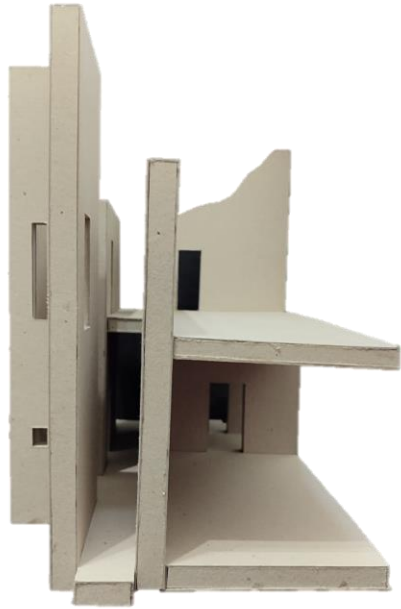
Anexo VI – Maquetes





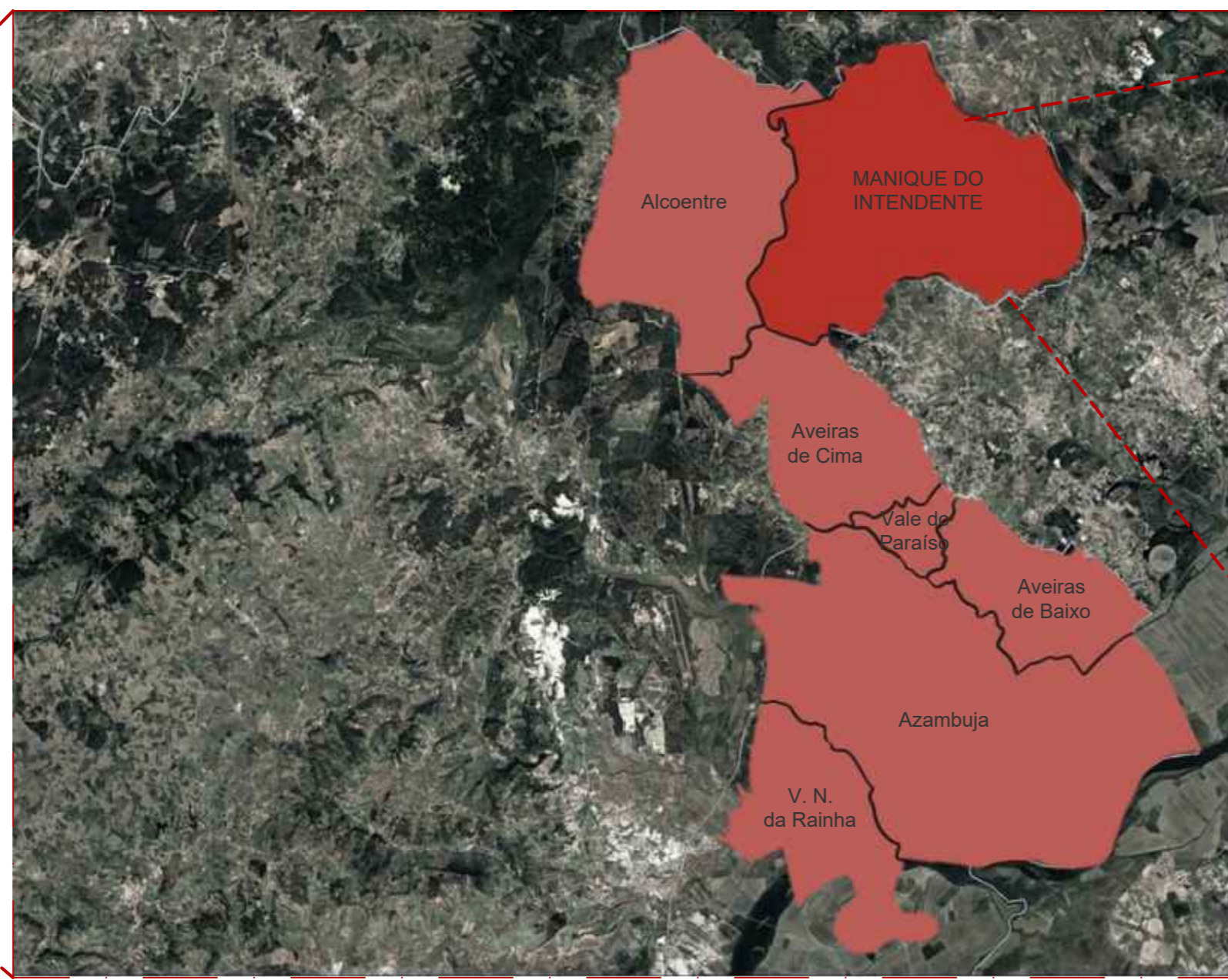
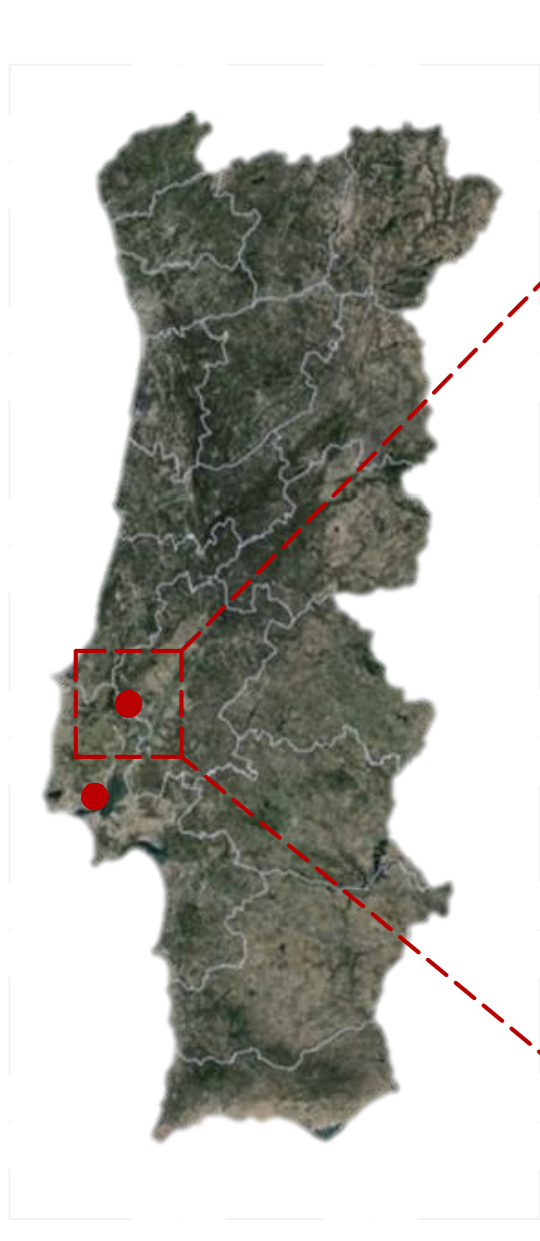






Anexo VII – Painéis Finais

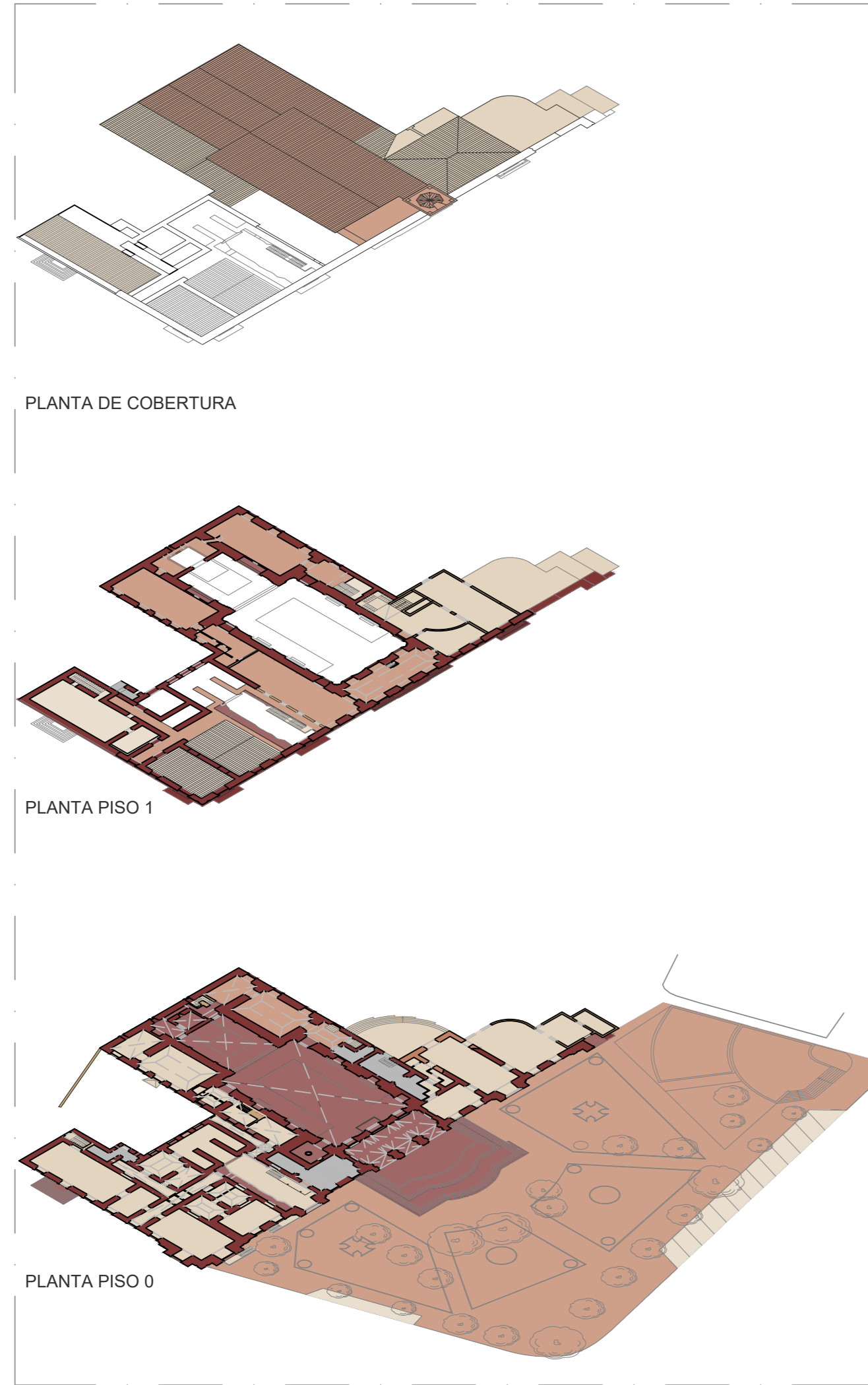
Desenho	Designação	Escala
Proposta		
01	Introdução ao lugar	S/Escala
02	Planta piso 0 e alçado	1/500
03	Planta piso 1 e alçado	1/500
04	Planta de cobertura e alçados	1/500
05	Cortes	1/500
06	Cortes	1/500
07	Plantas e cortes da biblioteca	1/50
08	Plantas e cortes da sala de oficina	1/50
09	Plantas e cortes das escadas transversal	1/50
10	Cortes das escadas longitudinal	1/50
11	Pormenores	1/50
12	Ambiente	S/Escala
Maquetes		
Territorial	Fotografia	1/1000
Sala Biblioteca/Oficina	Fotografia	1/50



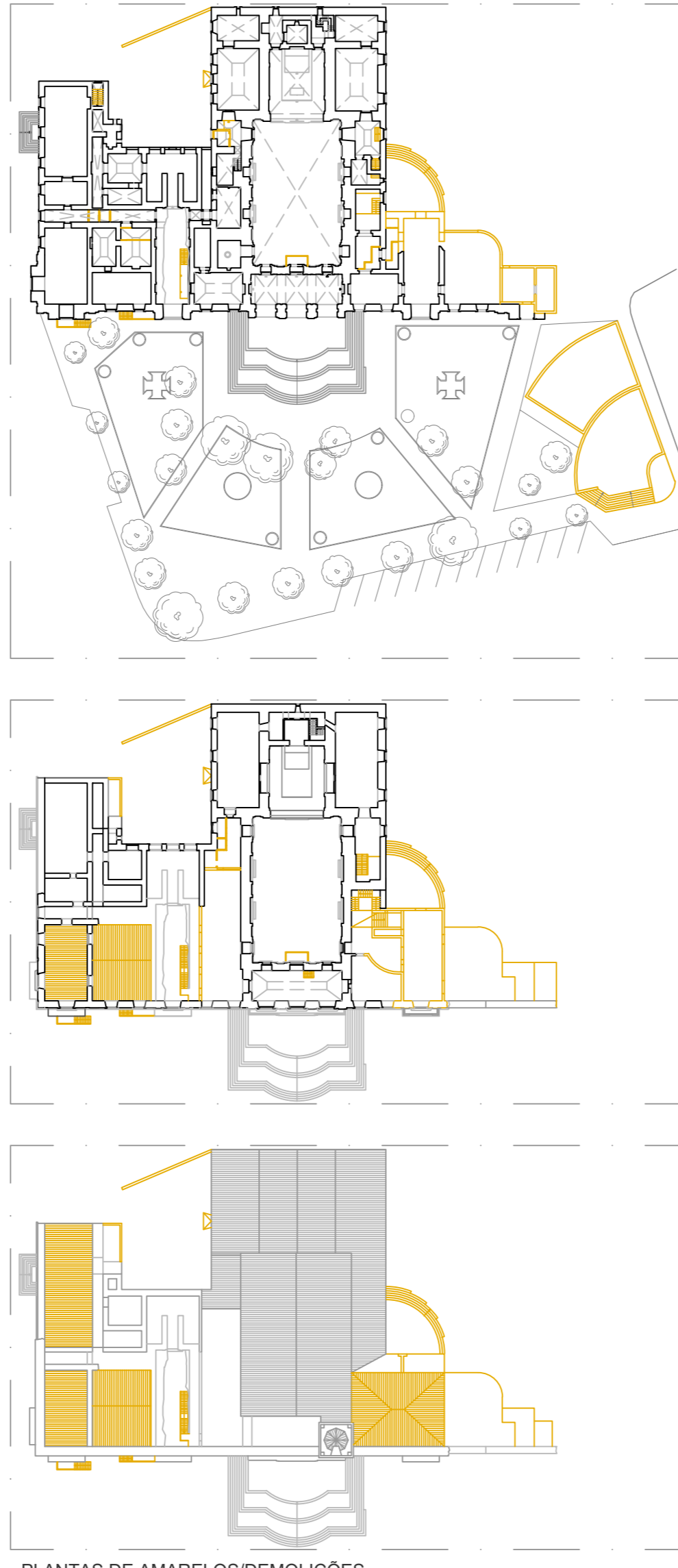
RELAÇÃO DE MANIQUE A LISBOA | MAPA DE FREGUESIAS DO CONSELHO DE AZAMBUJA | MANIQUE DO INTENDENTE



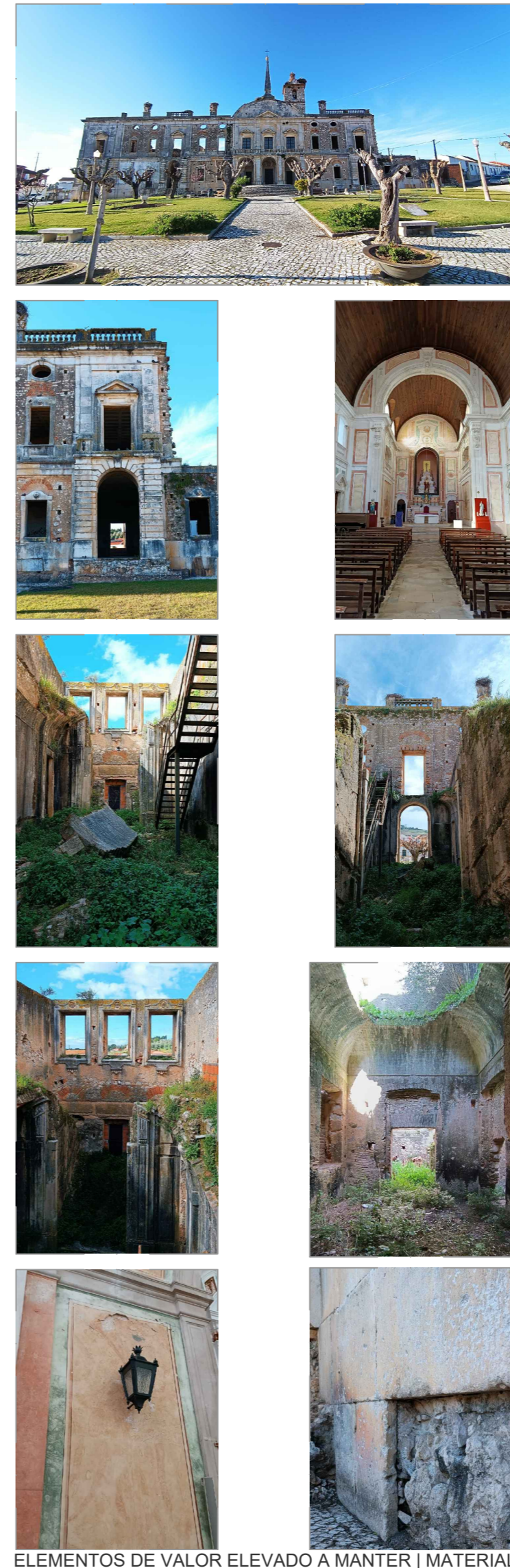
PLANTA DE IMPLANTAÇÃO/ ÁREA DE INTERVENÇÃO - esc: 1/1000



AXONOMETRIA - TEORIA DE VALOR
 ■ Valor Elevado
 ■ Valor Médio
 ■ Sem Valor



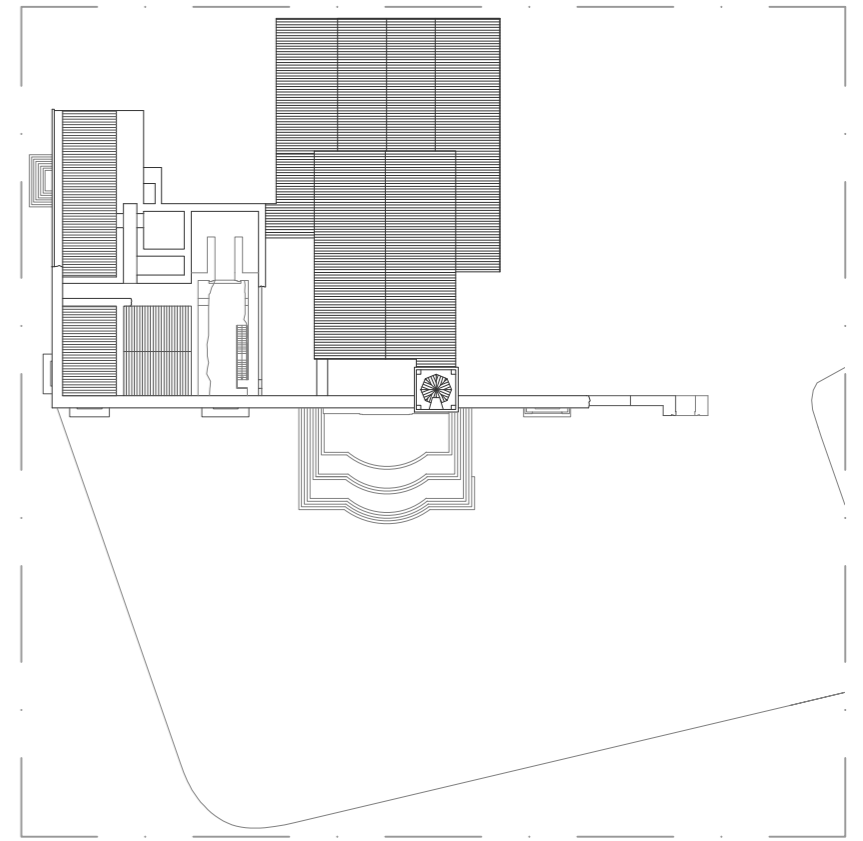
PLANTAS DE AMARELOS/DEMOLIÇÕES



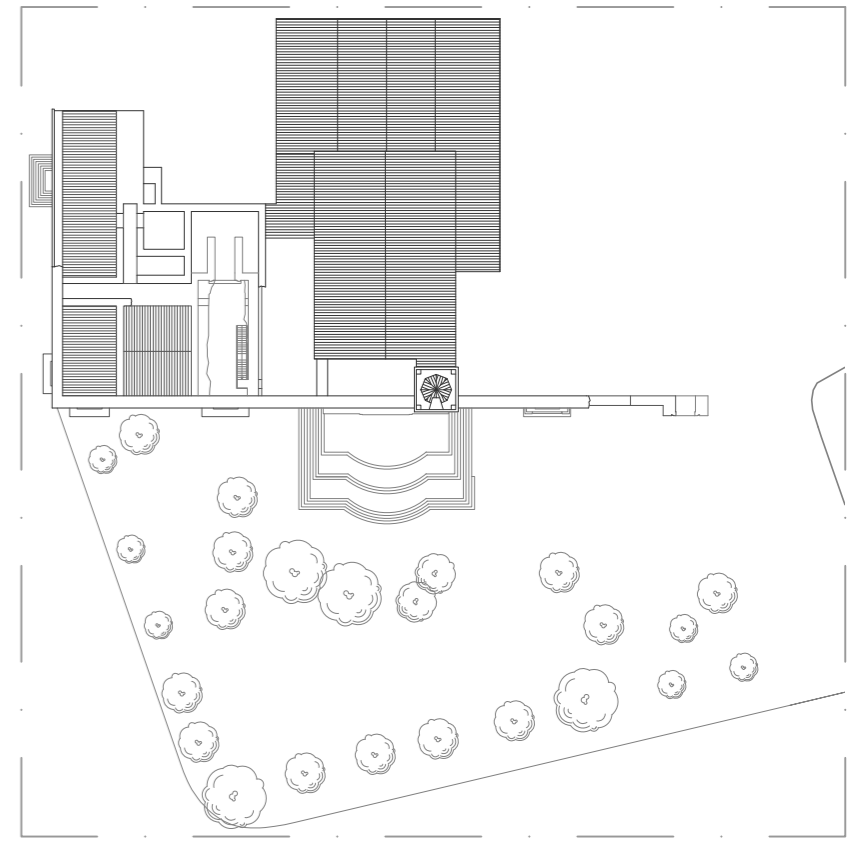
ELEMENTOS DE VALOR ELEVADO A MANTER | MATERIALIDADES E COR

1791/1800 Início da construção do Palácio de Pina Manique e da Vila de Manique do Intendente.

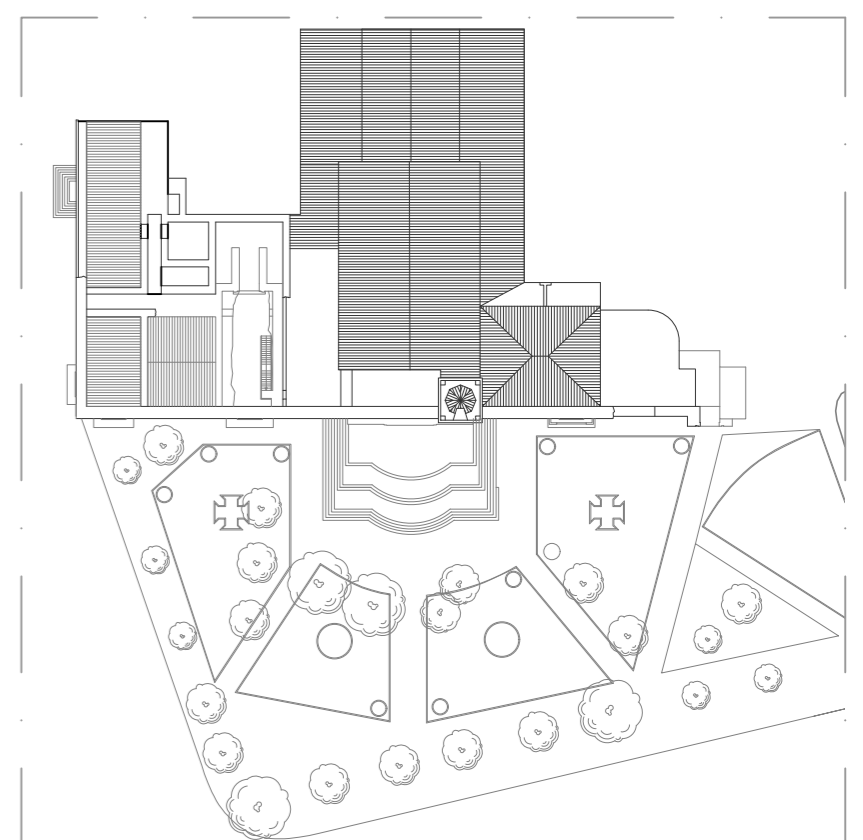
1805 - Morte de Diogo de Pina Manique e consequentemente o abandono o plano da Vila de Manique.
 - Coma a invasão francesa deu-se o desaparecimento dos planos originais da vila e do palácio



1977 - Ala central, fachada sul e parte da fachada poente e paredes autoportantes em ruína, são as únicas partes existentes desde a construção do palácio;
 - Ala poente com funções activas pela junta de freguesia;
 - Zona central poente e ala este inacabadas;
 - Praça em terra batida.

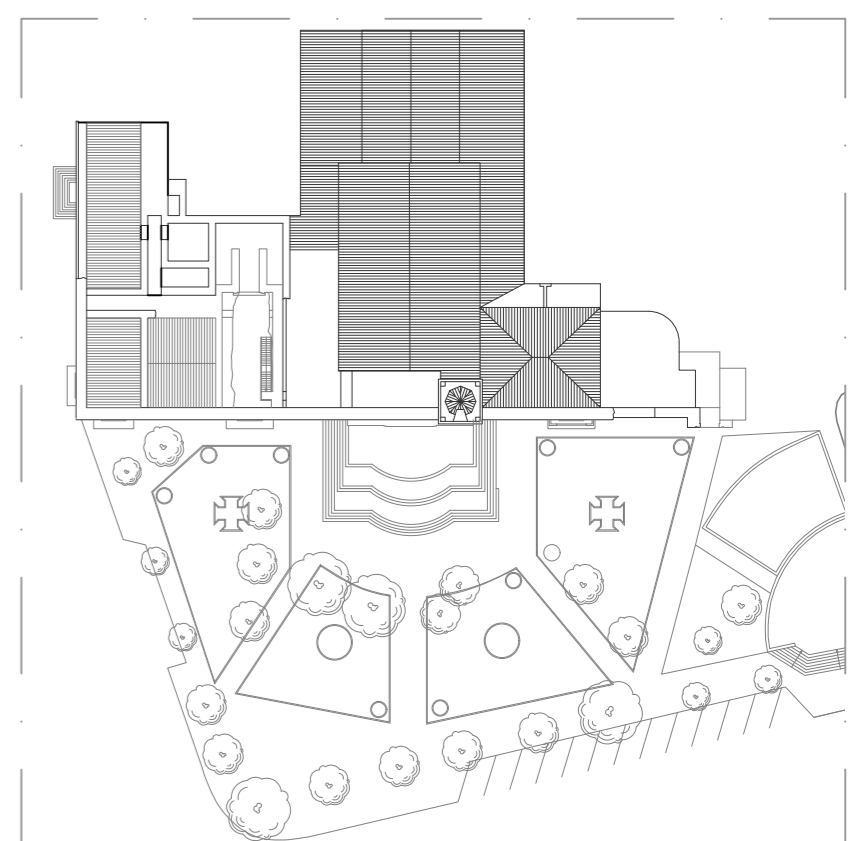


1980/81 - Delimitação da praça e plantação de árvores;
 - Início do levantamento do Palácio para a construção da Casa de Repouso;
 - Ala poente com funções administrativas da Junta de Freguesia e posto de correios.
 - Funcionamento das Actividades de Tempos Livres no piso 1, junto à ala central

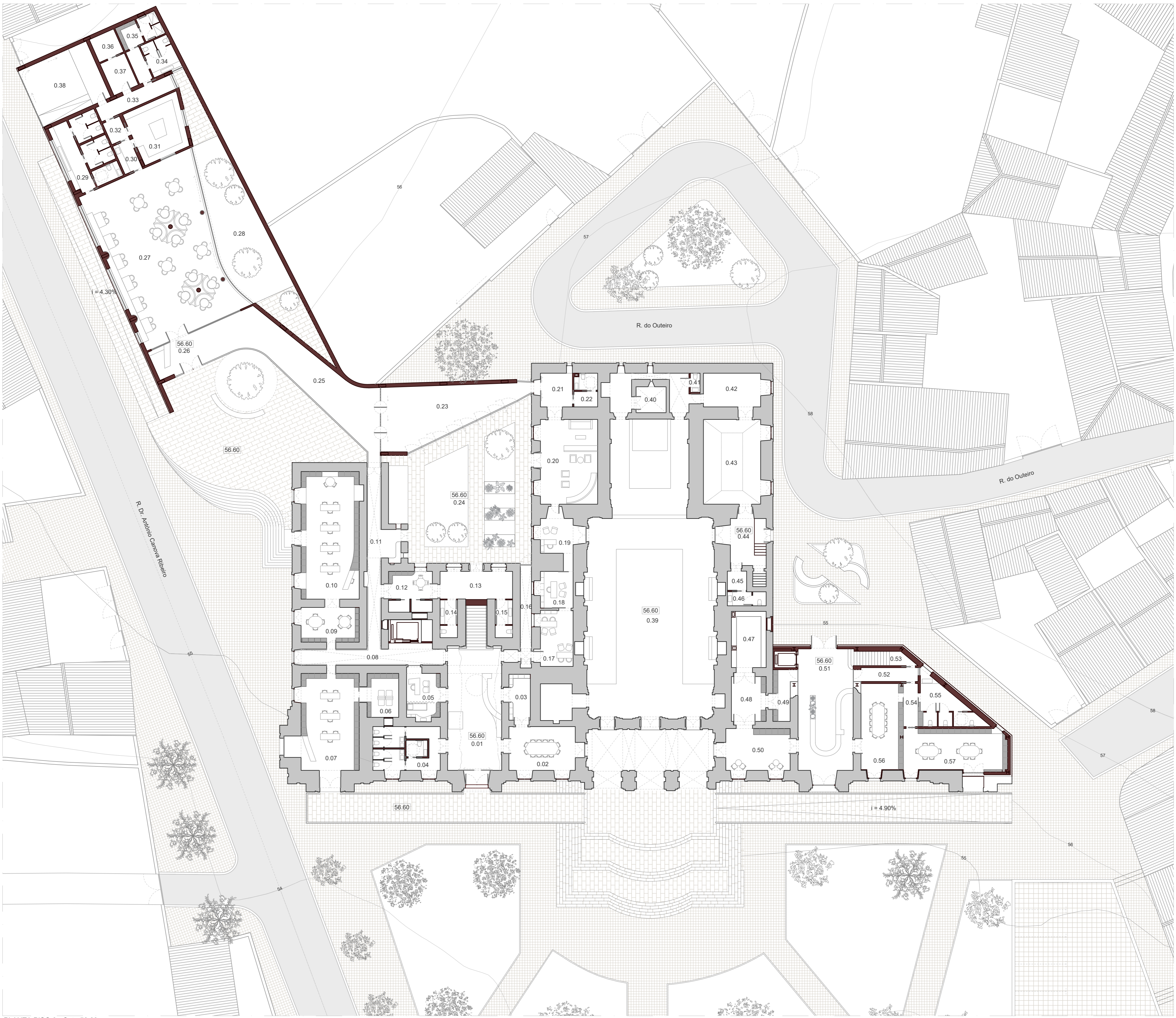


1988 - Calçamento e arranjo ajardinado da praça, implementação do parque infantil.
 - Construção da Casa de Repouso e Centro de Dia na ala nascente;

1993 - O Palácio é classificado como Imóvel de Interesse Público.



2023/2024 - Praça totalmente acabada, com parque infantil e estacionamento;
 - Obra do Centro de Dia embargada até aos dias de hoje;
 - Agravamento do estado de conservação do Palácio;
 - A ala poente continua com funções activas, mas de armazenamento da arcaquia;
 - Ala central permanece activa ao culto religioso.



PLANTA PISO 0 - Cota 56.60



ALÇADO SUL

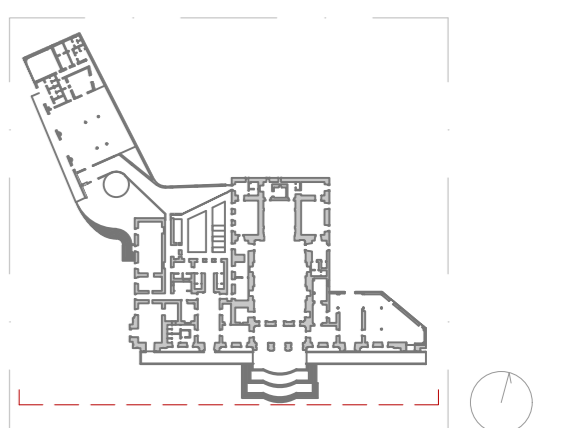
LEGENDA DE COMPARTIMENTOS:

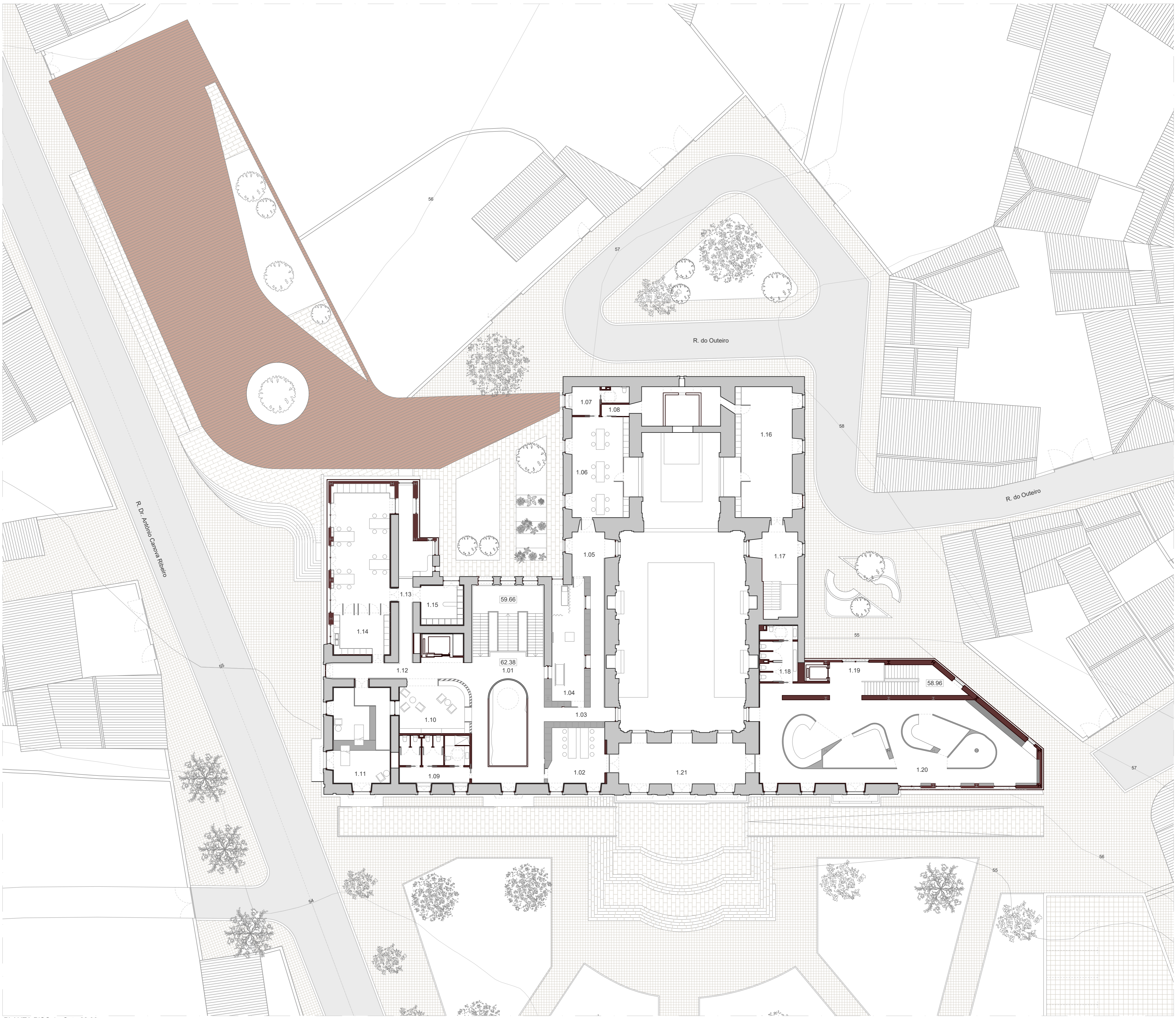
- 0.01 - Recção do Centro de Dia
- 0.02 - Sala de reuniões
- 0.03 - Arquivos
- 0.04 - I.S.
- 0.05 - Enfermaria
- 0.06 - Videoteca
- 0.07 - Sala de Multimédia
- 0.08 - Circulação Sul (Ala Poente)
- 0.09 - Biblioteca
- 0.10 - Biblioteca
- 0.11 - Circulação Oeste (Ala Poente)
- 0.12 - Sala de Funcionários
- 0.13 - Arrumos

- 0.14 - I.S. Funcionários
- 0.15 - I.S. Funcionários
- 0.16 - Circulação Este (Ala Poente)
- 0.17 - Gabinete Administrativo
- 0.18 - Gabinete
- 0.19 - Gabinete de Psicologia
- 0.20 - Sala de Convívio
- 0.21 - Circulação
- 0.22 - I.S.
- 0.23 - Galeria Expositiva/Circulação Norte (Ala Poente)
- 0.24 - Pátio
- 0.25 - Circulação Poente (cantina)
- 0.26 - Recção da Cafeteria/Cantina
- 0.27 - Cafeteria/Cantina
- 0.28 - Pátio

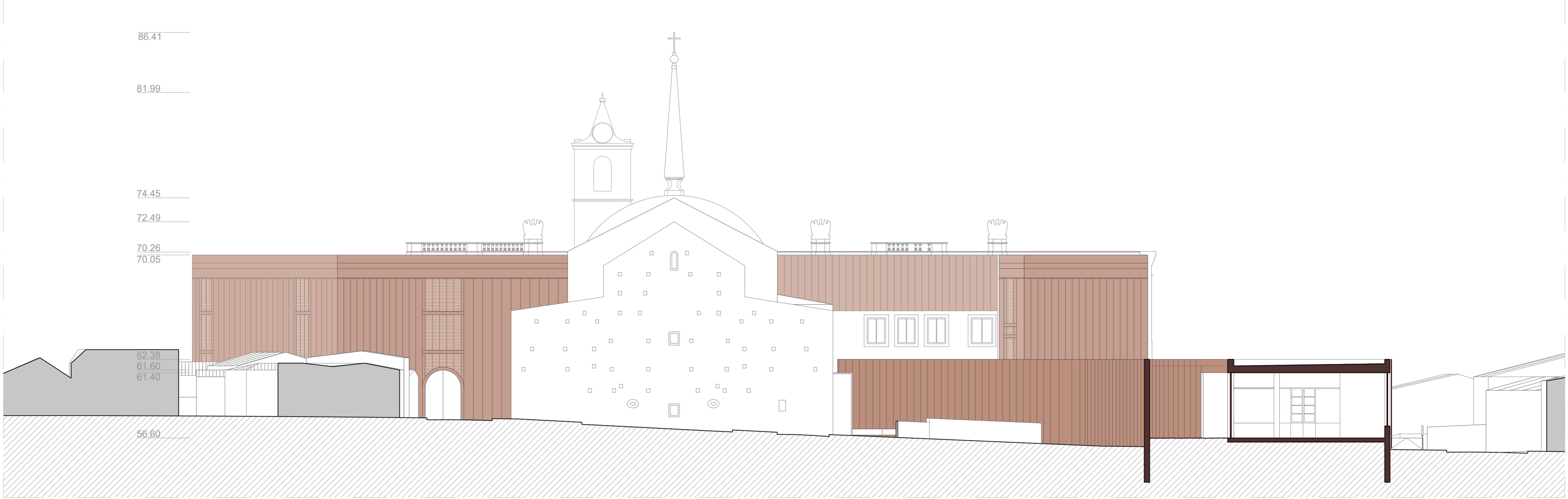
- 0.29 - I.S.
- 0.30 - Copa Suja
- 0.31 - Cozinha
- 0.32 - Área Distributiva
- 0.33 - Circulação
- 0.34 - I.S. Funcionários
- 0.35 - Banheiro
- 0.36 - Câmara de Refrigeração
- 0.37 - Dispensa
- 0.38 - Cargas e Descargas
- 0.39 - Igreja
- 0.40 - Gabinete
- 0.41 - I.S. Funcionários
- 0.42 - Sacristia
- 0.43 - Sacristia

- 0.44 - Zona de Entrada dos Serviços da Igreja
- 0.45 - Arrumos
- 0.46 - I.S. Funcionários
- 0.47 - Arquivo
- 0.48 - Arquivo
- 0.49 - Arquivo
- 0.50 - Sala de Funcionários/Copa
- 0.51 - Recção do Centro Interpretativo
- 0.52 - Circulação Norte (Ala Nascente)
- 0.53 - Arrumos
- 0.54 - Circulação Este (Ala Nascente)
- 0.55 - I.S.
- 0.56 - Sala Polivalente
- 0.57 - Sala Polivalente





PLANTA PISO 1 - Cota 62.38



ALÇADO NORTE

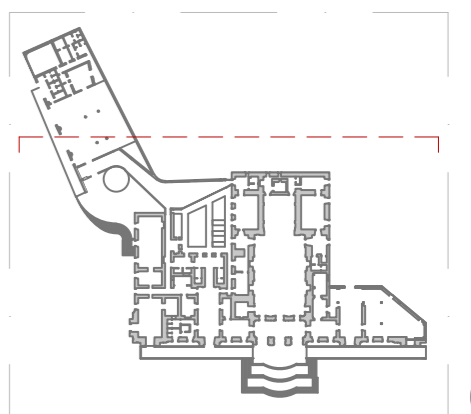
LEGENDA DE COMPARTIMENTOS:

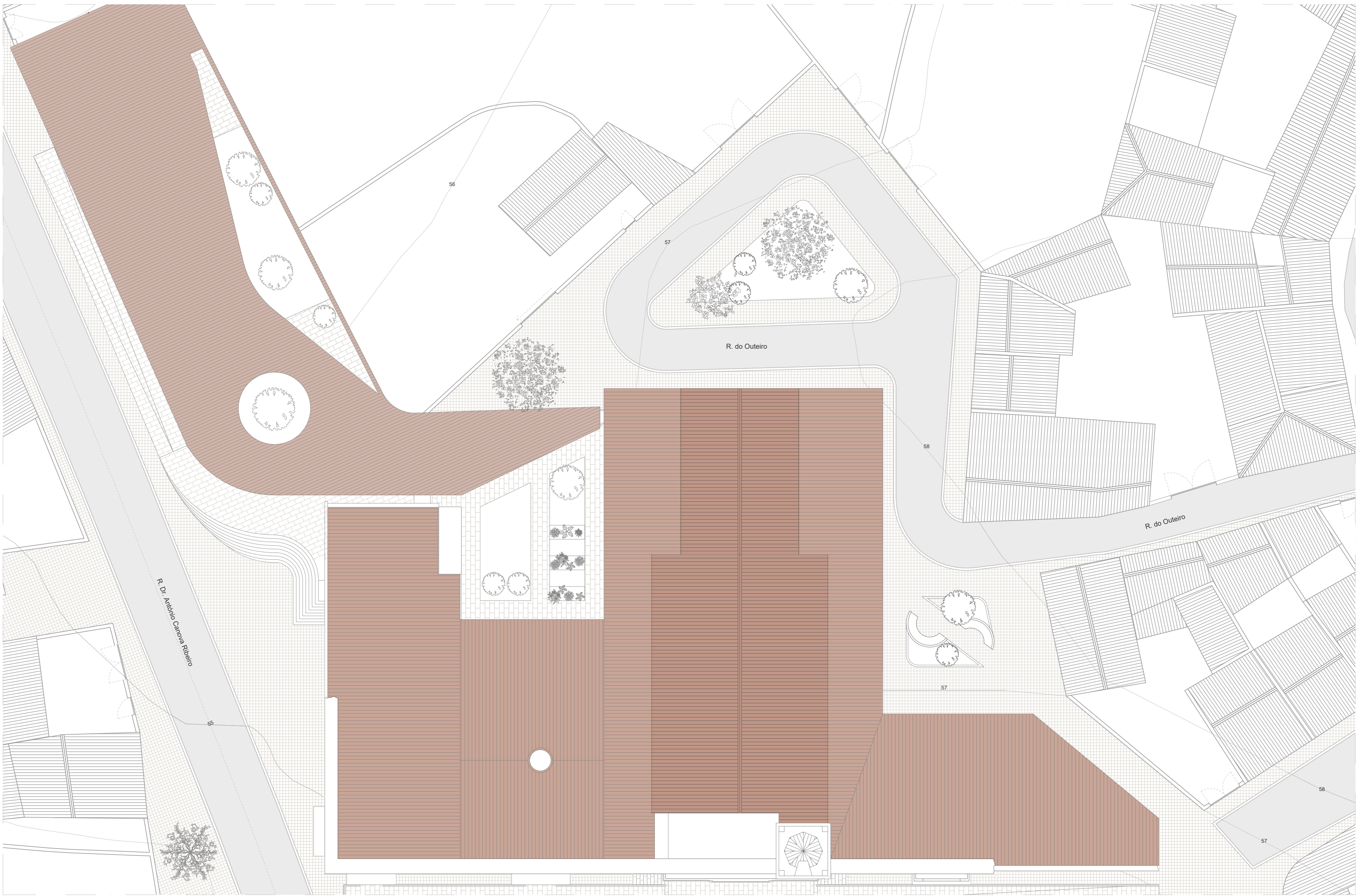
- 1.01 - Circulação
- 1.02 - Atelier de Costura
- 1.03 - Circulação Sul (Ala Poente)
- 1.04 - Sala de Fisioterapia

- 1.05 - Circulação
- 1.06 - Atelier de Pintura
- 1.07 - I.S. Público
- 1.08 - Circulação de Acesso aos Serviços Paroquiais
- 1.09 - I.S. Público
- 1.10 - Sala de Convívio

- 1.11 - Quartos/Sala Polivalente
- 1.12 - Circulação Sul (Ala Poente)
- 1.13 - Circulação Oeste
- 1.14 - Atelier de Artes Manuais
- 1.15 - Lavandaria
- 1.16 - Serviços Administrativos Paroquiais

- 1.17 - Hall de Distribuição
- 1.18 - I.S. Públicos (Centro Interpretativo)
- 1.19 - Hall de Distribuição (Centro Interpretativo)
- 1.20 - Centro Interpretativo (Área de Exposição)
- 1.21 - Acesso à torre Sineira (Circulação Sul, Ala Central)





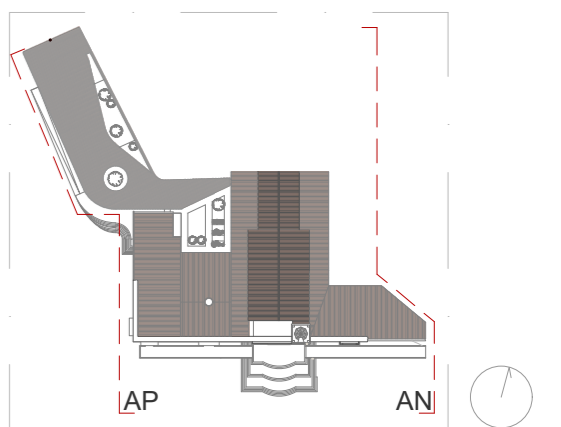
PLANTA DE COBERTURA - Cota 86.60



ALÇADO NASCENTE



ALÇADO POENTE

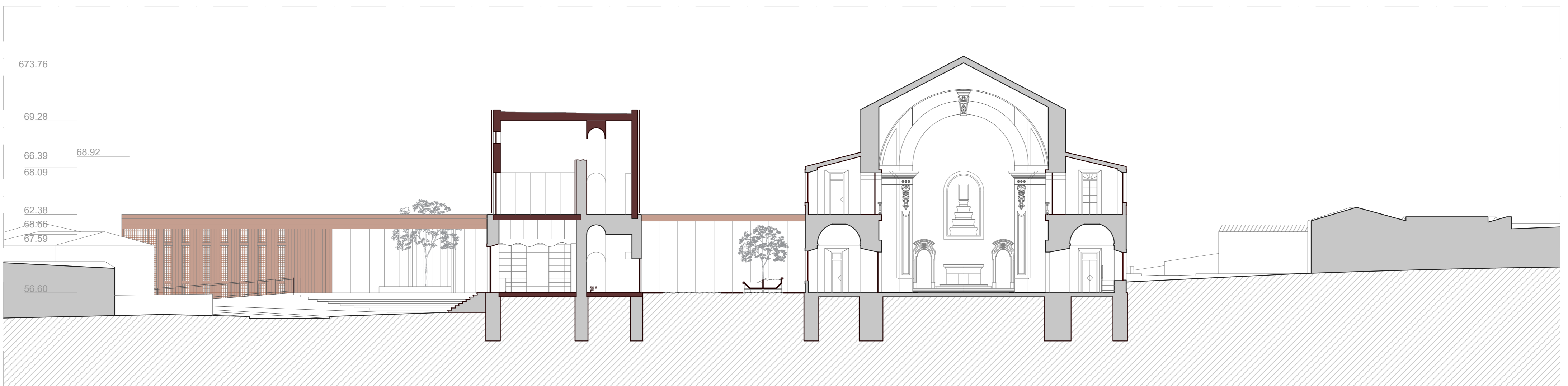




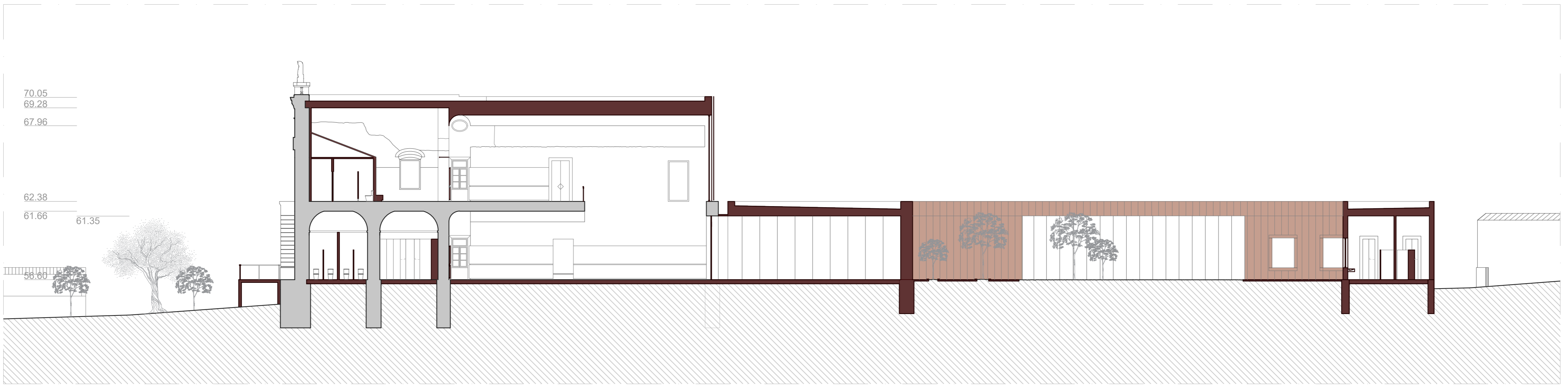
CORTE AA'



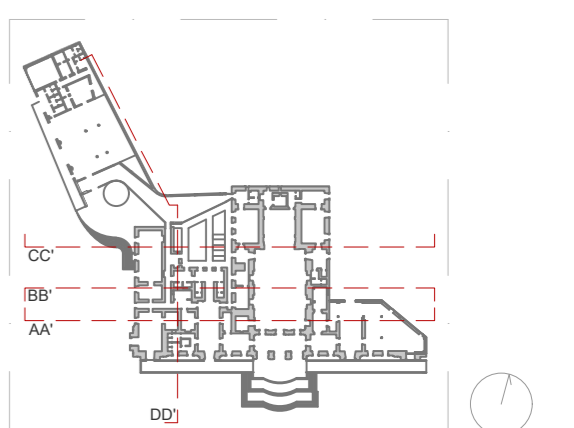
CORTE BB'

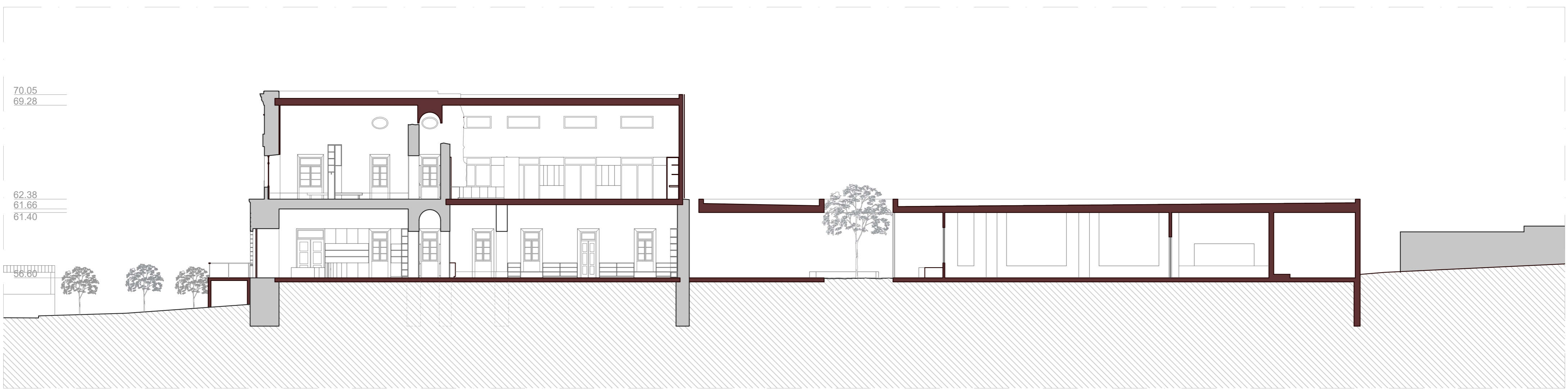


CORTE CC'

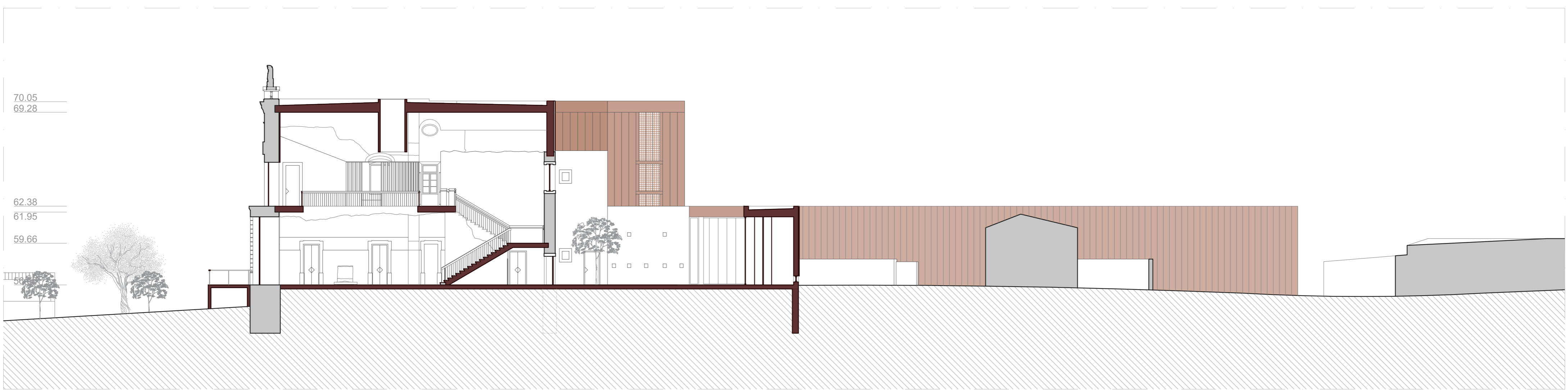


CORTE DD'

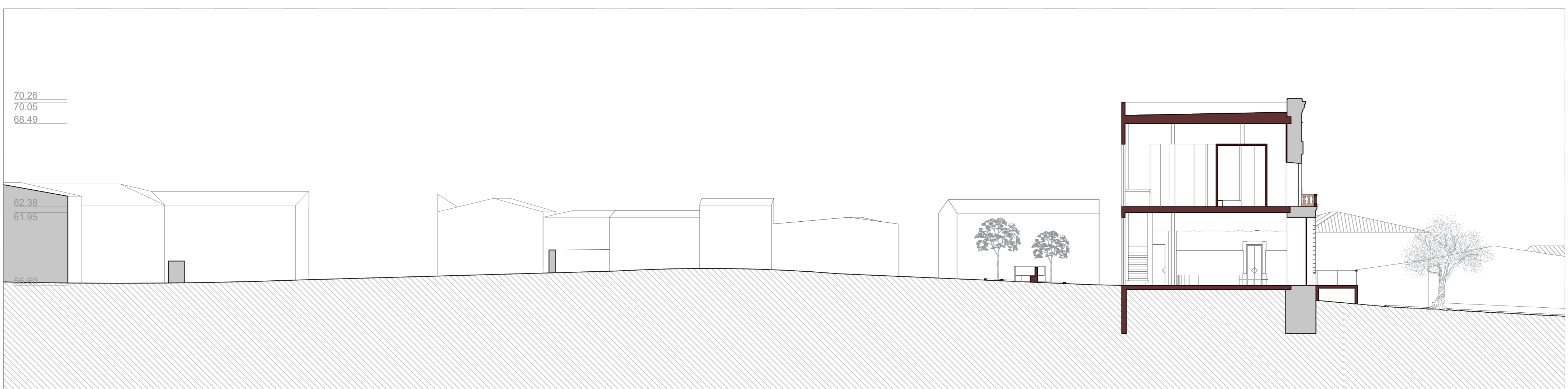




CORTE EE'



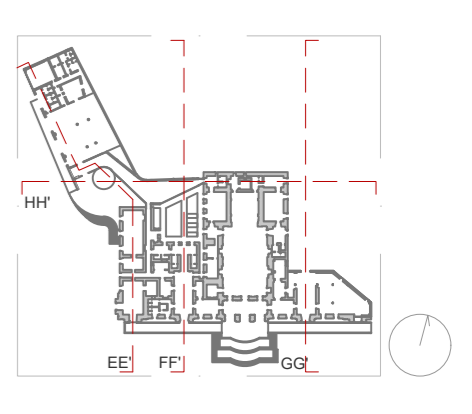
CORTE FF'

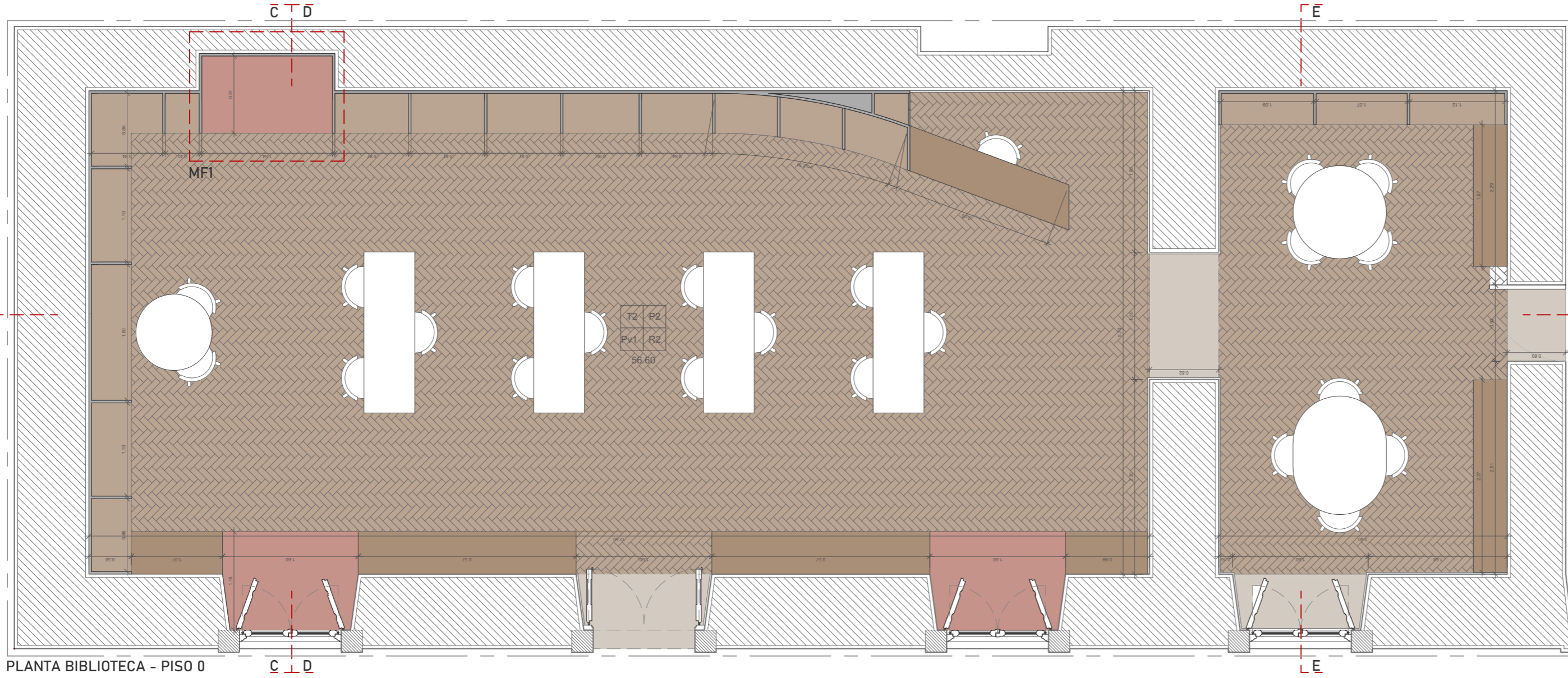


CORTE GG'

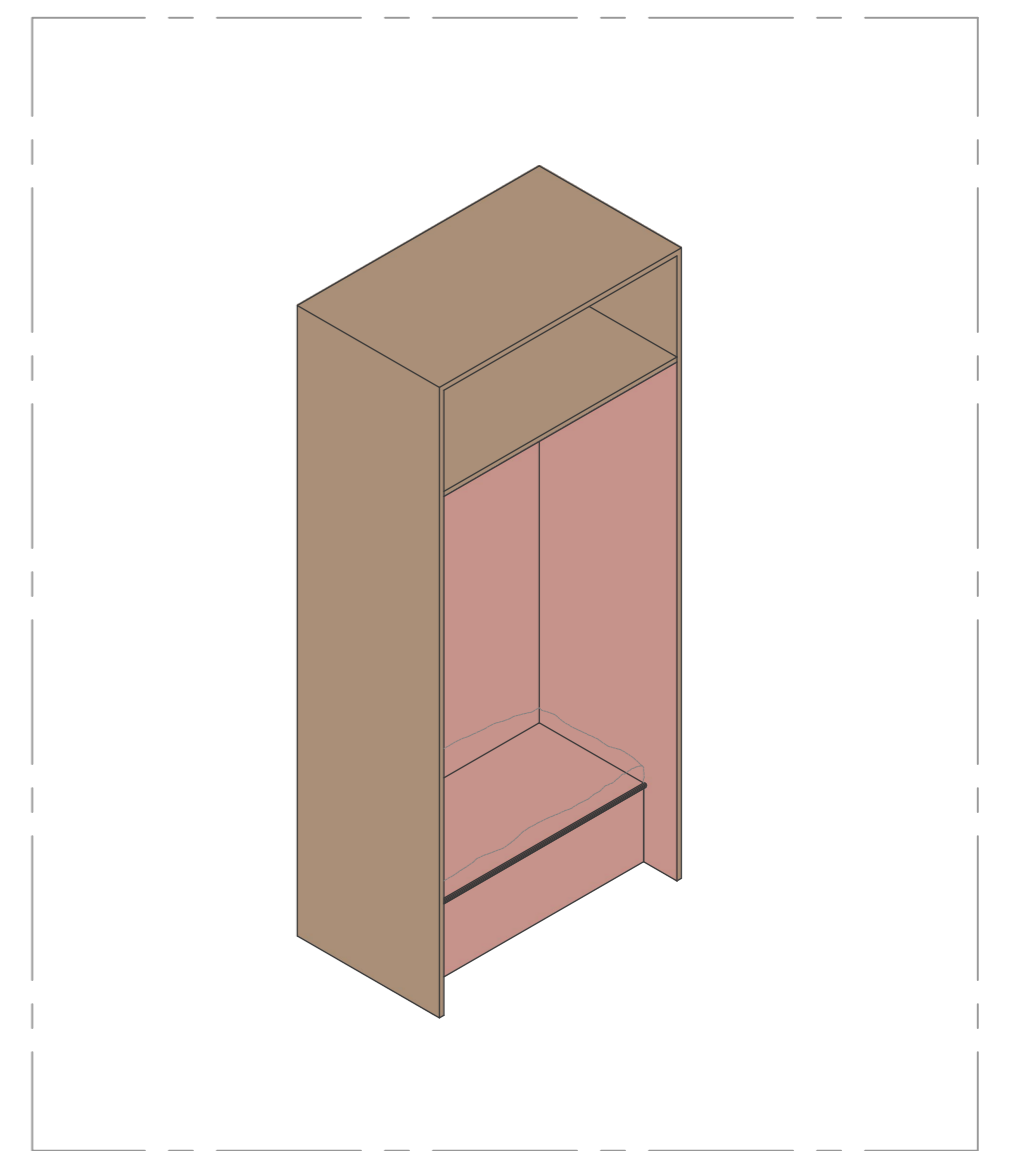


CORTE HH'

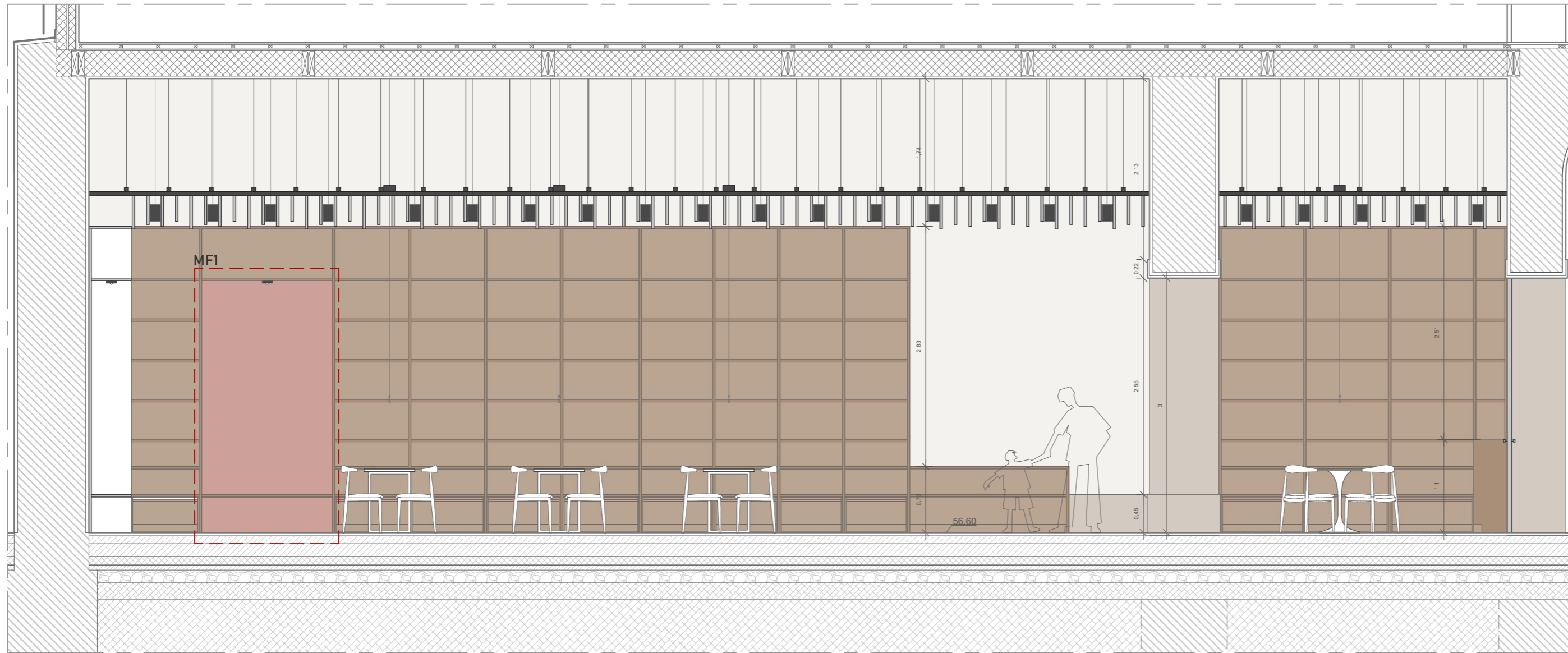




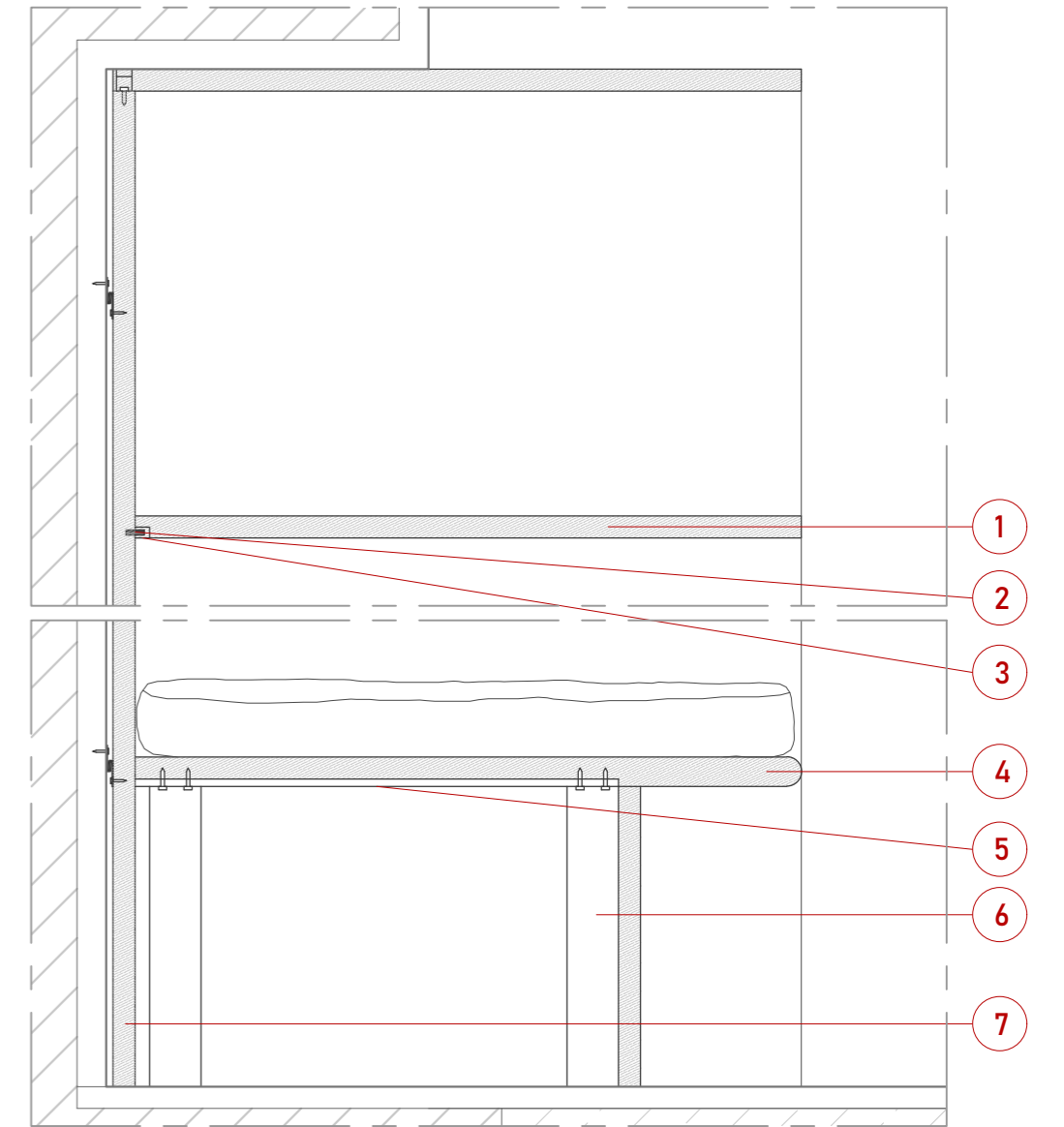
PLANTA BIBLIOTECA - PISO 0



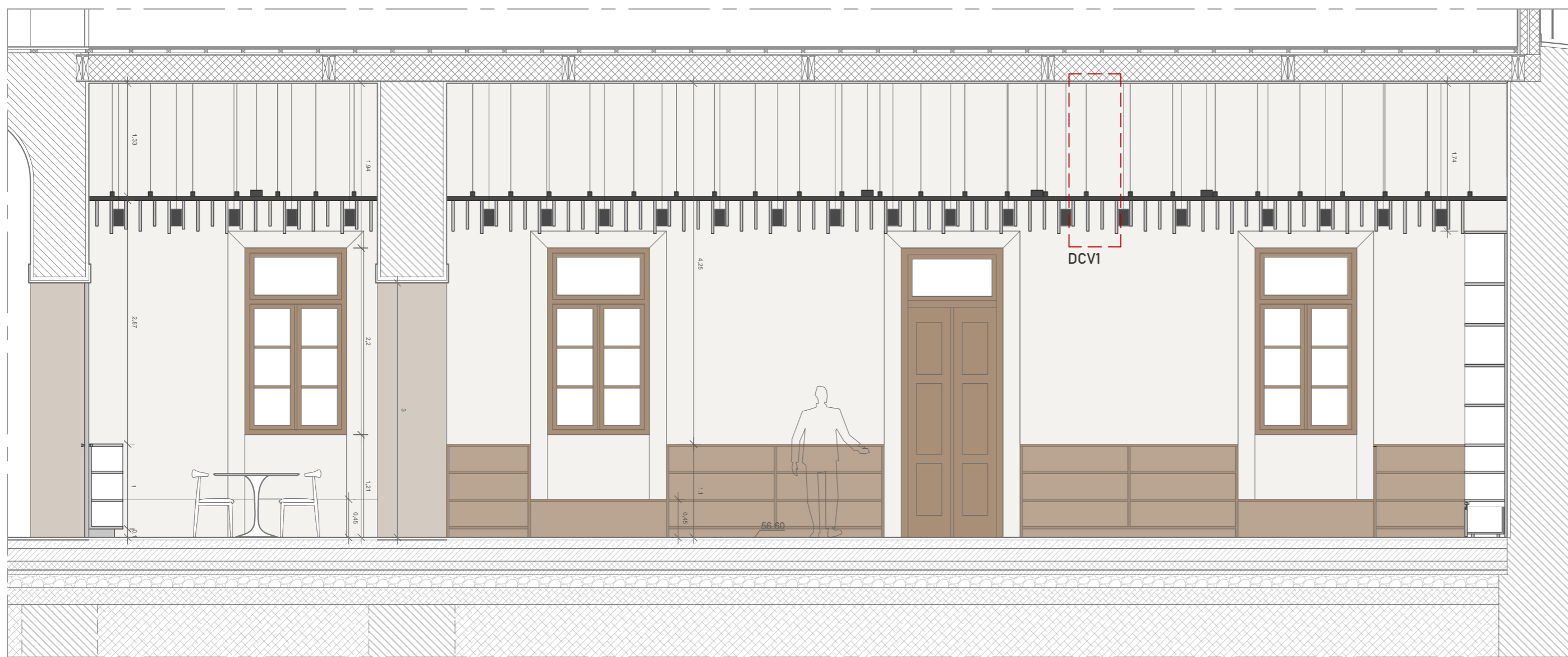
Axonometria MF1 - esc: 1/50



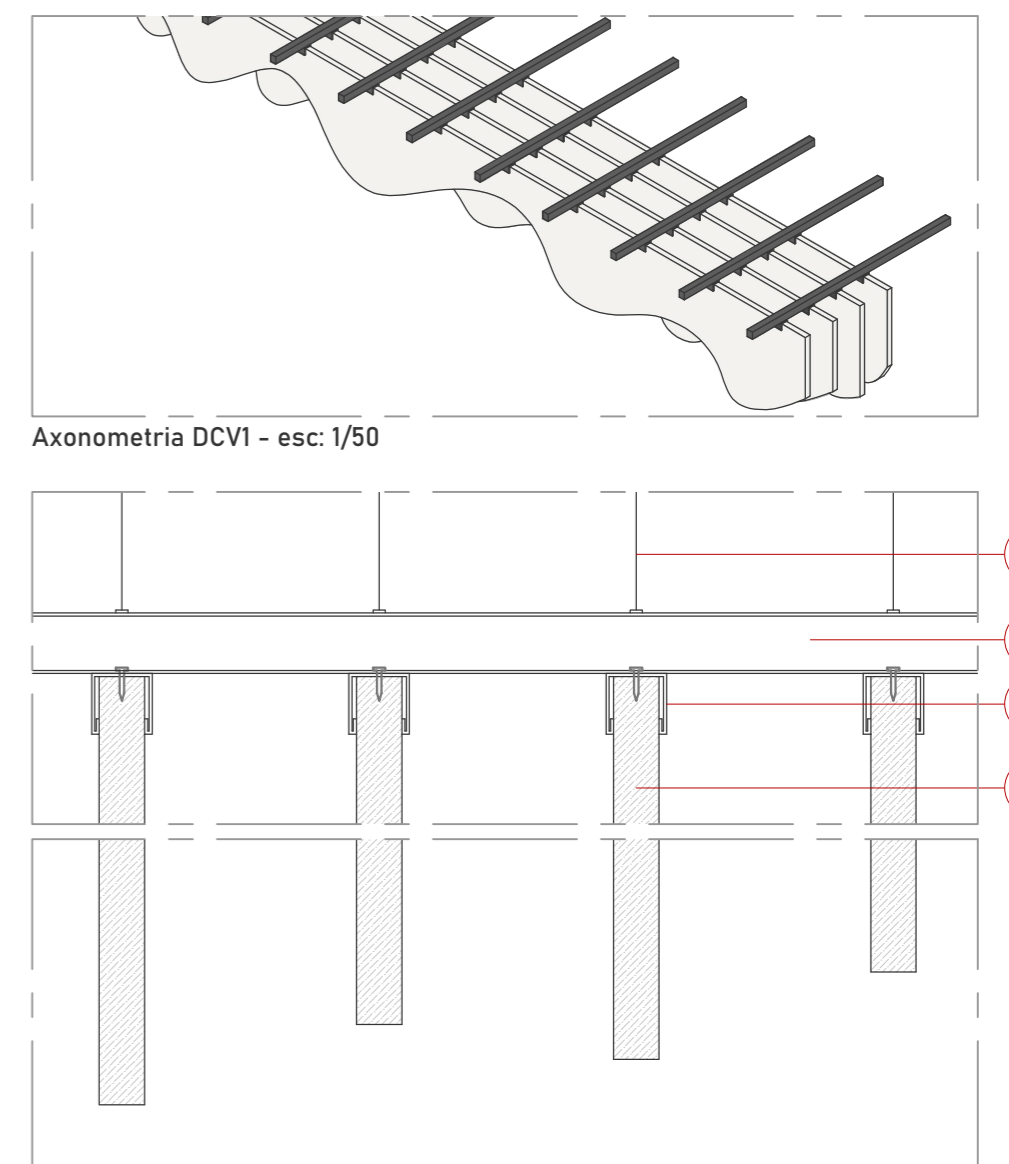
CORTE AA



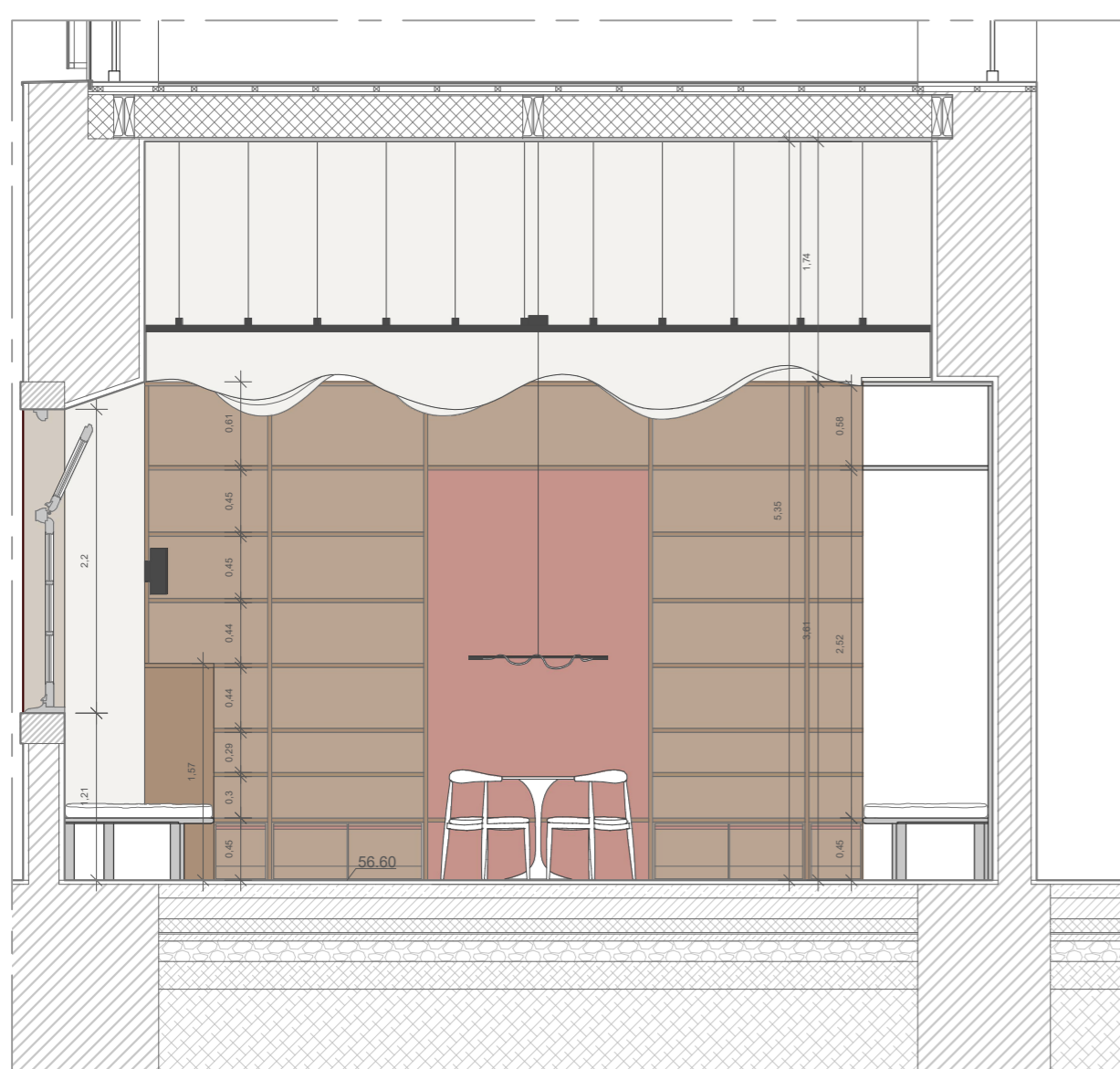
MF1 - esc: 1/10



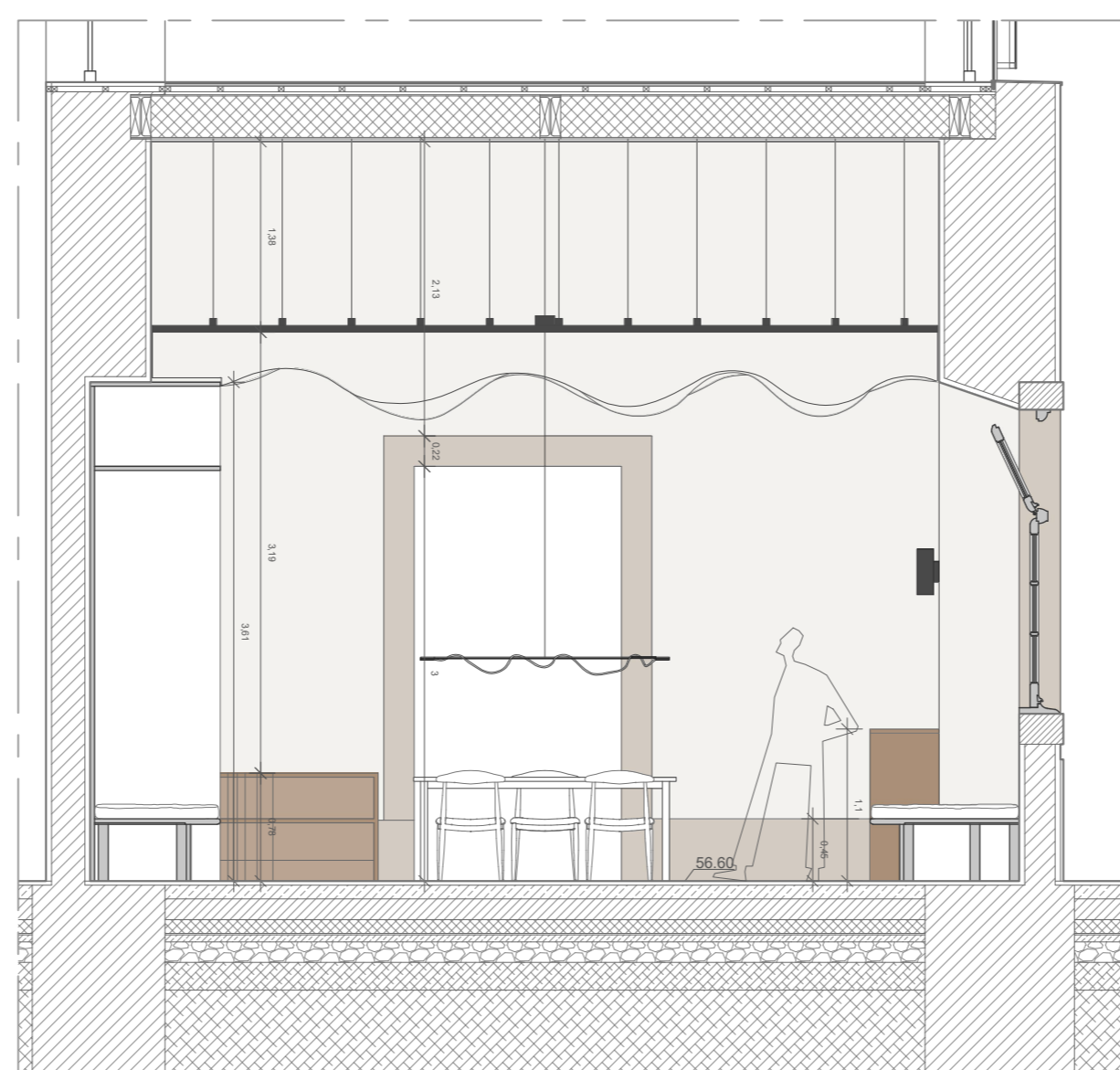
CORTE BB



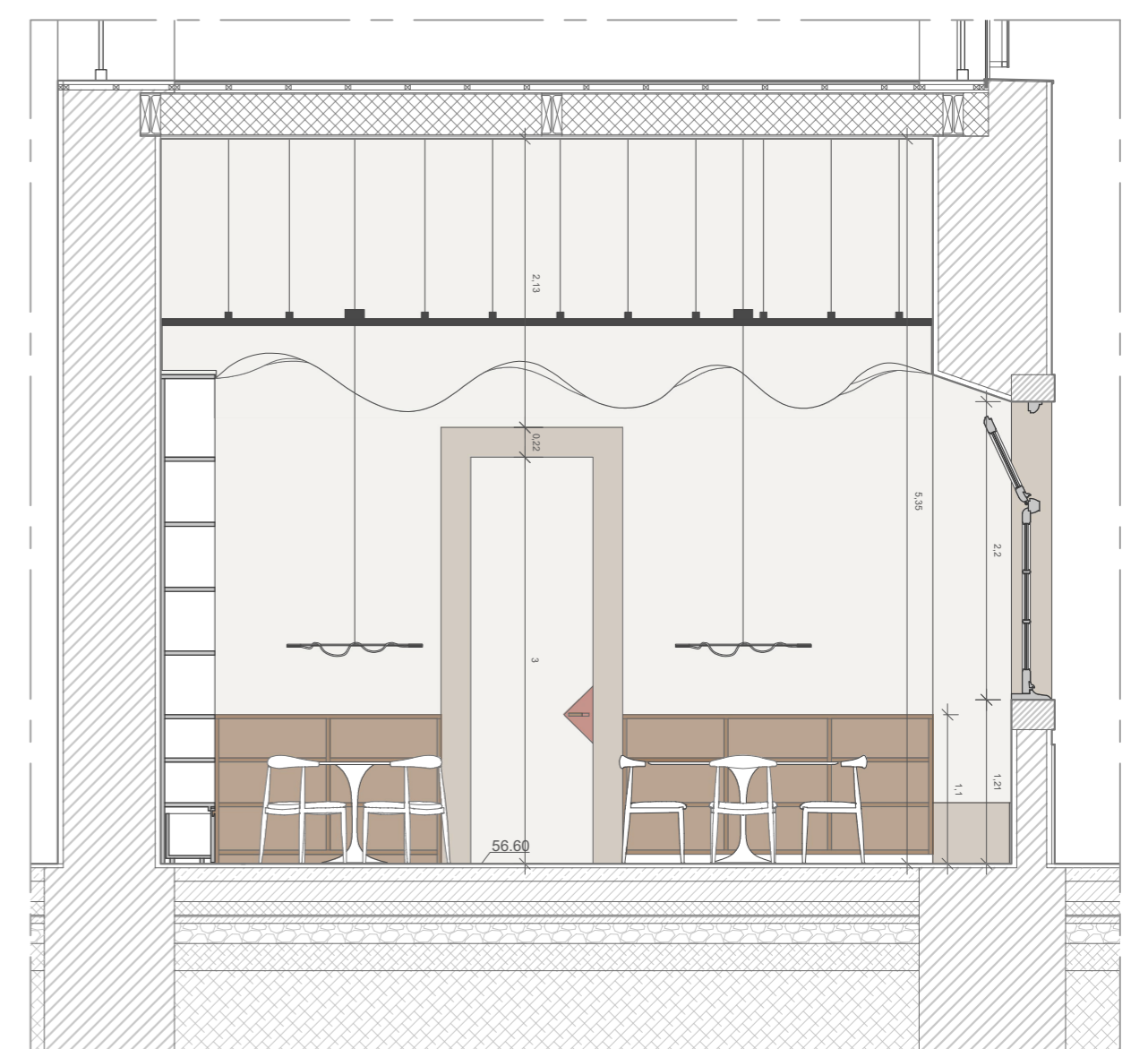
DCVI - esc: 1/5



CORTE CC



CORTE DD



CORTE EE

LEGENDA DE ACABAMENTOS:

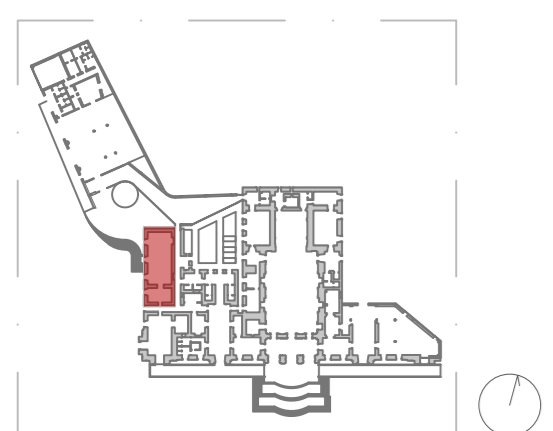
- TECTOS:**
- T1ex - Alvenaria de pedra ordinária à vista
 - T2 - Painéis suspensos de madeira lacada, NCS S 0500-N
 - T3 - Gesso cartonado suspenso, NCS S 0500-N
 - T4 - Gesso cartonado simples, NCS S 0500-N
 - T5 - Gesso cartonado simples, NCS S 2005-Y40R

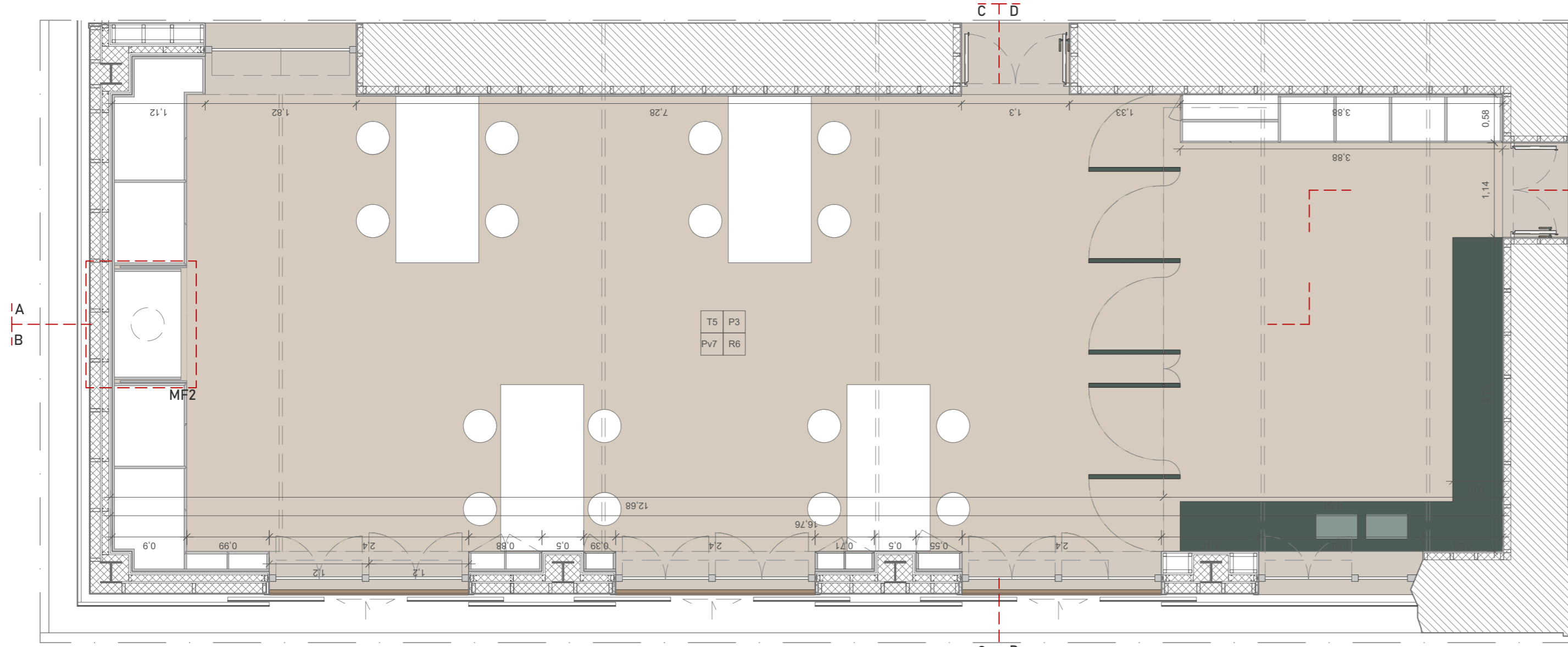
- PAREDES:**
- P1ex - Alvenaria de pedra ordinária à vista
 - P2 - Estucada e pintada, NCS S 0500-N
 - P3 - Gesso cartonado, NCS S 0500-N
 - P4 - Gesso cartonado, NCS S 2005-Y40R

- PAVIMENTOS:**
- Pv1ex - Parquet de madeira maciça de carvalho
 - Pv2ex - Tijoleira
 - P3 - Parquet de carvalho
 - Pv4 - Pedra Molianos
 - Pv5 - Soalho de carvalho encerado
 - Pv6 - Linóleo, NCS S 0500-N
 - Pv7 - Linóleo, NCS S 2005-Y40R
 - Pv8 - Mosaico hidráulico com inertes de pedra molianos, NCS S 0500-N

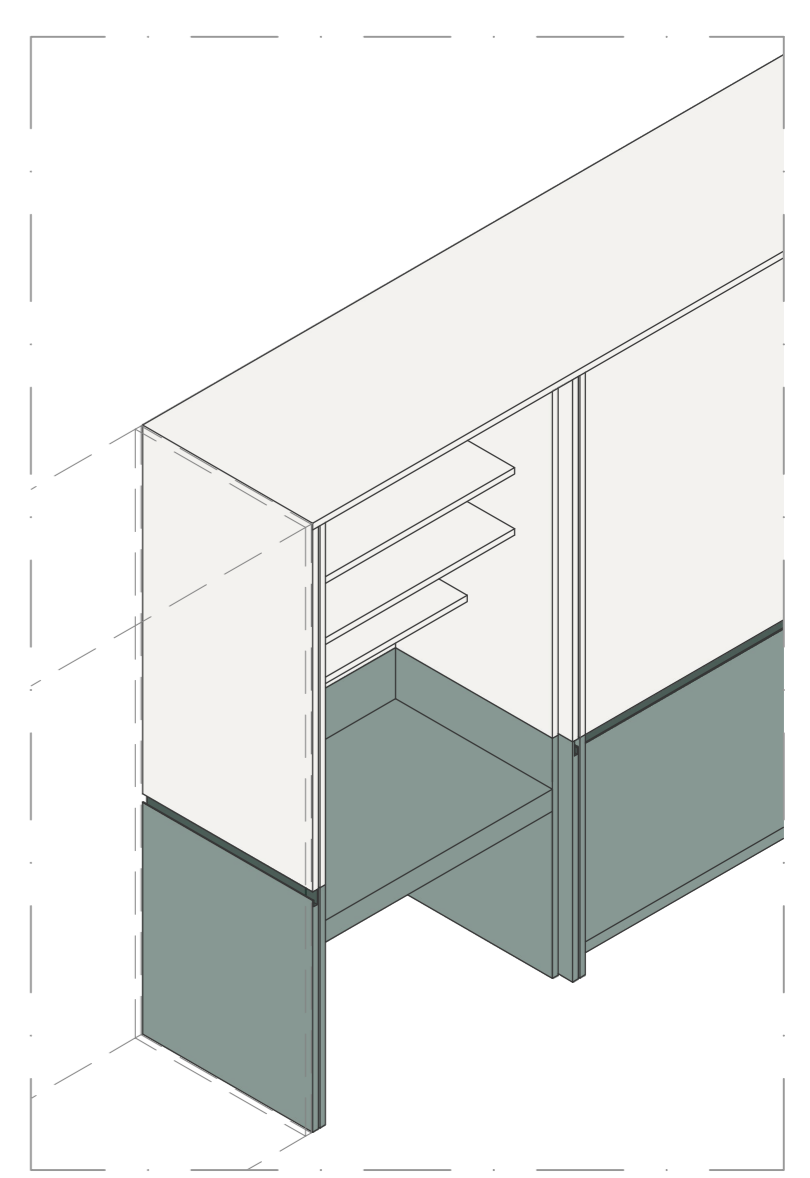
- RODAPÉS:**
- R1 - Madeira lacada, NCS NCS S 0500-N
 - R2 - Madeira lacada, NCS S 2005-Y40R
 - R3 - Lajeira de pedra molianos
 - R4 - Mosaico hidráulico com inertes de pedra molianos, NCS S 3030-Y80R
 - R5 - Mosaico hidráulico com inertes de pedra molianos, NCS S 5010-B90G
 - R6 - Linóleo, NCS S 2005-Y40R
 - R7 - Madeira lacada, NCS S 5010-B90G
 - R8 - Madeira lacada, NCS S 8010-B90G

- LEGENDA:**
- 1 - Prateleira de madeira de carvalho 154x91x3mm, cor natural
 - 2 - Pino de fixação
 - 3 - Peça de madeira de carvalho oculta
 - 4 - Tábua de madeira lacada 154x91x5mm, NCS S 3030-Y80R
 - 5 - Chapa metálica de suporte 1x66x140mm
 - 6 - Pés metálicos rectangulares 40x10x10mm
 - 7 - Estrutura de painéis de madeira lacada, carvalho à cor natural, NCS S 3030 - Y80R
 - 8 - Varão roscado de 6mm
 - 9 - Perfil de aço galvanizado 3,8mm
 - 10 - Montante de aço galvanizado 4mm
 - 11 - Painel suspenso de madeira lacada, NCS S 0500-N

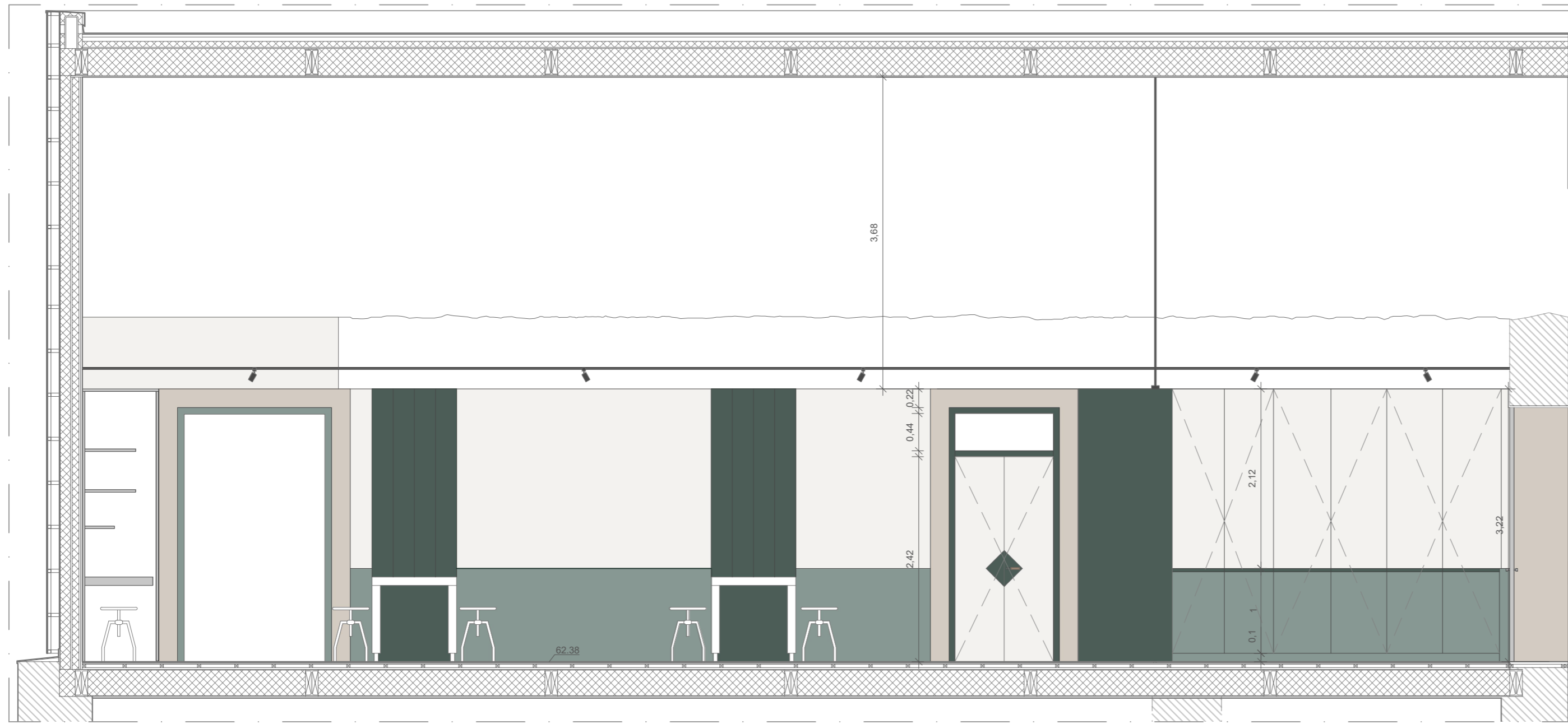




PLANTA PISO 1



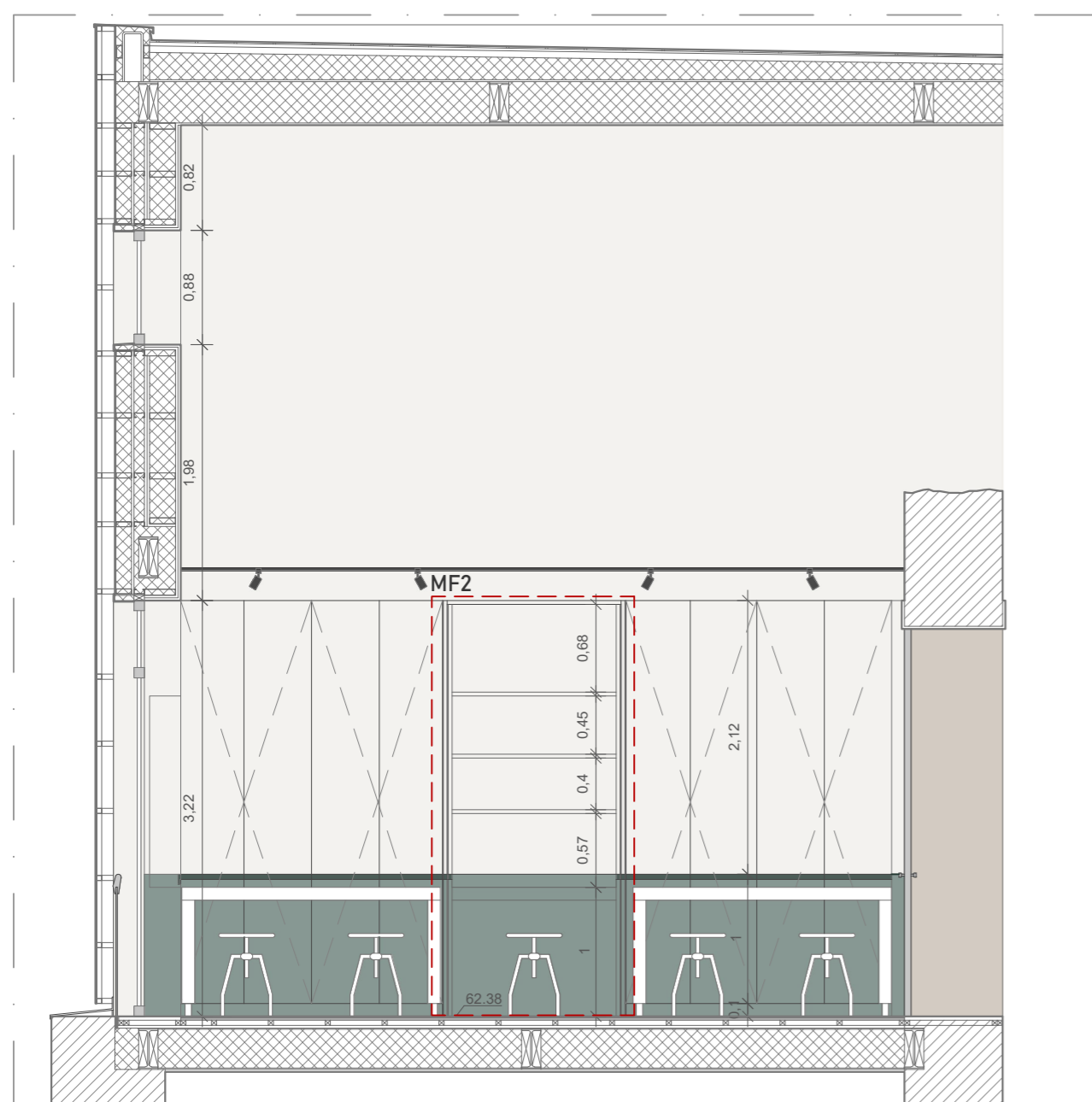
Axonometria MF2 - esc. 1/50



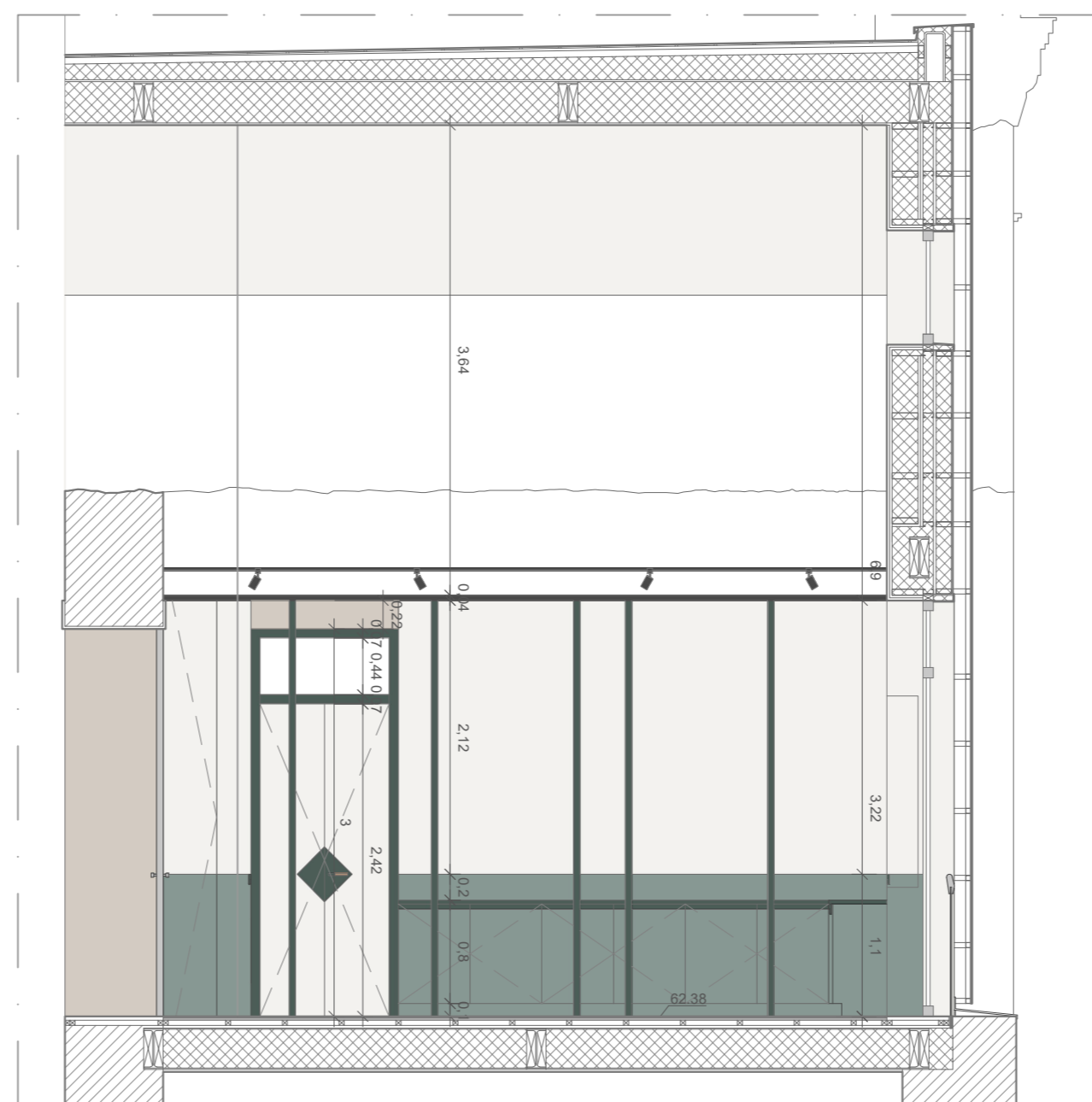
CORTE AA



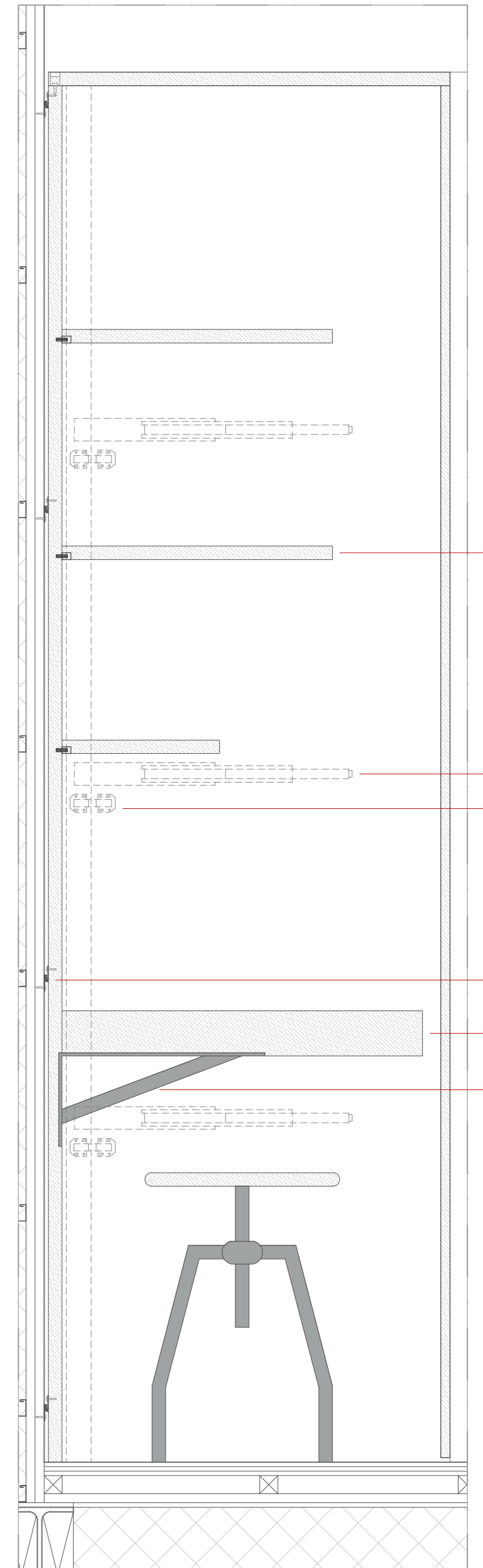
CORTE BB



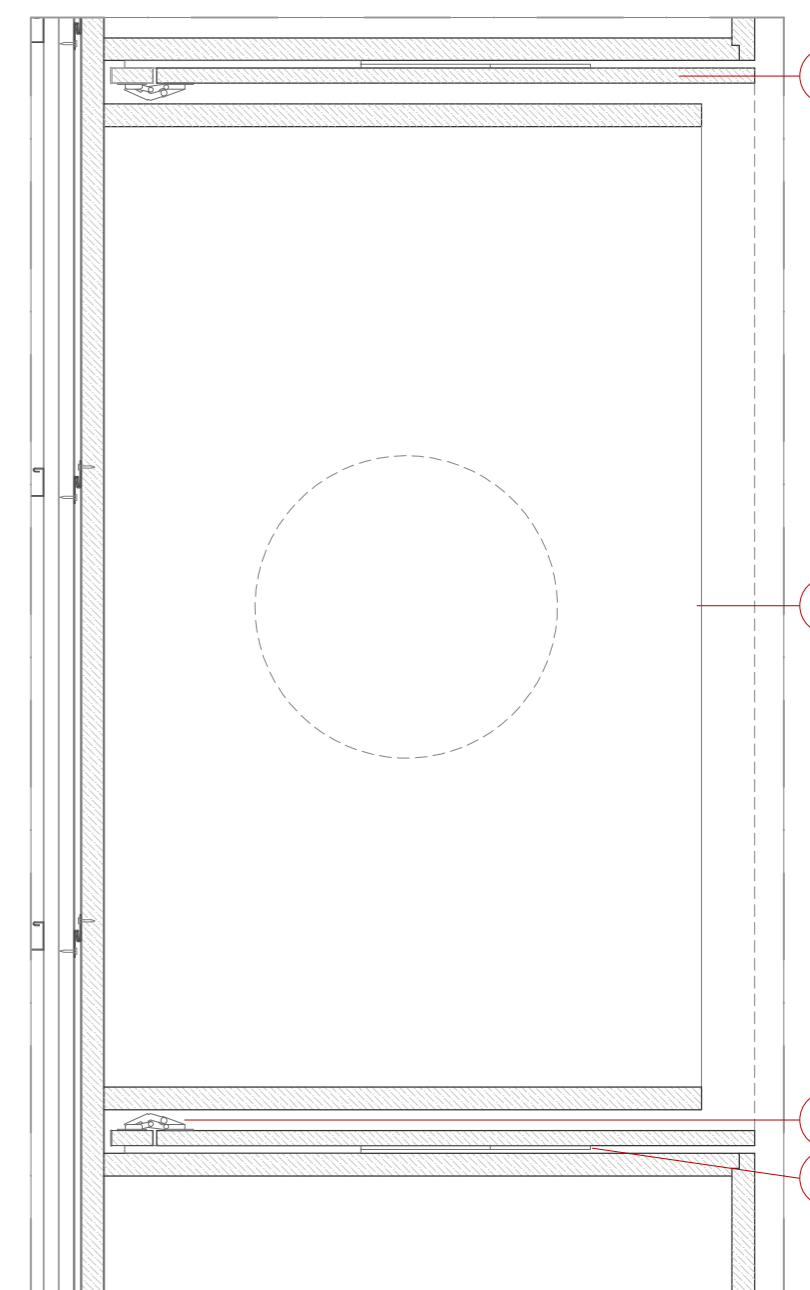
CORTE CC



CORTE DD



CORTE MF2 - esc. 1/10



PLANTA MF2 - esc. 1/10

LEGENDA DE ACABAMENTOS:

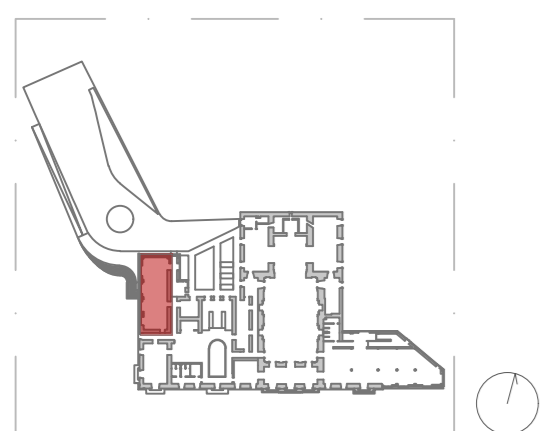
- TECTOS:**
- T1ex - Alvenaria de pedra ordinária à vista
 - T2 - Painéis suspensos de madeira lacada, NCS S 0500-N
 - T3 - Gesso cartonado suspenso, NCS S 0500-N
 - T4 - Gesso cartonado simples, NCS S 0500-N
 - T5 - Gesso cartonado simples, NCS S 2005-Y40R

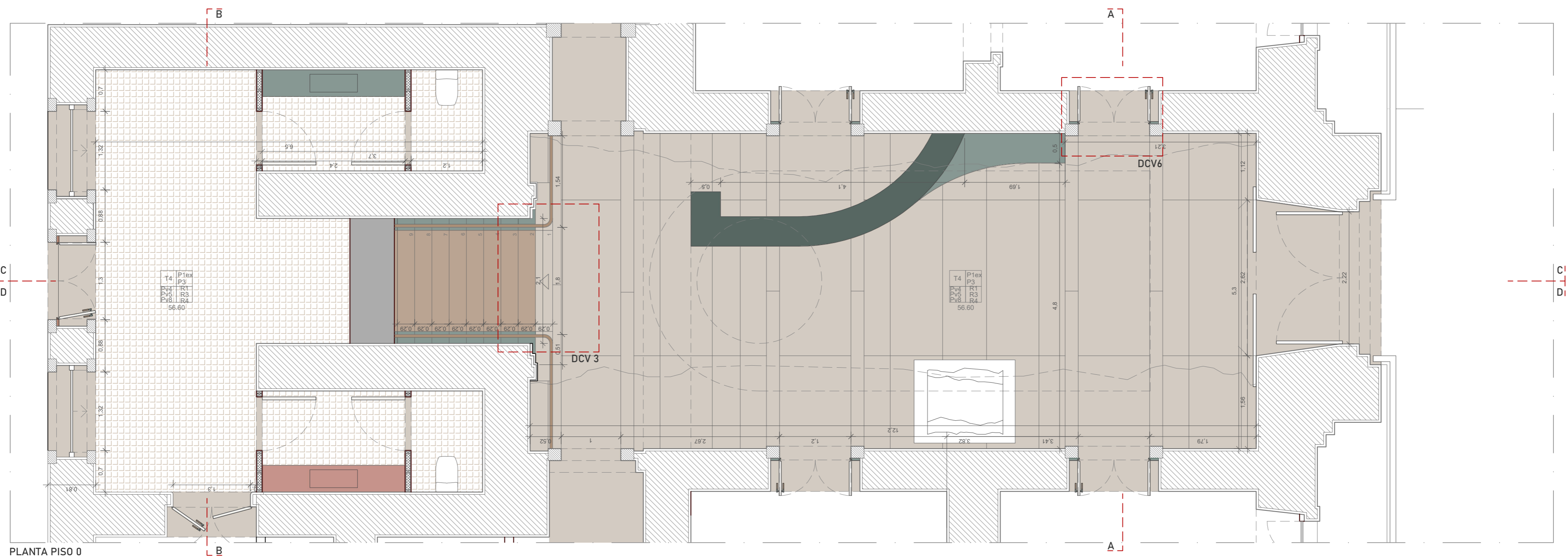
- PAREDES:**
- P1ex - Alvenaria de pedra ordinária à vista
 - P2 - Estucada e pintada, NCS S 0500-N
 - P3 - Gesso cartonado, NCS S 0500-N
 - P4 - Gesso cartonado, NCS S 2005-Y40R

- PAVIMENTOS:**
- Pv1ex - Parquet de madeira maciça de carvalho
 - Pv2ex - Tijoleira
 - P3 - Parquet de carvalho
 - Pv4 - Pedra Molianos
 - Pv5 - Soalho de carvalho encerado
 - Pv6 - Linóleo, NCS S 0500-N
 - Pv7 - Linóleo, NCS S 2005-Y40R
 - Pv8 - Mosaico hidráulico com inertes de pedra molianos, NCS S 0500-N

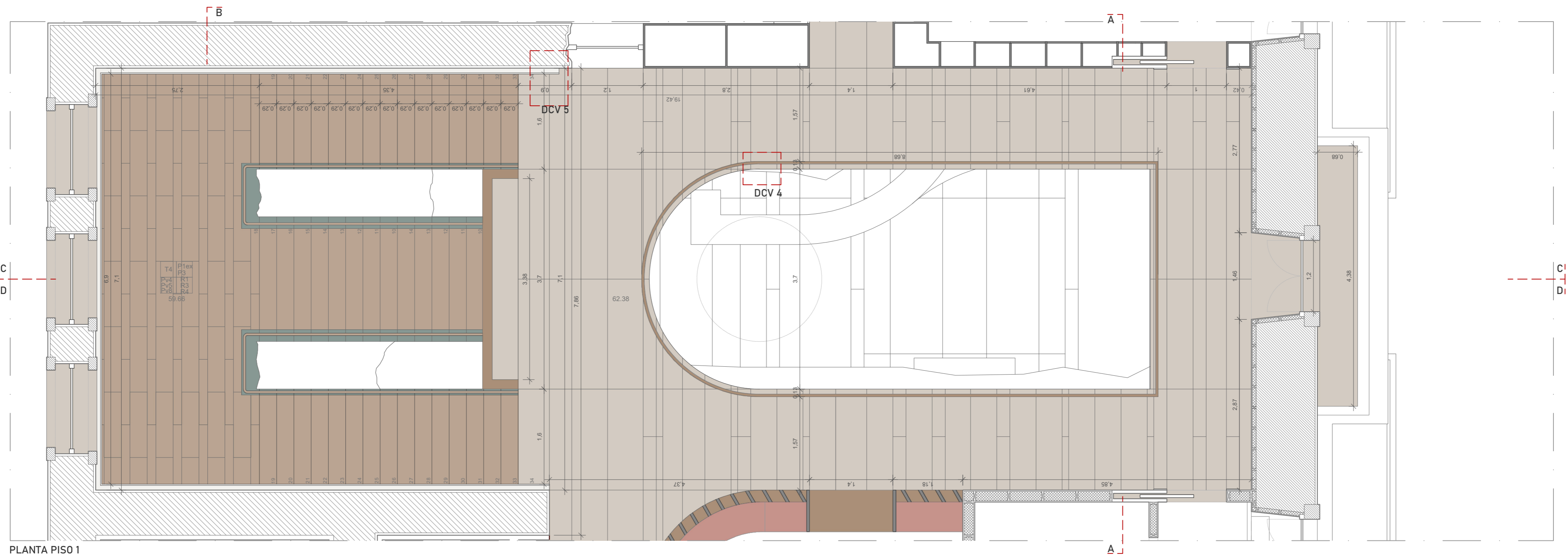
- RODAPÉS:**
- R1 - Madeira lacada, NCS NCS S 0500-N
 - R2 - Madeira lacada, NCS S 2005-Y40R
 - R2 - Lajeta de pedra molianos
 - R3 - Mosaico hidráulico com inertes de pedra molianos, NCS S 3030-Y80R
 - R4 - Mosaico hidráulico com inertes de pedra molianos, NCS S 5010-B90G
 - R5 - Linóleo, NCS S 2005-Y40R
 - R6 - Madeira lacada, NCS S 5010-B90G
 - R7 - Madeira lacada, NCS S 8010-B90G

- LEGENDA:**
- 1 - Prateleira de madeira lacada 127x60x3mm, NCS S 0500-N
 - 2 - Correção de rolamento de esferas
 - 3 - Dobradiça
 - 4 - Clipes de suspensão
 - 5 - Mesa de madeira pintada 127x80x10mm, NCS S 5010-B90G
 - 6 - Estrutura metálica de apoio
 - 7 - Estrutura de painéis de madeira lacada, NCS S 5010-B90G, NCS S 0500-N, NCS S 8010-B90G





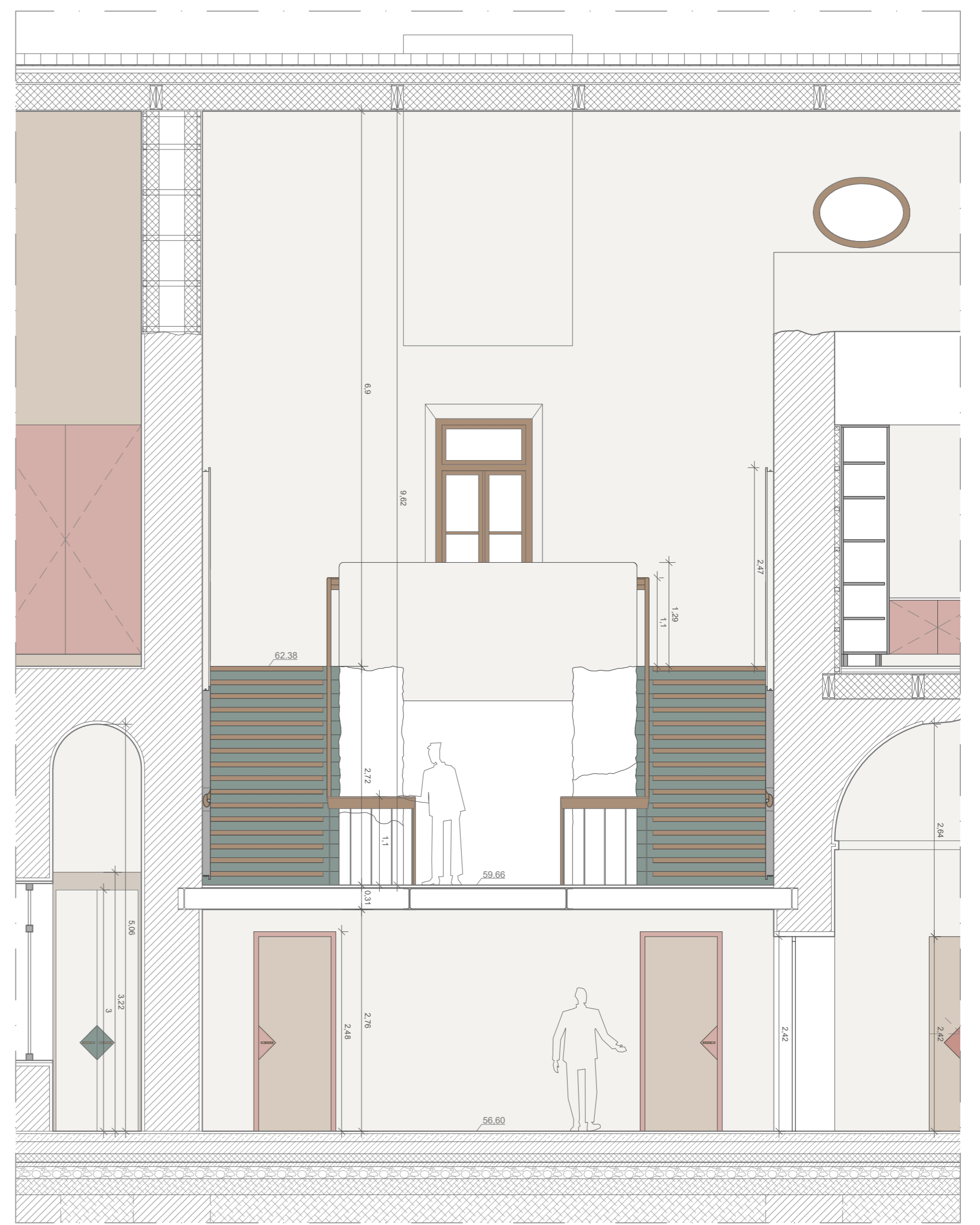
PLANTA PISO 0



PLANTA PISO 1



CORTE AA



CORTE BB

LEGENDA DE ACABAMENTOS:

TECTOS:

- T1ex - Alvenaria de pedra ordinária à vista
- T2 - Painéis suspensos de madeira lacada, NCS S 0500-N
- T3 - Gesso cartonado suspenso, NCS S 0500-N
- T4 - Gesso cartonado simples, NCS S 0500-N
- T5 - Gesso cartonado simples, NCS S 2005-Y40R

PAREDES:

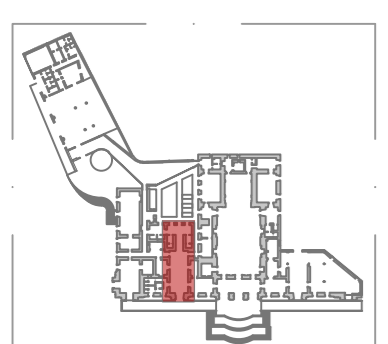
- P1ex - Alvenaria de pedra ordinária à vista
- P2 - Estucada e pintada, NCS S 0500-N
- P3 - Gesso cartonado, NCS S 0500-N
- P4 - Gesso cartonado, NCS S 2005-Y40R

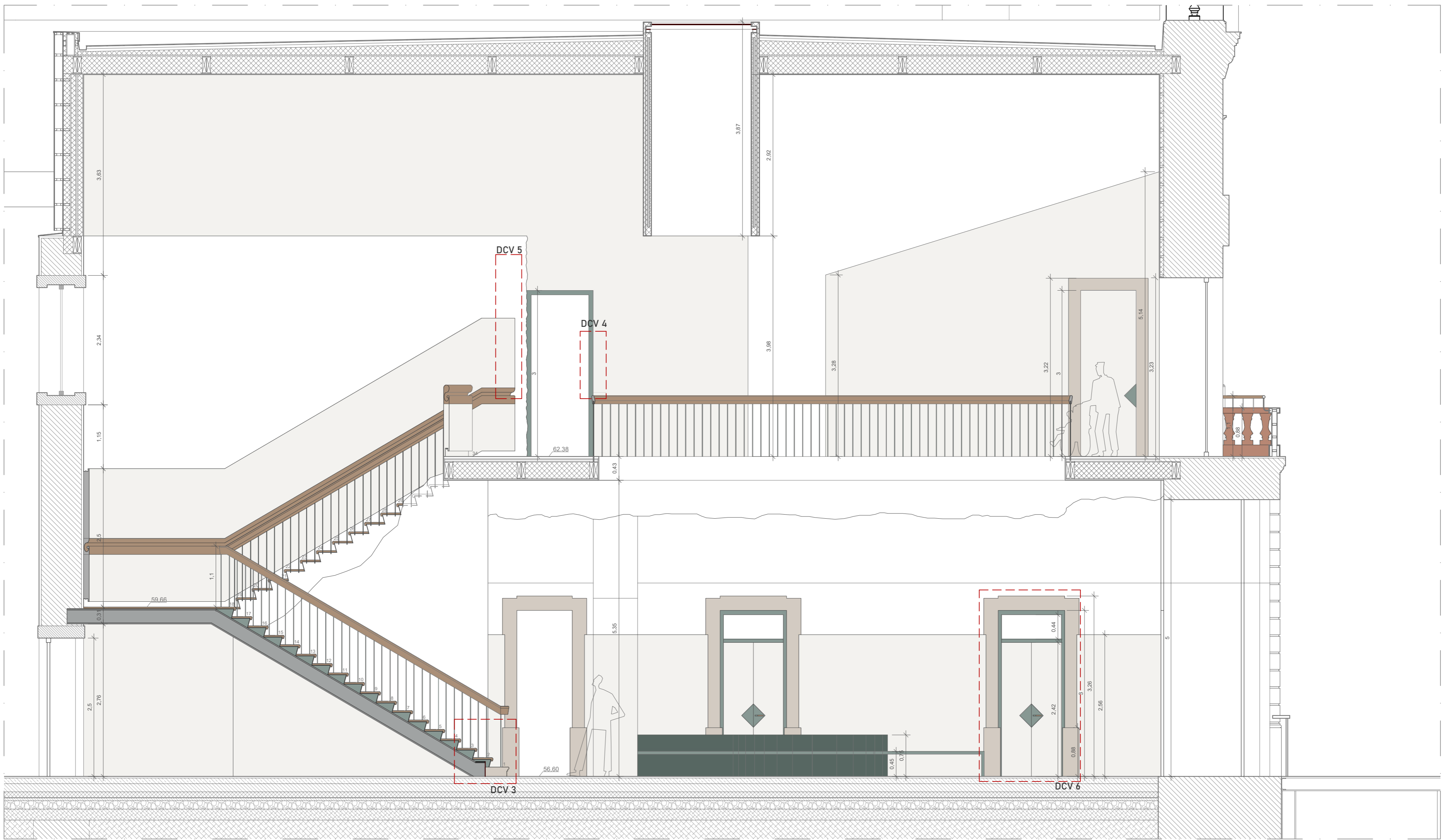
PAVIMENTOS:

- PV1ex - Parquet de madeira maciça de carvalho
- PV2ex - Tijoleira
- P3 - Parquet de carvalho
- PV4 - Pedra Molianos
- PV5 - Soalho de carvalho encerado
- PV6 - Linóleo, NCS S 0500-N
- PV7 - Linóleo, NCS S 2005-Y40R
- PV8 - Mosaico hidráulico com inertes de pedra molianos, NCS S 0500-N

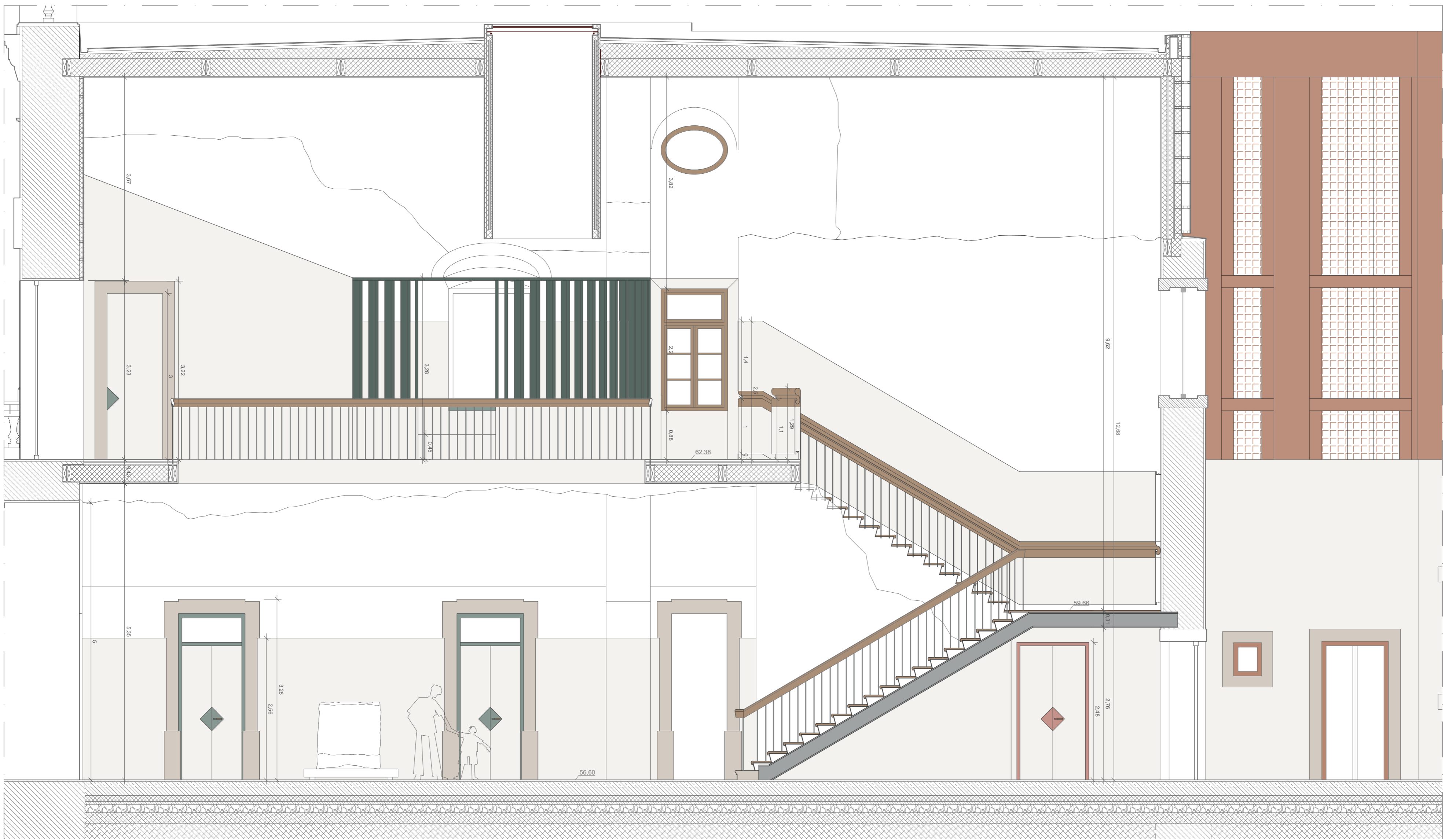
RODAPÉS:

- R1 - Madeira lacada, NCS S 0500-N
- R2 - Madeira lacada, NCS S 2005-Y40R
- R2 - Lajeta de pedra molianos
- R3 - Mosaico hidráulico com inertes de pedra molianos, NCS S 2030-Y80R
- R4 - Mosaico hidráulico com inertes de pedra molianos, NCS S 5010-B90G
- R5 - Linóleo, NCS S 2005-Y40R
- R6 - Madeira lacada, NCS S 5010-B90G
- R7 - Madeira lacada, NCS S 8010-B90G





CORTE CC



CORTE DD

LEGENDA DE ACABAMENTOS:

TECTOS:

- T1ex - Alvenaria de pedra ordinária à vista
- T2 - Painéis suspensos de madeira lacada, NCS S 0500-N
- T3 - Gesso cartonado suspenso, NCS S 0500-N
- T4 - Gesso cartonado simples, NCS S 0500-N
- T5 - Gesso cartonado simples, NCS S 2005-Y40R

PAREDES:

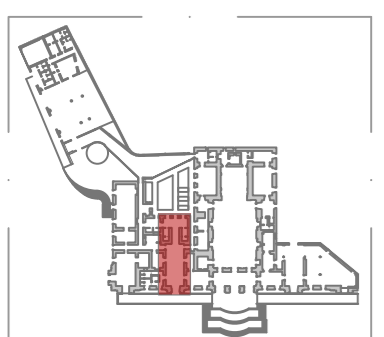
- P1ex - Alvenaria de pedra ordinária à vista
- P2 - Estucada e pintada, NCS S 0500-N
- P3 - Gesso cartonado, NCS S 0500-N
- P4 - Gesso cartonado, NCS S 2005-Y40R

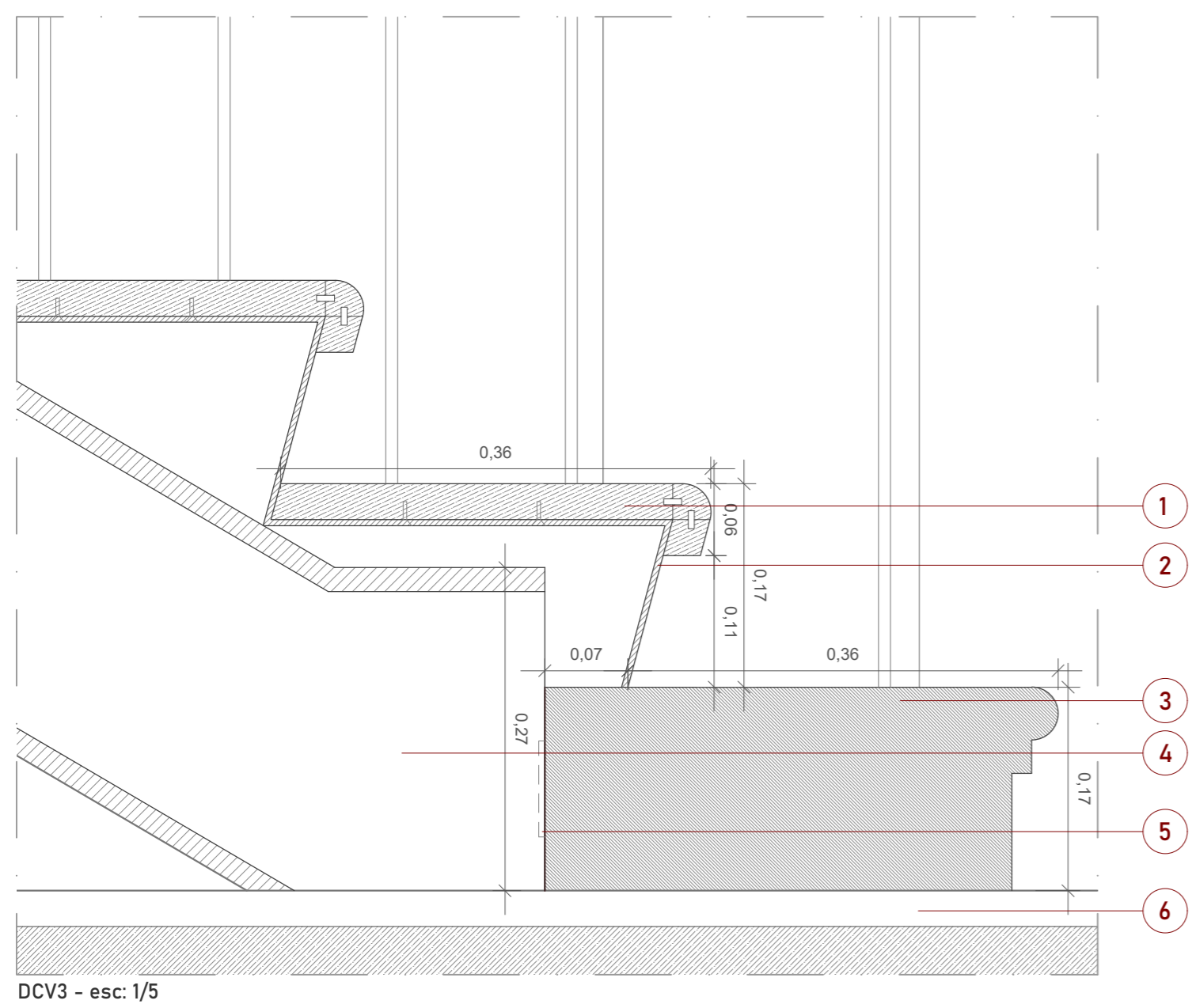
PAVIMENTOS:

- Pv1ex - Parquet de madeira maciça de carvalho
- Pv2ex - Tijoleira
- Pv3 - Parquet de carvalho
- Pv4 - Pedra Molianos
- Pv5 - Soalho de carvalho encerado
- Pv6 - Linóleo, NCS S 0500-N
- Pv7 - Linóleo, NCS S 2005-Y40R
- Pv8 - Mosaico hidráulico com inertes de pedra molianos, NCS S 0500-N

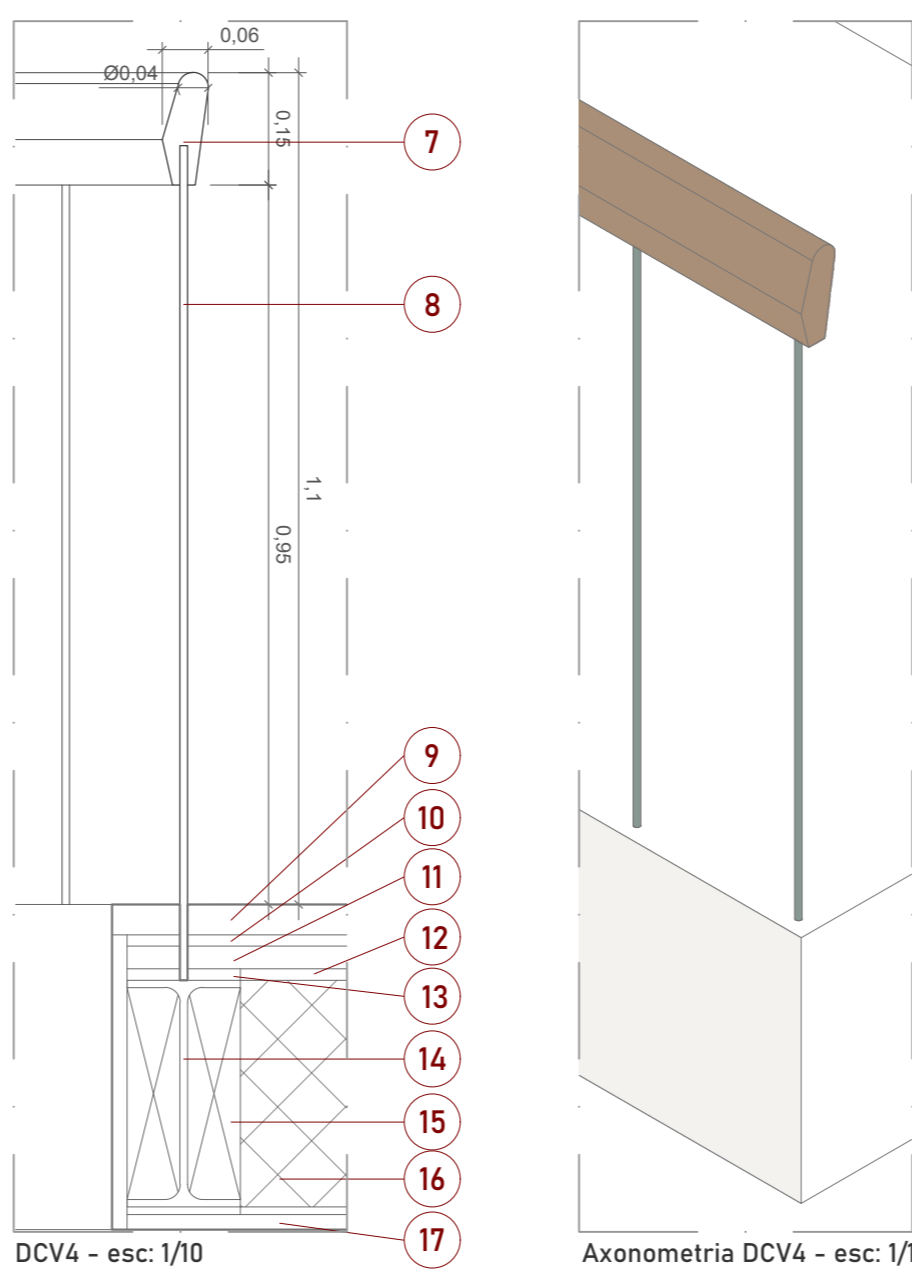
RODAPÉS:

- R1 - Madeira lacada, NCS NCS S 0500-N
- R2 - Madeira lacada, NCS S 2005-Y40R
- R3 - Lajeta de pedra molianos
- R4 - Mosaico hidráulico com inertes de pedra molianos, NCS S 3030-Y80R
- R5 - Mosaico hidráulico com inertes de pedra molianos, NCS S 5010-B90G
- R6 - Linóleo, NCS S 2005-Y40R
- R7 - Madeira lacada, NCS S 5010-B90G
- R8 - Madeira lacada, NCS S 8010-B906

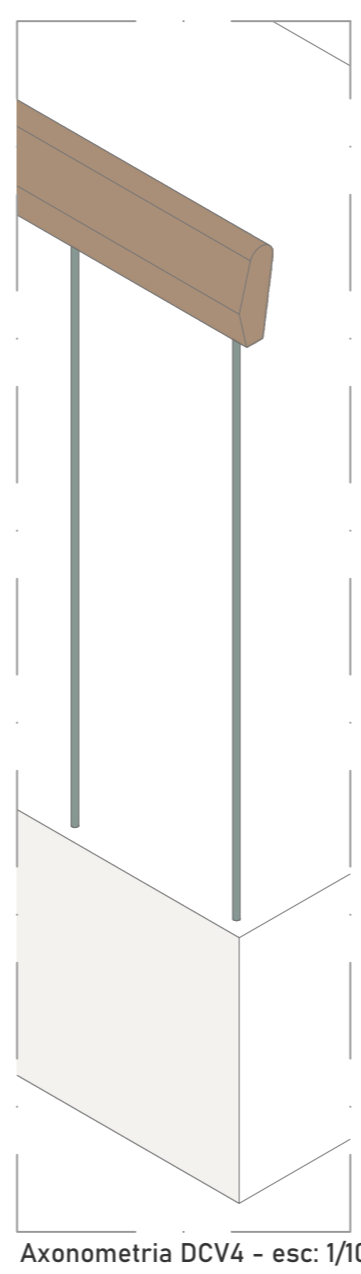




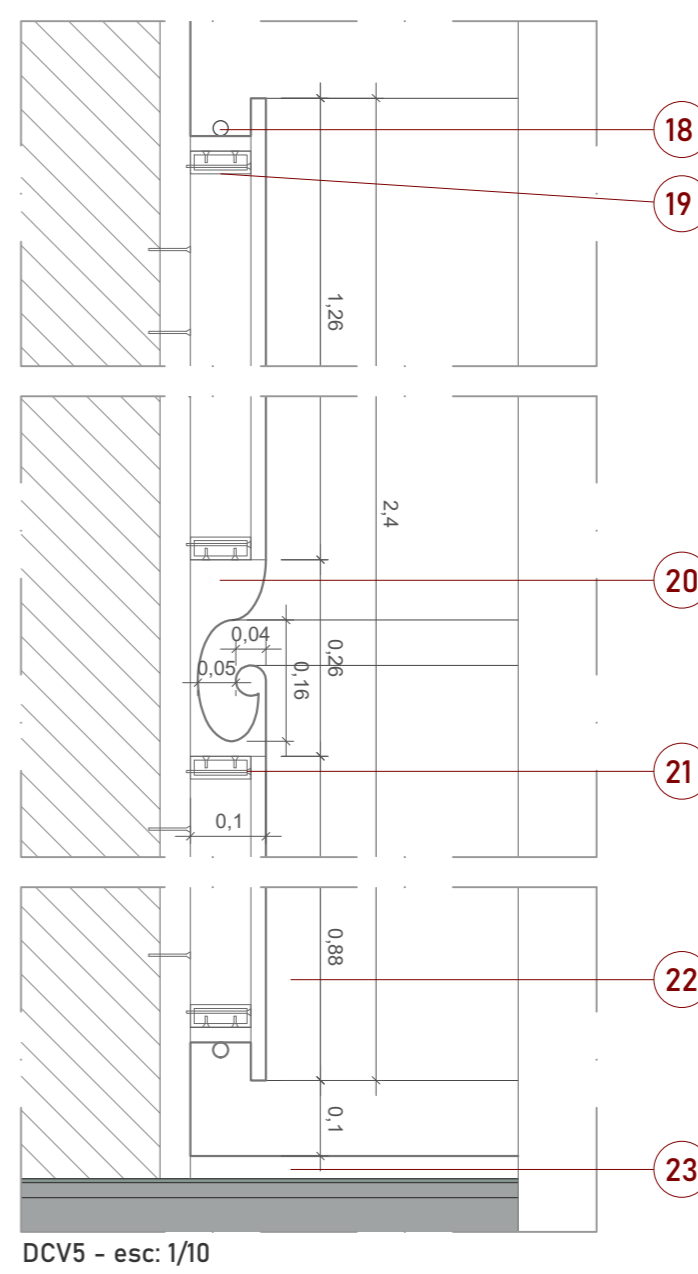
DCV3 - esc: 1/5



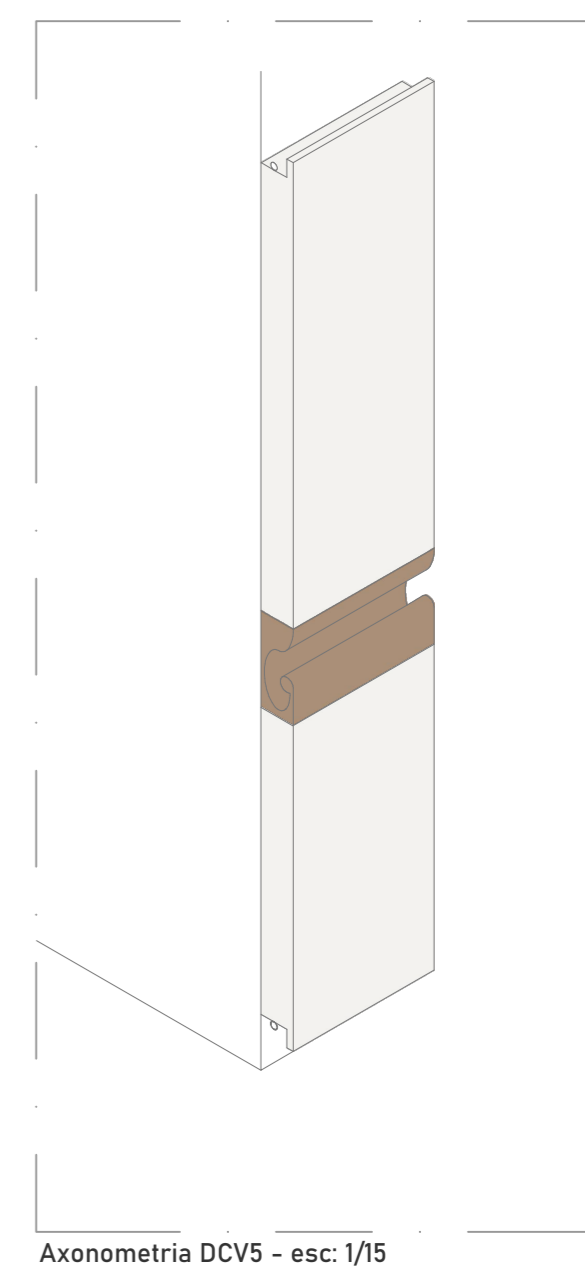
DCV4 - esc: 1/10



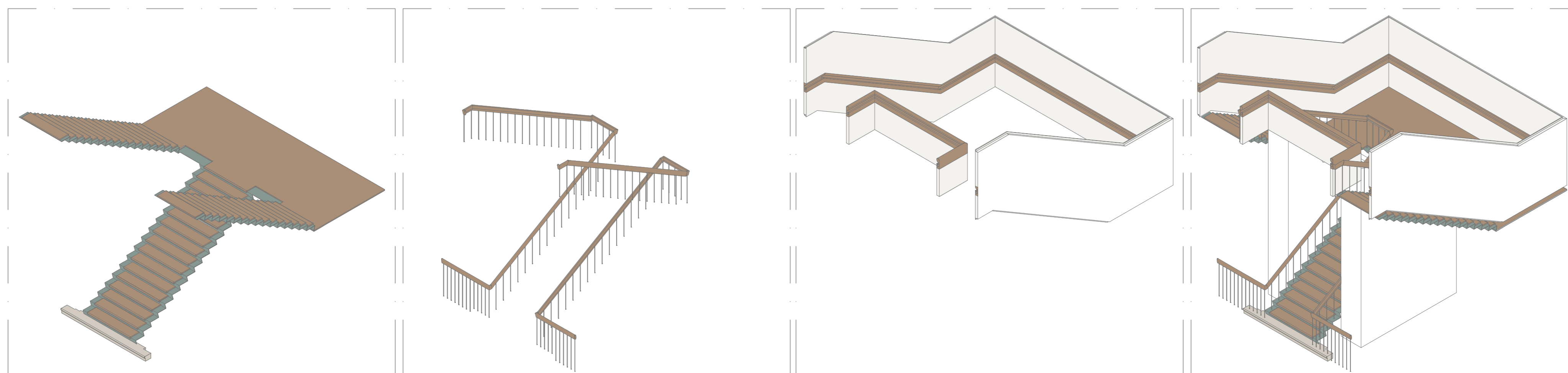
Axonometria DCV4 - esc: 1/10



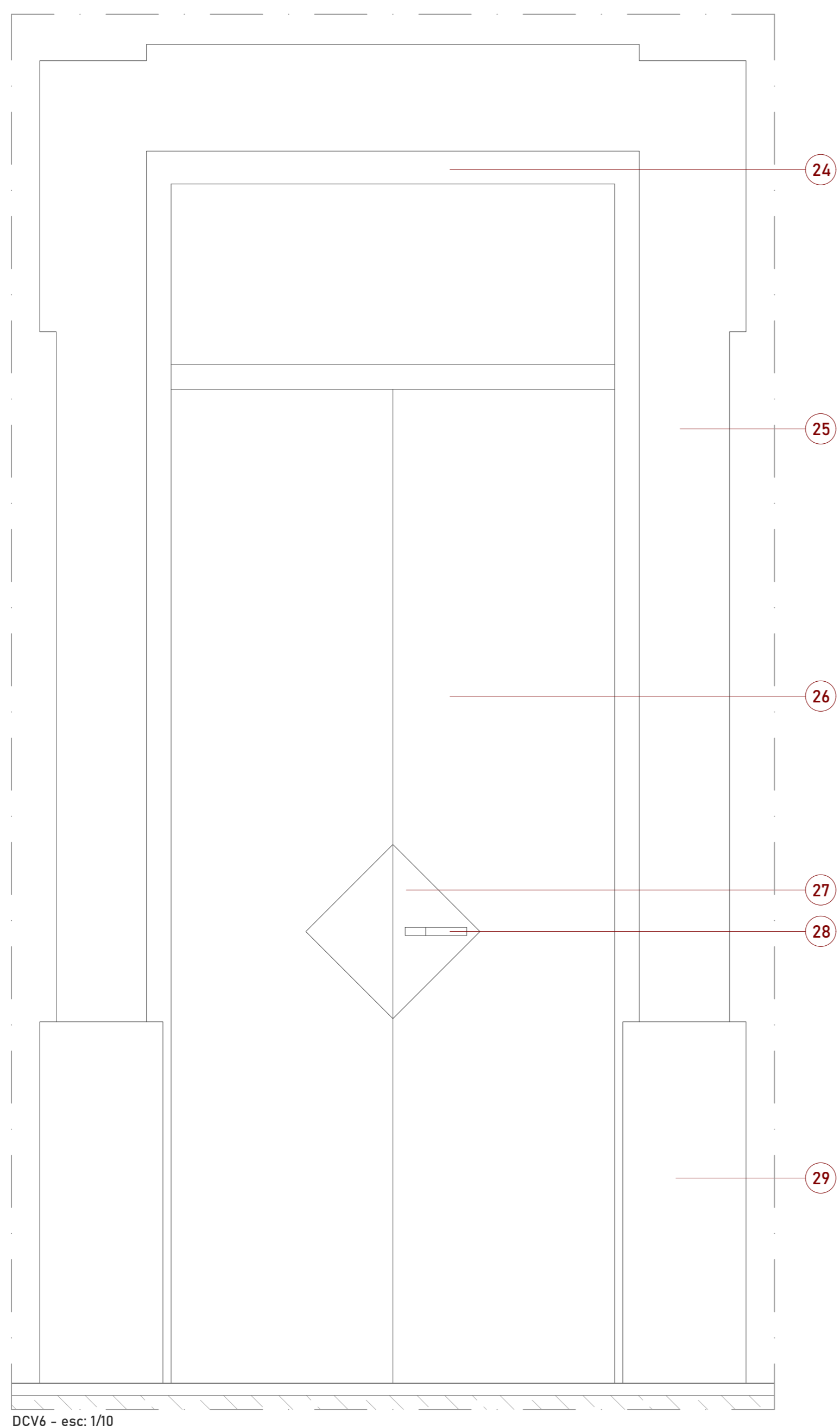
DCV5 - esc: 1/10



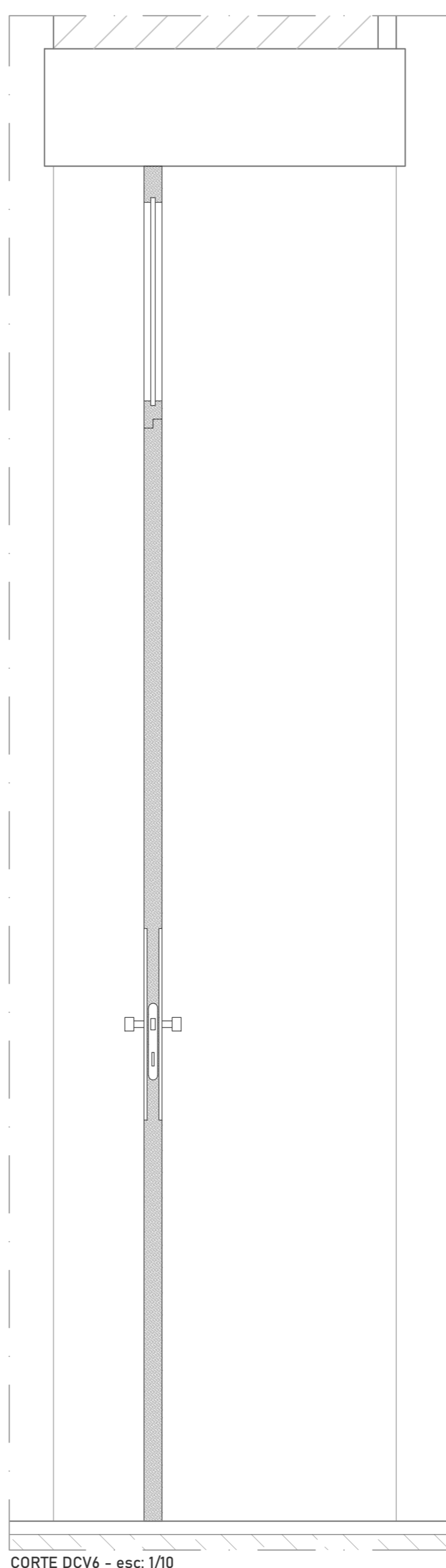
Axonometria DCV5 - esc: 1/15



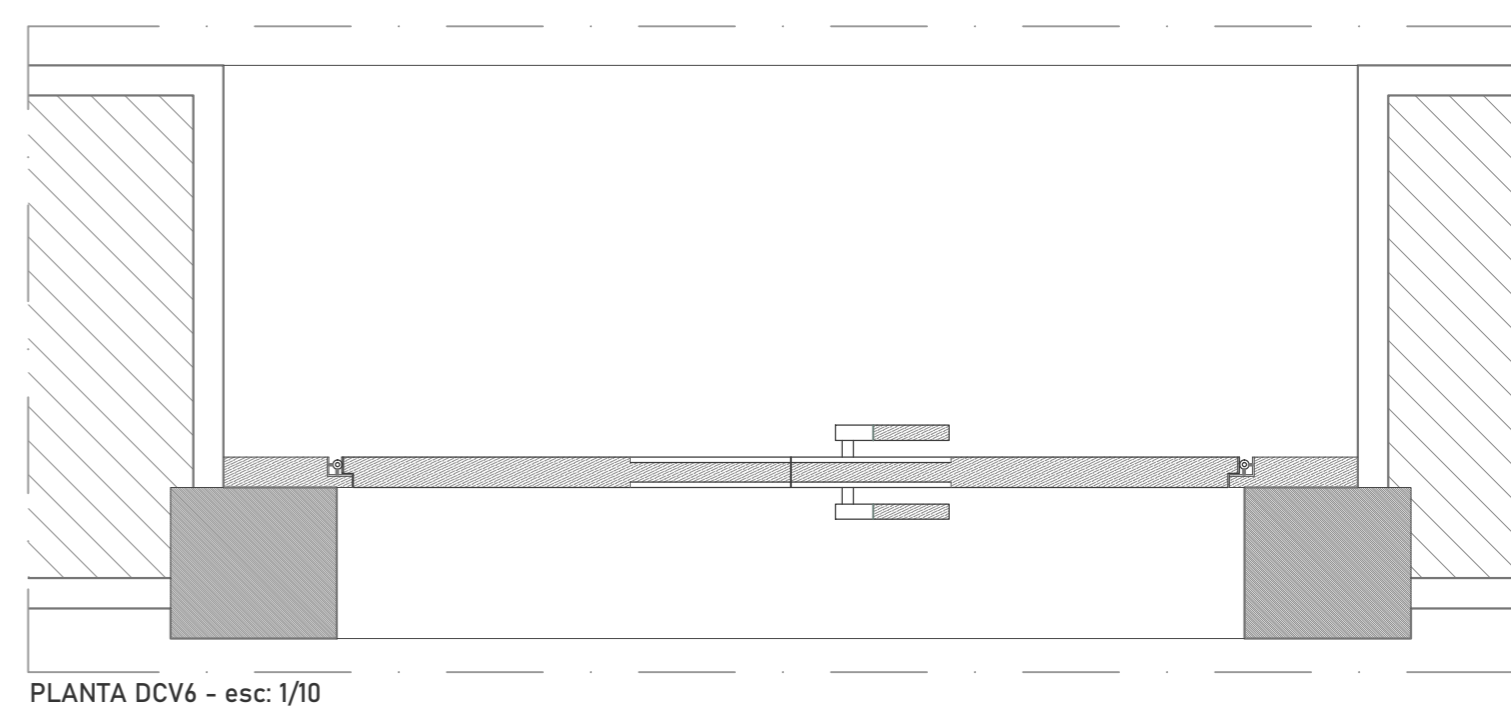
Axonometria esquemática dos componentes das escadas - esc: 1/100



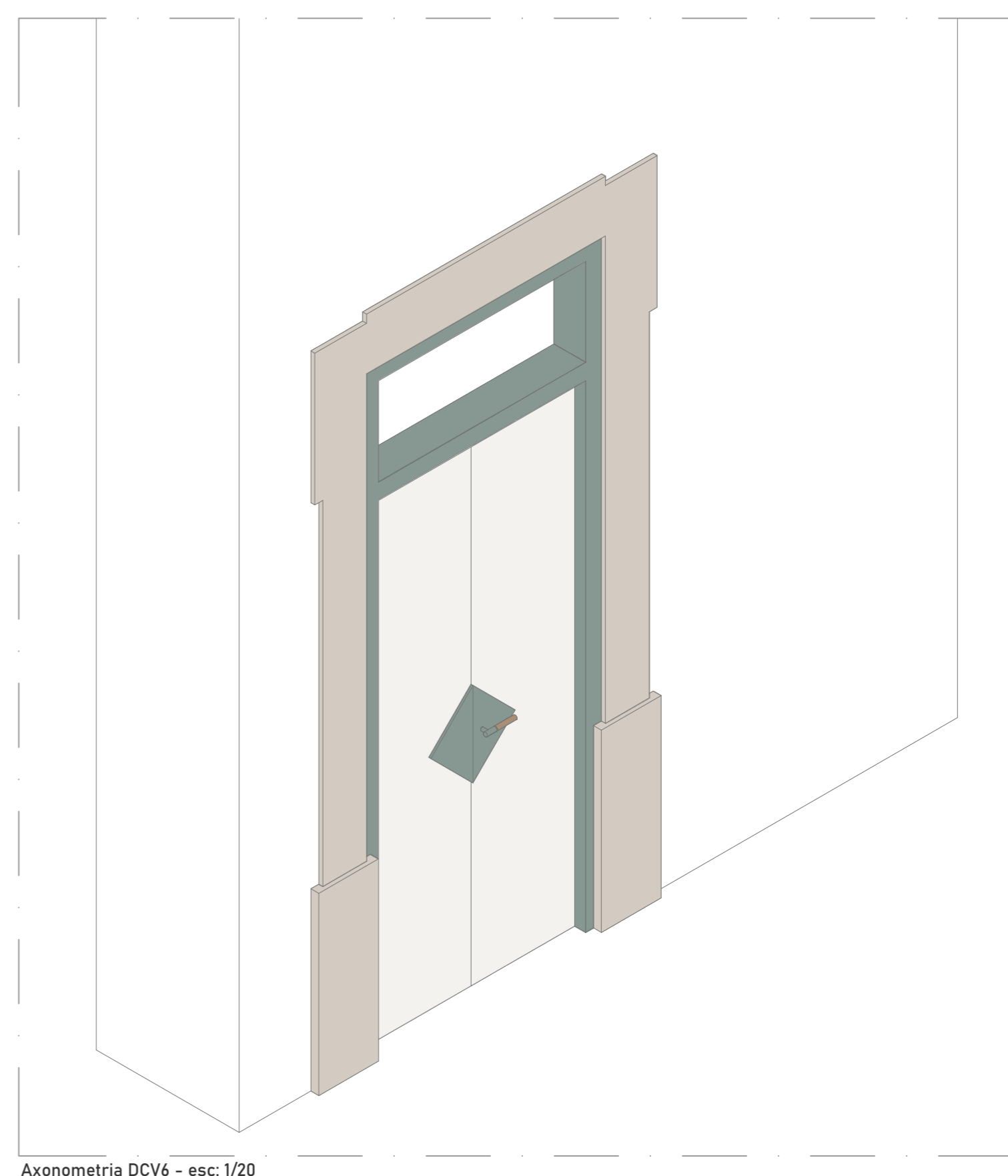
DCV6 - esc: 1/10



CORTE DCV6 - esc: 1/10



PLANTA DCV6 - esc: 1/10



Axonometria DCV6 - esc: 1/20

LEGENDA DE ACABAMENTOS:

TECTOS:

- T1ex - Alvenaria de pedra ordinária à vista
- T2 - Painéis suspensos de madeira lacada, NCS S 0500-N
- T3 - Gesso cartonado suspenso, NCS S 0500-N
- T4 - Gesso cartonado simples, NCS S 0500-N
- T5 - Gesso cartonado simples, NCS S 2005-Y40R

PAREDES:

- P1ex - Alvenaria de pedra ordinária à vista
- P2 - Estucada e pintada, NCS S 0500-N
- P3 - Gesso cartonado, NCS S 0500-N
- P4 - Gesso cartonado, NCS S 2005-Y40R

PAVIMENTOS:

- Pv1ex - Parquet de madeira maciça de carvalho
- Pv2ex - Tijoleira
- Pv3 - Parquet de carvalho
- Pv4 - Pedra Molianos
- Pv5 - Soalho de carvalho encerado
- Pv6 - Linóleo, NCS S 0500-N
- Pv7 - Linóleo, NCS S 2005-Y40R
- Pv8 - Mosaico hidráulico com inertes de pedra molianos, NCS S 0500-N

RODAPÉS:

- R1 - Madeira lacada, NCS NCS S 0500-N
- R2 - Madeira lacada, NCS S 2005-Y40R
- R2 - Lajeta de pedra molianos
- R3 - Mosaico hidráulico com inertes de pedra molianos, NCS S 3030-Y80R
- R4 - Mosaico hidráulico com inertes de pedra molianos, NCS S 5010-B90G
- R5 - Linóleo, NCS S 2005-Y40R
- R6 - Madeira lacada, NCS S 5010-B90G
- R7 - Madeira lacada, NCS S 8010-B90G

LEGENDA:

- 1 - Degrau de madeira de carvalho encerada, à cor natural
- 2 - Chapa de aço de 5mm, à cor NCS S 5010-B90G
- 3 - Degrau de pedra molianos existente
- 4 - Perfil metálico IPE 270mm
- 5 - Chapa metálica de fixação, chumbada à pedra
- 6 - Lajetas de pedra molianos
- 7 - Corrimão de madeira de carvalho à cor natural

- 8 - Perfil cilíndrico de ferro pintado à cor NCS S 5010-B90G
- 9 - Pedra Molianos
- 10 - Camada de assentamento
- 11 - Palca de madeira de suporte
- 12 - Viga de madeira sistema I-joist hanger (FJI89)
- 13 - Chapa metálica de fixação
- 14 - Perfil metálico IPE 300mm
- 15 - Isolamento de alta densidade XPS

- 16 - Isolamento lã de rocha
- 17 - Gesso cartonado simples
- 18 - Iluminação led
- 19 - Perfil de aço galvanizado 5mm
- 20 - Corrimão de madeira maciça de carvalho encerado, à cor natural
- 21 - Parafusos de aço galvanizado
- 22 - Madeira lacada à cor NCS S 0500-N
- 23 - Soalho de carvalho à cor natural.

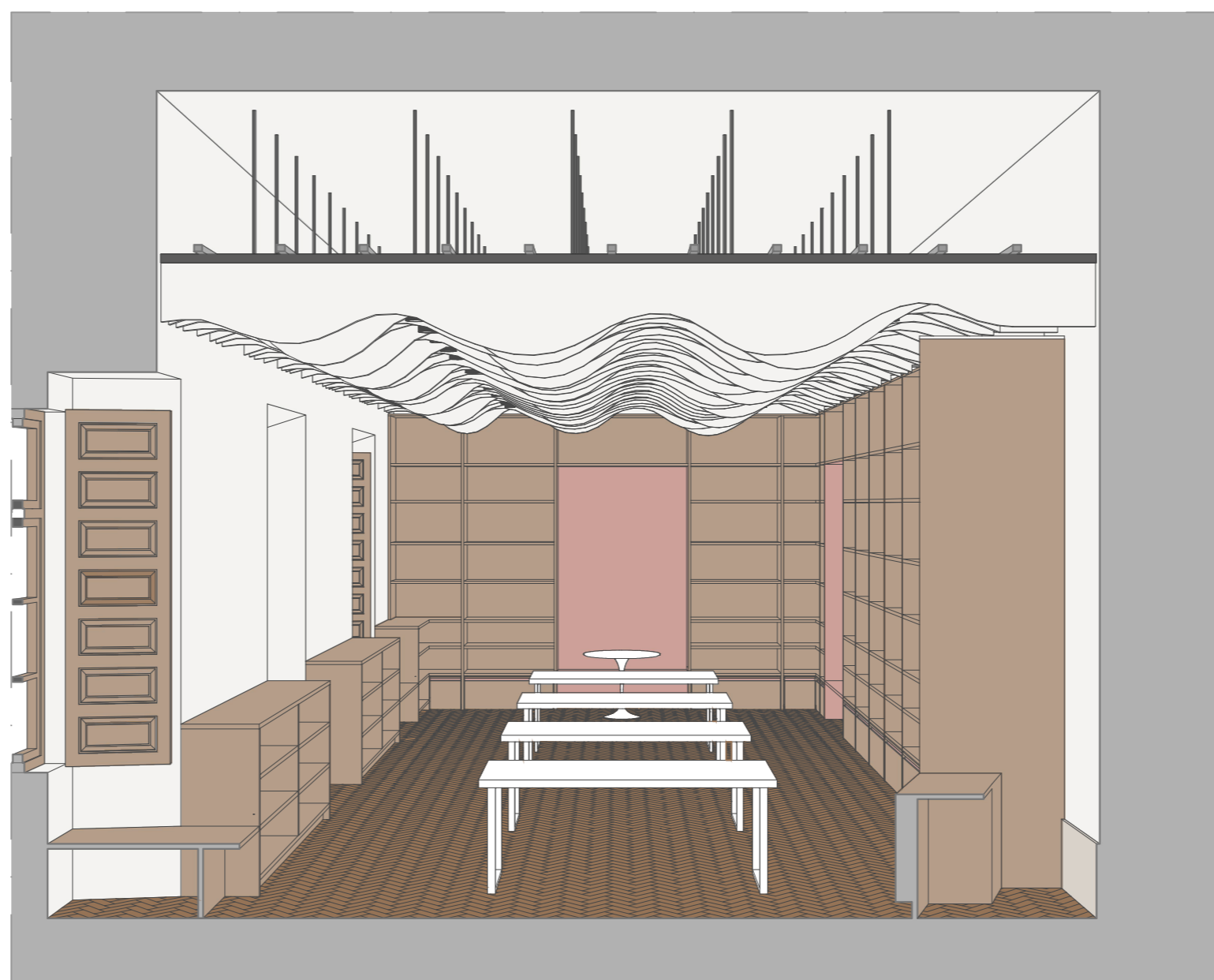
- 24 - Aduela em madeira lacada à cor NCS S 5010-B90G
- 25 - Cantaria de pedra molianos
- 26 - Folha de madeira lacada à cor NCS S 0500-N
- 27 - Chapa de zinco à cor NCS S 5010-B90G
- 28 - Puxador forrado a zinco à cor NCS S 5010-B90G, com peça em madeira carvalho à cor natural
- 29 - Rodapé em pedra molianos



Entrada do Centro de Dia (s/escala)



Sala de Atelier (s/escala)

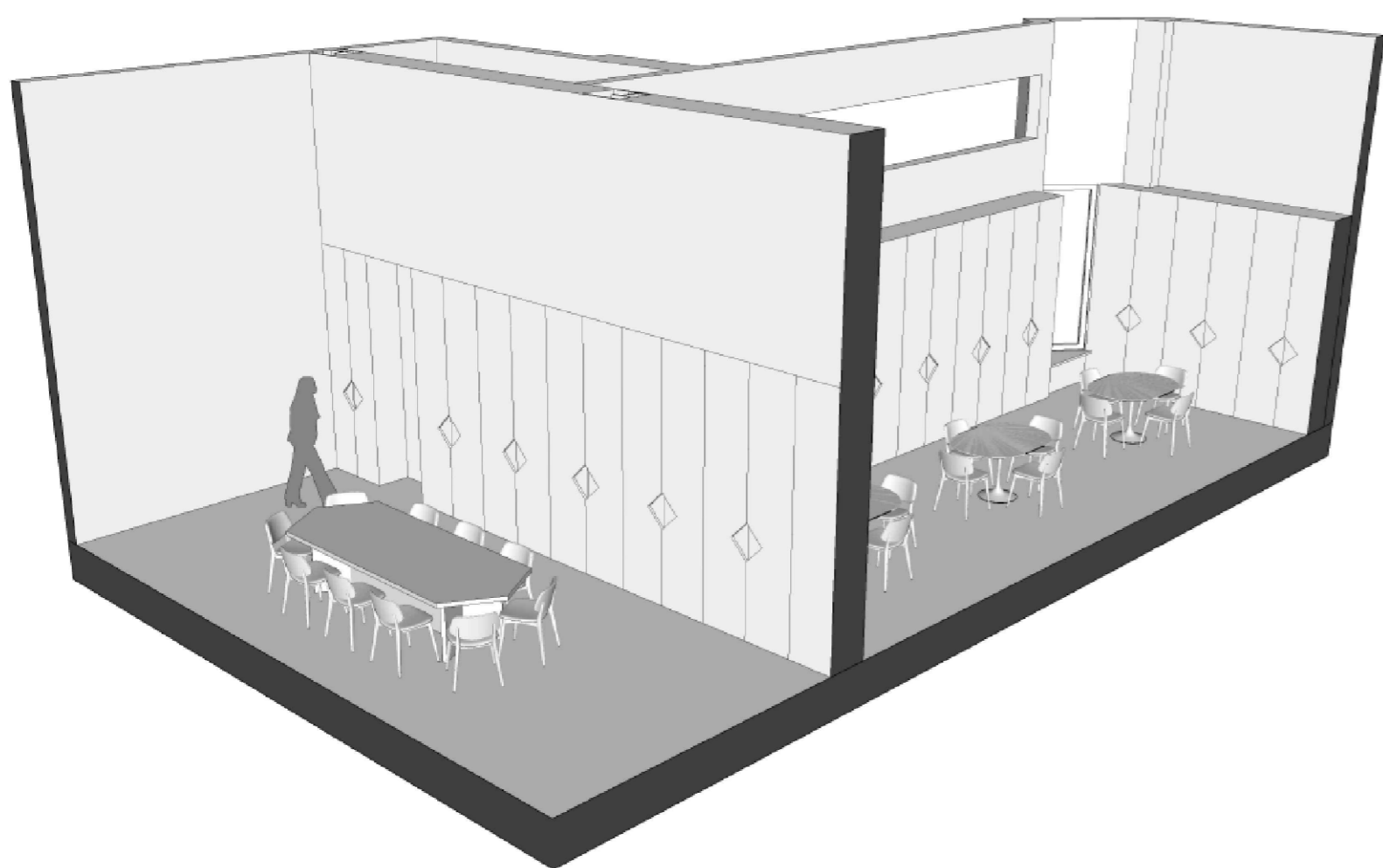


Biblioteca (s/escala)

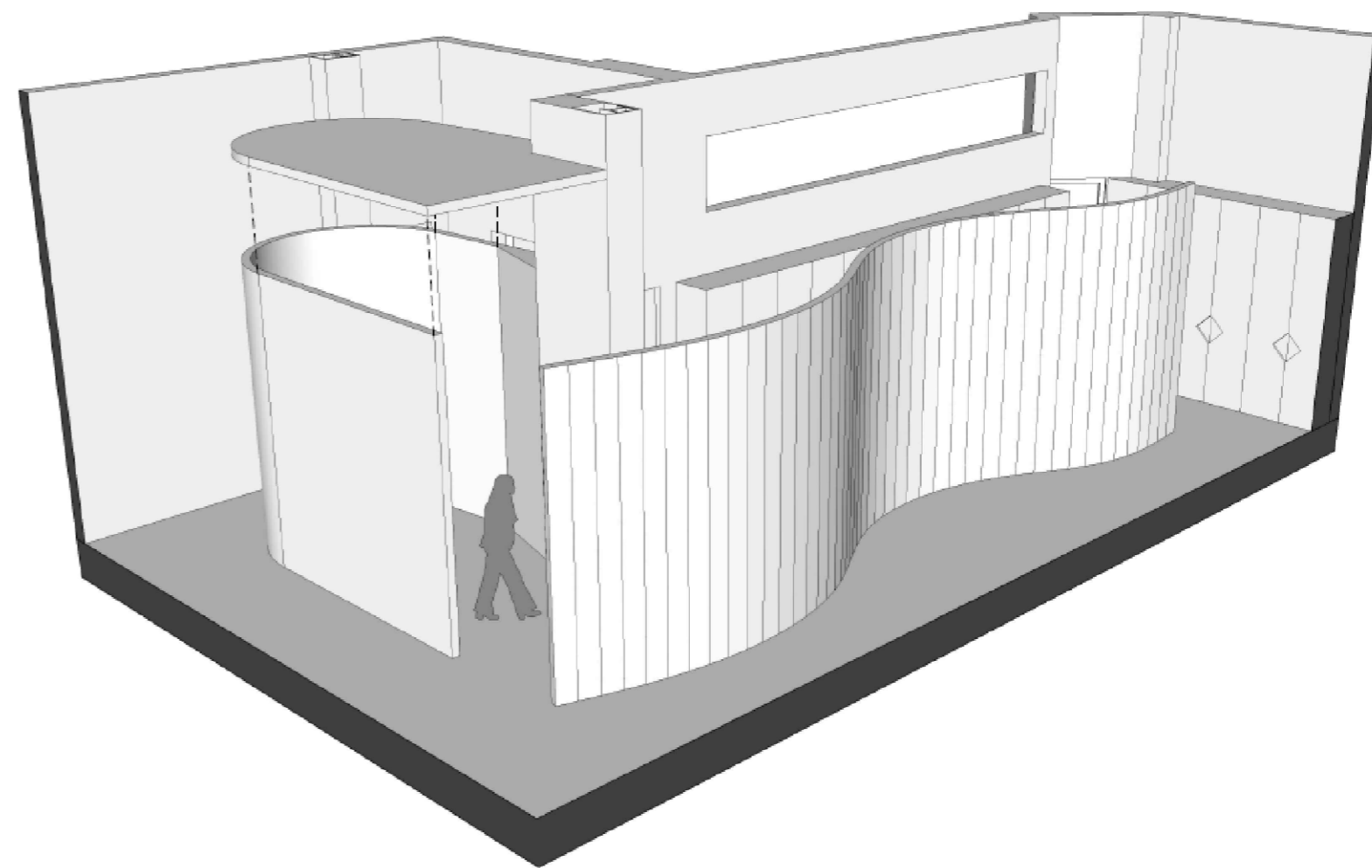


Corredor Poente (s/escala)

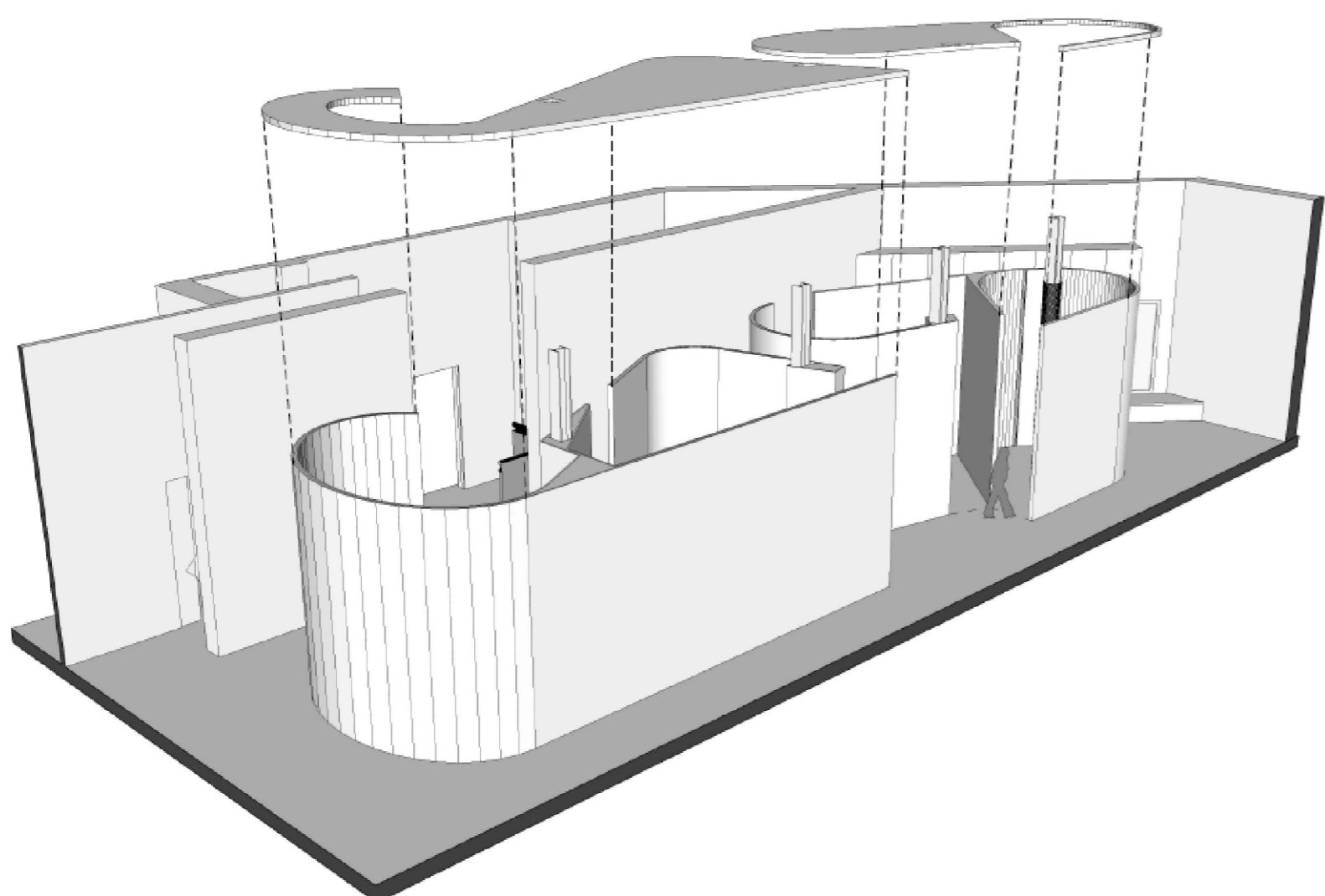
ESQUEMAS DE FLEXIBILIDADE DO CENTRO INTERPRETATIVO



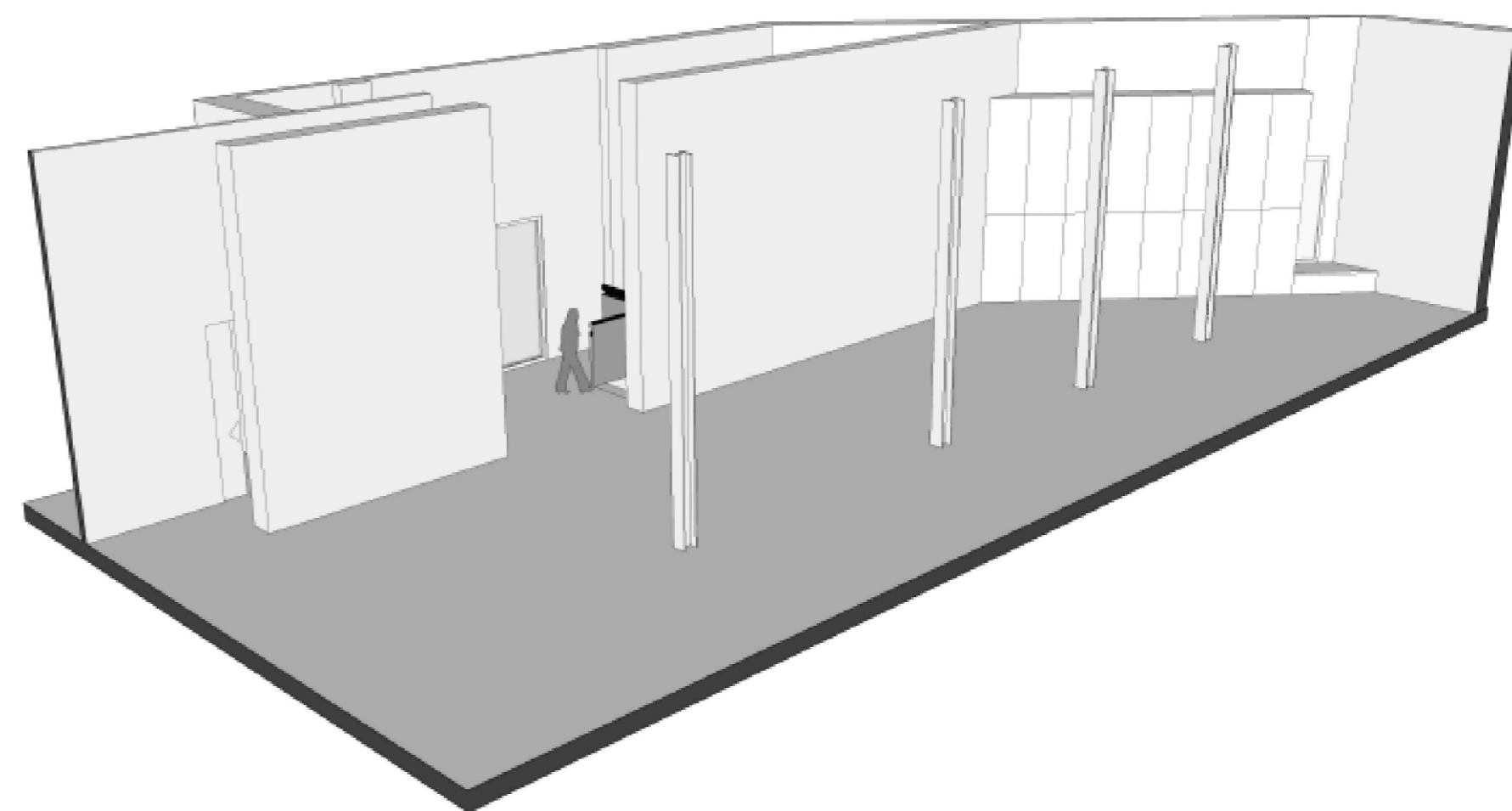
Piso 0 - Espaço de salas polivalentes (s/escala)



Piso 0 - Adaptação para sala expositiva temporária (s/escala)



Piso 1 - Zona expositiva do centro interpretativo (s/escala)



Piso 1 - Adaptação para sala polivalente (s/escala)